



PRODER

.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2011



ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	22
1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	24
1.1 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO	24
1.2 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA	39
1.3 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	40
2. PROGRESSOS DO PROGRAMA	42
2.1 BALANÇO GLOBAL DO PROGRAMA	42
2.1.1 LEGISLAÇÃO PUBLICADA	43
2.1.2 CONCURSOS ABERTOS	43
2.1.3 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	45
2.1.4 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	46
2.1.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA	48
2.1.6 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO	53
2.2 BALANÇO DETALHADO POR AÇÃO PRODeR	57
2.2.1 SUBPROGRAMA 1 – PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	57
2.2.1.1 AÇÃO 1.1.1 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS	57
2.2.1.2 AÇÃO 1.1.2 – INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO	83
2.2.1.3 AÇÃO 1.1.3 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES.....	92
2.2.1.4 MEDIDA 1.2 – REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	106
2.2.1.5 AÇÃO 1.3.1 – MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS	111
2.2.1.6 AÇÃO 1.3.2 – GESTÃO MULTIFUNCIONAL	119
2.2.1.7 AÇÃO 1.3.3 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS	126
2.2.1.8 AÇÃO 1.4.1 – APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE	135
2.2.1.9 AÇÃO 1.4.2 – INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE.....	138
2.2.1.10 MEDIDA 1.5 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO.....	144
2.2.1.11 AÇÃO 1.6.1 – DESENVOLVIMENTO DO REGADIO.....	149
2.2.1.12 AÇÃO 1.6.2 – REGADIO DE ALQUEVA.....	154
2.2.1.13 AÇÃO 1.6.3 – SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS	160
2.2.1.14 AÇÃO 1.6.4 – MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLETIVOS TRADICIONAIS.....	164
2.2.1.15 AÇÃO 1.6.5 – PROJETOS ESTRUTURANTES.....	168
2.2.1.16 MEDIDA 1.7 – CUMPRIMENTO DE NOVAS NORMAS OBRIGATÓRIAS	173
2.2.2 SUBPROGRAMA 4 – PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	177
2.2.2.1 MEDIDA 4.1 – COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	177
2.2.2.2 AÇÃO 4.2.1 – FORMAÇÃO ESPECIALIZADA.....	182
2.2.2.3 AÇÃO 4.2.2 – REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	187
2.2.2.4 AÇÃO 4.3.1 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA/ SUBAÇÕES 4.3.1.1 E 4.3.1.2	191
2.2.2.5 AÇÃO 4.3.2 – SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS.....	197
2.2.3 SUBPROGRAMA 2 – GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	201
2.2.3.1 MEDIDA 2.1 – MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS	201
2.2.3.2 MEDIDA 2.2 – VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO	207
2.2.3.2.1 AÇÃO 2.2.1 – ALTERAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	208
2.2.3.2.2 AÇÃO 2.2.2 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA	216

2.2.3.2.3	AÇÃO 2.2.3 CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DE RECURSOS GENÉTICOS / SUBAÇÕES 2.2.3.1 E 2.2.3.2.	222
2.2.3.2.4	AÇÃO 2.2.4 – CONSERVAÇÃO DO SOLO	229
2.2.3.3	AÇÃO 2.3.1 – MINIMIZAÇÃO DE RISCOS / SUBAÇÕES 2.3.1.1 E 2.3.1.2	233
2.2.3.4	AÇÃO 2.3.2 – ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS	240
2.2.3.5	AÇÃO 2.3.3 – VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	250
2.2.3.6	AÇÃO 2.4.1 – APOIO À GESTÃO DAS ITI	259
2.2.3.7	AÇÃO 2.4.2 – INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO E GESTÃO PARA ITI	262
2.2.3.8	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - PAGAMENTOS AGRO E SILVO AMBIENTAIS	264
2.2.3.9	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS	276
2.2.4	SUBPROGRAMA 3 – ABORDAGEM LEADER	283
2.2.4.1	AÇÃO 3.1.1 – DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	284
2.2.4.2	AÇÃO 3.1.2 – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS	289
2.2.4.3	AÇÃO 3.1.3 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER	294
2.2.4.4	AÇÃO 3.2.1 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL	299
2.2.4.5	AÇÃO 3.2.2 – SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL	304
2.2.4.6	MEDIDA 3.4 – COOPERAÇÃO LEADER PARA O DESENVOLVIMENTO	309
2.2.4.7	AÇÃO 3.4.1 – COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL	313
2.2.4.8	AÇÃO 3.4.2 – COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	317
2.2.4.9	MEDIDA 3.3 – IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	321
2.2.4.10	MEDIDA 3.5 – FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO	328
2.2.4.11	MEDIDA 3.6 – IMPLANTAÇÃO DE REDES DE BANDA LARGA DE NOVA GERAÇÃO, EM ZONAS RURAIS	332
2.2.4.12	MEDIDA 3.7 – CENTROS EDUCATIVOS RURAIS DO ALGARVE	333
2.2.5	MEDIDAS TRANSITADAS DO QUADRO DE PROGRAMAÇÃO ANTERIOR	335
2.2.6	OPERAÇÕES LIGADAS ÀS PRIORIDADES “HEALTH CHECK” E PACOTE DE RECUPERAÇÃO (Nº1 DO ART. 16º-A)	341
2.2.6.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR LEITEIRO/APOIO AO INVESTIMENTO RELACIONADO COM A PRODUÇÃO LEITEIRA E MELHORIAS NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LEITEIRAS	342
2.2.6.2	INFRAESTRUTURAS DE BANDA LARGA NAS ZONAS RURAIS	347
3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA	350
3.1	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR REGIÃO ELEGÍVEL AO ABRIGO DO OBJETIVO DE CONVERGÊNCIA	350
3.2	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	360
4.	RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	361
4.1	INTRODUÇÃO	361
4.2	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS	361
4.3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	362
5.	MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	365
5.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	365
5.1.1	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	365
5.1.2	RELACIONAMENTO COM OS GAL	369
5.1.2.1	PROTOCOLO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	369
5.1.2.2	SISTEMA DE SUPERVISÃO LEADER	370
5.1.3	SISTEMAS DE CONTROLO	372
5.1.3.1	CONTROLOS EFETUADOS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO	372

5.1.3.2	CONTROLOS EFETUADOS PELO IFAP E PELA IGAP	375
5.1.3.3	AUDITORIAS	375
5.1.4	ALTERAÇÕES A PORTARIAS	376
5.2	PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA	378
5.2.1	MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS SEM EXECUÇÃO - “OPERAÇÃO LIMPEZA”	378
5.2.2	RESUMO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DE CADA SUBPROGRAMA	385
5.3	EXAME ANUAL DO PRODER.....	393
5.4	REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO – RESULTADOS.....	395
5.5	UTILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	400
5.6	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE	403
5.6.1	AUTORIDADE DE GESTÃO.....	403
5.6.2	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL.....	421
6.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	423
6.1	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA	423
6.2	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	423
6.3	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE	424
6.4	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	424
7.	REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005.....	426
	ANEXO I	427

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	24
QUADRO 2:	PIB E COMPONENTES.....	25
QUADRO 3:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO PIB (%).....	26
QUADRO 4:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO EMPREGO (%).....	27
QUADRO 5:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (%).....	28
QUADRO 6:	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E ECONOMIA (%).....	28
QUADRO 7:	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB AGRÍCOLA E DO PIB (%).....	29
QUADRO 8:	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA (%).....	30
QUADRO 9:	ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO.....	31
QUADRO 10:	Nº DE EXPLORAÇÕES, SAU E SAU MÉDIA EM 2009 E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 1999 POR REGIÃO AGRÁRIA.....	33
QUADRO 11:	Nº DE EXPLORAÇÕES, SAU E SAU MÉDIA EM 2009 E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 1999 POR DIMENSÃO FÍSICA.....	33
QUADRO 12:	UTA E UTA ASSALARIADA 2009 E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 1999 POR REGIÃO AGRÁRIA.....	36
QUADRO 13:	CONCURSOS EM VIGOR NO ANO DE 2011 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU).....	44
QUADRO 14:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2011 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU).....	45
QUADRO 15:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2011 (ENQUADRADAS NO PU).....	46
QUADRO 16:	COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONTRATOS ENVIADOS (EXCLUI MEDIDAS SIGC).....	47
QUADRO 17:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2011 (POR SUBPROGRAMA).....	49
QUADRO 18:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2011 (POR SUBPROGRAMA).....	50
QUADRO 19:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2011 (POR EIXO).....	51
QUADRO 20:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2011 (POR EIXO).....	52
QUADRO 21:	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	53
QUADRO 22:	INDICADORES DE RESULTADO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	54
QUADRO 23:	AÇÃO 1.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	58
QUADRO 24:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (NO ANO).....	59
QUADRO 25:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	59
QUADRO 26:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA – PIR ENTRADOS POR COMPONENTE E SETOR (ACUMULADO).....	60
QUADRO 27:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	60
QUADRO 28:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	61
QUADRO 29:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO).....	62
QUADRO 30:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	62
QUADRO 31:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	63
QUADRO 32:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	63
QUADRO 33:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO).....	64
QUADRO 34:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	64
QUADRO 35:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	65
QUADRO 36:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR TIPO DE PROMOTOR (ACUMULADO).....	66

QUADRO 37:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO)	67
QUADRO 38:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO) ..	67
QUADRO 39:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO EM FORMAÇÃO POR COMPONENTE (NO ANO E ACUMULADO)	67
QUADRO 40:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO)	68
QUADRO 41:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR SEXO E IDADE (ACUMULADO)	68
QUADRO 42:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 1 (ACUMULADO)	69
QUADRO 43:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	70
QUADRO 44:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	71
QUADRO 45:	AÇÃO 1.1.1 - COMPONENTE 1 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS (MODO DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL)	72
QUADRO 46:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO (POR ATIVIDADE AGRÍCOLA E RUBRICA DE INVESTIMENTO) ...	73
QUADRO 47:	AÇÃO 1.1.1 – AGRICULTORES SINGULARES - % DO RENDIMENTO OBTIDO DA EXPLORAÇÃO E TEMPO DEDICADO À AGRICULTURA	73
QUADRO 48:	AÇÃO 1.1.1 – COMPOSIÇÃO DA SAU DAS EXPLORAÇÕES CONTRATADAS (COMPONENTE 1)	74
QUADRO 49:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO)	74
QUADRO 50:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	75
QUADRO 51:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	75
QUADRO 52:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO)	76
QUADRO 53:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO)	76
QUADRO 54:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADO ACUMULADO)	77
QUADRO 55:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO)	77
QUADRO 56:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	78
QUADRO 57:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	78
QUADRO 58:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA PAGOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	79
QUADRO 59:	AÇÃO 1.1.1 – REPARTIÇÃO REGIONAL E SECTORIAL DO INVESTIMENTO CONTRATADO DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	79
QUADRO 60:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS E PAGAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA)	80
QUADRO 61:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR)	81
QUADRO 62:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADO ACUMULADO)	81
QUADRO 63:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (PAGO ACUMULADO)	81
QUADRO 64:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADOS ACUMULADO)	82
QUADRO 65:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (PAGOS ACUMULADO)	82
QUADRO 66:	AÇÃO 1.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	84
QUADRO 67:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS	84
QUADRO 68:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	85
QUADRO 69:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	85
QUADRO 70:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	85
QUADRO 71:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	86
QUADRO 72:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO)	86

QUADRO 73:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	87
QUADRO 74:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÕES DE INVESTIMENTO (ACUMULADO) ...	87
QUADRO 75:	AÇÃO 1.1.2 – PA CONTRATADOS QUE CONCORRERAM À AÇÃO 1.1.1 E VALORES DE INVESTIMENTO DAS AÇÕES 1.1.2 E 1.1.1 ASSOCIADOS (ACUMULADO)	88
QUADRO 76:	AÇÃO 1.1.2 - COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INVESTIMENTOS DAS AÇÕES 1.1.2 E 1.1.1, COMPONENTE 1.....	88
QUADRO 77:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO) .	89
QUADRO 78:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	90
QUADRO 79:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	90
QUADRO 80:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	91
QUADRO 81:	AÇÃO 1.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	91
QUADRO 82:	AÇÃO 1.1.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	93
QUADRO 83:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO E ACUMULADO)	94
QUADRO 84:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO 10º PERÍODO DE CANDIDATURAS)	94
QUADRO 85:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	95
QUADRO 86:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO 10º PERÍODO DE CANDIDATURAS).....	95
QUADRO 87:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS COM E SEM CANDIDATURAS À AÇÃO 1.1.1 - EXCLUÍ 10º AVISO (ACUMULADO)	96
QUADRO 88:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS COM APOIO AO INVESTIMENTO (ACUMULADO) .	96
QUADRO 89:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	97
QUADRO 90:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	97
QUADRO 91:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	98
QUADRO 92:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (10º AVISO).....	98
QUADRO 93:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (NO ANO E ACUMULADO).....	99
QUADRO 94:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS	100
QUADRO 95:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS COM CANDIDATURAS, EM SIMULTÂNEO, À AÇÃO 1.1.1	100
QUADRO 96:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	101
QUADRO 97:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS COM PROJETOS DE INVESTIMENTO APRESENTADOS NO ÂMBITO DA AÇÃO 1.1.1 (ACUMULADO).....	102
QUADRO 98:	AÇÃO 1.1.3 – PA CONTRATADOS COM PROJETOS DE INVESTIMENTO APRESENTADOS NO ÂMBITO DA AÇÃO 1.1.1, POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (ACUMULADO).....	102
QUADRO 99:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES À EXPLORAÇÃO (DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR COM CANDIDATURAS À AÇÃO 1.1.1 ATÉ AO 9º AVISO).....	102
QUADRO 100:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (10º AVISO).....	103
QUADRO 101:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	103
QUADRO 102:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	104
QUADRO 103:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS (NO ANO)	104
QUADRO 104:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	105

QUADRO 105:	AÇÃO 1.1.3 – ACRÉSCIMO DE VAB (ACUMULADO)	105
QUADRO 106:	MEDIDA 1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	107
QUADRO 107:	MEDIDA 1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	107
QUADRO 108:	MEDIDA 1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	108
QUADRO 109:	MEDIDA 1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR SETOR DE ATIVIDADE)	108
QUADRO 110:	MEDIDA 1.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR).....	109
QUADRO 111:	MEDIDA 1.2 - INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO CONTRATADAS	109
QUADRO 112:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADOS)	110
QUADRO 113:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (PAGOS).....	110
QUADRO 114:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO ESPECÍFICO (CONTRATADOS)	110
QUADRO 115:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO ESPECÍFICO (PAGOS)	110
QUADRO 116:	AÇÃO 1.3.1 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	111
QUADRO 117:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ANO).....	112
QUADRO 118:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	112
QUADRO 119:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ANO)	113
QUADRO 120:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ACUMULADO)....	113
QUADRO 121:	AÇÃO 1.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	114
QUADRO 122:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	114
QUADRO 123:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	115
QUADRO 124:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	115
QUADRO 125:	AÇÃO 1.3.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO - ÁREA INTERVENCIÓNADA (ACUMULADO)	116
QUADRO 126:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	117
QUADRO 127:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	117
QUADRO 128:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	118
QUADRO 129:	AÇÃO 1.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	120
QUADRO 130:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR CONCURSOS (ACUMULADO).....	120
QUADRO 131:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	120
QUADRO 132:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	121
QUADRO 133:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	122
QUADRO 134:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO (ACUMULADO)	122
QUADRO 135:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	123
QUADRO 136:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	123
QUADRO 137:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)..	124
QUADRO 138:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (PAGO ACUMULADO).....	124
QUADRO 139:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – TIPOLOGIA DE EMPRESAS (ACUMULADO)	125
QUADRO 140:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	125
QUADRO 141:	AÇÃO 1.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	127
QUADRO 142:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO).....	127
QUADRO 143:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	128
QUADRO 144:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	128

QUADRO 145:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	129
QUADRO 146:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTORES (ACUMULADO)	129
QUADRO 147:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	130
QUADRO 148:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	130
QUADRO 149:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	131
QUADRO 150:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS E PAGOS POR DIMENSÃO DE EMPRESA (ACUMULADO)	131
QUADRO 151:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPO DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	132
QUADRO 152:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE EMPRESA (ACUMULADO)	132
QUADRO 153:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA CONTRATADOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE).....	133
QUADRO 154:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA PAGOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE).....	133
QUADRO 155:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - AUMENTO DO VAB ACUMULADO (ACUMULADO)	134
QUADRO 156:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - PA CONTRATADOS E PAGOS QUE INTRODUIZIRAM NOVOS PRODUTOS/TÉCNICAS (ACUMULADO)	134
QUADRO 157:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS APROVADOS (ACUMULADO).....	136
QUADRO 158:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS APROVADOS (POR REGIME DE QUALIDADE).....	136
QUADRO 159:	AÇÃO 1.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	137
QUADRO 160:	AÇÃO 1.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	137
QUADRO 161:	AÇÃO 1.4.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	138
QUADRO 162:	AÇÃO 1.4.2 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	139
QUADRO 163:	AÇÃO 1.4.2 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	139
QUADRO 164:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	140
QUADRO 165:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA CONTRATADOS)	141
QUADRO 166:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA PAGOS)	141
QUADRO 167:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – VALOR DA PRODUÇÃO (POR CATEGORIA DE PRODUTO)	142
QUADRO 168:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – ACRÉSCIMO DO VALOR DA PRODUÇÃO.....	143
QUADRO 169:	MEDIDA 1.5 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	145
QUADRO 170:	MEDIDA 1.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)...	145
QUADRO 171:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	146
QUADRO 172:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)	146
QUADRO 173:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO).....	146
QUADRO 174:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADO)	147
QUADRO 175:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGO).....	147
QUADRO 176:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA CONTRATADA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO.....	147
QUADRO 177:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA PAGA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO	148
QUADRO 178:	AÇÃO 1.6.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	150

QUADRO 179:	AÇÃO 1.6.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	150
QUADRO 180:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	151
QUADRO 181:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	151
QUADRO 182:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (CONTRATADO ACUMULADO).....	152
QUADRO 183:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (PAGO ACUMULADO) ..	152
QUADRO 184:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	152
QUADRO 185:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	153
QUADRO 186:	AÇÃO 1.6.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	155
QUADRO 187:	AÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (NO ANO).....	155
QUADRO 188:	AÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	156
QUADRO 189:	AÇÃO 1.6.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	156
QUADRO 190:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	158
QUADRO 191:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	158
QUADRO 192:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	158
QUADRO 193:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE RESULTADO	159
QUADRO 194:	AÇÃO 1.6.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	161
QUADRO 195:	AÇÃO 1.6.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	161
QUADRO 196:	AÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	162
QUADRO 197:	AÇÃO 1.6.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	162
QUADRO 198:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	163
QUADRO 199:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	163
QUADRO 200:	AÇÃO 1.6.3 – ÁREA BENEFICIADA (POR CONCURSO).....	163
QUADRO 201:	AÇÃO 1.6.4 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	164
QUADRO 202:	AÇÃO 1.6.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	165
QUADRO 203:	AÇÃO 1.6.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	165
QUADRO 204:	AÇÃO 1.6.4 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	166
QUADRO 205:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	166
QUADRO 206:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	167
QUADRO 207:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE RESULTADO.....	167
QUADRO 208:	AÇÃO 1.6.5 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	169
QUADRO 209:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “CAMINHOS AGRÍCOLAS ” (ACUMULADO)	169
QUADRO 210:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “ELETRIFICAÇÃO RURAL” (ACUMULADO)	169
QUADRO 211:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL” (ACUMULADO)	170
QUADRO 212:	AÇÃO 1.6.5 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	170
QUADRO 213:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (CAMINHOS AGRÍCOLAS).....	171
QUADRO 214:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ELETRIFICAÇÃO RURAL)	171
QUADRO 215:	AÇÃO 1.6.4 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	172
QUADRO 216:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	172
QUADRO 217:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	172

QUADRO 218:	AÇÃO 1.7 – CANDIDATURAS E IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO)	174
QUADRO 219:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO).....	174
QUADRO 220:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS IDENTIFICADOS (ACUMULADO)	175
QUADRO 221:	AÇÃO 1.7 – PA PAGOS (ACUMULADO).....	175
QUADRO 222:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS APOIADOS (ACUMULADO).....	175
QUADRO 223:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES FINANCEIROS.....	176
QUADRO 224:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	176
QUADRO 225:	MEDIDA 4.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	178
QUADRO 226:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	178
QUADRO 227:	INVESTIMENTO CONTRATADO (POR RUBRICAS).....	179
QUADRO 228:	MEDIDA 4.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	179
QUADRO 229:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO	180
QUADRO 230:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO).....	181
QUADRO 231:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO).....	181
QUADRO 232:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE RESULTADO	181
QUADRO 233:	AÇÃO 4.2.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	183
QUADRO 234:	AÇÃO 4.2.1 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	183
QUADRO 235:	AÇÃO 4.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	183
QUADRO 236:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	184
QUADRO 237:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	184
QUADRO 238:	AÇÃO 4.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	185
QUADRO 239:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO)	185
QUADRO 240:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	186
QUADRO 241:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (2.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE ACTIVOS).....	186
QUADRO 242:	AÇÃO 4.2.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	188
QUADRO 243:	AÇÃO 4.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	188
QUADRO 244:	AÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	189
QUADRO 245:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS E PAGOS)	189
QUADRO 246:	AÇÃO 4.2.2 – INVESTIMENTO EM REDES TEMÁTICAS POR SETOR E PRODUTOS.....	190
QUADRO 247:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADOR ESPECÍFICO DE RESULTADO	190
QUADRO 248:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	192
QUADRO 249:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS	192
QUADRO 250:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	193
QUADRO 251:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	194
QUADRO 252:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	194
QUADRO 253:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	195
QUADRO 254:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	195
QUADRO 255:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	196
QUADRO 256:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	196
QUADRO 257:	AÇÃO 4.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	197
QUADRO 258:	AÇÃO 4.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	198
QUADRO 259:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	198
QUADRO 260:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	199
QUADRO 261:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	199
QUADRO 262:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	200

QUADRO 263:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO NO PU 2011 (POR AÇÃO)	203
QUADRO 264:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS (POR AÇÃO E ANO CANDIDATURA)	203
QUADRO 265:	MEDIDA 2.1 – ÁREAS APOIADAS (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	203
QUADRO 266:	MEDIDA 2.1 – MONTANTE DO APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	204
QUADRO 267:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (NO ANO)	204
QUADRO 268:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (ACUMULADO)	205
QUADRO 269:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	206
QUADRO 270:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	206
QUADRO 271:	AÇÃO 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2011	209
QUADRO 272:	AÇÃO 2.2.1 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR MODO DE PRODUÇÃO E ANO DE INICIO DE APOIO) - PU 2011	210
QUADRO 273:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA MÉDIA DETERMINADA PARA APOIO - HA/CANDIDATURA (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2011	211
QUADRO 274:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADAS PARA APOIO EM 2011 (POR GRUPO DE CULTURA E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2011	211
QUADRO 275:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADA PARA APOIO EM 2011 (POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2011	212
QUADRO 276:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADA PARA APOIO EM 2011 (PU 2011) (POR ANO DE INÍCIO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO)	212
QUADRO 277:	AÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS (POR ANO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO)	213
QUADRO 278:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO)	213
QUADRO 279:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS ACUMULADOS (POR ANO E POR REGIÃO)	214
QUADRO 280:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES MÉDIOS PAGOS POR CANDIDATURA.....	214
QUADRO 281:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	215
QUADRO 282:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	215
QUADRO 283:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (CANDIDATURAS E CN) – PU 2011	217
QUADRO 284:	AÇÃO 2.2.2 – NÚMERO MÉDIO DE CN (POR EXPLORAÇÃO APOIADA E REGIÃO) – PU 2011	217
QUADRO 285:	AÇÃO 2.2.2 – APOIOS POR ESPÉCIE – PU 2011	218
QUADRO 286:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR ESPÉCIE E RAÇA E POR ANO DE PA) - PU 2011	219
QUADRO 287:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS.....	220
QUADRO 288:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	220
QUADRO 289:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO.....	221
QUADRO 290:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	223
QUADRO 291:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	224
QUADRO 292:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	224
QUADRO 293:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	225
QUADRO 294:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	225
QUADRO 295:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	226
QUADRO 296:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – PA PAGOS (ACUMULADO)	226
QUADRO 297:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS).....	227
QUADRO 298:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADOS).	227
QUADRO 299:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – METAS (ACUMULADO).....	228

QUADRO 300:	AÇÃO 2.2.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO E ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO – PU 2011	230
QUADRO 301:	AÇÃO 2.2.4 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO EM 2011 (POR GRUPO DE CULTURA) - PU 2011 ...	231
QUADRO 302:	AÇÃO 2.2.4 – MONTANTES PAGOS (POR ANO).....	231
QUADRO 303:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	232
QUADRO 304:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE RESULTADO.....	232
QUADRO 305:	AÇÃO 2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO (NO ANO E ACUMULADO).....	234
QUADRO 306:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	234
QUADRO 307:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	235
QUADRO 308:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	235
QUADRO 309:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	236
QUADRO 310:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO).....	236
QUADRO 311:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	237
QUADRO 312:	AÇÃO 2.3.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	237
QUADRO 313:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO)	238
QUADRO 314:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (PAGO).....	238
QUADRO 315:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (CONTRATADO)	239
QUADRO 316:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (PAGO)	239
QUADRO 317:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	239
QUADRO 318:	AÇÃO 2.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO (POR SUBAÇÃO).....	241
QUADRO 319:	AÇÃO 2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	242
QUADRO 320:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO).....	242
QUADRO 321:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	243
QUADRO 322:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	243
QUADRO 323:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	244
QUADRO 324:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO).....	245
QUADRO 325:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO) ..	245
QUADRO 326:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR ESPÉCIE E DRAP)....	246
QUADRO 327:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR ESPÉCIE E DRAP)....	246
QUADRO 328:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS POR TIPO DE APOIO (ACUMULADO)	247
QUADRO 329:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	247
QUADRO 330:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES FINANCEIROS.....	248
QUADRO 331:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (N.º BENEFICIÁRIOS)	248
QUADRO 332:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (N.º HA)	248
QUADRO 333:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (INVESTIMENTO)	249
QUADRO 334:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO.....	249
QUADRO 335:	AÇÃO 2.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO.....	251
QUADRO 336:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.1	251
QUADRO 337:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.2	252
QUADRO 338:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.3	252
QUADRO 339:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA DO 2º CONCURSO (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	253
QUADRO 340:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO DO 2º CONCURSO (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO) .	254
QUADRO 341:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	254

QUADRO 342:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	255
QUADRO 343:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.1 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	255
QUADRO 344:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.3 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	256
QUADRO 345:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	256
QUADRO 346:	AÇÃO 2.3.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	257
QUADRO 347:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ÁREAS CONTRATADAS E PAGAS (ACUMULADO)	257
QUADRO 348:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	258
QUADRO 349:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO.....	258
QUADRO 350:	AÇÃO 2.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	260
QUADRO 351:	AÇÃO 2.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	260
QUADRO 352:	AÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	260
QUADRO 353:	AÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	261
QUADRO 354:	AÇÃO 2.4.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	261
QUADRO 355:	AÇÃO 2.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	262
QUADRO 356:	AÇÃO 2.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	263
QUADRO 357:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PP AGRO E SILVO-AMBIENTAIS DETERMINADOS PARA APOIO	265
QUADRO 358:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR OBJETIVO DA ITI)	266
QUADRO 359:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPOLOGIA DE NATUREZA DE APOIO).....	266
QUADRO 360:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO POR ITI.....	267
QUADRO 361:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - ÁREA APOIADA POR ITI.....	267
QUADRO 362:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - DESPESA PÚBLICA POR ITI	267
QUADRO 363:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO AGRO AMBIENTAL)	268
QUADRO 364:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO SILVO-AMBIENTAL)	268
QUADRO 365:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO AGROAMBIENTAIS – PU 2011 (POR ITI)	272
QUADRO 366:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO SILVO-AMBIENTAIS – PU 2011 (POR ITI).....	272
QUADRO 367:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE AGROAMBIENTAL (POR ITI)	273
QUADRO 368:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE SILVO-AMBIENTAL (POR ITI)	274
QUADRO 369:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	275
QUADRO 370:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE RESULTADO	275
QUADRO 371:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	277
QUADRO 372:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO).....	278
QUADRO 373:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	278
QUADRO 374:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	279
QUADRO 375:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INP (ACUMULADO)	279
QUADRO 376:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ITI (ACUMULADO)	280
QUADRO 377:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	281
QUADRO 378:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES FINANCEIROS	281
QUADRO 379:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	282
QUADRO 380:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE RESULTADO	282
QUADRO 381:	AÇÃO 3.1.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	285
QUADRO 382:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	285

QUADRO 383:	AÇÃO 3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	285
QUADRO 384:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	286
QUADRO 385:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	286
QUADRO 386:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	287
QUADRO 387:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	287
QUADRO 388:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	288
QUADRO 389:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	288
QUADRO 390:	AÇÃO 3.1.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	289
QUADRO 391:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	290
QUADRO 392:	AÇÃO 3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	290
QUADRO 393:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	291
QUADRO 394:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	291
QUADRO 395:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	292
QUADRO 396:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	292
QUADRO 397:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	293
QUADRO 398:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADO)	293
QUADRO 399:	AÇÃO 3.1.3 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	295
QUADRO 400:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	295
QUADRO 401:	AÇÃO 3.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	295
QUADRO 402:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	296
QUADRO 403:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	296
QUADRO 404:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	297
QUADRO 405:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	297
QUADRO 406:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	298
QUADRO 407:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES DE RESULTADO.....	298
QUADRO 408:	AÇÃO 3.2.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	299
QUADRO 409:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	300
QUADRO 410:	AÇÃO 3.2.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	300
QUADRO 411:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	301
QUADRO 412:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	301
QUADRO 413:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	302
QUADRO 414:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	302
QUADRO 415:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	303
QUADRO 416:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	303
QUADRO 417:	AÇÃO 3.2.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	304
QUADRO 418:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	305
QUADRO 419:	AÇÃO 3.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	305
QUADRO 420:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	306
QUADRO 421:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	306
QUADRO 422:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	307
QUADRO 423:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	307
QUADRO 424:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	308
QUADRO 425:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	308

QUADRO 426:	MEDIDA 3.4 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	310
QUADRO 427:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS	311
QUADRO 428:	MEDIDA 3.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR AÇÃO (ACUMULADO)....	311
QUADRO 429:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	312
QUADRO 430:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	312
QUADRO 431:	AÇÃO 3.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	313
QUADRO 432:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (NO ANO E ACUMULADA)	314
QUADRO 433:	AÇÃO 3.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	314
QUADRO 434:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	315
QUADRO 435:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS.....	315
QUADRO 436:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	316
QUADRO 437:	AÇÃO 3.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	316
QUADRO 438:	AÇÃO 3.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	317
QUADRO 439:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	318
QUADRO 440:	AÇÃO 3.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	318
QUADRO 441:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	318
QUADRO 442:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS.....	319
QUADRO 443:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	319
QUADRO 444:	AÇÃO 3.4.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	320
QUADRO 445:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD (POR GAL).....	322
QUADRO 446:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.1 (POR GAL)	323
QUADRO 447:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.2 (POR GAL)	324
QUADRO 448:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.3 (POR GAL)	325
QUADRO 449:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.1 (POR GAL)	326
QUADRO 450:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.2 (POR GAL)	327
QUADRO 451:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO	327
QUADRO 452:	MEDIDA 3.5 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	329
QUADRO 453:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	329
QUADRO 454:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 1 (ACUMULADO).....	329
QUADRO 455:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 2 (ACUMULADO).....	330
QUADRO 456:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	330
QUADRO 457:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	331
QUADRO 458:	MEDIDA 3.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	331
QUADRO 459:	MEDIDA 3.7 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	334
QUADRO 460:	MEDIDA 3.7 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO E ACUMULADO).....	334
QUADRO 461:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	335
QUADRO 462:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	336
QUADRO 463:	MEDIDAS TRANSITADAS (EA) – EXECUÇÃO (NO ANO)	336
QUADRO 464:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	337
QUADRO 465:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	337
QUADRO 466:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (NO ANO).....	338
QUADRO 467:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (ACUMULADO)	338

QUADRO 468:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – EXECUÇÃO (NO ANO).....	339
QUADRO 469:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	339
QUADRO 470:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	340
QUADRO 471:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) – EXECUÇÃO (ACUMULADO)	340
QUADRO 472:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	342
QUADRO 473:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	343
QUADRO 474:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1C1) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	343
QUADRO 475:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1 C2) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	344
QUADRO 476:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1 C1 E C2) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS FACE AOS CONTRATADOS	344
QUADRO 477:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 121)	345
QUADRO 478:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 121)	345
QUADRO 479:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 121)	345
QUADRO 480:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 123)	346
QUADRO 481:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 123)	346
QUADRO 482:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 123)	346
QUADRO 483:	MEDIDA 3.6 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	347
QUADRO 484:	MEDIDA 3.6 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO E ACUMULADO).....	347
QUADRO 485:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	348
QUADRO 486:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	348
QUADRO 487:	MEDIDA 3.6 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	349
QUADRO 488:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – REPARTIÇÃO DO FEADER	351
QUADRO 489:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE NÃO CONVERGÊNCIA	352
QUADRO 490:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA.....	352
QUADRO 491:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – FUNDOS ADICIONAIS DO N.º 5 A DO ARTIGO 69º DO REG. (CE) Nº 1698/2005 - REGIÕES DO OBJETIVO CONVERGÊNCIA	353
QUADRO 492:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO TOTAL.....	353
QUADRO 493:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – GLOBAL	354
QUADRO 494:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – REGIÕES DE CONVERGÊNCIA	355
QUADRO 495:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – HEALTH CHECK.....	356
QUADRO 496:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRODeR.....	357
QUADRO 497:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM (ACUMULADO)	360
QUADRO 498:	CUMPRIMENTO DA “REGRA N+2”	360
QUADRO 499:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS (ACUMULADO).....	360
QUADRO 500:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – MÓDULOS DO SIPRODeR	368
QUADRO 501:	RESULTADOS DO CONTROLO DE QUALIDADE (ANO)	373
QUADRO 502:	CONTROLO DE QUALIDADE – DISTRIBUIÇÃO POR DRAP DOS PA DEVOLVIDOS (ACUMULADO).....	374
QUADRO 503:	AT - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	400
QUADRO 504:	AT - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (POR CONCURSO)	401
QUADRO 505:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA CONTRATADOS NO ANO	401

QUADRO 506:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA PAGOS NO ANO	402
QUADRO 507:	AT - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	402
QUADRO 508:	SITE PRODER – DADOS QUANTITATIVOS.....	409
QUADRO 509:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – DADOS QUANTITATIVOS.....	412
QUADRO 510:	LINHA VERDE – DADOS QUANTITATIVOS	413
QUADRO 511:	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO – PUBLICAÇÕES/MERCHANDISING DISTRIBUÍDOS (NO ANO)	417

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DA SAU (HA) POR REGIÃO AGRÁRIA 1999-2009	34
FIGURA 2:	VARIAÇÃO DOS ANIMAIS (CN) POR REGIÃO AGRÁRIA 1999-2009.....	34
FIGURA 3:	ESTRUTURA DO VPP POR REGIÃO AGRÁRIA	35
FIGURA 4:	INDICADORES SÍNTESE POR DIMENSÃO ECONÓMICA.....	37
FIGURA 5:	SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A 31-12-2011 (ACUMULADO).....	46
FIGURA 6:	AÇÃO 1.6.2 – PROGRESSO DAS OBRAS DO ALQUEVA	157
FIGURA 7:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – ARQUITETURA FUNCIONAL.....	365
FIGURA 8:	PUBLICIDADE – ALGUNS EXEMPLOS DO PRODER NA IMPRENSA.....	404
FIGURA 9:	PUBLICIDADE – NOTÍCIA PUBLICADA NO SEMANÁRIO EXPRESSO	405
FIGURA 10:	SITE PRODER – EXEMPLO DA NOVA <i>HOMEPAGE</i>	406
FIGURA 11:	SITE PRODER – EXEMPLO DA NOVA <i>NEWSLETTER</i> PRODER	407
FIGURA 12:	SITE PRODER – NOVA ORGANIZAÇÃO DOS MENUS	407
FIGURA 13:	SITE PRODER – NOVO ESPAÇO DEDICADO ÀS ELA.....	408
FIGURA 14:	SITE PRODER – OTIMIZAÇÃO DA PESQUISA	408
FIGURA 15:	SITE PRODER – Nº DE VISITAS (NO ANO)	409
FIGURA 16:	SITE PRODER – CONTEÚDOS MAIS VISITADOS (NO ANO).....	410
FIGURA 17:	SITE PRODER – DOCUMENTOS COM MAIS DOWNLOADS (NO ANO).....	410
FIGURA 18:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – Nº DE EMAILS RECECIONADOS (NO ANO).....	412
FIGURA 19:	LINHA VERDE – Nº DE TELEFONEMAS RECEBIDOS (NO ANO).....	413
FIGURA 20:	LINHA VERDE – TIPOLOGIA DE UTILIZADORES (NO ANO).....	414
FIGURA 21:	EVENTOS PÚBLICOS – AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DEDICADAS ÀS NOVAS REGRAS DOS APOIOS A JOVENS AGRICULTORES.....	414
FIGURA 22:	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS – <i>ROLL-UPS</i> : APOIOS À FLORESTA E SUBPROGRAMA 4	415
FIGURA 23:	INTERVENÇÕES DA GESTORA DO PRODER.....	416
FIGURA 24:	CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS – EXEMPLO DE ANÚNCIO PRODER	417
FIGURA 25:	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO – BROCHURA JOVENS AGRICULTORES	418
FIGURA 26:	BOAS PRÁTICAS – «3 PROJETOS LEADER», BROCHURA PUBLICADA PELA FEDERAÇÃO MINHA TERRA ..	419
FIGURA 27:	BOAS PRÁTICAS – SP1 MEDIDA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL: PAINEL EXPLICATIVO DO OLIVAL SUPERINTENSIVO COM REGA GOTA-A-GOTA.....	419
FIGURA 28:	BOAS PRÁTICAS – SP3 MEDIDA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE EMPREGO: PLACA DESCRITIVA PERMANENTE	420
FIGURA 29:	BOAS PRÁTICAS – SP3 MEDIDA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE EMPREGO: PLACA EXPLICATIVA.....	420

SIGLAS

AFN: AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

AG: AUTORIDADE DE GESTÃO

AGRO: PROGRAMA OPERACIONAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP: ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CAP: CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CCDRC: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

CEA: CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA

CN: CABEÇAS NORMAIS

CNA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNJ: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CONFAGRI: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL

DE: DIMENSÃO ECONÓMICA

DGADR: DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DGV: DIREÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

DOP: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

DRAP: DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

ELA: ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

ELD: ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

FEADER: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FFP: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

FTA: PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

GAL: GRUPOS DE AÇÃO LOCAL

GPP: GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

GTAA: GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

HA: HECTARE

IC: INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

ICNB: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, IP

IFAP: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP

IGAP: INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E PESCAS

IGF: INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

IGP: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ISIP: SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

ITI: INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

LVT: LISBOA E VALE DO TEJO

MAA: MEDIDAS AGROAMBIENTAIS

MBS: MARGEM BRUTA STANDARD

MOA: MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

MPB: MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

MPRODI: MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

NIB: NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

NIFAP: NÚMERO DE BENEFICIÁRIO DO IFAP

OP: ORGANISMO PAGADOR

OTE: ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

OC: ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLO

PA: PEDIDO DE APOIO

PAC: POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

PAS: PEDIDO DE APOIO AGRO E SILVO-AMBIENTAL

PEN DR: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

PES: PERÍODO ESPECIAL DE CANDIDATURA

PGF: PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO

PIR: PROJETO DE IMPACTO RELEVANTE

PME: PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

PREE: PLANO DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA

ProDeR: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROF: PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

PU: PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS

RA: REFORMA ANTECIPADA

RAN: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REAP: REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

REL: RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO

REN: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

RPU: REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO

SAU: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

SIG: SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

SIGC: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO

SiProDeR: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

ST: SECRETARIADO TÉCNICO

STA: SECRETARIADO TÉCNICO DE AUDITORIA E CONTROLO

UDE: UNIDADE DE DIMENSÃO ECONÓMICA = 12 MIL EUROS

UE: UNIÃO EUROPEIA

UTA: UNIDADES DE TRABALHO ANUAL

VAB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO

VABPB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE

VAL: VALOR ATUAL LÍQUIDO

VALcf: RENDIMENTO DOS FATORES

VPP: VALOR DE PRODUÇÃO PADRÃO

ZIF: ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DEFINIÇÕES

CANDIDATURAS VÁLIDAS: TOTAL DE CANDIDATURAS APRESENTADAS DEDUZIDAS DAS REPETIDAS, DAS DESISTIDAS, DOS PEDIDOS DE APOIO EM VALIDAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRODeR E DAS CANCELADAS.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: AQUELAS QUE FORAM OBJETO DE DECISÃO DA GESTORA, APÓS AUDIÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO.

CANDIDATURAS CONTRATADAS: AQUELAS QUE FORAM ENVIADAS POR *WEBSERVICE* DE CONTRATAÇÃO PARA O IFAP.

0. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual do ProDeR concretiza um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR), conforme previsto no Artigo 82.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro, seguindo a estrutura e os conteúdos aí definidos.

O presente Relatório visa facultar uma visão global do Programa, procurando-se:

- Contextualizar a implementação do ProDeR no quadro da evolução dos principais indicadores socioeconómicos;
- Caracterizar a situação relativa à concretização e consolidação do modelo de governação;
- Efetuar um balanço da operacionalização física e financeira do ProDeR;
- Apresentar os principais fatores críticos que condicionaram a implementação do ProDeR e as medidas adotadas.

A estrutura e conteúdo do Relatório estão em conformidade com o Anexo VII do Regulamento CE nº 1974/2006 e é constituído por sete Capítulos:

- Capítulo 1: apresenta uma síntese do enquadramento socioeconómico e uma síntese das alterações gerais efectuadas no Programa ao longo de 2011. No enquadramento socioeconómico reporta-se o ambiente macroeconómico, o complexo agroflorestal na economia, a economia agrícola e o enquadramento estrutural. Na síntese das alterações gerais efectuadas ao Programa, dá-se relevo às alterações submetidas ao Comité de Acompanhamento e à Comissão Europeia;
- Capítulo 2: incide sobre a evolução da execução do Programa, incluindo um ponto de análise global e a análise detalhada por medida/ação ProDeR. Na análise global apresenta valores agregados relativos a concursos abertos, candidaturas entradas e investimento proposto, análise

aprovação e contratação de pedidos de apoio, execução financeira e indicadores de acompanhamento. Na análise detalhada por medida/ação segue-se a estrutura adoptada no relatório anterior com a descrição do enquadramento regulamentar, objectivos e implementação e especificando os indicadores de realização e de resultado;

- Capítulo 3: reflete a execução financeira do Programa, incluindo a tipologia de quadros constantes do já referido Anexo VII do Regulamento CE nº 1974/2006;
- Capítulo 4: apresenta as atividades de avaliação contínua referentes ao ano de 2011 e respectivas conclusões e recomendações;
- Capítulo 5: apresenta as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão e pelo Comité de Acompanhamento para assegurar a qualidade e eficácia da execução do programa com a apresentação de um resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do programa e medidas tomadas, a utilização da assistência técnica e as medidas tomadas para garantir que o programa é objecto de publicidade;
- Capítulo 6: apresenta os aspectos relacionados com a conformidade do Programa com as políticas comunitárias;
- Capítulo 7: refere as questões respeitantes à reutilização das verbas comunitárias

1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Enquadramento socioeconómico

A – Ambiente macroeconómico

A atividade económica mundial abrandou em 2011, em particular nas economias avançadas, os principais destinos das exportações portuguesas, incluindo as agroalimentares, em resultado da crise da dívida soberana na área do euro

Quadro 1: Enquadramento internacional

	2000	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de variação anual real PIB (%)						
EUA	4,1	1,9	-0,3	-3,5	3,0	1,7
Zona Euro	3,9	3,0	0,3	-4,2	1,8	1,6
OCDE	4,2	2,8	0,1	-3,8	3,1	1,9
PT	3,9	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6
Taxa de Desemprego (%)						
EUA	4,0	4,6	5,8	9,3	9,6	9,0
Zona Euro	8,3	7,4	7,5	9,4	9,9	9,9
OCDE	6,0	5,7	6,0	8,2	8,3	8,0
PT	4,0	8,0	7,6	9,5	10,8	12,5
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)						
EUA	5,1	2,3	-0,6	-1,9	2,0	2,3
Zona Euro	3,0	1,6	0,3	-1,1	0,8	0,4
OCDE	4,2	2,6	0,1	-1,8	2,1	1,6
PT	3,8	2,4	1,3	-2,4	2,1	-3,9
Taxa de juro de curto prazo (%)						
EUA	6,5	5,3	3,2	0,9	0,5	0,4
Zona Euro	4,4	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4
PT	4,4	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4
Índice de preços (Base 2005)						
Petróleo	52,2	133,4	178,4	113,1	146,1	204,9
Matérias primas agrícolas	87,6	131,9	126,0	104,6	140,4	157,6
Dívida pública em % do PIB						
EUA	33,9	35,7	40,2	53,6	61,3	nd
PT	52,0	66,6	68,9	78,8	87,9	102,2
Défica público em % do PIB						
EUA	1,5	-2,9	-6,6	-11,6	-10,7	-10,0
Zona Euro	-0,1	-0,7	-2,1	-6,4	-6,3	-4,0
OCDE	0,1	-1,3	-3,4	-8,3	-7,7	-6,6
PT	-2,9	-3,2	-3,7	-10,2	-9,8	-5,9

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: OCDE, Contas Nacionais Anuais Preliminares - 2011, INE e IGCP

Data de versão dos dados: Março de 2012

Em termos médios anuais, o **PIB das economias desenvolvidas** diminuiu em 2011, refletindo-se no desemprego, que continuou a aumentar, conduzindo, nomeadamente, ao decréscimo do consumo privado. As taxas de juro voltaram a aumentar em 2011 após uma queda em 2010. O preço do petróleo e o das matérias-primas agrícolas registaram uma subida significativa, voltando a alcançar níveis históricos em ambos os casos. O défice público das economias desenvolvidas continuou a recuar em 2011, fruto das medidas de natureza orçamental adotadas em alguns países, inclusive em Portugal, que perante a dificuldade progressiva de acesso ao financiamento externo, solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

Quadro 2: PIB e componentes

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Taxa de variação anual real PIB (%)</i>						
PIB	3,9	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6
Consumo Privado	3,8	2,4	1,3	-2,4	2,1	-3,9
Consumo público	4,2	0,5	0,3	4,7	0,9	-3,9
Investimento	1,6	2,1	-0,1	-13,3	-3,6	-14,0
Procura interna	3,3	2,0	0,8	-3,3	0,8	-5,7
Exportações	8,8	7,5	-0,1	-10,9	8,8	7,4
Importações	5,6	5,5	2,3	-10,0	5,4	-5,5

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: Contas Nacionais Anuais Preliminares - 2011, INE
Data de versão dos dados: Março de 2012

Num contexto de constante pressão externa, designadamente por parte dos mercados financeiros, e pressão interna, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos, verificou-se uma **forte contração na procura interna em Portugal (5,7%)**, generalizada a todas as componentes da procura interna: investimento (-14%), consumo privado e público (ambos, -3,9%), facto que motivou o decréscimo do PIB em 1,6%. Salienta-se a melhoria do saldo da balança comercial em 2011, quer devido ao aumento das exportações (7,4%), quer da diminuição das Importações (-5,5).

Voltou a verificar-se um aumento significativo do desemprego em relação a 2010. Em 2011, a taxa de desemprego atingiu 12,7%, valor superior ao

observado na zona euro e na generalidade dos países desenvolvidos. O défice das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional ascendeu a 5,9% do PIB, em 2011, depois de ter atingido 9,8%, em 2010.

B – O complexo agroflorestal na economia

O complexo agroflorestal inclui o **complexo agroalimentar** (agricultura e indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o **complexo florestal** (silvicultura e as indústrias transformadoras de produtos florestais) e tem um peso importante na economia nacional, gerando aproximadamente 6% do PIB. Note-se a pertinência da valorização do produto agrícola ao custo de fatores, isto é, contabilizando todos os subsídios líquidos de imposto não só na ótica do rendimento, mas também da produção, pois parte dos subsídios agrícolas destinam-se a pagar bens públicos não remunerados pelo mercado. Esta valorização aumenta a sua importância do produto agrícola na economia.

Quadro 3: Importância do complexo agroflorestal no PIB (%)

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Preços base</i>						
Agricultura	2,5	1,7	1,6	1,6	1,6	1,4
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,1	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2
Silvicultura	0,8	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Ind. Florestais	2,2	1,7	1,5	1,3	1,3	1,4
Complexo Agro-Florestal	7,5	5,7	5,5	5,5	5,5	5,4
<i>Custo de factores</i>						
Agricultura	2,7	2,1	2,2	2,0	<i>nd</i>	<i>nd</i>
Complexo Agro-Florestal	7,7	6,2	6,0	5,8	<i>nd</i>	<i>nd</i>

P – dados preliminares; E - estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE
Data de versão dos dados: Março de 2012

Em 2009, o peso do emprego agrícola no emprego total representava 8,3% e 10,7%, se avaliado, respetivamente, em equivalentes a tempo completo de trabalho e em número de ativos empregues. As estimativas para 2011 revelam uma diminuição da importância empregadora do setor.

Quadro 4: Importância do complexo agroflorestal no emprego (%)

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Nº indivíduos</i>						
Agricultura	11,5	10,7	10,5	10,7	10,0	9,3
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2
Silvicultura	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Ind. Florestais	2,0	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5
Complexo Agro-Florestal	16,1	14,9	14,7	14,7	13,9	13,2
<i>Equivalentes a tempo completo</i>						
Agricultura	10,0	8,3	8,2	8,3	<i>nd</i>	<i>nd</i>
Complexo Agro-Florestal	14,6	12,6	12,4	12,4	<i>nd</i>	<i>nd</i>

P – dados preliminares; E - estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE

Data de versão dos dados: Março de 2012

Os produtos do **complexo agroflorestal** são bens internacionalmente transacionáveis, isto é, que podem ser importados e exportados e estão, portanto, sujeitos à concorrência internacional nos mercados externos e no mercado interno. As atividades do complexo agroflorestal têm por isso um papel importante no comércio internacional representando, atualmente, cerca de 20% e 18%, respetivamente, dos valores das exportações e das importações de bens da Economia.

O saldo da balança comercial agroflorestal, tradicionalmente negativo, tem apresentado melhorias significativas correspondendo a 21,8% do défice comercial da Economia Portuguesa, em 2009. Esta relação, em 2011 (ainda que preliminarmente) aumentou, contudo não resultou de um aumento do défice comercial agroflorestal, pois este diminuiu, mas da melhoria significativa da balança comercial nacional em resultado de uma significativa redução das importações de bens e serviços.

Quadro 5: Importância do complexo agroflorestal no comércio internacional (%)

		2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
Importância do Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens)							
Exportações	<i>EXP agroflorestal / EXP Bens</i>	16,0	16,8	17,7	19,5	19,3	20,0
Importações	<i>IMP agroflorestal / IMP Bens</i>	16,0	16,3	16,3	18,4	17,4	18,9
Saldo Comercial	<i>SC agroflorestal / SC Bens</i>	16,1	15,3	13,9	16,2	13,1	14,8
Importância do Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens e Serviços)							
Exportações	<i>EXP agroflorestal / EXP Bens+serviços</i>	12,6	12,4	13,0	13,9	14,0	14,8
Importações	<i>IMP agroflorestal / IMP Bens+serviços</i>	14,0	14,1	14,1	15,6	14,8	16,0
Saldo Comercial	<i>SC agroflorestal / SC Bens+serviços</i>	17,9	20,7	17,9	21,8	18,3	27,3

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE
Data de versão dos dados: Março de 2012

Nota:

- Uma vez que a balança comercial é deficitária, um valor positivo no saldo comercial significa um contributo negativo para o saldo da Balança Comercial da Economia, por sua vez, um valor negativo no saldo comercial significa um contributo positivo para o saldo da Balança Comercial (ver gráfico 1).
- A Balança Comercial da Economia regista as transações de comércio internacional de bens e serviços. Alguns dos indicadores apresentados foram construídos contemplando apenas as transações de bens da Economia, dado o carácter maioritário destas no complexo agroflorestal.

Quadro 6: Taxa de variação anual das exportações, importações e saldo comercial do complexo agroflorestal e economia (%)

	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
Taxa de variação anual do Complexo Agro-florestal					
Exportações	11,5	6,8	-9,3	14,6	19,1
Importações	12,7	7,8	-10,1	5,3	10,1
Taxa de variação anual da Economia (Bens e Serviços)					
Exportações	9,6	2,4	-15,4	13,4	13,3
Importações	6,8	7,5	-18,3	10,4	2,1

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE
Data de versão dos dados: Março de 2012

C – Economia agrícola

No ano 2011, o sector agrícola destacou-se pelo crescimento positivo do produto (2,3%, a preços de mercado), **superior à média dos anos mais recentes** (0,3% média anual para período 2007-2010) e que contrasta com o crescimento negativo da economia portuguesa (-1,6%) e dos restantes sectores da economia que, à semelhança do conjunto da economia, apresentam taxas de crescimento negativas. Este crescimento do produto traduz uma utilização mais eficiente dos recursos, já que, em volume, as diminuições dos consumos intermédios (-3,1%) e do volume de trabalho (-4,2%) foram superiores à diminuição da produção agrícola (-0,9%).

O rendimento agrícola diminuiu em 2011. A degradação dos termos de troca é o fator principal da redução do rendimento agrícola, evidente no contraste observado entre as evoluções dos preços dos produtos agrícolas (-0,4%) e do preço dos consumos intermédios (+8,9%), que se traduziu numa **diminuição dos preços implícitos no VABpm (-15,8%)**. Contudo, para esta redução também contribuiu a **diminuição (-7%) dos subsídios¹, que representam cerca de 30% do rendimento agrícola**.

Quadro 7: Taxa média de crescimento anual da produção, dos consumos intermédios, do VAB agrícola e do PIB (%)

	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
	2010/2000			2011/2010		
Produção agrícola_{pm}	-0,1	0,6	0,5	-0,9	-0,4	-1,3
Consumos intermédios	0,3	2,2	2,5	-3,1	8,9	5,5
VAB_{pm} Agricultura	-0,6	-1,6	-2,2	2,3	-15,8	-13,8
PIB_{pm}	0,6	2,4	3,1	-1,6	0,7	-0,9

P – dados preliminares; E - estimativa

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE
Data de versão dos dados: Março de 2012

¹ Contudo, a evolução anual dos subsídios apresenta alguns comportamentos atípicos devido ao calendário de pagamentos que pode levar à concentração da contabilização dos subsídios em determinados anos em detrimento de outros. Foi o caso do ano de 2010, em que foram pagos alguns subsídios de anos anteriores, nomeadamente o RPU, e por esta razão está sobreavaliado.

Quadro 8: Taxa de variação anual de alguns indicadores relativos à atividade agrícola (%)

	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>taxa de variação anual (%)</i>					
Produção_{pm}					
Preços correntes	2,6	4,4	-5,4	2,8	-0,6
Preços constantes 2006	-0,1	2,6	-1,1	-1,9	-0,8
VAB_{pm}					
Preços correntes	-7,8	0,9	-4,4	-0,5	-13,8
Preços constantes 2006	-5,6	4,4	-0,6	-2,9	2,3
VAB_{cf} (preços correntes)					
	-1,3	4,3	-9,1	4,3	-11,8
Emprego (UTA)					
	-2,3	-1,5	-1,3	-5,3	-4,2
Produtividade					
VAB _{pm} volume /UTA	-3,4	6,1	0,7	2,6	6,8
Rendimento					
VAL _{cf} real /UTA	-2,3	5,1	-11,3	10,2	-10,1
VAL _{cf} - rendas e juros real/UTA	-4,9	3,0	-8,3	11,7	-12,4
Rendimento Empresarial Líquido					
	-8,5	4,2	-15,5	12,5	-25,6
Subsídios					
	19,7	12,7	-19,1	16,7	-7,1
FBCF					
	2,8	-5,8	-6,3	-4,0	nd
FBCF/RLE	12,3	-9,6	10,9	-14,7	nd
FBCF/VAB _{cf}	8,9	-9,8	-5,8	-1,1	nd

P - dados preliminares; E - estimativa

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE;
Data de versão dos dados: Março de 2012

Em 2011, o aumento do produto agrícola em volume (2,3%) conjugado com a diminuição do emprego na agricultura (-4,2%) originou um aumento significativo da produtividade do trabalho em 6,8%. O investimento na atividade agrícola, à semelhança da economia, apresentou uma **tendência de variação negativa** no período 2000-2010.

Relativamente a produção agrícola em 2011, os resultados revelam uma dinâmica positiva da produção animal (0,4% em volume e 5,6%, em valor) e negativa da produção vegetal (-2,7%, em volume e -5,4% em valor), num

ano marcado por algumas condições climáticas adversas que afetaram os cereais de sequeiro e pela crise relacionada com a bactéria e-coli.

Quadro 9: Estrutura da produção agrícola e respetiva variação

	Estrutura em 2011	Taxa de variação 2010/2000		Taxa de variação 2011/2010	
		Volume	Volume	Preço	Valor
Cereais	3,8	7,1	7,2	4,8	12,3
Plantas industriais	0,9	-53,2	-1,5	-6,6	-8,0
Plantas forrageiras	5,1	-30,6	-0,2	7,0	6,8
Vegetais e Produtos hortícolas	16,1	5,7	-1,6	-8,5	-9,9
Batatas	2,2	-25,1	3,4	-5,7	-2,5
Frutos	16,7	16,5	-1,9	-1,5	-3,3
Vinho*	5,5	2,0	-17,1	-0,8	-17,8
Azeite*	0,2	227,1	3,2	3,0	6,2
Outros produtos vegetais	0,8	-25,5	0,0	-2,5	-2,5
PRODUÇÃO VEGETAL	51,2	3,0	-2,7	-2,8	-5,4
Bovinos	8,6	-0,1	5,7	9,8	16,0
Suíños	9,2	14,3	0,6	-2,1	-1,5
Aves de capoeira	7,7	14,9	-1,4	4,2	2,7
Leite	12,0	-4,5	0,0	11,4	11,4
PRODUÇÃO ANIMAL	43,7	-1,3	0,4	5,2	5,6
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS	3,1	27,2	-1,5	2,1	0,6
PRODUÇÃO	100				

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE
Data de versão dos dados: Março de 2012

Note-se que os sectores do vinho e, em particular, do azeite só estão residualmente refletidos nos resultados apresentados² e que, pelo menos, o azeite se encontra em franca expansão. Parte do sector animal é fortemente utilizador de consumos intermédios e, portanto, o seu valor acrescentado representa uma parcela diminuta do valor da produção, pelo que o crescimento da sua produção tem um impacto muito inferior no valor acrescentado.

A diminuição verificada na produção vegetal deveu-se quer à diminuição dos preços quer da produção, sobretudo nos produtos hortícolas. Destaca-se a evolução globalmente positiva dos cereais (7,2% em volume e 12% em valor), resultante sobretudo do crescimento da produção de milho.

² A última atualização metodológica das Contas Económicas da Agricultura (CEA) teve, entre outras, repercussões na contabilização do vinho e do azeite na produção agrícola. Atualmente o vinho e o azeite produzidos em adegas e lagares cooperativos deixaram de ser considerados na produção agrícola, sendo contabilizados na indústria das bebidas e nas indústrias alimentares, respetivamente. Apenas a produção de vinho e azeite por produtores individuais é considerada na produção agrícola. Por esta razão, a evolução verificada nestes sectores, segundo as CEA, não representa a totalidade da produção nacional de vinho e azeite, sendo mesmo residual neste último caso.

Na produção animal, destaca-se o crescimento substancial dos bovinos (16% em valor) face à tendência dos últimos anos, o crescimento acentuado do leite de 11,4% em resultado do aumento do preço, revertendo a tendência negativa dos últimos anos, e o aumento da produção de suínos, em volume (0,6%), foi contrariado pela evolução nos preços e traduziu-se numa diminuição da produção em valor (-1,5%) contrariando o crescimento positivo dos últimos anos.

D – Enquadramento estrutural: recenseamento agrícola de 2009

Ficou disponível no decorrer do ano de 2011 a informação relativa ao Recenseamento Agrícola de 2009 o que permite sintetizar o atual enquadramento estrutural e a evolução verificada face ao Recenseamento Geral da Agricultura de 1999.

Verificou-se, no Continente, uma **diminuição da Superfície Agrícola Utilizada - SAU (-5%)** e do **número de explorações (-27%)**, traduzindo num aumento na dimensão média das explorações (12,7 ha/expl. em 2009 face aos 9,8 ha/expl. em 2009). Apesar desta evolução **a produção agrícola aumentou, em volume, cerca de 4,4% no período 2000-2009**.

Em **termos regionais**, a variação da SAU é também muito distinta, verificando-se situações de pequenos aumentos (Alentejo) e fortes diminuições (Beira Litoral, Beira Interior, Lisboa e Vale do Tejo). Nestas últimas situações a diminuição da SAU poderá estar associada a processos de florestação, de urbanização e de envelhecimento demográfico.

A diminuição da SAU e do número de explorações não se observou em todas as classes de dimensão física das explorações, **tendo aumentado nas explorações com mais de 50 ha**. A diminuição do número de explorações foi particularmente significativa nas explorações com menos de 1 ha (-46%).

Quadro 10: N.º de explorações, SAU e SAU média em 2009 e respetiva variação face a 1999 por região agrária

Região	N.º Explorações			SAU			SAU Média	
	2009	Estrutura regional	Variação 2009-1999	2009	Estrutura regional	Variação 2009-1999	2009	Variação 2009-1999
	N.º	%	%	ha	%	%	Expl/ha	%
Continente	278.114	100	-27,23	3.542.305	100	-5,19	12,7	30,3
EDM	49.037	17,63	-27,40	211.154	5,96	-2,10	4,3	34,9
TM	61.804	22,22	-11,72	432.873	12,22	-5,46	7,0	7,1
BL	49.424	17,77	-38,07	125.436	3,54	-26,12	2,5	19,3
BI	33.763	12,14	-30,12	337.031	9,51	-19,56	10,0	15,1
LVT	39.875	14,34	-35,28	391.006	11,04	-12,69	9,8	34,9
ALT	31.828	11,44	-11,36	1.956.508	55,23	1,69	61,5	14,7
ALG	12.383	4,45	-34,73	88.297	2,49	-13,38	7,1	32,7

Fonte: GPP, a partir de RGA1999 e RA2009, INE

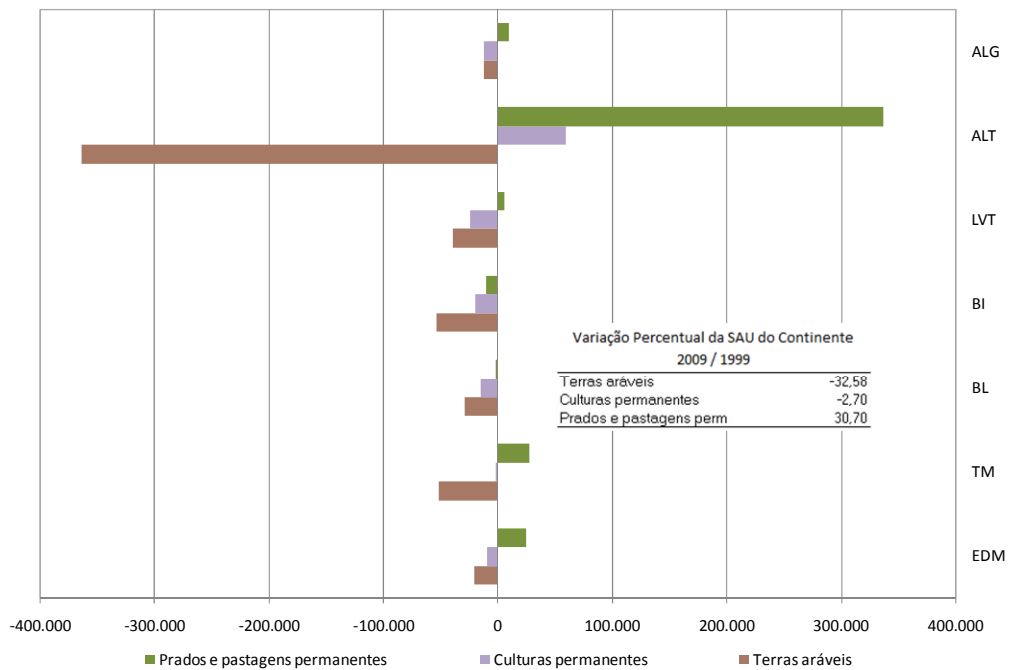
Quadro 11: N.º de explorações, SAU e SAU média em 2009 e respetiva variação face a 1999 por dimensão física

Escalaões de área	N.º Explorações			SAU			SAU Média	
	2009	Estrutura regional	Variação 2009-1999	2009	Estrutura regional	Variação 2009-1999	Em 2009	Variação 2009-1999
	N.º	%	%	ha	%	%	N.º	%
Continente	278.114	100,00	-27,23	3.542.305	100,00	-5,19	12,7	30,3
< 1 ha	47.498	17,08	-46,42	29.334	0,83	-42,75	0,6	6,8
1 a <5 ha	160.902	57,85	-23,61	353.007	9,97	-23,68	2,2	-0,1
5 a <20 ha	49.311	17,73	-19,81	461.345	13,02	-19,29	9,4	0,6
20 a <50 ha	10.356	3,72	-12,00	316.160	8,93	-11,35	30,5	0,7
>=50 ha	10.047	3,61	4,53	2.382.459	67,26	3,85	237,1	-0,6

Fonte: GPP, a partir de RGA1999 e RA2009, INE

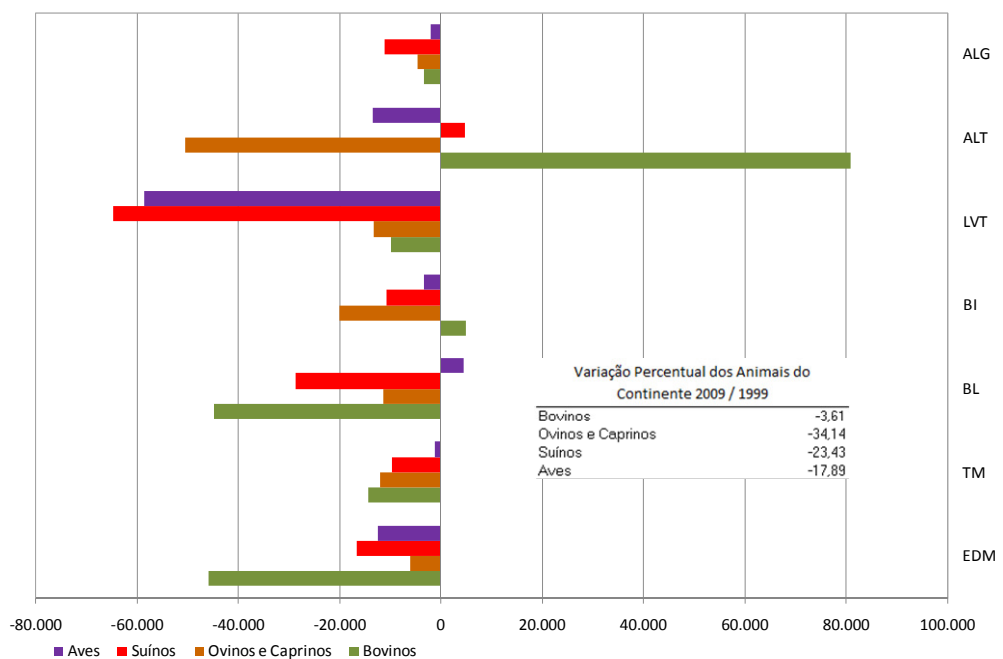
Em termos de ocupação cultural da SAU do continente, verificou-se o **aumento da área de pastagens permanentes (+30,1%)**, ao mesmo tempo que se reduziu a área das terras aráveis (-32,6%), principalmente na região do Alentejo. Nos efetivos animais verifica-se uma redução que foi ligeira nos **bovinos** mas bastante significativa nos outros animais. Ao nível regional, verificou-se que a diminuição ligeira do n.º global de bovinos do continente resultou do balanço entre um grande aumento do número de bovinos na região Alentejo em contrapartida a uma forte redução nas outras regiões, em particular no litoral norte.

Figura 1: Variação da ocupação da SAU (ha) por região agrária 1999-2009



Fonte: GPP, a partir de RGA1999 e RA2009, INE

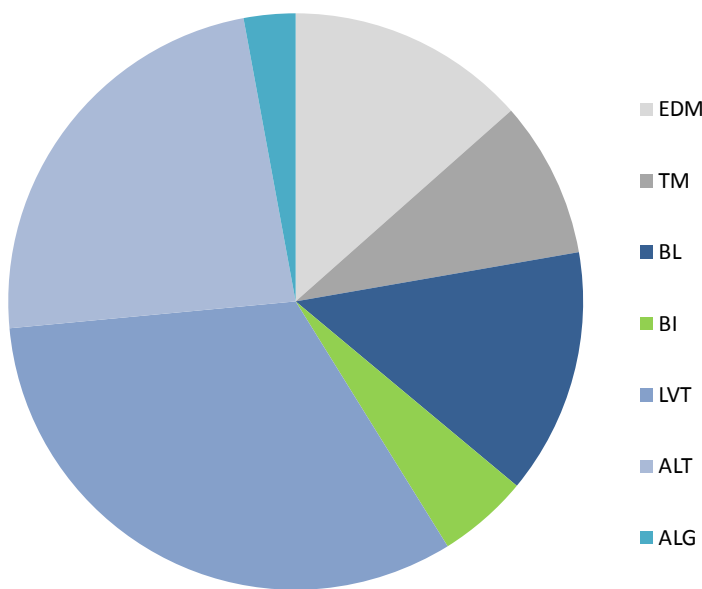
Figura 2: Variação dos animais (CN) por região agrária 1999-2009



Fonte: GPP, a partir de RGA1999 e RA2009, INE

Regionalmente a produção, medida em VPP³, concentra-se na região Alentejo, Beira Litoral e Lisboa e Vale do Tejo. Já as regiões empregadoras situam-se essencialmente a Norte (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira Litoral). O volume de trabalho diminuiu de forma acentuada (-32%), com valores menos significativos nas regiões agrárias de Trás-os-Montes e Alentejo, este decréscimo foi menos significativo no trabalho assalariado (-26,7%), que está concentrado nas regiões Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo. Nestas regiões o trabalho assalariado representa respetivamente mais de um terço e mais de metade do volume de trabalho total de cada região em contraste com as restantes cinco regiões onde o trabalho assalariado oscila entre 11 e 22% (com uma média do Continente de 20%).

Figura 3: Estrutura do VPP por região agrária



Fonte: GPP, a partir de RA2009, INE

³ O VPP – Valor de Produção Padrão de uma atividade é a soma do valor do (s) produto (s) principal (ais) e do (s) produto (s) secundário (s), não incluindo os subsídios e sem nenhuns encargos (com exceção do valor de substituição dos animais), sendo calculado um valor padrão (médio) para cada região.

O Regulamento (CE) N.º 1242/2008 da Comissão de 8 de Dezembro de 2008 (com aplicação a partir de 2010) estabelece uma nova tipologia comunitária das explorações agrícolas onde a Dimensão Económica (DE) e a Orientação Técnico Produtiva (OTE) passam a ser calculadas com base no Valor de Produção Padrão - VPP em substituição da Margem Bruta Standard. As diferenças na determinação do VPP e da MBS impossibilitam a comparabilidade entre uma classificação obtida com base em MBS com uma classificação obtida com base em VPP e assim das DE e OTE.

Quadro 12: UTA e UTA assalariada 2009 e respetiva variação face a 1999 por região agrária

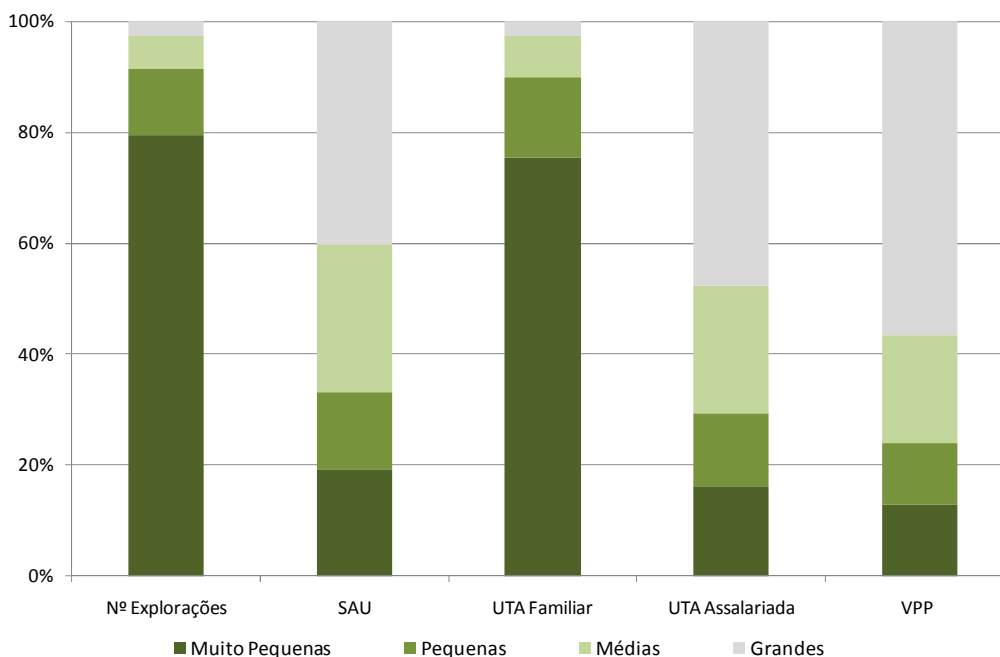
Região	UTA Total			UTA Assalariada			UTA Ass / UTA Tot	
	2009	Estrutura regional	Variação 2009-1999	2009	Estrutura regional	Variação 2009-1999	2009	Variação entre 1999 e 2009
	Nº	%	%	Nº	%	%	%	%
Continente	341.502	100,00	-32,05	68.718	100,00	-26,71	20,1	7,9
EDM	78.758	23,12	-35,99	8.410	12,32	-38,67	10,7	-4,2
TM	69.330	20,29	-16,24	12.591	18,45	-28,22	18,2	-14,3
BL	65.502	19,22	-39,36	6.614	9,69	-30,79	10,1	14,1
BI	33.552	9,85	-32,30	4.093	6,00	-42,35	12,2	-14,8
LVT	47.269	13,87	-38,18	16.095	23,58	-26,96	34,0	18,1
ALT	35.659	10,30	-21,65	18.407	26,28	-9,24	51,6	15,8
ALG	11.432	3,36	-32,96	2.509	3,68	-26,37	21,9	9,8

Fonte: GPP, a partir de RGA1999 e RA2009, INE

A estrutura fundiária portuguesa, embora com algumas alterações face a 1999, conserva os seus traços principais.

Coexistem duas realidades distintas simbolizadas pelas duas classes extremas de dimensão económica: as explorações de muito pequena dimensão económica, com um papel social importante, representam 79% das explorações agrícolas do Continente, mas apenas 19% da SAU, 13% do VPP e recorrem essencialmente a mão-de-obra familiar (75%), enquanto as explorações de grande dimensão económica (3% das explorações agrícolas) detêm 40% da SAU, 57% do VPP e recorrem essencialmente a mão-de-obra assalariada (reúnem 48% desta e apenas 3% da mão de obra familiar).

Figura 4: Indicadores síntese por dimensão económica



Classificação das explorações segundo classes de Dimensão Económica (DE):

- Muito Pequenas explorações. com VPP < 8 000 euros
- Pequenas explorações. com VPP >= 8 000 e < 25 000 euros
- Médias explorações. com VPP >= 25 000 e < 100 000 euros
- Grandes explorações. com VPP >=100 000 euros

A **pluriatividade dos agricultores e a atividade a tempo parcial** na exploração agrícola continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos seus rendimentos, para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão e para a redução da vulnerabilidade das famílias em situações de crise:

- Aproximadamente 1/5 dos produtores trabalha a tempo inteiro nas atividades agrícolas da exploração, o que representa um aumento de 5 pp face a RA99;
- A população agrícola familiar, formada pelo produtor e pelos membros do seu agregado doméstico, é constituída por aproximadamente 790 mil indivíduos, menos 445 mil do que em 1999;

-
- Apenas 6% dos produtores obtêm o rendimento exclusivamente da atividade da sua exploração agrícola (menos 2 pp. do que em 1999), enquanto 84% declara que o seu rendimento é formado maioritariamente por outras origens (mais 14 pp. do que em 1999).

A leitura do conjunto destes números e de outros fornecidos pelos recenseamentos agrícolas, conjugados com fontes estatísticas oficiais (INE, Contas Económicas da Agricultura), revelam uma **dinâmica global positiva de ajustamento estrutural, modernização e eficiência produtiva.**

1.2 Alterações ao Programa

Em 2011 foi apresentada e aprovada uma alteração ao Programa, da qual se destaca a revisão do regime de apoio a instalação de jovens agricultores.

Esta alteração, submetida em março, incluía alguns ajustamentos ao Programa, nomeadamente a alteração/criação de algumas medidas/ações como sejam:

- Ação 1.1.3 “Instalação de Jovens Agricultores” - por forma a aplicar uma das principais recomendações da avaliação intercalar do ProDeR que referia “constituir motivo de preocupação a possibilidade da instalação de jovens agricultores não ser duradoura, traduzindo-se o prémio atribuído num valor efetivamente não gerador de desenvolvimento rural”, recomendava que a atribuição do prémio estivesse associada à realização de investimentos e propunha a majoração do apoio ao investimento agrícola e não agrícola realizado pelos jovens em primeira instalação e a atribuição de prioridade no acesso às várias medidas;
- Ação 1.3.2 “Gestão Multifuncional” – aumento do nível de apoio e o retirar a obrigatoriedade de projetos incidentes em áreas superiores a 1000 ha estarem integrados em Planos de Gestão Multifuncional;
- Ação 1.4.2 “Informação e Promoção de Produtos de Qualidade” - aumento do limite máximo de apoio;
- Medida 4.1 “Cooperação para a Inovação” – aumento do apoio para níveis equivalentes aos que são praticados no QREN;
- Ação 2.2.3.1 “Conservação e melhoramento de recursos genéticos – Componente vegetal” - ajustamento do critério de diferenciação da atribuição do apoio;
- Medida 2.3 “Gestão do espaço florestal e agroflorestal” – alteração da definição de terra agrícola remetendo a identificação das terras agrícolas para o Sistema de Identificação Parcelar e respetivas ocupações culturais definidas para efeito do disposto no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003;
- Ação 2.4.2 “Instrumentos de programação e gestão para ITIs” - ajustamento dos territórios alvo ao alargamento das áreas abrangidas pela «Intervenção Territorial Integrada do Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Coa» e à

criação das intervenções territoriais integradas «Intervenção Territorial Integrada de Monchique e Caldeirão» e «Intervenção Territorial Integrada de Zonas de Rede Natura do Alentejo», alargando também a tipologia de beneficiários, passando a incluir as candidaturas isoladas de entidades públicas e parcerias público-privadas, de forma a facilitar a concretização dos objetivos visados;

- Ações 2.4.3 a 2.4.13 “Intervenções territoriais integradas” - Procurou-se melhorar alguns aspetos de redação, no sentido de aumentar a clareza do documento;
- Medida 3.6 “Implantação de redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais” - O ajustamento efetuado decorre da aprovação do regime de auxílios de estado pela Comissão Europeia (Decisão da Comissão C(2011)312 de 19.01.2011 - Banda Larga - A/E N 252/2010), bem como da necessidade de clarificar a demarcação entre a intervenção FEDER e FEADER;
- Medida 3.7 “Centros Educativos Rurais do Algarve” – criação da Medida tendo em conta que o Plano Estratégico Nacional assume a implementação de serviços básicos dirigidos à economia rural e a grupos alvo da população rural, como uma das prioridades de intervenção do FEADER no âmbito do Eixo II.

Embora o processo só tenha ficado concluído em outubro de 2011 com a decisão da Comissão, as modificações do Programa foram operacionalizadas logo após a submissão da proposta à Comissão Europeia.

1.3 Complementaridade com outros instrumentos financeiros

Nesta matéria mantêm-se a situação e os procedimentos instituídos e descritos nos relatórios de execução dos anos anteriores.

Em relação à Medida 3.6 – “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais”, iniciaram-se os investimentos, de acordo com o protocolo de articulação entre o ProDeR e os P.O. Regionais do QREN que delimitou, de forma objetiva, as áreas de intervenção a cargo do FEADER - ProDeR e as áreas de intervenção a cargo do FEDER – PO Regionais.

Adicionalmente, no quadro da operacionalização da Medida 3.7 – “Centros Educativos Rurais do Algarve” foi definido, em sede de regulamentação específica da medida, quais os equipamentos a apoiar, ficando bem delimitada a área de intervenção a cargo do FEADER - ProDeR e as áreas de intervenção a cargo do FEDER – PO Algarve.

Esta medida apresenta sinergias com a tipologia de intervenção “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar” do Eixo Prioritário 3 (Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano) do Programa Operacional Regional do Algarve, do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), que visa o desenvolvimento do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

A demarcação dos investimentos financiados pelo FEDER e pelo FEADER foi definida a nível territorial, tendo-se identificado os municípios, que tinham equipamentos a intervencionar e que pretendiam colocá-los à disposição das populações, sendo apenas aceites investimentos em equipamentos localizados em zonas classificadas como rurais.

2. PROGRESSOS DO PROGRAMA

Neste capítulo pretende-se apresentar um balanço da evolução da implementação do ProDeR, até ao final de 2011, quer no que respeita a concursos ou períodos de candidaturas realizados e montantes financeiros disponibilizados, quer a candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos, investimento proposto, candidaturas aprovadas e contratadas. Esta primeira análise termina com o volume de candidaturas contratadas e com pagamentos já efetuados.

2.1 Balanço global do Programa

Em 2011, a atuação da Autoridade de Gestão (AG) continuou a centrar-se essencialmente na análise, decisão e contratação de candidaturas e na monitorização mais fina da execução do Programa. Neste particular foi iniciada uma monitorização da execução de cada projecto contratado no sentido de assegurar que os valores comprometidos se encontram em execução.

Na sequência da avaliação intercalar, a AG procurou incorporar as recomendações no programa através da alteração ao mesmo, com particular destaque para a revisão da medida de apoio à instalação de jovens agricultores.

Na linha das recomendações da avaliação intercalar e do aprofundar das dificuldades orçamentais do estado português, ao longo do segundo semestre foi preparada a reprogramação financeira que veio a ser submetida ao Comité de Acompanhamento e à Comissão Europeia já no início de 2012.

Actividade particularmente relevante na gestão do ProDeR constituiu a “Operação limpeza”, que começou a ser preparada no início de 2011 e foi concretizada no segundo semestre.

2.1.1 Legislação publicada

No seguimento das medidas de gestão e simplificação do Programa realizadas em todas as ações, no decurso do ano de 2010, para intensificar a execução das medidas do ProDeR, sobreveio a necessidade de proceder a alguns ajustamentos, tendo sido publicada a Portaria n.º 228/2011, de 9 de junho, que alterou 30 das Portarias ProDeR. Para além desta foram ainda publicadas 3 Portarias que vieram alterar a Ação 1.1.1 «Modernização e Capacitação das Empresas», a Ação 1.1.3 «Instalação de Jovens Agricultores» e a medida 1.2 «Cooperação Empresarial para o Mercado e Internacionalização».

Foi também publicada a Portaria n.º 231/2011, de 14 de junho, que regulamenta a medida 3.7 “Centros Educativos Rurais do Algarve”, integrada no Subprograma n.º 3 «Dinamização das Zonas Rurais», e que visa ultrapassar os graves constrangimentos registados na rede educativa, mediante a requalificação das escolas existentes ou a construção de novos Centros Educativos Rurais, perspetivando a criação de equipamentos de suporte aos serviços básicos à população rural.

2.1.2 Concursos abertos

Os regulamentos específicos de cada ação estabelecem as modalidades de apresentação das candidaturas. No ano de 2011 deu-se continuidade à política que teve início em 2010, no enquadramento da flexibilização e simplificação do programa, de se optar, em algumas ações, pela modalidade de candidaturas em contínuo nomeadamente em ações destinadas aos promotores florestais e sempre que a tipologia da operação o permitia.

Assim, em 2011, foram abertos 19 novos concursos, dos quais 7 com a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo: ação 1.1.3 “Instalação de Jovens Agricultores”, ação 1.3.1 “Melhoria produtiva dos povoamentos”, ação 2.3.1 “Minimização dos riscos”, ação 2.3.2 “Ordenamento e reconversão dos povoamentos” e ação 2.3.3 “Valorização ambiental dos espaços florestais”.

Relativamente às medidas/ações enquadradas no PU, decorreu entre fevereiro e maio o período de candidaturas.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por medida e subprograma.

Quadro 13: Concursos em vigor no ano de 2011 (exclui medidas enquadradas no PU)

Subprograma / Medida / Ação (Exclui medidas PU)		Nº concursos (abertos em 2011)	Nº concursos (abertos em 2010 e fechados em 2011)	Dotação (despesa pública) Mil euros
Subprograma 1		3	6	76.000
111	Modernização e capacitação das empresas		1	50.000
112	Investimentos de pequena dimensão			
113	Instalação de jovens agricultores	1		*
12	Redimensionamento e cooperação empresarial		1	20.000
131	Melhoria produtiva dos povoamentos	2		*
132	Gestão multifuncional		1	*
133	Modernização e capacitação das empresas florestais		1	*
142	Informação e promoção de produtos de qualidade		1	6.000
152	Restabelecimento do potencial produtivo			
161	Desenvolvimento do regadio			
162	Regadio de Alqueva		1	*
163	Sustentabilidade dos regadios públicos			
164	Modernização dos regadios coletivos tradicionais			
165	Projetos estruturantes			
Subprograma 2		6	2	29.950
223	Conservação e melhoramento de recursos genéticos		1	18.800
231	Minimização dos riscos	1		*
232	Ordenamento e reconversão dos povoamentos	2		*
233	Valorização ambiental dos espaços florestais	1		*
24	ITI - Apoio à gestão e instrumentos de programação e gestão das ITI	2		1.150
	ITI - Investimentos não produtivos		1	10.000
Subprograma 3		100	77	147.135
311	Diversificação de atividades na exploração agrícola	18	17	15.717
312	Criação e desenvolvimento de microempresas	18	17	24.854
313	Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer	18	17	20.032
321	Conservação e valorização do património rural	22	13	25.268
322	Serviços básicos para a população rural	20	13	18.960
341	Cooperação interterritorial	1		1.900
342	Cooperação transnacional	1		500
35	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação			
36	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais	1		32.904
37	Centros educativos rurais do Algarve	1		7.000
Subprograma 4		0	2	25.000
41	Cooperação para a inovação			
421	Formação especializada		1	10.000
422	Redes temáticas de informação e divulgação			
431	Serviços de aconselhamento agrícola			
432	Serviços de apoio às empresas		1	15.000
Assistência Técnica		1	0	12.000
	Assistência Técnica	1		12.000
TOTAL		110	87	290.085

* concursos abertos em período contínuo.

2.1.3 Candidaturas entradas e investimento proposto

Foram apresentados mais de 150 mil processos de candidatura, sendo que as medidas SIGC (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) representam cerca de 94% do total.

O custo total envolvido (investimento apresentado no caso das medidas não SIGC) atinge o valor de 2.073.960 mil euros.

Nas medidas não SIGC, o Subprograma 1 "Promoção da competitividade", cujas candidaturas representam 36% do número total de candidaturas apresentadas nas medidas de investimento, continua a ser o que tem maior adesão. Face a 2010 verifica-se que o Subprograma 3 "Dinamização das Zonas Rurais" que representava apenas 2% das candidaturas apresentadas regista, agora, 31% do total das candidaturas apresentadas nas medidas de investimento.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por Subprograma, do número de candidaturas e do investimento apresentado/custo total.

Quadro 14: Candidaturas apresentadas até 31-12-2011 (exclui Medidas enquadradas no PU)

Un.: mil euros

(Exclui Medidas / Ações enquadradas no PU)	2011		Acumulado a 31-12-2011	
	Nº de candidaturas	Investimento apresentado	Nº de candidaturas	Investimento apresentado
Subprograma 1	3.549	1.210.128	20.599	6.282.378
Subprograma 2	1.228	145.143	2.650	282.914
Subprograma 3	3.011	493.074	4.925	845.896
Subprograma 4	2.026	39.216	2.608	148.810
Assistência Técnica	8	18.377	34	56.249
TOTAL	9.822	1.905.938	30.816	7.616.247

Nota: não inclui as candidaturas desistidas, repetidas, rescindidas e canceladas.

Quadro 15: Candidaturas apresentadas até 31-12-2011 (enquadradas no PU)

Un.: mil euros

(Medidas / Ações enquadradas no PU)	2011		Acumulado a 31-12-2011	
	Nº Ped. pagamento	Custo Total	Nº Ped. pagamento	Custo Total
Subprograma 1	27.996	2.679	43.370	18.809
Subprograma 2	114.030	165.343	626.402	769.915
TOTAL	142.026	168.022	669.772	788.724

Nota: dados referentes a pedidos de pagamento (PU).

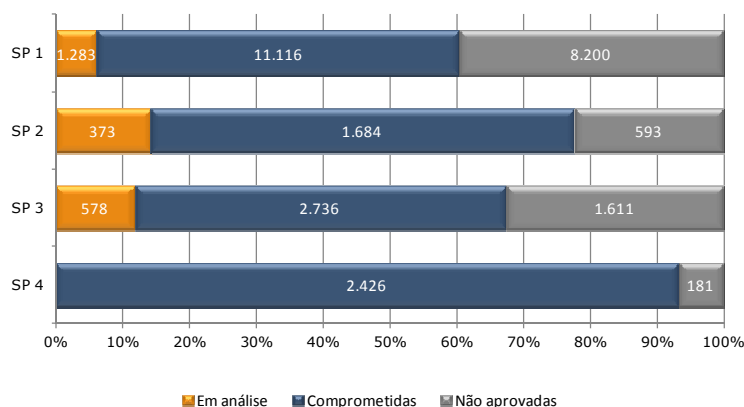
2.1.4 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio

Se em 2010 o foco do esforço desenvolvido foi colocado no processo de análise, em 2011 procurou-se garantir a conclusão do processo ao nível das contratações.

Fazendo um ponto de situação do processo de seleção dos PA (exceto medidas SIGC) apresentado em cada Subprograma, verifica-se que, apenas cerca de 7% das candidaturas se encontram em análise no final de 2011.

Em termos médios, a percentagem de não aprovações no universo das candidaturas decididas baixou 5 pontos percentuais ao apresentar agora uma taxa de 34%.

Figura 5: Situação das candidaturas a 31-12-2011 (acumulado)



Até ao final de 2011 foram aprovadas⁴ 17,9 mil candidaturas, que envolveram 3.867.274 mil euros de investimento. Estas aprovações representam uma despesa pública de 1.925.439 mil euros com um cofinanciamento médio aproximado de 76%, pelo FEADER.

Destas candidaturas analisadas foram enviadas para contratação 16.350 PA com um valor de despesa pública que ascende a 1.798.670 mil euros e uma participação FEADER de 1.358.836 mil euros.

Como atrás referido, 2010 foi o ano em que houve que recuperar o atraso em matéria de análise e decisão, razão pela qual era esperada uma redução em 2011. Embora o número de decisões tenha sido inferior ao de 2010, foi ainda superior a 6.900, a que corresponde uma média mensal de 580 decisões.

Quadro 16: Compromissos assumidos e contratos enviados (exclui Medidas SIGC)

Un.: mil euros

Sub programa	Designação	Compromissos assumidos				Contratações		
		Nº	Custo total	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER
SP 1	Promoção da competitividade	11.116	3.100.024	1.394.959	1.037.954	10.512	1.332.582	991.400
SP 2	Gestão sustentável do espaço rural	1.684	157.349	124.923	98.082	1.338	112.587	88.213
SP 3	Dinamização das zonas rurais	2.736	448.981	301.033	242.622	2.112	251.050	202.538
SP 4	Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	2.426	110.469	55.972	40.544	2.354	53.899	39.109
Assistência Técnica		34	50.450	48.552	37.576	34	48.552	37.576
TOTAL ProDeR		17.996	3.867.274	1.925.439	1.456.777	16.350	1.798.670	1.358.836

Se considerarmos o universo total das ações, o volume de candidaturas aprovadas (pedidos de pagamento no caso das medidas de natureza plurianual) traduz-se numa taxa de compromisso global do ProDeR (relação entre o fundo aprovado e o programado) no final de 2011 de 65% dos fundos programados para o período 2007-2013.

A taxa de contratação global (relação entre o fundo contratado e o programado) no final de 2011 representava cerca de 62% dos fundos programados para o período 2007-2013.

⁴ Candidaturas, objeto de análise, com parecer favorável para decisão final.

De notar que, se fizermos uma projeção para 5 anos dos compromissos plurianuais do subprograma 2, a taxa de compromisso é superior.

2.1.5 Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos efetuados no ProDeR era de 1.861.369 mil euros de despesa pública e 1.512.144 mil euros de comparticipação FEADER⁵.

Em termos globais, a taxa de execução do Programa (relação entre o fundo pago e o programado) passou de 28% em 2010 para 42% em 2011 tendo as ações transitadas (82%) e as do Subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" (50%) contribuído significativamente para esta execução embora com peso decrescente. Realçamos a subida da taxa de execução do Subprograma 1 face a 2010, que passou de 18% para 35% e a do Subprograma 3 que face a 2010 subiu de 5% para 19%.

A taxa de realização (relação entre o fundo pago e o aprovado) foi, em termos globais, de 61%, com valores mais elevados (86%) no Subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" dadas as particularidades da maioria das suas ações.

Em 2011, o montante total de pagamentos efetuados foi de 660.561 mil euros, a que corresponde uma comparticipação FEADER de 508.957 mil euros.

A execução total PIDDAC ascendeu a 151,5 milhões de euros. Esta execução correspondeu à utilização integral da dotação OE/PIDDAC disponibilizada, incluindo o reforço de 47,9 milhões de euros, conseguido já no final do ano.

Nos quadros seguintes apresenta-se, para o período 2007-2011 e para o ano de 2011, os dados relativos a compromissos assumidos, contratos celebrados e pagamentos aos beneficiários, por Subprograma do ProDeR e por Eixo da Regulamentação comunitária.

⁵ Refere-se a despesa elegível para reembolso pelo FEADER, excluindo-se o montante de pagamentos de adiantamentos com comparticipação nacional e outras despesas não elegíveis, nomeadamente o IVA.

Quadro 17: Indicadores de monitorização: 2007-2011 (por Subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2011

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES (FUNDO)			
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [d]	Taxa de execução 2007-2013 % [d]	Taxa de realização % [d]
Código	Designação	mil euros			3	mil euros		6	mil euros		mil euros		11=5/2	12=8/2	13=10/2
		1	2	4		5	7		8	9	10				
ProDeR		4.558.429	3.573.777	687.768	2.714.163	2.083.723	665.215	2.585.027	1.984.007	1.861.369	1.512.144	65%	62%	42%	61%
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.867.163	1.406.800	54.486	1.413.768	1.052.000	32.975	1.349.024	1.003.671	670.994	499.397	75%	72%	35%	50%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.485.585	1.209.098	628.086	894.838	710.982	627.740	882.502	701.113	724.780	606.351	59%	171%	50%	86%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	495.502	397.607	2.736	301.033	242.622	2.112	251.050	202.538	94.692	76.940	61%	51%	19%	38%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	116.797	88.000	2.426	55.972	40.544	2.354	53.899	39.109	11.012	8.057	46%	44%	9%	21%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	466.802	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	342.851	308.621	n.a.	n.a.	82%	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	34	48.552	37.576	34	48.552	37.576	17.038	12.779	40%	40%	13%	34%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação alterada com base na proposta apresentada em março de 2011 e aceite pela COM em outubro de 2011.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

Quadro 18: Indicadores de monitorização: 2011 (por Subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2011

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES (FUNDO)			
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [d]	Taxa de execução 2007-2013 % [d]	Taxa de realização % [d]
Código	Designação	mil euros			3	mil euros		6	mil euros		mil euros		11=5/2	12=8/2	13=10/2
		1	2	4		5	7		8	9	10				
ProDeR		4.558.429	3.573.777	149.814	664.902	517.710	130.168	754.761	491.548	660.561	508.957	16%	15%	14%	96%
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.867.163	1.406.800	31.692	280.918	210.160	10.871	409.251	214.672	330.322	245.448	15%	15%	17%	114%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.485.585	1.209.098	114.815	217.598	172.982	116.530	217.090	172.511	193.421	154.041	14%	42%	13%	89%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	495.502	397.607	1.237	130.973	107.322	769	95.081	78.555	71.682	58.729	27%	20%	15%	75%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	116.797	88.000	2.062	23.789	17.366	1.990	21.716	15.931	10.410	7.633	20%	18%	9%	48%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	466.802	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	46.927	37.256	n.a.	n.a.	10%	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	8	11.624	9.880	8	11.624	9.880	7.800	5.850	10%	10%	6%	59%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação alterada com base na proposta apresentada em março de 2011 e aceite pela COM em outubro de 2011.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

Quadro 19: Indicadores de monitorização: 2007-2011 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2011

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES (FUNDO)			
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [d]	Taxa de execução 2007-2013 % [d]	Taxa de realização % [d]
Código	Designação	mil euros			3	mil euros		6	mil euros		mil euros		11=5/2	12=8/2	13=10/2
		1	2	4		5	7		8	9	10				
ProDeR		4.558.429	3.573.777	687.768	2.714.163	2.083.723	665.215	2.585.027	1.984.007	1.861.369	1.512.144	65%	62%	42%	61%
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	2.028.509	1.528.365	56.912	1.469.740	1.092.544	35.329	1.402.923	1.042.780	700.783	523.423	73%	70%	34%	49%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.901.151	1.547.804	628.052	892.523	709.466	627.706	880.187	699.597	1.048.396	898.658	59%	58%	58%	87%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	49.255	42.067	46	41.603	35.869	45	40.411	34.975	16.751	15.007	85%	83%	36%	43%
EIXO 4	LEADER	452.934	360.607	2.724	261.745	208.268	2.101	212.954	169.079	78.401	62.278	58%	47%	17%	37%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	34	48.552	37.576	34	48.552	37.576	17.038	12.779	40%	40%	13%	34%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação alterada com base na proposta apresentada em março de 2011 e aceite pela COM em outubro de 2011.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida COM 131 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

Quadro 20: Indicadores de monitorização: 2011 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2011

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES (FUNDO)			
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [d]	Taxa de execução 2007-2013 % [d]	Taxa de realização % [d]
Código	Designação	mil euros			mil euros			mil euros			mil euros				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=5/2	12=8/2	13=10/2	14=10/8
ProDeR		4.558.429	3.573.777	149.814	664.902	517.710	130.168	754.761	491.548	660.561	508.957	16%	15%	14%	96%
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	2.028.509	1.528.365	33.754	304.706	227.526	12.861	430.967	230.603	344.009	255.534	15%	15%	17%	110%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.901.151	1.547.804	114.807	216.566	172.428	116.522	216.058	171.957	236.898	188.715	14%	14%	12%	90%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	49.255	42.067	20	40.320	34.907	19	39.128	34.013	16.464	14.792	83%	81%	35%	43%
EIXO 4	LEADER	452.934	360.607	1.225	91.686	72.969	758	56.985	45.096	55.391	44.067	20%	13%	12%	98%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	8	11.624	9.880	8	11.624	9.880	7.800	5.850	10%	10%	6%	59%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação alterada com base na proposta apresentada em março de 2011 e aceite pela COM em outubro de 2011.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida COM 131 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

2.1.6 Indicadores de realização e de resultado

Apresenta-se em seguida o conjunto de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2007 e 2011, ou seja com base nos PA em execução, e são apresentados por medidas da Comissão.

Quadro 21: Indicadores de realização (medidas da Comissão)

Código da Medida	Descrição da Medida	Indicadores de realização	Efectuado em 2011	Acumulado 2007-2011	Objectivos 2007-2013	Taxa de Execução
111	Formação profissional e ações de divulgação (ações 1.3.3 e 4.2.1)	Número de participantes em ações de formação	9.067	12.748	14.240	90%
112	Instalação de jovens agricultores	Número de dias de formação recebidos	35.654	39.497	110.200	36%
		Número de jovens agricultores apoiados	1.670	3.114	4.300	72%
113	Reforma antecipada (1)	Volume total do investimento (milhares de euros)	140.452	286.164	140.000	204%
		Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
114	Utilização serviços aconselhamento	Número de hectares libertados	NP	NP	NP	NP
		Número de agricultores apoiados	54	54	15.000	0%
115	Criação de serviços de gestão e aconselhamento	Número de detentores de áreas florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de serviços recentemente criados	160	164	200	82%
121	Modernização de explorações agrícolas (111c1 s/formação e 112)	Número de explorações agrícolas apoiadas	2.617	3.415	18.000	19%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	484.432	881.987	769.000	115%
122	Melhoria do valor económico florestas (131 e 132)	Número de explorações florestais apoiadas	437	502	1.000	50%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	47.634	56.895	200.000	28%
123	Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais (133 e 111c1 s/formação, 12)	Número de empresas apoiadas	320	526	940	56%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	439.932	848.228	994.000	85%
124	Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	Número de iniciativas de cooperação apoiadas	14	15	250	6%
		Número de operações apoiadas	118	129	290	44%
125	Melhoria e desenvolvimento de Infraestruturas	Volume total do investimento (milhares de euros)	22.016	277.532	800.000	35%
		Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	543	1.189	20.000	6%
126	Restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e medidas de prevenção	Volume total do investimento (milhares de euros)	8.538	26.298	45.000	58%
		Número de beneficiários	5.592	5.592	30.000	NI
132	Participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos	Número de explorações agrícolas apoiadas	4.000	9.311	14.000	67%
133	Atividades de informação e de promoção	Número de ações apoiadas	9	10	18	56%
Eixo 2						
211	Compensação de desvantagens em zonas de montanha	Número de explorações apoiadas	7.356	115.942	75.000	155%
		SAU apoiada (ha)	48.942	687.611	500.000	138%
212	Pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as de montanha	Número de explorações apoiadas	4.151	29.029	15.000	194%
		SAU apoiada (ha)	76.913	484.444	300.000	161%
213	Pagamentos Natura 2000 e relacionados com a Directiva 2000/60/CE	Número de explorações apoiadas	NP	NP	NP	NP
		SAU apoiada (ha)	NP	NP	NP	NP
214	Pagamentos agroambientais	Número de explorações apoiadas	0	19.534	50.875	38%
		Superfície total apoiada (ha)	189.754	696.013	620.000	112%
215	Pagamentos relacionados com o bem-estar animal	Superfície líquida apoiada (ha)	205.610	682.367	603.000	113%
		Número de contratos	3.321	24.856	54.890	45%
216	Pagamentos não produtivos (setor agrícola)	Número de explorações agrícolas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de contratos	NP	NP	NP	NP
221	Primeira florestação de terras agrícolas	Número de explorações apoiadas	226	226	1.824	12%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	4.278	4.278	16.503	26%
222	Apoio à primeira implantação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas	Número de beneficiários	58	58	750	8%
		Número de hectares de terras florestadas	1.866	1.866	25.000	7%
223	Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	Número de beneficiários	0	0	565	0%
		SAU apoiada (ha)	0	0	15.000	0%
224	Pagamentos Natura 2000	Número de beneficiários	15	15	600	3%
		Número de hectares de terras florestadas	603	603	20.000	3%
225	Pagamentos silvo-ambientais	Número de explorações florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Terras florestais apoiadas (ha)	NP	NP	NP	NP
226	Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Número de explorações florestais apoiadas	71	164	750	22%
		Superfície florestal total apoiada (ha)	3.707	8.139	14.000	58%
227	Investimentos não produtivos (setor florestal)	Superfície florestal líquida apoiada (ha)	5.196	8.092	14.000	58%
		Número de contratos	71	164	1.375	12%
227	Investimentos não produtivos (setor florestal)	Número de ações apoiadas	136	137	600	23%
		Número de detentores de áreas florestais apoiadas	180	180	3.250	3.250
227	Investimentos não produtivos (setor florestal)	Volume total do investimento (milhares de euros)	19.564	19.564	86.564	86.564
Eixo 3						
311	Diversificação para atividades não agrícolas	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
312	Criação e desenvolvimento de empresas	Número de microempresas apoiadas	NP	NP	NP	NP
313	Incentivo a atividades turísticas	Número de novas atividades turísticas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	2	2	20	NP
321	Serviços básicos para a economia e população rurais	Número de ações apoiadas	46.547	46.547	56.854	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
322	Renovação e desenvolvimento das aldeias	Número de aldeias em que as ações tiveram lugar	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
323	Conservação e valorização do património rural	Número de ações apoiadas	3	29	1.000	3%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	591	1.553	61.289	3%
331	Promoção e utilização dos agentes económicos que exercem a sua atividade nos domínios abrangidos pelo eixo 3	Número de agentes económicos apoiados	NP	NP	NP	NP
		Número de dias de formação recebidos	NP	NP	NP	NP
341	Aquisição de competências, animação e execução	Número de ações apoiadas	NP	NP	NP	NP
Eixo 4						
41	Execução de estratégias locais de desenvolvimento	Número de GAL	0	47	46	102%
		Superfície total das zonas dos GAL (km ²)	0	80.473	76.828	105%
421	Execução de projetos de cooperação	População total das zonas dos GAL	0	3.734.564	NA	NA
		Número de projetos financiados pelos GAL	928	1.092	9.900	11%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de beneficiários	928	1.092	NP	NP
		Número de projetos de cooperação apoiados	13	18	170	11%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de GAL participantes na cooperação	57	66	4	1650%
		Número de ações apoiadas	0	2.021	3.500	58%

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

(1) Medida transiada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Quadro 22: Indicadores de resultado (medidas da Comissão)

Eixo 1 - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL

(2007 - 2011)

INDICADOR	Nº de participantes que terminaram com êxito uma actividade de formação relacionada com a agricultura e/ou a silvicultura			Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de €)			Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas			Valor da produção agrícola com marcas/normas de qualidade reconhecidas (milhões de €)		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER												
111 - Ações de formação profissional e informação	NA	11.032	-									
112 - Instalação de jovens agricultores				486	420	115,8						
113 - Reforma antecipada ⁽¹⁾				NP	NP	NP						
114 - Utilização de serviços de aconselhamento				NA	32	0,0						
115 - Criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento				NA	80	0,0						
121 - Modernização das explorações agrícolas				1.991	1.900	104,8	2.315	1.700	136,2			
122 - Melhoria do valor económico da floresta				1	550	0,2	285	250	114,0			
123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais				2.697	3.000	89,9	403	400	100,8			
124 - Coop. p/ elabor. de novos produtos, processos e tecnolog. nos sect. agríc., alim. e florestal				NA	130	0,0	11	250	4,4			
125 - Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas				2.464	2.000	123,2						
126 - Rest. pot. prod. agr. afec. por catástrofes nat. e intr. de med. prev. adequadas				NA	50	NA						
132 - Participação de agricultores em sistemas de qualidade alimentar										NA	298	0,0
133 - Actividades de informação e de promoção										70	120	58,3

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

Os valores de VAB apresentados para as diferentes medidas não são adicionáveis. Por exemplo, o aumento de VAB de um beneficiário da 112 e da 121 está a ser contabilizado na sua totalidade em cada uma das medidas.

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

INDICADORES COMUNS DE RESULTADOS DO PRODER
Eixo 2 - MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS DA GESTÃO DO ESPAÇO RURAL
 (2007 - 2011)

INDICADOR		Superfície (ha) em que a gestão do respectivo espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural, a qualidade da água, o combate às alterações climáticas, a qualidade dos solos e o combate à marginalização e ao abandono da terra														
		Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural			Qualidade da água			Combate às alterações climáticas			Qualidade dos solos			Combate à marginalização e ao abandono da terra		
PROGRAMA / MEDIDA		Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																
211/212 - Pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha/outras zonas com desvantagens	Fora da Rede Natura				889.333	580.000	153,3	889.333	580.000	153,3	889.333	580.000	153,3	889.333	580.000	153,3
	Dentro da Rede Natura	282.722	220.000	128,5	282.722	220.000	128,5	282.722	220.000	128,5	282.722	220.000	128,5	282.722	220.000	128,5
213 - Pagamentos Natura 2000		NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-
214 - Pagamentos Agro-ambientais	TOTAL sem PBD	662.000	560.000	118,2	670.881	560.000	119,8	147.102	247.000	59,6	674.912	490.000	137,7	70.764	160.000	44,2
	Alteração dos modos de produção agrícola (AMPA)	591.236	400.000	147,8	591.236	400.000	147,8	126.400	200.000	63,2	591.236	400.000	147,8			
	AMPA e Conservação do solo							19.146	40.000	47,9	19.146	40.000	47,9			
	Protecção da biodiversidade do méstica (PBD) (CN)	44.316	40.000	110,8												
	IT	70.764	160.000	44,2	79.645	160.000	49,8	1.556	7.000	22,2	64.530	50.000	129,1	70.764	160.000	44,2
216 - Apoio a investimentos não produtivos (setor agrícola)		20	Não relevante	-	20	Não relevante	-	20	Não relevante	-	20	Não relevante	-	20	Não relevante	-
221 - Primeira florestação de terras agrícolas		1.866	Melhoria	Cumprido	1.866	25.000	7,5	1.866	25.000	7,5	1.866	25.000	7,5	NP	Melhoria	-
222 - Apoio à primeira implementação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas		0	Melhoria	Não cumprido	0	15.000	Não cumprido	0	15.000	Não cumprido	0	15.000	Não cumprido	0	Melhoria	Não cumprido
223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas		603	Melhoria	Cumprido	603	20.000	3,0	603	20.000	3,0	603	20.000	3,0	603	Melhoria	Cumprido
224 - Pagamentos Natura 2000		NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-
225 - Pagamentos silvoambientais		7.257	Melhoria	Cumprido	7.257	Melhoria	Cumprido	7.257	Melhoria	Cumprido	7.257	Melhoria	Cumprido	7.257	Melhoria	Cumprido
226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Minimização de riscos	12.543	Melhoria	Cumprido	12.543	170.000	Cumprido	12.543	170.000	Cumprido	12.543	170.000	Cumprido	12.543	Melhoria	Cumprido
	Ordenamento e recuperação dos povoamentos	2.263	Melhoria	Cumprido	2.263	Melhoria	Cumprido	2.263	Melhoria	Cumprido	2.263	Melhoria	Cumprido	2.263	Melhoria	Cumprido
227 - Apoio a investimentos não produtivos (setor florestal)		0	Melhoria	Não cumprido	0	Melhoria	Não cumprido	0	Melhoria	Não cumprido	0	Melhoria	Não cumprido	0	Melhoria	Não cumprido

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

INDICADORES COMUNS DE RESULTADOS DO PRODER
EIXOS 3 E 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
(2007- 2011)

INDICADOR	Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas			Número bruto de empregos criados			Número adicional de turistas			População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados			Aumento da implantação da internet nas zonas rurais			Número de participantes que terminaram com sucesso uma atividade de formação		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																		
311	Diversificação para atividades não agrícolas			NA	0,16%	0,0	101	1.500	6,7									
312	Criação e desenvolvimento de empresas			NA	0,56%	0,0	768	4.000	19,2									
313	Incentivo a atividades turísticas			NA	0,20%	0,0	318	2.500	12,7	NA	10%	0,0						
321	Serviços básicos para a economia e população rurais											702	186.728	0,4	NA	Aumento de 50% sobre a situação inicial		0,0
323	Conservação e valorização do património rural											231.786	112.037	206,9				
413	Estratégias locais de desenvolvimento - Qualidade de vida/diversificação						1.837	9.500	19,3							NA	1.350	0,0
421	Cooperação transnacional e interterritorial						NA	300	0,0									

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

2.2 Balanço detalhado por Ação ProDeR

2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade

2.2.1.1 Ação 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) i), iii); Artigo 21º; Artigo 26º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1; 5.3.1.2.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 121, 123;
- Portaria nº 289-A/2008, de 11 de abril, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover o processo de modernização e capacitação das empresas do setor agroalimentar através do aumento da eficiência das atividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, privilegiando as estratégicas, nomeadamente pela introdução da inovação;
- Preservar e melhorar o ambiente, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de segurança.

A Ação integra duas componentes:

- Componente 1: investimentos nas explorações agrícolas;
- Componente 2: transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 foi encerrado, a 28 de fevereiro, o 6º concurso desta ação. A possibilidade de serem submetidas candidaturas de Jovens Agricultores (JA) associadas à primeira instalação manteve-se, apenas até 10 de fevereiro, altura em que foram suspensas as candidaturas à ação 1.1.3.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas submetidas, por concurso, até 31 de dezembro de 2011.

Quadro 23: Ação 1.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2011		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	636.412	100.000	0	0	1.361	932.892
Segundo		0	0	0	1.519	997.860
Terceiro		250.000	0	0	596	406.256
Terceiro - Leite HC			0	0	23	66.166
Quarto - Leite		0	0	0	50	24.730
Quinto - Olival		126.000	0	0	3	273
Sexto		0	1.329	764.175	1.329	764.175
Sexto - Leite HC			119	89.545	119	89.545
Fora concurso - JA		0	118	14.669	2.754	435.626
Fora concurso - PIR		0	0	0	37	397.722
TOTAL			476.000	1.566	868.388	7.791

Verificou-se a entrada de 1.448 PA do sexto concurso e de 118 PA de jovens agricultores.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA entrados, por componente, no ano.

Quadro 24: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (no ano)

Un.: mil euros

Região	Ano 2011							
	Componente 1		Componentes 1+2		Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	274	71.443	8	8.081	145	164.306	427	243.831
Centro	189	54.554	6	3.765	86	100.226	281	158.545
LVT	256	81.743	8	6.826	74	137.092	338	225.662
Alentejo	382	116.456	8	10.342	66	90.256	456	217.054
Algarve	57	18.431	0	0	7	4.866	64	23.297
TOTAL	1.158	342.627	30	29.015	378	496.746	1.566	868.388

Analisando a distribuição do investimento e dos PA entrados no período 2007-2011, por região e por componente, verifica-se um ligeiro aumento do peso do investimento da componente 2 (52% vs 40% em 2010) face ao total do investimento. Analisando por região, é de notar que na região LVT, no Centro e no Norte existe um maior peso, em termos de investimento, da componente 2, enquanto no Alentejo e no Algarve a componente 1 é dominante. Face ao que se verificava em 2010, a região Norte alterou a tendência de investimento, passando a ter maior peso os investimentos na componente 2.

Quadro 25: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2011								
	Componente 1		Componentes 1+2			Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	2.176	434.790	86	17.129	125.797	415	518.193	2.677	1.095.908
Centro	977	228.193	47	105.842	68.591	267	289.775	1.291	692.401
LVT	1.365	372.304	55	36.594	74.300	266	634.604	1.686	1.117.803
Alentejo	1.513	651.799	63	41.047	71.940	194	341.069	1.770	1.105.854
Algarve	338	75.973	5	1.770	1.243	24	24.292	367	103.278
TOTAL	6.369	1.763.059	256	202.382	341.872	1.166	1.807.933	7.791	4.115.245

Analisando a ação 1.1.1 globalmente, verifica-se que 35% das candidaturas entradas foram de “jovens agricultores” (2.752 PA) e 85% (6.625) foram PA que se candidataram à componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”.

Em termos de investimento verifica-se que 43% do investimento (1.763.059 mil euros) diz respeito a investimentos exclusivamente na componente 1 e 44% na componente 2 (1.807.933 mil euros). Relativamente aos PA que integraram as duas componentes verificou-se a existência de 4 novas candidaturas no ano de 2011.

Os PIR, apesar de constituírem apenas cerca de 0,5% do total de PA, representam 10% do investimento total proposto, maioritariamente na componente 1 e na componente 1+2. Estes processos são anteriores a 2011, já que as candidaturas PIR haviam sido suspensas em 2010.

Quadro 26: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e setor (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Sector	Acumulado 2007-2011								
		Componente 1		Componente 1+2			Componente 2		TOTAL	
		Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	Outras culturas agrícolas	7	63.551				1	33.874	8	97.425
Centro	Flores	1	2.041						1	2.041
	Ovos e aves de capoeira			3	97.605	35.619	2	12.730	5	145.954
LVT	Ovos e aves de capoeira	1	11.822	1	7.004	4.838			2	23.664
	Hortícolas forçagem	2	9.102						2	9.102
	Leite						1	38.527	1	38.527
Alentejo	Hortofruticultura	2	9.764						2	9.764
	Olivais	16	71.246						16	71.246
TOTAL		29	167.525	4	104.609	40.457	4	85.130	37	397.722

Nota: Verificaram-se incorrecções na classificação de 2 PA, face ao quadro apresentado no Relatório de 2010, referentes ao sector.

Analisando a distribuição por tipologia dos promotores verifica-se que, em termos de investimento, continuam a destacar-se as formas societárias (79% do total) embora, em termos de número de PA, os produtores individuais sejam mais representativos.

Quadro 27: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2011			Acumulado 2007-2011		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	%		Mil euros	%
Produtor individual	559	95.591	11%	4.000	606.262	15%
Sociedades	950	703.545	81%	3.582	3.255.870	79%
Outras	57	69.252	8%	209	253.113	6%
TOTAL	1.566	868.388	100%	7.791	4.115.245	100%

Analisando as candidaturas, por escalão de investimento, confirma-se a tendência, já registada em anos anteriores, com mais de metade das candidaturas nos escalões de investimento entre 25 mil euros e os 200 mil euros. Contudo o valor do investimento destas candidaturas é inferior a 10%.

Quadro 28: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2011				Acumulado 2007-2011			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	3	0,2%	35	0%	152	2%	1.821	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	448	29%	27.532	3%	2.534	33%	149.378	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	346	22%	48.859	6%	1.838	24%	258.358	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	375	24%	120.572	14%	1.682	22%	538.343	13%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	188	12%	130.069	15%	713	9%	505.745	12%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	114	7%	163.598	19%	467	6%	651.344	16%
≥ 2.000 mil euros	92	6%	377.723	43%	405	5%	2.010.257	49%
TOTAL	1.566	100%	868.388	100%	7.791	100%	4.115.245	100%

Em termos acumulados, aos investimentos de maior dimensão, mais de 2 milhões de euros, (5% do total de PA apresentados) correspondeu cerca de metade do investimento proposto (49%). Aos investimentos de menor dimensão, menos de 100 mil euros (1/3 do total de PA) correspondeu apenas 4% do investimento total proposto. A dimensão média do investimento dos PA mantém-se próxima dos 500 mil euros.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 foram analisadas 2.061 candidaturas (que corresponde a 27% do total de PA analisados), e decididas 1.406 candidaturas. Destas, foram aprovadas 57% (802 PA), valor que se justifica pelo número elevado de PA que ficaram em lista de espera no sexto concurso e que, para este efeito, são considerados como não aprovados.

Quadro 29: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	0	0	1	383	0	0	1	383	3	819	319
Segundo	0	0	12	3.892	0	0	12	3.787	42	13.439	4.396
Terceiro	0	0	16	29.573	2	7.785	14	23.615	45	60.059	16.298
Terceiro-Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2.558	919
Quarto - Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	10	11.160	3.411
Quinto - Olival	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexto	1.329	764.175	1.301	739.253	375	211.414	265	167.559	100	81.187	24.072
Sexto-Leite	119	89.545	118	89.340	45	48.181	72	39.533	27	21.420	6.509
Fora concurso - JA	118	14.669	613	83.109	182	24.182	437	58.584	555	80.138	31.739
Fora concurso - PIR	0	0	0	0	0	0	1	6.728	2	8.444	2.631
TOTAL	1.566	868.388	2.061	945.550	604	291.562	802	300.188	786	279.224	90.295

Quadro 30: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1.361	932.892	1.361	932.892	1.005	673.467	356	258.776	355	258.393	83.736
Segundo	1.519	997.860	1.519	997.860	470	249.928	1.049	744.533	1.046	739.652	229.243
Terceiro	596	406.256	596	406.256	187	82.761	409	315.685	408	313.755	93.340
Terceiro - Leite	23	66.166	23	66.166	3	53.156	20	12.816	19	11.208	3.913
Quarto - Leite	50	24.730	50	24.730	16	5.032	34	19.689	34	19.689	6.593
Quinto - Olival	3	273	3	273	1	125	2	149	2	149	61
Sexto	1.329	764.175	1.301	739.253	400	228.936	279	181.723	100	81.187	24.072
Sexto - Leite	119	89.545	118	89.340	46	50.207	72	39.533	27	21.420	6.509
Fora concurso - JA	2.754	435.626	2.744	434.482	1.022	158.676	1.722	273.362	1.699	270.511	106.034
Fora concurso - PIR	37	397.722	37	397.722	3	50.916	34	345.975	33	339.017	97.887
TOTAL	7.791	4.115.245	7.752	4.088.974	3.153	1.553.203	3.977	2.192.242	3.723	2.054.981	651.389

Quanto à contratação, em 2011, verificou-se um aumento de 18% no número de PA contratados e um aumento de cerca de 11%, relativamente ao investimento contratado.

Ao longo de 2011 registou-se a desistência de 221 PA contratados, num total de 25.404 mil euros de despesa pública.

O valor médio do investimento acumulado e da despesa pública continua a baixar situando-se nos 552 mil euros e nos 175 mil euros, respectivamente.

Quadro 31: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	943	205.901	75.042	56.421	147	232.999	64.122	47.889
Centro	586	236.001	76.433	57.919	133	196.329	52.645	40.380
LVT	720	207.961	65.044	45.791	120	298.350	88.752	63.623
Alentejo	809	352.956	124.452	93.948	127	265.767	83.386	62.690
Algarve	207	42.112	15.300	11.475	16	16.605	6.211	4.658
TOTAL	3.265	1.044.930	356.271	265.554	543	1.010.051	295.117	219.241

Nota: Foram contratados 86 PA que têm a componente 1 e 2

Analisando os PA contratados, por escalão de investimento, verifica-se que o escalão com maior concentração de PA contratados, quer em termos anuais quer em termos acumulados, foi o escalão de investimentos entre os 25 mil euros e os 100 mil euros, com 34% do total. Os escalões entre 25 mil euros e 500 mil euros continuam a representar 80% dos PA contratados.

Quadro 32: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2011				Acumulado 2007-2011			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	1	0%	16	0,01%	41	1%	483	0,0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	364	46%	21.573	8%	1.275	34%	75.071	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	181	23%	25.488	9%	906	24%	127.841	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	136	17%	41.855	15%	759	20%	241.542	12%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	46	6%	31.699	11%	307	8%	220.344	11%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	34	4%	47.686	17%	229	6%	315.312	15%
≥ 2.000 mil euros	24	3%	110.906	40%	206	6%	1.074.387	52%
TOTAL	786	100%	279.224	100%	3.723	100%	2.054.981	100%

Em termos acumulados, foram contratados⁶ 3.723 PA, dos quais 786 no ano de 2011, num total de 651.389 mil euros de despesa pública, representando 484.795 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados, 96% eram localizados em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 101%.

⁶ Entende-se por PA contratados todos os que foram enviados por *webservice* para o IFAP.

c. Execução financeira

A evolução registada, ao nível dos processos remetidos para contratação, refletiu-se também nos pagamentos efetuados.

No final do ano de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 291.444 mil euros de despesa pública e 215.744 mil euros de participação FEADER. Deste montante, 54% foi pago no decorrer de 2011 (158.679 mil euros de despesa pública e 117.456 mil euros de participação FEADER).

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 45% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 45% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 33: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	345	23.679	17.782	625	32.142	24.120
Centro	117	17.742	14.296	498	26.504	20.027
LVT	123	18.995	13.587	607	41.517	29.280
Alentejo	158	26.861	20.624	591	53.207	40.047
Algarve	43	3.016	2.262	153	5.309	3.982
TOTAL	786	90.295	68.551	2.474	158.679	117.456

Quadro 34: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.069	139.164	104.309	642	54.773	41.109
Centro	704	129.078	98.300	562	54.395	40.945
LVT	823	153.796	109.414	672	74.104	52.419
Alentejo	907	207.839	156.639	712	97.835	73.518
Algarve	220	21.512	16.134	181	10.337	7.753
TOTAL	3.723	651.389	484.795	2.769	291.444	215.744

A componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, representou 56% da execução total da ação, dos quais 96% em região de convergência.

Quadro 35: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pago					
	Componente 1			Componente 2		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	561	28.460	21.378	95	25.835	19.373
Centro	470	33.218	24.991	104	21.177	15.954
LVT	582	30.953	21.468	103	43.629	31.310
Alentejo	640	63.982	48.127	89	33.854	25.392
Algarve	172	7.534	5.651	12	2.803	2.102
TOTAL	2.425	164.147	121.613	403	127.298	94.131

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta ação apresenta investimentos que se enquadram em 3 Medidas da Comissão: Medida 111 “Formação profissional e ações de informação”; Medida 121 “Modernização de explorações agrícolas” e Medida 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”.

Análise global da Ação 1.1.1

Analisando a distribuição, por componente, do número de PA enviados para contratação, verifica-se um aumento do predomínio da componente 1, em termos de número de PA contratados, com 85% do total, face ao que se verificava a 31 de dezembro de 2010 (84%).

Relativamente ao investimento e à despesa pública, o peso da componente 1 também aumentou, passando para 44% do investimento (43% em 2010) e 49% da despesa pública (48% em 2010). Considerando os PA com investimentos na componente 1 (C_1 e C_{1+2}) verifica-se, face a 2010, que o investimento manteve o seu peso (51%) enquanto a despesa pública teve um ligeiro aumento, de 54% para 55%.

Quadro 36: Ação 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado)

Promotor	Componente				TOTAL	
	1	1+2		2		
		c1	c2			
Nº PA	Jovens	1.699	-	-	1.699	
	PIR	26	4	3	33	
	Outros	1.455	81	455	1.991	
	Σ	3.180	85	458	3.723	
Investimento (mil euros)	Jovens	270.511	-	-	270.511	
	PIR	147.348	104.609	40.457	339.017	
	Outros	485.732	36.730	141.391	1.445.453	
	Σ	903.591	141.339	181.848	2.054.981	
Desp. pública (mil euros)	Total	319.723	36.548	44.098	251.020	651.389

Formação (Medida 111 da Comissão)

- Na componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, 680 dos PA enviados para contratação (21% do total de 3.265 PA contratados) contemplavam ações de formação envolvendo 18.037 participantes.
- Na componente 2 “Transformação e comercialização de produtos agrícolas”, 86 do PA enviados para contratação (16% do total de 543 PA contratados) contemplavam ações de formação, com um número total de participantes de 9.442.
- No total das duas componentes foram apoiados 766 PA com ações de formação (21% do total de 3.723 PA contratados).

Relativamente às metas, e tendo em conta que se esperavam 3.200 PA com formação num total de 8.640 PA (37% de PA com *formação*), a percentagem dos PA contratados com *formação* situa-se abaixo da meta esperada.

Nos quadros seguintes apresenta-se o investimento proposto em formação nos PA contratados e pagos, em cada uma das Componentes, cujo montante contratado é de cerca de 1.419 mil euros, representando cerca de 25% da meta estabelecida. Este montante representa cerca de 0,01%

do investimento total contratado, o que corresponde a apenas um décimo do valor programado.

Quadro 37: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em ações de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	18.037			18.037	28.862	580	433
Componente 2		9.442		9.442	13.651	839	611
TOTAL	18.037	9.442		27.479	42.513	1.419	1.044

Nota: Entre 2010 e 2011 foram contratados 2 PA e desistiram 4 da componente 2, originando uma redução dos valores

Quadro 38: Ação 1.1.1 – Ações de formação pagas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em ações de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	6.402			6.402	13.910	80	60
Componente 2		5.617		5.617	11.596	161	117
TOTAL	6.402	5.617		12.019	25.506	241	176

Quadro 39: Ação 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado)

Ano 2011

	Nº PA	Un.: mil euros
		Investimento proposto em formação
Componente 1	161	139,9
Componente 2	1	0,4
TOTAL	162	140,3

Acumulado 2007-2011

	Nº PA	Un.: mil euros
		Investimento proposto em formação
Componente 1	680	961
Componente 2	86	1.461
TOTAL	766	2.422
Meta	3.200	7.400
% da Meta	24%	33%

O conteúdo das ações contratadas centrou-se sobretudo nos temas: "qualidade dos produtos" (7.460 participantes) e "novos processos tecnológicos/práticas ou maquinaria inovadora" (6.796 participantes). A formação contratada equivale a 42.513 dias de formação.

Quadro 40: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Un.: mil euros

Conteúdo das Acções de Formação	Contratadas		Pagas	
	Nº Participantes	Dias de Formação	Nº Participantes	Dias de Formação
Gestão, Administração e Marketing	3.592	6.049	1.216	2.701
Manutenção e melhoria da paisagem e protecção do ambiente	1.923	2.003	689	687
Novos padrões	450	535	183	244
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	6.796	13.697	2.840	8.581
Outros	5.808	8.049	2.082	4.318
Qualidade do produto	7.460	10.332	4.325	7.939
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	1.450	1.848	684	1.036
Total	27.479	42.513	12.019	25.506

No ano de 2011 acentuou-se a predominância dos participantes nas ações de formação do género masculino e com idade inferior a 40 anos (36% vs 34% em 2010).

Quadro 41: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas das componentes 1 e 2 por sexo e idade (acumulado)

Sexo	Contratadas			Pagas		
	Idade		TOTAL	Idade		TOTAL
	<40	>=40		<40	>=40	
Feminino	28%	15%	43%	27%	18%	45%
Masculino	36%	22%	57%	32%	23%	55%
TOTAL	63%	37%	100%	59%	41%	100%

Apoio às explorações agrícolas (Medida 121 da Comissão)

Durante o ano de 2011 foram contratados 720 PA relativos à componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, desta ação.

Em termos acumulados verifica-se uma alteração na distribuição regional dos PA contratados face a 2010: a região Norte que até então ocupava o terceiro lugar, em termos de regiões com maior número de PA, passou em 2011 para a primeira posição, logo seguida da região do Alentejo. Em termos de investimento, mantêm-se as regiões do Alentejo e Centro como

as que apresentam maior peso. Tal como já foi referido em relatórios anteriores a dimensão média elevada, de investimento e de apoio, nestas regiões, deve-se ao peso significativo dos PIR.

Quadro 42: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	943	205.576	74.883	56.301
Centro	586	235.921	76.391	57.888
LVT	720	207.618	64.814	45.620
Alentejo	809	352.814	124.354	93.874
Algarve	207	42.040	15.253	11.439
TOTAL	3.265	1.043.969	355.693	265.123
Metas	8.200	669.000	284.003	213.980
% da meta	40%	156%	125%	124%

O número de PA contratados continuou a registar um crescimento, correspondendo, atualmente, a 40% da meta estabelecida para o número de contratações (8.200 PA) previstas para o período 2007-2013.

No que diz respeito ao investimento proposto, os PA contratados ultrapassaram a meta prevista (156%). Assim, mais uma vez se verifica que as explorações apoiadas tiveram uma dimensão de investimento bastante superior ao previsto.

Em termos de despesa pública e de FEADER, os valores contratados também ultrapassaram as metas previstas em cerca de 25% e 24%, respetivamente.

No quadro seguinte apresentam-se os PA contratados, que apresentam uma forte especialização produtiva, sobretudo, nas fileiras estratégicas.

Quadro 43: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA contratados (por atividade do ramo agrícola)

Lh.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	37	38	75	3.684	5.134	14.880
	Máquinas	3	96	99	4.122	5.720	19.184
	Edifícios	2	1	3	52	69	205
	Outros	0	4	4	243	324	1.012
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	9	98	107	7.395	10.610	29.824
	Máquinas	18	241	259	28.012	37.956	109.366
	Edifícios	12	225	237	24.796	34.257	99.195
	Outros	1	6	7	872	1.284	3.863
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	0	51	51	2.740	3.734	12.296
	Máquinas	7	176	183	5.073	6.942	21.234
	Edifícios	1	1	2	33	45	145
	Outros	0	11	11	344	458	2.425
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	112	726	838	78.772	105.194	277.813
	Máquinas	17	323	340	18.770	25.070	66.262
	Edifícios	2	25	27	2.662	3.640	10.809
	Outros	1	15	16	669	892	2.541
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	4	4	811	959	3.507
	Máquinas	1	69	70	6.244	7.928	24.037
	Edifícios	0	35	35	6.475	7.770	21.698
	Outros	0	3	3	120	151	613
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	15	41	56	2.755	3.631	12.024
	Máquinas	26	92	118	4.239	5.620	18.365
	Edifícios	16	39	55	3.103	3.914	12.405
	Outros	10	19	29	647	863	3.909
Suínos	Melhoria fundiária	0	4	4	151	201	894
	Máquinas	0	16	16	2.189	3.017	9.833
	Edifícios	0	15	15	2.081	2.775	9.018
	Outros	0	4	4	114	152	1.124
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	1	2	3	362	482	1.805
	Máquinas	3	46	49	26.380	35.174	122.652
	Edifícios	2	66	68	8.338	11.144	42.315
	Outros	1	2	3	175	234	946
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	28	61	89	7.898	10.530	31.874
	Máquinas	35	144	179	5.229	6.953	20.341
	Edifícios	6	13	19	565	753	2.216
	Outros	9	18	27	420	560	1.841
Outros	Melhoria fundiária	13	54	67	4.234	5.681	14.754
	Máquinas	5	57	62	2.774	3.745	10.707
	Edifícios	4	26	30	1.570	2.114	5.938
	Outros	0	1	1	11	14	101
TOTAL		397	2.868	3.265	265.123	355.693	1.043.969
		Metas		8.200	213.980	284.003	669.000
		% da Meta		40%	124%	125%	156%

Nota: exclui a rubrica de formação da componente 1 da ação 111

Os ramos agrícolas com mais representação continuam a ser a "hortofruticultura" e as "outras culturas permanentes". O ramo das "aves de capoeira" permanece com 16% do investimento, mas apenas 4% das explorações.

Quanto às rubricas de investimento as mais significativas continuam a ser as "máquinas", com 40% do investimento total seguida da "melhoria fundiária", com 38% do investimento total.

Quanto aos modos de produção é de assinalar que 12% das explorações apresentam o investimento em modo de produção biológico (MPB).

A análise é semelhante quando se trata de valores pagos conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 44: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA pagos (por atividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de atividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	20	29	49	1.510	2.070	10.663
	Máquinas	2	80	82	2.346	3.278	15.650
	Edifícios	0	0	0	0	0	0
	Outros	0	3	3	95	127	877
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	6	63	69	2.769	4.057	22.255
	Máquinas	14	183	197	13.843	18.786	96.037
	Edifícios	9	179	188	13.178	18.495	84.511
	Outros	1	3	4	248	360	2.515
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	0	35	35	1.271	1.753	8.454
	Máquinas	5	134	139	2.048	2.879	15.077
	Edifícios	1	1	2	26	35	145
	Outros	0	9	9	214	285	2.004
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	65	542	607	36.807	49.173	222.659
	Máquinas	10	267	277	8.980	12.002	56.451
	Edifícios	1	15	16	938	1.251	9.298
	Outros	1	13	14	293	391	1.870
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	2	2	48	57	1.584
	Máquinas	1	47	48	2.750	3.538	18.411
	Edifícios	0	20	20	1.934	2.427	13.038
	Outros	0	2	2	10	13	471
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	12	36	48	1.021	1.362	10.314
	Máquinas	18	77	95	1.675	2.244	14.000
	Edifícios	7	26	33	837	1.111	6.586
	Outros	7	13	20	228	304	3.066
Suínos	Melhoria fundiária	0	3	3	59	79	691
	Máquinas	0	15	15	1.005	1.419	8.624
	Edifícios	0	15	15	1.172	1.562	9.018
	Outros	0	2	2	48	64	1.030
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	1	2	3	294	392	1.805
	Máquinas	3	36	39	13.701	18.268	120.715
	Edifícios	2	50	52	2.952	3.942	36.054
	Outros	1	2	3	83	111	946
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	13	46	59	3.274	4.365	25.271
	Máquinas	17	106	123	1.645	2.195	12.132
	Edifícios	1	12	13	191	255	1.706
	Outros	6	10	16	91	121	1.288
Outros	Melhoria fundiária	10	43	53	1.895	2.526	12.410
	Máquinas	4	48	52	1.327	1.780	9.239
	Edifícios	2	15	17	738	984	4.692
	Outros	0	1	1	8	11	101
TOTAL		240	2.185	2.425	121.553	164.065	861.656
Nota: exclui a rubrica da formação da componente 1 da ação 111							
	Metas	8.200	213.980	284.003	669.000		
	% da Meta	30%	57%	58%	129%		

No que se refere às orientações técnico-económicas (OTE) das explorações com produção convencional, verifica-se uma concentração em 14 OTE, com cerca de 75% do número de PA e de 80% do investimento proposto, FEADER e incentivo.

A "olivicultura especializada" continua a ser a atividade agrícola dominante no investimento, com 19% do investimento e 9% das explorações. Já a atividade agrícola "explorações especializadas na produção de frutos frescos (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)" passou a ter um peso muito significativo, sendo a atividade com maior número de PA, 17%, e a quarta mais importante ao nível do investimento com 8% do investimento total. O setor avícola, no seu conjunto, continua a ter um peso muito significativo, com 16% do investimento.

Quadro 45: Ação 1.1.1 - Componente 1 - Principais OTE dos PA contratados (modo de produção convencional)

Un.: mil euros

Actividade agrícola	PA (%)	Invest. (%)	Nº PA	FEADER (euros)	Despesa Pública (euros)	Investimento (euros)
<i>Expl. olivícolas especializadas</i>	9%	19%	269	51.566	68.755	186.083
<i>Explorações especializadas em hortícola sob coberto</i>	7%	12%	189	30.025	40.323	120.098
<i>Expl. espec. em aves de carne</i>	4%	11%	103	23.151	30.894	111.934
<i>Expl. espec. frutícolas (com exceção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)</i>	17%	8%	480	22.213	29.787	76.407
<i>Expl. bovinas especializadas - orientação leite</i>	4%	5%	108	13.170	16.206	47.911
<i>Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade</i>	8%	4%	230	7.882	10.768	34.749
<i>Explorações especializadas em horticultura ao ar livre</i>	6%	4%	166	9.326	13.076	37.056
<i>Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto</i>	4%	4%	115	11.101	15.509	40.274
<i>Expl. espec. de galinhas poedeiras</i>	0%	4%	12	10.468	13.957	39.978
<i>Expl. com diversas culturas e criações mistas</i>	4%	3%	106	6.565	8.733	27.684
<i>Expl. com diversas combinações de culturas permanentes</i>	4%	2%	109	6.269	8.358	22.211
<i>Expl. com diversos herbívoros</i>	3%	2%	90	3.667	4.852	17.348
<i>Expl. espec. em citrinos</i>	3%	2%	76	4.811	6.414	17.437
<i>Expl. Apícolas</i>	3%	1%	94	1.218	1.624	4.985
<i>Outros</i>	25%	20%	721	46.144	62.131	191.590
TOTAL	100%	100%	2.868	247.576	331.389	975.747

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por setor de atividade e por rubrica de investimento, verificou-se:

- Um peso muito significativo no "olival", embora tenha diminuído face a 2010, continuando a ser a atividade com maior importância, à semelhança do que acontece na SAU, representando 19% do investimento total contratado;
- As "explorações especializadas em hortícola sob coberto" tiveram um forte acréscimo face a 2010, com mais 4 pontos percentuais, passando a representar 12% do investimento total;
- As "frutas" registaram por sua vez um ligeiro decréscimo face a 2010, passando de 9% para 8% do investimento total contratado;
- O investimento em "máquinas e equipamentos" é o predominante (33%);
- Os investimentos em "plantações" representam ainda 17% do investimento total, concentrando-se grande parte no setor "olival" e nos "frutos" que em conjunto representam 15% do total;
- Os "bovinos de carne", apesar de representarem 23% da SAU detêm apenas 2% do investimento, indicando a natureza extensiva desta atividade nos PA candidatos a esta ação.

Quadro 46: Ação 1.1.1 - Investimento contratado (por atividade agrícola e rubrica de investimento)

Rubrica / Actividade agrícola	Captação de água	Compra de terrenos	Cumprimento de novas normas	Edifícios e outras construções	Electrificação	Energias renováveis	Estufas ou outras estruturas de produção	Instalações animais	Investimentos ambientais	Máquinas e equipamentos	Melhoramentos fundiários	Plantações	Rede de rega	Outros investimentos	TOTAL por actividade agrícola
Apicultura	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,02%	1%	0,02%	0,01%	0,0%	0,2%	1%
Bovinos de Carne	0,02%	0,01%	0,00%	0,0%	0,12%	0,01%	0,0%	0,0%	0,2%	1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,6%	2%
Bovinos de Leite	0,01%	0,09%	0%	0,1%	0,26%	0,0%	0,1%	0%	1,6%	2%	0,1%	0,0%	0,01%	0,5%	5%
Caprinos	0,0%	0,0%	0,01%	0,00%	0,01%	0,01%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,04%	0,01%	0,01%	0,1%	1%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,05%	0,0%	0,0%	0,0%	1%	0,2%	0,00%	0,2%	0,2%	2%
Culturas Forrageiras	0,0%	0,02%	0,01%	0,00%	0,04%	0,04%	0,0%	0,0%	0,03%	1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	1%
Flores	0,03%	0,02%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0%	1,3%	0,0%	1%	0,2%	1%	0,2%	0,6%	5%
Frangos (engorda)	0,01%	0,01%	1%	0,1%	0,2%	0,13%	0,0%	0,0%	3%	3%	0,03%	0,0%	0,0%	0,5%	7%
Frutos	0,3%	0,2%	0,00%	0,0%	0,3%	0,07%	0,0%	0,2%	0,00%	3%	1%	6%	2%	1%	14%
Hortícolas ar livre	0,1%	0,11%	0,0%	0,0%	0,1%	0,07%	0,0%	0,2%	0,00%	3%	0,2%	0,03%	0,4%	0,3%	5%
Hortícolas Forçagem	0,02%	0,2%	0,02%	0%	1,80%	0,1%	0,1%	5%	0,0%	4%	1%	0,03%	0,3%	2%	15%
Olival	0,4%	0,5%	0,0%	0,0%	0,4%	0,29%	0,0%	0,0%	0,00%	8%	2%	9%	3%	1%	24%
Outras Culturas	0,01%	0,0%	0,0%	0,0%	0,05%	0,01%	0,01%	0,0%	0,00%	0,4%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	1%
Outras Permanentes	0,0%	0,01%	0,0%	0,0%	0,1%	0,00%	0,00%	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,04%	0,02%	0,04%	1%
Outros Animais	0,01%	0,02%	0,1%	0,1%	0,17%	0%	1,07%	0%	1%	0,4%	0,03%	0,01%	0,01%	0,3%	3%
Ovinos de Carne	0,0%	0,0%	0,0%	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%	0,00%	0,0%	0,03%	0,01%	0,02%	0,0%	0,04%	0%
Ovinos de Leite	0,0%	0,0%	0,01%	0,00%	0,0%	0,00%	0,0%	0,0%	0,10%	0,1%	0,01%	0,0%	0,0%	0,04%	0%
Ovos	0,0%	0,0%	0%	1,5%	0,2%	0%	0,5%	0%	2%	2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,4%	7%
Suínos	0,01%	0,0%	0,1%	0,2%	0,05%	0,02%	0,0%	0%	0,5%	0%	0,03%	0,03%	0,0%	0,5%	2%
Vinho	0,1%	0,04%	0,1%	0,0%	0,33%	0,03%	0,0%	0,0%	0,00%	2%	0,3%	0,5%	1%	1%	5%
TOTAL por rubrica	1%	1%	1%	2%	4%	1%	2%	7%	8%	33%	5%	17%	7%	9%	100%

Relativamente ao tempo dedicado à agricultura mantem-se a existência de cerca de ¾ dos agricultores a tempo inteiro na agricultura, detendo estes 83% do investimento total.

Quadro 47: Ação 1.1.1 – Agricultores singulares - % do rendimento obtido da exploração e tempo dedicado à agricultura

Pedidos de apoio à acção 1.1.1	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	% total
Tempo parcial, tanto do rendimento como do tempo (< 50% rend. e do tempo)	109	6%	7.270	3%
Tempo parcial, a nível do rendimento (< 50% rend. e >= 50% do tempo)	255	13%	26.064	9%
Tempo parcial, a nível do tempo (>= 50% rend. e < 50% do tempo)	147	7%	15.260	5%
Agricultor a tempo inteiro (>= 50% rend. e do tempo)	1.470	74%	230.856	83%
TOTAL	1.981	100%	279.449	100%

Em termos de composição da SAU das explorações contratadas na ação 1.1.1, componente 1, continua a verificar-se que a atividade agrícola

dominante é o “*olival*” seguida da atividade “*bovinos de carne*”, que viu a sua área aumentar passando de 19% em 2010 para 23% da área total, em 2011.

Quadro 48: Ação 1.1.1 – Composição da SAU das explorações contratadas (componente 1)

Actividade agrícola	SAU	
	ha	% do total
Olival	52.840	27%
Bovinos de carne	45.566	23%
Vinho	16.399	8%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	15.376	8%
Frutos	15.002	8%
Culturas forrageiras	11.868	6%
Hortícolas ar livre	10.750	6%
Bovinos de leite	5.948	3%
Suínos	4.730	2%
Ovinos de carne	3.053	2%
Caprinos	3.050	2%
Apicultura	2.158	1%
Ovinos de leite	2.040	1%
Hortícolas forragem	1.375	1%
Outras culturas	1.329	1%
Outros animais	1.192	1%
Flores	782	0,4%
Outras permanentes	373	0,2%
Ovos	358	0,2%
Frangos (engorda)	344	0,2%
TOTAL	194.533	100%

Quanto ao tipo de beneficiários contratados e seu escalão etário, continua a dominar a tipologia de “*peessoas singulares*”, com 61% do total e o género masculino (com 66%). Em termos de faixa etária, os promotores com menos de 40 anos de idade aumentaram a sua representatividade com mais 4 pontos percentuais do que o verificado no último relatório (73% do total de “*peessoas singulares*”).

Quadro 49: Ação 1.1.1 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas	
			Contratadas	Pagas
Pessoas singulares	Masculino	<40	912	640
		≥ 40	402	308
	Feminino	<40	540	373
		≥ 40	127	105
	TOTAL			1981
Pessoas colectivas			1.284	999
TOTAL			3.265	2.425

No que diz respeito à localização do investimento contratado mantém-se a tendência já verificada em anos anteriores de um maior peso nas “zonas com desvantagens que não as zonas de montanha” (31% do investimento total). As “zonas desfavorecidas” reforçaram também a sua representatividade aparecendo agora com 65% do investimento apoiado.

Quadro 50: Ação 1.1.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	339	1905	2244	181.930	242.033	680.735
Zonas de montanha	176	872	1.048	64.388	85.835	233.622
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	85	691	776	84.637	112.475	324.455
Zonas mistas	78	342	420	32.905	43.722	122.658
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	58	963	1021	83.193	113.660	363.234
Zonas Natura 2000	1	28	29	2.784	3.832	12.742
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	7	123	130	10.693	16.220	59.897
Zonas mistas	0	12	12	1.228	1.793	5.835
Outros	50	800	850	68.489	91.815	284.760
TOTAL	397	2868	3265	265.123	355.693	1.043.969

Quadro 51: Ação 1.1.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	197	1424	1621	82.799	110.411	558.057
Zonas de montanha	94	616	710	26.110	34.813	183.414
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	61	565	626	42.548	56.811	283.250
Zonas mistas	42	243	285	14.141	18.787	91.393
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	43	761	804	38.754	53.655	303.599
Zonas Natura 2000	1	21	22	946	1.276	8.266
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	5	91	96	4.938	8.031	50.714
Zonas mistas	0	9	9	497	722	4.405
Outros	37	640	677	32.373	43.626	240.215
TOTAL	240	2185	2425	121.553	164.065	861.656

Relativamente aos indicadores específicos de realização, realça-se o seguinte:

- O nº de candidaturas com projetos agrupados apresenta um valor bastante inferior à meta (11% do valor esperado);
- Em termos dos investimentos em fatores ambientais e investimentos imateriais continuam a verificar-se resultados abaixo da meta;
- Confirma-se que os resultados da inovação apresentam valores elevados, com cerca de 76% dos PA contratados investindo em inovação (definida como sendo a introdução de produtos ou técnicas que a empresa não utilizava anteriormente).

Quadro 52: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (contratados acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	365	27.842	33.994	793.587	26.000
% do total da componente	11%	3%	3%	76%	2%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	33%	-	-	+++	--

Quadro 53: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (pagos acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	263	25.611	31.489	647.297	20.202
% do total da componente	11%	3%	4%	75%	2%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	24%	-	-	+++	--

No que se refere aos indicadores relativos aos resultados esperados sobre os promotores contratados, verifica-se que dos 3.265 PA contratados:

- 55% Pretendem introduzir novos produtos;
- 67% Pretendem introduzir novas técnicas;
- 76% Pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas;
- Em termos do acréscimo de VAB anual, o valor foi de 454.704 mil euros, um acréscimo de 8% face a 2010. No entanto, para se ter um

valor comparável com a meta (que corresponde ao VAB gerado durante a vida útil do projeto), foi calculada a vida útil média dos projetos (5 anos) e multiplicado este valor pelo VA anual, para se obter o acréscimo de VAB total (2.270.596 mil euros nos PA contratados), que corresponde a 120% da meta.

Quadro 54: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (contratado acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
11.648	454.704	5	1.803	2.196	2.485
% do total de explorações			55%	67%	76%
Metas	1.900.000		18%	55%	1.700
% da meta	120%		+++	+	146%

Quadro 55: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (pagos acumulado)

	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	387.593	5,14	1.296	1.630	1.825
% do total de explorações			53%	67%	75%
Metas	1.900.000		18%	55%	1.700
% da meta	105%		-	-	107%

Apoio às empresas de transformação e comercialização (Medida 123 da Comissão)

A componente 2 desta ação teve, até ao final de 2011, 543 PA contratados. A distribuição regional dos PA contratados mantém-se muito equilibrada com exceção da região do Algarve.

A dimensão média elevada, de investimento e de apoio, na região Centro, deve-se, como já referido anteriormente, ao peso significativo dos PIR nesta região.

Quadro 56: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	147	232.623	63.925	47.749
Centro	133	196.103	52.528	40.293
LVT	120	297.600	88.292	63.287
Alentejo	127	265.683	83.346	62.660
Algarve	16	16.580	6.192	4.644
TOTAL	543	1.008.589	294.283	218.633
Metas	440	819.000	346.709	261.225
% da meta	123%	123%	85%	84%

Até ao final de 2011 foram contratados 543 PA (23% acima da meta) da componente 2 desta ação (medida 123 da Comissão). A estes PA estão associados 294.283 mil euros de apoio e 218.633 mil euros de FEADER (85% e 84%, respetivamente, das metas estabelecidas). Quanto ao investimento proposto este ascendeu a 1.008.589 mil euros, tendo ultrapassado a meta proposta em 23%.

Quadro 57: Ação 1.1.1 – Número de PA contratados da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Número			Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas	TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	543	543	294.283	218.633	1.008.589
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	543	543	294.283	218.633	1.008.589
		Meta	440	346.709	261.225	819.000
		% da meta	123%	85%	84%	123%

Analisando os mesmos indicadores relativamente aos valores pagos, constata-se que foram apoiadas 403 empresas que representam 96% e 37%, respetivamente do investimento e do apoio previsto.

Quadro 58: Ação 1.1.1 – Número de PA pagos da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Número			Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas	TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	403	403	127.137	94.015	782.744
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	403	403	127.137	94.015	782.744
		Meta	440	346.709	261.225	819.000
		% da meta	92%	37%	36%	96%

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional e sectorial do investimento contratado.

Quadro 59: Ação 1.1.1 – Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado)

Sector	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL sectorial
Azeite	0%	1%	2%	14%	0,00%	18%
Carne	2%	3%	2%	1%	0%	8%
Frutas frescas	1%	1%	6%	1%	1%	9%
Frutas transformadas	1%	1%	2%	0,0%	0%	4%
Leite e produtos lácteos	0,1%	3%	1%	0,6%	0%	4%
Ovos e aves de capoeira	0%	5%	2%	0,0%	0%	7%
Produtos hortícolas frescos	1%	1%	2%	1%	0,03%	4%
Produtos hortícolas transformados	3%	1%	6%	2%	0%	12%
Vinho	14%	3%	6%	8%	0,2%	31%
Produtos diversos	0,4%	0,2%	1%	0,1%	1%	2%
TOTAL regional (%)	23%	19%	29%	26%	1%	98%
TOTAL regional (invest.)	232.623	196.103	297.600	265.683	16.580	1.008.589
TOTAL regional (apoio)	63.925	52.528	88.292	83.346	6.192	294.283

O investimento contratado concentrou-se sobretudo nas regiões LVT e Alentejo (com 29% e 26% do total, respetivamente). Face ao ano de 2010, verifica-se que a região LVT reforçou o seu peso relativo, passando para primeiro lugar. Na região do Algarve foi contratado apenas 1% do investimento.

Analisando a repartição sectorial do investimento, verifica-se:

- O “vinho” continua a ser o principal setor de investimento, na componente 2, com 31% do total;
- O “azeite” reforçou a sua importância a nível do investimento, com 18% do investimento total;
- Os “produtos hortícolas transformados” subiram 1 ponto percentual continuando a representar o terceiro setor com mais investimento;
- As “frutas frescas” representam 9% do investimento total continuando a ser o quarto setor mais importante.

Estes 4 setores constituem, atualmente, cerca de 70% do investimento total da componente 2.

A larga maioria das 543 empresas apoiadas são PME (94% do total) sendo o setor do “vinho” o mais representativo com 37% de PA contratados.

Relativamente às não PME, o setor “vinho” continua a ser o que detém o maior número de PA (16). Os setores “produtos hortícolas transformados” e “carne” embora com 6 e 4 PA, respetivamente, em termos de investimento, representam 26% e 7% respetivamente.

Quadro 60: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas e pagas da componente 2 (por tipo de empresa)

Tipo de Empresa	Empresas Apoiadas				Investimento			
	Contratadas		Pagas		Contratadas		Pagas	
	Número	% do Total	Número	% do Total	Mil euros	% do Total	Mil euros	% do Total
Micro/pequenas	440	81%	322	80%	610.806	61%	465.955	60%
Médias	68	13%	54	13%	247.769	25%	209.664	27%
Não PME	35	6%	27	7%	150.014	15%	107.125	14%
TOTAL	543	100%	403	100%	1.008.589	100%	782.744	100%

Nota: não inclui o investimento em “formação” (Medida COM 11) relativo à componente 2

Quadro 61: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas da componente 2 (por tipo de empresa e setor)

Sector	Micro/Pequenas		Médias		Médias/Grandes		TOTAL	
	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)
Vinho	173	192.789	16	47.001	16	70.326	205	310.116
Azeite	86	161.235	6	14.358	2	2.419	94	178.012
Produtos hortícolas transformados	12	25.185	6	57.781	6	38.741	24	121.707
Frutas frescas	42	71.901	7	17.696	0	0	49	89.597
Carne	34	35.695	11	37.180	4	9.655	49	82.530
Ovos e aves de capoeira	6	9.603	6	39.686	3	23.139	15	72.428
Produtos hortícolas frescos	19	27.611	7	15.793	1	1.941	27	45.345
Frutas transformadas	13	31.374	3	10.398	0	0	16	41.772
Leite e produtos lácteos	41	38.040	2	6.613	1	284	44	44.936
Diversos vegetais	2	5.327	0	0	0	0	2	5.327
Cereais	2	1.729	2	658	2	3.510	6	5.898
Flores e plantas	2	2.864	1	257	0	0	3	3.121
Diversos animais	2	361	0	0	0	0	2	361
Produtos diversos	6	7.092	1	347	0	0	7	7.440
TOTAL	440	610.806	68	247.769	35	150.014	543	1.008.589

Relativamente aos indicadores específicos de realização, e à semelhança do que aconteceu na componente 1, verifica-se que o número de candidaturas contratadas com projetos agrupados está próximo da meta, 97% do total, e um valor do investimento em inovação bastante elevado. O investimento em fatores ambientais e imateriais continua muito abaixo das metas.

Quadro 62: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (contratado acumulado)

Un.:mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	73	37.731	708.842	123.497
% do total da componente	13%	4%	70%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	97%	-	+++	-

Quadro 63: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (pago acumulado)

Un.:mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	58	32.139	558.473	97.129
% do total da componente	14%	4%	71%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	77%	-	+++	-

Quanto aos indicadores de resultado, tal como já referido em relatórios anteriores, os PA já contratados apresentam valores, relativamente à introdução de novos produtos e técnicas, bastante superiores às metas. Relativamente ao VAB, o valor anual corresponde a 511.341 mil euros. À semelhança do que foi feito para a componente 1, calculou-se a vida média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual, para ver a taxa de cumprimento da meta (105% em relação aos PA pagos).

Quadro 64: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (contratados acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
3.003	511.341	6,05	255	353	378
% do total de explorações			47%	65%	70%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	129%		++	++	236%

Quadro 65: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (pagos acumulado)

	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	427.654	5,91	179	266	284
% do total de explorações			44%	66%	70%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	105%		++	+	178%

2.2.1.2 Ação 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) i) e Artigo 26º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 121;
- Portaria n.º 482/2009, de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

A ação tem como objetivos a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção e contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do setor.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 não foram abertos concursos para esta ação.

O número de PA apresentados do concurso que decorreu em 2010 diminuiu (de 2.217 candidaturas válidas para 2.128) no processo de validação e devido a desistências de candidaturas.

Quadro 66: Ação 1.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	59.727	15.000	0	0	629	12.659
Segundo		22.000	0	0	2.128	45.117
TOTAL		37.000	-	-	2.757	57.776

Quanto à distribuição regional dos dois concursos, confirmou-se a tendência verificada nos relatórios anteriores com a região Norte a representar, quer em termos de número de PA, quer em termos de investimento, 48% do total.

Quadro 67: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA entrados

Região	PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%
Norte	1.315	48%	27.578	48%
Centro	709	26%	14.689	25%
LVT	202	7%	4.323	7%
Alentejo	453	16%	9.487	16%
Algarve	78	3%	1.700	3%
TOTAL	2.757	100%	57.776	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2010, encontravam-se analisadas e decididas, as candidaturas do primeiro concurso desta ação, tendo sido analisadas e decididas, em 2011, as candidaturas do segundo concurso. Destas últimas candidaturas, 99% foram analisadas e destas 71% tiveram um parecer favorável e foram aprovadas. Em dezembro de 2011 apenas se encontravam em análise 19 candidaturas do segundo concurso.

Do total das 2.738 candidaturas analisadas cerca de 77% (2.110) foram analisadas no decorrer do ano de 2011.

Quadro 68: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	1	24	0	0	1	24	9	185	81	61
Segundo	0	0	2.109	44.728	620	13.487	1.489	31.229	1.403	29.526	13.520	10.111
TOTAL	0	0	2.110	44.752	620	13.487	1.490	31.254	1.412	29.710	13.601	10.171

Quadro 69: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	629	12.659	629	12.659	162	3.216	467	9.423	466	9.398	3.880	2.899
Segundo	2.128	45.117	2.109	44.728	620	13.487	1.489	31.229	1.403	29.526	13.520	10.111
TOTAL	2.757	57.776	2.738	57.387	782	16.702	1.956	40.653	1.869	38.924	17.400	13.010

Em termos acumulados, foram contratados 1.869 PA, dos quais 1.412 PA no ano de 2011, num total de 17.400 mil euros de despesa pública, representando 13.010 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 99% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 29% ou seja aumentou 22 pontos percentuais face a 2010.

Tal como noutras ações, registou-se, em 2011, a desistência de 94 PA contratados. Estes PA representavam 716 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, verifica-se que a região Norte representa 37% do total dos PA contratados, logo seguida da região Centro com 31%.

Quadro 70: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	696	14.296	6.323	4.742
Centro	578	12.038	5.477	4.107
LVT	144	3.052	1.205	863
Alentejo	396	8.365	3.917	2.938
Algarve	55	1.172	478	359
TOTAL	1.869	38.924	17.400	13.010

Quanto ao tipo de promotores dos PA contratados, mantém-se a tendência já verificada em 2010 com a tipologia “*produtor individual*” a representar 76% do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 71: Ação 1.1.2 - PA contratados (por tipologia de promotor)

Tipologia	Número de PA	Investimento	
		(mil euros)	%
Produtor individual	1.452	29.568	76%
Sociedade	408	9.151	24%
Outras	9	204	1%
TOTAL	1.869	38.924	100%

Confirma-se, também, que a maioria dos promotores singulares é do género masculino (73%) e com mais de 40 anos (70% do total). Em termos de faixa etária, o género masculino e feminino têm uma estrutura muito semelhante. Comparando com a ação 1.1.1, verifica-se que as pessoas singulares têm um peso substancialmente maior (73% - 53%), o género masculino maior peso (73% - 66%) e os promotores são bastante mais idosos (70% \geq 40 contra 27% na 1.1.1).

Quadro 72: Ação 1.1.2 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas	
			Contratadas	Pagas
Pessoas singulares	Masculino	<40	304	171
		\geq 40	744	410
	Feminino	<40	136	60
		\geq 40	259	138
	TOTAL			1443
Pessoas colectivas			426	211
TOTAL			1869	990

O investimento contratado, por DRAP e por tipologia, mantém-se o já referido no relatório de 2010 com os “equipamentos e máquinas agrícolas” a terem maior representação, em todas as regiões, no investimento contratado para esta ação, e a tipologia “construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência energética” a que tem menor representatividade.

Quadro 73: Ação 1.1.2 - Distribuição regional e por tipologia do investimento dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	1a Construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência		1b Equipamentos e máquinas agrícolas		1c Pequenas construções		1d Pequenas plantações plurianuais		Não elegível		TOTAL
	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	
Norte	749	5%	8.984	63%	1.649	12%	1.651	12%	1.235	9%	14.268
Centro	124	1%	8.285	69%	1.620	13%	875	7%	1.174	10%	12.079
LVT	106	3%	2.163	71%	312	10%	245	8%	241	8%	3.067
Alentejo	84	1%	5.302	64%	856	10%	1.369	16%	728	9%	8.338
Algarve	0	0%	533	45%	310	26%	189	16%	141	12%	1.172
TOTAL	1.063	3%	25.267	65%	4.747	12%	4.329	11%	3.518	9%	38.924

Analisando os PA contratados da ação 1.1.2, por escalão de investimento, o maior peso verifica-se no escalão de mais de 20 mil euros de investimento, quer em termos de número de PA quer em termos de investimento.

Quadro 74: Ação 1.1.2 - Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia	PA contratados			
	Nº PA	%	Invest. total	%
≥ 5 mil e < 10 mil euros	160	9%	1.208	3%
≥ 10 mil e < 15 mil euros	200	11%	2.484	6%
≥ 15 mil e < 20 mil euros	232	12%	4.104	11%
≥ 20 mil euros	1.277	68%	31.128	80%
TOTAL	1.869	100%	38.924	100%

Quanto à SAU por atividade agrícola, confirma-se que os PA contratados concentraram-se, essencialmente, nos “bovinos de carne” (59% da área total).

Dos promotores dos PA contratados na ação 1.1.2, 15% (275/1.869 PA) têm também PA na ação 1.1.1. O investimento aprovado correspondeu, em termos globais, a 4% do investimento candidatado à ação 1.1.1.

Quadro 75: Ação 1.1.2 – PA contratados que concorreram à Ação 1.1.1 e valores de investimento das Ações 1.1.2 e 1.1.1 associados (acumulado)

Região	Ação 1.1.2			Invest. candidatado à Ação 1.1.1 (mil euros)
	Nº PA	Invest. contratado		
		Mil euros	(em % do invest. da 1.1.1)	
Norte	81	1.652	2%	86.008
Centro	73	1.558	4%	36.734
LVT	30	676	11%	6.194
Alentejo	76	1.720	7%	25.841
Algarve	15	312	9%	3.359
TOTAL	275	5.918	4%	158.136

Quanto à estrutura de investimentos verifica-se que os “equipamentos e máquinas agrícolas” nesta ação reforçaram o seu peso, passando agora a representar 65% do investimento total contratado. Comparando a estrutura do investimento na ação 1.1.2 com a da ação 1.1.1, componente 1, verifica-se um maior peso dos “equipamentos e máquinas agrícolas”, enquanto os restantes investimentos têm um maior peso na Ação 1.1.1, componente 1.

Quadro 76: Ação 1.1.2 - Comparação das estruturas de investimentos das Ações 1.1.2 e 1.1.1, componente 1

Concursos	Acção 1.1.2	Acção 1.1.1 Componente 1
Equipamentos e Máquinas Agrícolas	65%	41%
Construções	13%	21%
Plantações	11%	17%
Melhoramento Ambiental e Eficiência Energética	2%	5%
Outros	9%	16%
TOTAL	100%	100%

Comparando esta ação, em termos de SAU, com a ação 1.1.1 - componente 1 mais uma vez se verifica uma diferença significativa na sua estrutura, tendo a atividade “olival”, na ação 1.1.1 - componente 1, uma

importância muito maior, representando 27% da área total (mais 22 pontos percentuais que na 1.1.2). Os “bovinos de carne” apresentam, como já se viu, um peso muito menor, constituindo 23% da área total (menos 38 pontos percentuais que na 1.1.2).

Quadro 77: Ação 1.1.2 - Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Actividade Agrícola	Superfície Agrícola Util			
	Acção 1.1.2		Acção 1.1.1 Componente 1	
	Área	%	Área	%
Olival	4.473	5%	52.840	27%
Vinho	6.053	7%	16.399	8%
Frutos	2.554	3%	15.002	8%
Hortícolas ar livre	1.234	1%	10.750	6%
Hortícolas forçagem	207	0,2%	1.375	1%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	4.502	5%	15.376	8%
Culturas forrageiras	755	1%	11.868	6%
Flores	19	0,0%	782	0%
Outras Permanentes	19	0,003	373	0%
Outras culturas	804	1%	1.329	1%
Bovinos de carne	51.459	59%	45.566	23%
Bovinos de leite	2.585	3%	5.948	3%
Ovinos de carne	5.955	7%	3.053	2%
Ovinos de leite	4.241	5%	2.040	1%
Caprinos	635	1%	3.050	2%
Suínos	549	1%	4.730	2%
Frangos (engorda)	25	0%	344	0%
Ovos	1	0%	358	0%
Apicultura	200	0%	2.158	1%
Outros animais	667	1%	1.192	1%
TOTAL	86.937	100%	194.533	100%

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 7.240 mil euros de despesa pública e 5.414 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 12% face ao programado e de 41% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Face a 2010 a taxa de execução desta ação aumentou 11 p.p.

A distribuição regional, dos PA pagos, mantém-se idêntica à de 2010 com a região Centro a representar 42% do total dos pagamentos seguida do Alentejo com 27%.

Quadro 78: Ação 1.1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total pago		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	696	6.323	4.742	251	1.692	1.269
Centro	578	5.477	4.107	390	3.022	2.266
LVT	144	1.205	863	67	449	321
Alentejo	396	3.917	2.938	253	1.925	1.444
Algarve	55	478	359	29	153	114
TOTAL	1.869	17.400	13.010	990	7.240	5.414
Meta	9.800	59.726	45.000	9.800	59.726	45.000
% da meta	19%	29%	29%	10%	12%	12%

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização, verifica-se que as explorações contratadas representam 19% do número de PA (vs 5% em 2010) e 29% da despesa apoiada (vs 7% em 2010), conforme quadro anterior.

No que diz respeito à localização do investimento, tal como em 2010, a maioria dos PA contratados e pagos encontra-se em regiões desfavorecidas (85%) com particular ênfase para as "zonas de montanha" que representam 48% e 44% do investimento total, respetivamente dos PA contratados e dos PA pagos.

Quadro 79: Ação 1.1.2 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL Zonas desfavorecidas	187	1403	1590	11.335	15.129	32.954
Zonas de montanha	92	815	907	6.338	8.450	18.548
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	41	307	348	2.560	3.421	7.325
Zonas mistas	54	281	335	2.437	3.259	7.081
SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas	6	273	279	1.675	2.271	5.970
Zonas Natura 2000	1	7	8	41	57	147
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	52	52	317	438	1.143
Zonas mistas		5	5	25	41	104
Outros	5	209	214	1.291	1.734	4.575
TOTAL	193	1676	1869	13.010	17.400	38.924

Quadro 80: Ação 1.1.2 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos pagos			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	87	761	848	4.807	6.424	17.295
Zonas de montanha	38	411	449	2.499	3.333	8.982
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	19	202	221	1.254	1.679	4.613
Zonas mistas	30	148	178	1.054	1.412	3.700
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	3	139	142	608	816	3.035
Zonas Natura 2000	1	2	3	50	68	66
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	26	26	71	98	571
Zonas mistas	0	1	1	6	8	21
Outros	2	110	112	480	641	2.377
TOTAL	90	900	990	5.414	7.240	20.331

Quanto aos indicadores de resultado, as empresas contratadas apresentam uma taxa inferior à esperada, no que diz respeito à “*introdução de novos produtos*” (6% das explorações contra um valor da meta de 18%) e à “*introdução de novas técnicas*” (33% das explorações contra um valor da meta de 55%).

Quadro 81: Ação 1.1.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

		Número de explorações contratadas		Número de explorações pagas	
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas
Sexo	Masculino	68	322	86	230
	Feminino	17	134	36	92
Pessoas colectivas		31	159	42	116
TOTAL		116	615	164	438
% do total de PA		6%	33%	17%	44%
Meta		18%	55%	18%	55%
% da meta		-	--	-	--

2.2.1.3 Ação 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) ii) e artigo 22º (1) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 13º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.1.1.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 112;
- Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e com a Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio;

2. Objetivos da Ação

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na atividade;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

3. Implementação da Ação

Como referido no ponto 1.2, em 2011 procedeu-se a uma revisão profunda do regime de apoio à instalação de jovens agricultores – ação 113. Esta alteração foi consagrada na Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio, passando o prémio à primeira instalação a ser atribuído, de forma proporcional, aos custos decorrentes dos investimentos realizados nas respetivas explorações, exigindo-se que o prémio esteja associado a um plano empresarial de desenvolvimento da exploração. Com o intuito de promover a valorização dos produtos agrícolas obtidos na exploração, permitiu-se ainda a inclusão de pequenos investimentos de transformação e de comercialização daqueles produtos.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 foram abertos dois períodos de candidaturas, o nono e o décimo, por força de alterações legislativas nesta ação. O nono que decorreu de 2 de janeiro até 10 de fevereiro e o décimo período de candidaturas decorreu de 1 de junho até ao final do ano. Foram rececionadas 1.563 candidaturas consideradas válidas.

Tal como noutras ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 82: Ação 1.1.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Ano	Avisos	Nº PA entrados válidos
2008	1º	378
	2º	440
	3º	338
2009	4º	457
	5º	515
	6º	591
	7º	280
2010	8º	1.759
2011	9º	239
	10º	1.292
	10º-Leite	32
TOTAL		6.321

Verifica-se que a média mensal de candidaturas, ao longo deste ano, aumentou substancialmente o que traduz o interesse nesta ação após as alterações legislativas efetuadas.

A distribuição regional destas candidaturas segue a verificada nos anos anteriores com exceção da região LVT que ocupa, em termos de número de PA, em conjunto com o Alentejo a terceira posição mas que ultrapassa esta última, em termos de investimento. A distribuição é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 83: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos			
	Ano 2011		2007-11	
	Nº	%	Nº	%
Norte	724	44%	3.503	55%
Centro	402	25%	1.033	16%
LVT	181	11%	754	12%
Alentejo	190	12%	681	11%
Algarve	138	8%	350	6%
TOTAL	1.635	100%	6.321	100%

A diferença com o quadro anterior tem a ver com as validações não coincidirem com os anos

Em termos acumulados a região Norte diminuiu a sua predominância representando agora 55% das candidaturas válidas (vs 63% em 2010).

Dada a grande alteração legislativa efetuada nesta ação apresenta-se em seguida a distribuição regional dos PA entrados no 10º concurso.

Quadro 84: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no 10º período de candidaturas)

Região	Número de PA entrados			
	10º aviso			
	Normal	Leite	TOTAL	%
Norte	532	16	548	42%
Centro	335	10	345	27%
LVT	143	3	146	11%
Alentejo	140	2	142	11%
Algarve	119	0	119	9%
TOTAL	1.269	31	1.300	100%

Analisando a distribuição dos PA entrados no ano, por tipologia de promotor, verifica-se que a mesma segue a tendência já verificada em relatórios anteriores, ou seja, o predomínio global dos “produtores individuais” (83%). Na distribuição, por tipologia e por região, verifica-se que a região do Alentejo se destaca pela importância das “sociedades por quotas” (28%) contrastando com a região Norte, onde esta tipologia representa apenas 9% do total da região.

Quadro 85: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Região	Produtor individual				Sociedade por quotas			
	2011		Acumulado		2011		Acumulado	
	Nº PA	% do valor regional	Nº PA	% do valor regional	Nº	% do valor regional	Nº	% do valor regional
Norte	630	46%	3.204	59%	94	34%	299	34%
Centro	334	25%	820	15%	68	25%	213	24%
LVT	145	11%	619	11%	36	13%	135	15%
Alentejo	122	9%	489	9%	68	25%	192	22%
Algarve	127	9%	316	6%	11	4%	34	4%
TOTAL	1.358	100%	5.448	100%	277	100%	873	100%

Quadro 86: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no 10º período de candidaturas)

Região	Produtor individual				Sociedade por quotas			
	Normal	Leite	TOTAL	% do valor regional	Normal	Leite	TOTAL	% do valor regional
Norte	460	5	465	44%	72	11	83	35%
Centro	282	5	287	27%	53	5	58	24%
LVT	111	3	114	11%	32	0	32	14%
Alentejo	87	1	88	8%	53	1	54	23%
Algarve	109	0	109	10%	10	0	10	4%
TOTAL	1.049	14	1.063	100%	220	17	237	100%

Tal como já referido a alteração legislativa efetuada com a Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio, levou a que o prémio à primeira instalação passasse a ser atribuído em conjunto com o financiamento a investimentos realizadas nas explorações. Por este facto, apresentamos em seguida um quadro com as candidaturas, de Jovens Agricultores, anteriores a esta alteração legislativa, que foram acompanhadas por candidaturas à ação 1.1.1. A situação já reportada no relatório de 2010 mantém-se, com as regiões do Algarve, Centro e LVT aparecendo como as que apresentam a larga maioria dos Jovens agricultores a candidatarem-se ao apoio ao investimento.

Quadro 87: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados com e sem candidaturas à Ação 1.1.1 - Excluí 10º Aviso (acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos					
	Candidaturas sem investimento		Candidaturas com investimento		Total Candidaturas entradas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	1.522	52%	1.433	48%	2.955	59%
Centro	181	26%	507	74%	688	14%
LVT	179	29%	429	71%	608	12%
Alentejo	230	43%	309	57%	539	11%
Algarve	49	21%	182	79%	231	5%
TOTAL	2.161	43%	2.860	57%	5.021	100%

Quando analisamos o impacto da alteração efetuada nesta ação verifica-se que o investimento médio das candidaturas apresentadas é significativamente superior ao verificado até então.

Quadro 88: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados com apoio ao investimento (acumulado)

Região	PA entrados válidos					
	Até ao 9º Aviso		10º Aviso		Investimento médio até 9º Aviso	Investimento médio do 10º Aviso
	Nº	Investimento	Nº	Investimento		
Norte	2.955	209.725	548	76.808	71	140
Centro	688	102.054	345	49.023	148	142
LVT	608	81.078	146	27.605	133	189
Alentejo	539	62.278	142	19.849	116	140
Algarve	231	26.874	119	18.145	116	152
TOTAL	5.021	482.008	1.300	191.430	96	147

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 foram analisadas e decididas 1.583 candidaturas, num total acumulado de 5.326 candidaturas. Quanto à contratação no ano de 2011 registou-se a contratação de 1.155 candidaturas, dum total de 3.257 PA contratados.

As candidaturas objeto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 50.309 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 89: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Avisos	Total de candidaturas entradas em 2011		Total de candidaturas analisadas em 2011		Total de candidaturas decididas em 2011				Total de candidaturas contratadas em 2011		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio/Investimento	
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento		Despesa pública	FEADER
1º	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	30
2º	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	30
3º	0	0	2	1.864	0	0	2	1.864	2	80	60
4º	0	0	1	107	0	0	1	107	5	200	150
5º	0	0	3	467	1	0	2	467	15	600	450
6º	0	0	1	101	0	0	1	101	10	400	300
7º	0	0	1	103	0	0	1	103	13	520	390
8º	72	5.156	999	70.455	271	21.730	728	48.725	902	36.080	26.910
9º	239	14.284	232	13.821	84	4.357	148	9.464	139	5.560	4.160
10º	1.324	195.406	344	52.284	91	13.901	253	38.498	67	6.789	4.930
TOTAL	1.635	214.845	1.583	139.202	447	39.989	1.136	99.329	1.155	50.309	37.410

Em termos acumulados, foram contratados 3.257 PA que correspondem a um total de 134.389 mil euros de despesa pública, com 100.110 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 78%.

Quadro 90: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas até 2011		Total de candidaturas analisadas até 2011		Total de candidaturas decididas até 2011				Total de candidaturas contratadas até 2011		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio/Investimento	
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento		Despesa pública	FEADER
1º	378	60.136	378	60.136	241	41.569	137	18.566	137	5.480	4.110
2º	440	47.944	439	47.768	209	24.904	230	22.864	230	9.200	6.830
3º	338	49.320	338	49.320	105	14.297	233	35.024	233	9.320	6.960
4º	457	48.207	457	48.207	176	15.878	281	32.329	280	11.200	8.340
5º	515	50.912	515	50.912	183	18.233	332	32.679	332	13.280	9.900
6º	591	50.153	591	50.153	248	19.949	343	30.204	341	13.640	10.160
7º	280	29.159	280	29.159	76	4.951	204	24.209	204	8.160	6.090
8º	1.759	127.917	1.752	127.267	434	33.820	1.318	93.447	1.294	51.760	38.630
9º	239	14.284	232	13.821	84	4.357	148	9.464	139	5.560	4.160
10º	1.324	195.406	344	52.284	91	13.901	253	38.498	67	6.789	4.930
TOTAL	6.321	673.438	5.326	529.027	1.847	191.859	3.479	337.284	3.257	134.389	100.110

No que se refere à distribuição regional, continua a verificar-se no ano a mesma predominância da região Norte que se verifica para os dados acumulados (54% das candidaturas contratadas), mantendo-se também a região Centro como a segunda região (com 15% das candidaturas contratadas). Estas duas regiões totalizam mais de 2/3 de todas as contratações desta ação.

Quadro 91: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	2011				Acumulado 2007-2011			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	677	59%	27.746	20.810	1.765	54%	71.266	53.450
Centro	136	12%	7.391	5.543	481	15%	21.191	15.893
LVT	119	10%	5.622	3.895	414	13%	17.422	12.385
Alentejo	158	14%	6.416	4.812	422	13%	16.976	12.732
Algarve	65	6%	3.134	2.350	175	5%	7.534	5.650
TOTAL	1.155	100%	50.309	37.410	3.257	100%	134.389	100.110

Se analisarmos apenas os PA contratados do 10º aviso constata-se que as regiões mais representativas são o Centro e LVT, aparecendo o Norte na quarta posição com 15% do total de PA contratados.

Quadro 92: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (10º Aviso)

Un.: mil euros

Região	10º Aviso				
	Nº PA	%	Investimento	Despesa pública	FEADER
Norte	10	15%	1.461	1.066	800
Centro	23	34%	4.434	2.871	2.153
LVT	21	31%	2.308	1.702	1.115
Alentejo	2	3%	193	176	132
Algarve	11	16%	1.259	974	730
TOTAL	67	100%	9.655	6.789	4.930

c. Execução financeira

No final do ano de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 99.668 mil euros de despesa pública e 74.343 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 54% foram pagos no ano de 2011 (53.452 mil euros de despesa pública e 39.849 mil euros de comparticipação FEADER). Verifica-se, assim, que 3.114 jovens agricultores (JA) já receberam o seu primeiro pedido de pagamento do prémio, sendo que 1.671 o receberam no decorrer do ano de 2011.

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 58% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 74% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado), o que representa uma evolução muito significativa relativamente ao final de 2010 quando a taxa de execução era de apenas 29%.

A distribuição regional dos pagamentos efetuados segue o padrão anterior de domínio da região Norte, com 55% do total da despesa pública paga, seguida da região Centro, com percentagens a rondar os 15% do total.

Quadro 93: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	2011			Acumulado 2007-2011		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	1.016	32.544	24.408	1.700	54.472	40.854
Centro	176	5.609	4.207	459	14.665	10.999
LVT	181	5.767	4.085	384	12.263	8.789
Alentejo	214	6.848	5.136	408	13.056	9.792
Algarve	84	2.684	2.013	163	5.212	3.909
TOTAL	1.671	53.452	39.849	3.114	99.668	74.343

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 98%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de execução financeira e de realização, verifica-se que com 76% da meta para o número de PA contratados já se atingiu 85% da despesa pública programada e já se ultrapassou o valor esperado de investimento em 118%.

Analisando a orientação produtiva dos PA contratados verificamos que se assiste também, nos jovens agricultores, a uma orientação da sua instalação para as fileiras estratégicas.

A atividade agrícola dominante, em termos de número de PA foi a de "produtoras de vinhos de qualidade" embora em investimento continua a ser a atividade de "frutos frescos (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija) "

Quadro 94: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados

Un.:mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. Apícolas	147	5%	4.485	5.979	9.736	3%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	47	1%	1.509	2.012	15.312	5%
Expl. com diversas combinações de culturas permanentes	168	5%	5.040	6.720	7.170	2%
Expl. com diversos herbívoros	186	6%	5.616	7.501	14.796	5%
Expl. espec. em aves de carne	97	3%	3.923	5.262	22.340	7%
Expl. espec.frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	500	15%	15.502	20.722	43.832	14%
Expl. olivícolas especializadas	165	5%	4.980	6.640	17.026	6%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	591	18%	17.680	23.640	6.856	2%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	101	3%	3.220	4.371	22.587	7%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	136	4%	4.200	5.739	29.524	10%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	167	5%	4.953	6.883	18.468	6%
Outras	952	29%	29.003	38.920	97.821	32%
TOTAL	3.257	100%	100.110	134.389	305.467	100%
Metas	4.300		117.500	155.954	140.000	
% da Meta	76%		85%	86%	218%	

Em termos de orientação produtiva dos jovens, com candidaturas em simultâneo à ação 1.1.1, mantém-se o já relatado nos anos anteriores conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 95: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados com candidaturas, em simultâneo, à Ação 1.1.1

Un.:mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. Apícolas	112	6%	2.352	3.136	8.756	3%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	35	2%	4.308	5.745	15.020	5%
Expl. com diversos herbívoros	80	5%	2.766	3.688	12.456	4%
Expl. espec. em aves de carne	68	4%	5.655	7.540	19.779	7%
Expl. espec.frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	334	19%	12.997	17.426	40.469	14%
Expl. olivícolas especializadas	53	3%	4.587	6.116	13.915	5%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	79	5%	1.552	2.167	6.515	2%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	89	5%	6.836	9.293	21.580	8%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	113	6%	8.281	11.168	27.695	10%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	111	6%	4.873	6.837	17.296	6%
Outras	675	39%	28.030	37.582	99.011	35%
TOTAL	1.749	100%	82.238	110.698	282.491	100%

Em termos de superfície agrícola útil (SAU) verifica-se que como setor de atividade predominante se mantém o dos “*bovinos de carne*”, com 37% da área total contratada, seguido das atividades “*Frutos*” e “*olival*”, com 11%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 96: Ação 1.1.3 – Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Classificação por sector	SAU (ha)	
Bovinos de Carne	30.202	37%
Frutos	9.159	11%
Olival	9.158	11%
Vinho	6.352	8%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	4.816	6%
Culturas Forrageiras	3.834	5%
Caprinos	3.594	4%
Hortícolas ar livre	2.464	3%
Ovinos de Carne	2.468	3%
Ovinos de Leite	1.900	2%
Apicultura	2.619	3%
Suínos	1.537	2%
Bovinos de Leite	1.264	2%
Hortícolas Forçagem	536	1%
Flores	380	0,5%
Frangos (engorda)	254	0,3%
Outras Permanentes	197	0,2%
Ovos	17	0,0%
Outros Animais	421	1%
Outras Culturas	723	1%
TOTAL	81.894	100%

As “culturas forrageiras” que em 2010 ocupavam o terceiro lugar com 14% da superfície agrícola útil (SAU) passaram, em 2011, para quinto lugar representando, apenas, 5% da SAU total contratada.

Mais uma vez e tendo em consideração a alteração legislativa efetuada em 2011, apresentamos em seguida um quadro com os PA contratados, de Jovens Agricultores que se candidataram antes desta alteração legislativa, e que em simultâneo se candidataram à ação 1.1.1.

Relativamente à situação verificada no final de 2010 não se registam alterações nem quanto à sua distribuição regional nem quanto à tipologia de promotores.

Quadro 97: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados com projetos de investimento apresentados no âmbito da Ação 1.1.1 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	PA Ação 1.1.3 (até 9º aviso)		PA Ação 1.1.3 com Ação 1.1.1					Proporção dos PA Ação 1.1.3 com Ação 1.1.1
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	%
Norte	1.755	55%	730	42%	102.659	41.833	31.375	42%
Centro	458	14%	353	20%	69.646	27.172	20.379	77%
LVT	393	12%	306	17%	51.464	20.303	14.443	78%
Alentejo	420	13%	226	13%	41.791	14.922	11.190	54%
Algarve	164	5%	134	8%	16.931	6.469	4.852	82%
TOTAL	3.190	100%	1.749	100%	282.491	110.698	82.238	55%

Quadro 98: Ação 1.1.3 – PA contratados com projetos de investimento apresentados no âmbito da Ação 1.1.1, por tipologia do promotor (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotor	PA Ação 1.1.3 (até 9º aviso)		PA Ação 1.1.3 com Ação 1.1.1					Proporção dos PA Ação 1.1.3 com Ação 1.1.1
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	%
Pessoa colectiva	423	13%	340	19%	105.319	40.934	30.329	80%
Pessoa singular	2.767	87%	1.409	81%	177.172	69.764	51.909	51%
TOTAL	3.190	100%	1.749	100%	282.491	110.698	82.238	55%

Analisando a ação, segundo o tempo dedicado à exploração, constata-se que os PA em que o promotor é da tipologia “*pessoa singular*” e com investimento proposto no âmbito da ação 1.1.1 são maioritariamente agricultores a tempo inteiro, quer se trate de PA que se candidataram até ao 9º aviso (87%), quer se trate de PA que se candidataram ao 10º aviso (79%).

Quadro 99: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores à exploração (da tipologia pessoa singular com candidaturas à Ação 1.1.1 até ao 9º Aviso)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	Total	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	1.217	87%	159.522	131
Tempo parcial (< 50% do tempo)	186	13%	16.821	90
TOTAL	1.403	100%	176.342	126

Quadro 100: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (10º Aviso)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (<50% rend. Expl e >= 50% do tempo)	44	79%	6.460	147
Tempo parcial (>=50% rend. Expl e < 50% do tempo)	12	21%	1.106	92
TOTAL	56	100%	7.566	135

Analisando os indicadores de execução financeira para as candidaturas contratadas verifica-se:

- O número de pedidos apoiados bem como o valor da despesa pública ainda se encontram abaixo da meta (72% e 59% respetivamente);
- Relativamente ao volume total de investimento ultrapassou-se em 104% a meta estabelecida para o programa;

Quadro 101: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira

Un.: mil euros

	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	3.114	286.164	99.668	74.343
Meta	4.300	140.000	169.223	127.500
% da meta	72%	204%	59%	58%

Relativamente aos indicadores de realização verifica-se que a atividade mais apoiada continua a ser a de “culturas permanentes” com 29% da despesa pública e do investimento apoiado.

Quadro 102: Ação 1.1.3 – Indicadores de realização

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Número de PA apoiados	Despesa pública		Volume total de investimento
		FEADER	TOTAL	
Grandes Culturas	104	3.114	4.241	9.757
Hortofruticultura	513	15.583	21.352	81.565
Olivicultura	165	4.980	6.640	17.026
Vitivinicultura	616	18.456	24.675	7.697
Culturas permanentes	934	28.623	38.231	75.313
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	360	10.883	14.524	29.617
Suínos	22	807	1.076	4.588
Aves de capoeira	106	4.193	5.622	30.336
Produção de leite	51	1.629	2.172	15.640
Misto (culturas+animais)	257	7.940	10.587	19.399
Outros	129	3.902	5.269	14.528
TOTAL	3.257	100.110	134.389	305.467

No que se refere à distribuição por género dos JA contratados (dados acumulados), verifica-se que as taxas de cumprimento das metas apresentam agora uma diferença entre o valor para o total de jovens (63% da meta) e o valor por género, com o género feminino a destacar-se apresentando já valores que representam 67% da meta esperada.

É também de realçar que o investimento realizado pelos jovens agricultores está a ser significativamente superior ao esperado, em média cerca de 102 mil euros por PA, estando já ultrapassada a meta esperada em 104%.

Quadro 103: Ação 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (no ano)

Jovens agricultores contratados			Meta	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	693	60%	2.600	27%
Feminino	462	40%	1.700	27%
TOTAL	1.155	100%	4.300	27%

Quadro 104: Ação 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados e pagos (acumulado)

Género	Jovens agricultores contratados		Jovens agricultores pagos		Meta	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	1.942	60%	1.843	59%	2.600	71%
Feminino	1.315	40%	1.271	41%	1.700	75%
TOTAL	3.257	100%	3.114	100%	4.300	72%
Investimento contratado (mil euros)				286.164	140.000	204%

Nota: Para contabilização do género consideram-se tanto os promotores individuais como as sociedades. No caso das sociedades e para efeitos do indicador, considerou-se do género feminino quando pelo menos 50% dos membros (ou do capital) eram do sexo feminino.

Relativamente ao acréscimo de VAB, verifica-se que o VAB do 5º ano do projeto de instalação correspondeu a um aumento de 31% face a 2010 (125.877 mil euros). Para se proceder a uma comparação correta com o valor da meta calculou-se o VAB para os 5 anos do plano empresarial (506.548 mil euros) o que corresponde a 121% da meta.

Quadro 105: Ação 1.1.3 – Acréscimo de VAB (acumulado)

Contratados		Pagos	
Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)
4.273	506.548	4.065	486.354
Meta	420.000		420.000
% da meta	121%		116%

2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b), iii); Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 123;
- Portaria n.º 1238/2008, de 30 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Medida

Incentivar o redimensionamento e a cooperação entre empresas agrícolas ou agroalimentares, através de, respetivamente, processos de concentração e fusão empresarial e desenvolvimento de áreas de intervenção comuns, utilizando o potencial de alavancagem da inovação e da orientação para o mercado.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No final do ano de 2010 foi aberto o segundo concurso desta Medida, que terminou a 2 de março de 2011, com uma dotação de 20.000 mil euros de despesa pública.

Para este concurso não se registaram candidaturas pelo que se mantém, em termos de candidaturas entradas válidas, a situação apresentada no Relatório de 2010.

Quadro 106: Medida 1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	33.182	15.000	6	28.528
Segundo		20.000	0	0
TOTAL		35.000	6	28.528

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 tinham sido já analisadas as 6 candidaturas consideradas válidas. Destas 6 candidaturas analisadas, 3 foram aprovadas (1 das quais em 2011) e objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 107: Medida 1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
					Não aprovadas		Aprovadas					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	6	28.528	6	28.528	3	10.980	3	17.548	3	17.548	6.865	5.148
TOTAL	6	28.528	6	28.528	3	10.980	3	17.548	3	17.548	6.865	5.148

Em termos acumulados, foram contratados 3 PA, todos relativos a adegas cooperativas, 2 com o objetivo de melhorar a comercialização, num total de 4,3 milhões de euros de despesa pública, e um correspondente à fusão das adegas cooperativas de Lagoa e Lagos, num total de 2,5 milhões de euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 18%.

c. Execução financeira

A execução desta medida, no final de 2011, ascendia ao montante de 2.364 mil euros de despesa pública e 1.773 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 7% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 34% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 108: Medida 1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Alentejo	2	11.495	4.365	3.273	2	2.364	1.773
Algarve	1	6.053	2.500	1.875	0	0	0
TOTAL	3	17.548	6.865	5.148	2	2.364	1.773

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Durante o ano de 2011, como já se referiu, foi contratado mais 1 PA continuando ainda assim a representar 1% da meta. A este PA estão associados 2.500 mil euros de apoio contratado e 1.875 mil euros de FEADER (cerca de 21% das metas estabelecidas). Quanto ao investimento proposto, de 17.548 mil euros, representou 23% da meta proposta.

Quadro 109: Medida 1.2 - PA contratados e pagos (por setor de atividade)

Un.: mil euros

Sector de actividade	Número			Volume total de invest.	Despesas públicas Contratadas		Despesas públicas Pagas	
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas		TOTAL	FEADER	TOTAL	FEADER
Indústria alimentar	n.d.	3	3	17.548	6.865	5.148	2.364	1.773
	Metas	400	75.000	33.181	25.000	33.181	25.000	
	% da meta	1%	23%	21%	21%	7%	7%	

Dos 3 PA contratados e em termos de dimensão das empresas, dois enquadram-se na categoria das micro/pequenas empresas e o terceiro nas médias empresas, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 110: Medida 1.2 – PA contratados (por tipo de empresa e setor)

Tipo de empresa	Empresas apoiadas		Investimento	
	Número	% do total	Mil euros	% do total
Micro/pequenas	2	67%	11.005	63%
Médias	1	33%	6.543	37%
Médias/Grandes	0	0%	0	0%
TOTAL	3	100%	17.548	100%

Relativamente ao número de iniciativas de cooperação, foi apoiada apenas uma iniciativa (0,5% da meta), de duas adegas cooperativas - Borba e Vidigueira, Cuba e Alvito, com vista à cooperação estratégica para comercialização comum dos seus produtos, e foi apoiada uma iniciativa para aquisição de dimensão, referente à fusão das adegas cooperativas de Lagoa e Lagos (3% da meta).

Quadro 111: Medida 1.2 - Iniciativas de cooperação contratadas

	Aquisição de dimensão	Cooperação estratégica
	1	1
Nº de iniciativas de cooperação apoiadas	1	1
Metas	30	200
% da meta	3%	0,5%

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de resultado. Das empresas contratadas, 100% do total, pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas.

Já no que se refere ao acréscimo do VAB, os resultados são claramente inferiores ao programado, quer quando consideramos os valores contratados quer quando consideramos os pagos. Para poder estimar, mais corretamente, a contribuição dos projetos para as metas calculou-se a vida útil média dos projetos (5 anos) e multiplicou-se pelo VAB anual (6.038 mil euros).

Quadro 112: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (contratados)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (contratadas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	6.038	5,3	2	2	3
% do total de explorações			100%	100%	150%
Metas	200.000		-	-	100
% da meta	16%		-	-	3%

Quadro 113: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (pagos)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (pagas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	7,5	2	1	2
% do total de explorações			100%	50%	100%
Metas	200.000		-	-	100
% da meta	17%		-	-	2%

Quanto ao aumento do valor exportado verificou-se que, comparativamente com o número de PA apoiados, o seu valor foi significativo (8% da meta).

Quadro 114: Medida 1.2 - Indicadores de resultado específico (Contratados)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	3	17.548	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	3	17.548	11.459
Metas	400	75.000	140.000
% da meta	1%	23%	8%

Quadro 115: Medida 1.2 - Indicadores de resultado específico (pagos)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	11.495	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	2	11.495	11.459
Metas	400	75.000	140.000
% da meta	1%	15%	8%

2.2.1.5 Ação 1.3.1 – Melhoria produtiva dos povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- Portaria n.º 828/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

Assegurar e melhorar a função económica dos povoamentos, no quadro da gestão sustentável.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

A 21 de março de 2011 esta ação passou a estar aberta a candidaturas em contínuo. A 28 de março iniciou-se um período de candidaturas, também em contínuo, específico para investimentos em modernização de viveiros florestais.

Nos dois primeiros concursos verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2010, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 116: Ação 1.3.1 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	88.925	16.000	0	0	302	36.632
Segundo		20.000	0	0	399	48.725
Contínuo-Geral			245	35.600	245	35.600
Contínuo-Viveiros			3	4.585	3	4.585
TOTAL		36.000	248	40.185	949	125.541

Desde que abriram as candidaturas em contínuo, foram consideradas válidas 248 candidaturas entradas cuja distribuição regional se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 117: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (ano)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	14	6%	2.044	5%
Centro	23	9%	1.802	4%
LVT	48	19%	10.115	25%
Alentejo	151	61%	25.702	64%
Algarve	12	5%	522	1%
TOTAL	248	100%	40.185	100%

Relativamente a estas candidaturas, verifica-se que seguem a tendência já constatada nos concursos anteriores, quer em termos do número de PA quer de volume de investimento, com forte concentração no Alentejo e, em menor grau, na região LVT, e uma fraca adesão da região Norte, Centro e Algarve.

Quadro 118: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	70	7%	4.618	4%
Centro	180	19%	14.616	12%
LVT	196	21%	31.850	25%
Alentejo	450	47%	70.482	56%
Algarve	53	6%	3.975	3%
TOTAL	949	100%	125.541	100%

Nas candidaturas efetuadas em 2011, mantém-se como tipologia de beneficiário dominante a de "produtor florestal" com 94% do total.

Quadro 119: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (ano)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	232	94%	28.090	70%
Entidades gestoras de ZIF	3	1%	7.284	18%
Organismos da administração local	4	2%	4.109	10%
Entidade gestoras de baldio	6	2%	552	1%
Cooperativa Produtores florestais	0	0%	0	0%
Organismos da administração central	3	1%	150	0%
TOTAL	248	100%	40.185	100%

Em termos acumulados verifica-se que as “*entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)*”, segunda tipologia, representa 8% do total de PA candidatos e 13% do investimento total.

Quadro 120: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	827	87%	103.217	82%
Entidades gestoras de ZIF	77	8%	15.869	13%
Organismos da administração local	17	2%	4.540	4%
Entidade gestoras de baldio	24	3%	1.265	1%
Cooperativa Produtores florestais	1	0%	499	
Organismos da administração central	3	0%	150	0%
TOTAL	949	100%	125.541	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 concluiu-se a análise das candidaturas do segundo concurso e analisaram-se 81 candidaturas entradas já no ano.

No final do ano encontravam-se analisadas 784 candidaturas, ou seja 83% do total. Das candidaturas analisadas, cerca de 19% (152 candidaturas) tiveram uma decisão de não aprovação. Das candidaturas aprovadas, 95% foram objeto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 121: Ação 1.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	302	36.632	302	36.632	79	6.741	223	29.835	223	29.835	13.596	10.137
Segundo	399	48.725	399	48.725	61	3.386	338	45.293	329	44.005	20.863	15.553
Terceiro	245	35.600	82	11.496	12	1.498	70	9.989	45	7.649	3.840	2.880
Quarto	3	4.585	1	2.252	0	-	1	2.252	1	2.252	1.126	563
TOTAL	949	125.541	784	99.105	152	11.625	632	87.369	598	83.741	39.425	29.133

De notar que ao longo de 2011 registaram-se desistências de PA já contratados, num total de 35 PA que representavam 1.726 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, verifica-se a mesma tendência da distribuição regional dos PA entrados, com o Alentejo a representar 51% dos PA contratados e 57% do investimento.

Quadro 122: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Contratado no ano			Total contratado		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	17	392	294	35	566	424
Centro	14	444	333	69	2.829	2.122
LVT	40	4.820	3.289	158	12.730	9.112
Alentejo	153	13.540	10.155	303	22.330	16.748
Algarve	10	298	224	33	970	728
TOTAL	234	19.493	14.295	598	39.425	29.133

Em termos acumulados, encontram-se contratados 598 PA, dos quais 234 no ano de 2011, num total de 39.425 mil euros de despesa pública, representando 29.133 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 44%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados era de 13.130 mil euros de despesa pública e 9.787 mil euros de comparticipação

FEADER, representando uma taxa de execução de 15% (mais 12 p.p. face a 2010) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 33% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 123: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	35	566	424	14	59	44
Centro	69	2.829	2.122	45	890	667
LVT	158	12.730	9.112	125	4.490	3.307
Alentejo	303	22.330	16.748	213	7.477	5.608
Algarve	33	970	728	19	215	161
TOTAL	598	39.425	29.133	416	13.130	9.787

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, mantem-se a tendência já verificada em 2010, dos PA contratados apresentarem um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que com 83% da meta relativa ao número de empresas florestais se obteve apenas 36% do valor da meta do investimento apoiado.

Também no que se refere à tipologia das entidades contratadas confirma-se que a larga maioria (98%) se refere a promotores privados apresentando os promotores públicos uma expressão residual.

Quadro 124: Ação 1.3.1 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Tipos	Valores Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		83.741	53.570	150.000	36%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	9	3	100	3%
	Promotores privados	589	413	400	103%
	TOTAL	598	416	500	83%

Relativamente à área intervencionada, as espécies mais representativas continuam a ser o Sobreiro e o Pinheiro Manso. Face ao relatório de 2010 verifica-se que o Pinheiro Bravo passou a ter um peso relevante aparecendo agora como a terceira espécie florestal mais importante.

Relativamente à área abrangida, os PA contratados correspondem a 19% da meta. Confirma-se, assim, que a área média das explorações apoiadas está a ser bastante inferior ao esperado.

Quadro 125: Ação 1.3.1 - Indicadores específicos de resultado - área intervencionada (acumulado)

Espécie florestal	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Sobreiro	15.231	11.279
Pinheiro Manso	13.330	8.981
Eucalipto	2.492	1.771
Pinheiro Bravo	1.427	26
Azinhreira	833	650
Outras Resinosas	51	24
Outras Quercíneas	46	16
Outras Folhosas	39	8
Medronheiro	37	33
Cerejeira Brava	29	1
Castanha	16	1
Freixo	8	2
Carvalho-Negral	7	7
Pseudotsuga	3	-
Nogueira americana	1	-
Nogueira	1	1
Sem espécie identificada	54.637	38.485
TOTAL	88.189	61.285
Meta	476.250	476.250
% da meta	19%	13%

No que diz respeito à localização do investimento continua a verificar-se um peso maior nas "zonas com desvantagens que não as zonas de montanha" (64% do investimento total contratado), face às "zonas de montanha" (5% do investimento total contratado) e às "zonas mistas" (com 18% do investimento total contratado). No cômputo geral as "zonas desfavorecidas" aumentaram a sua representação no investimento contratado (89% vs 84% em 2010).

Quadro 126: Ação 1.3.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL Zonas desfavorecidas	530	572	25.600	34.655	72.654
Zonas de montanha	82	82	1.314	1.752	4.376
Zonas com desvantagens que não as de montanha	346	365	19.486	26.492	53.317
Zonas mistas	102	125	4.800	6.411	14.961
SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas	68	83	3.533	4.770	11.087
Zonas Natura 2000	0	0	0	0	0
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	5	5	335	505	1.123
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	63	78	3.199	4.265	9.964
TOTAL	598	655	29.133	39.425	83.741
Meta	600	600	67.000	88.927	150.000
% da meta	100%	109%	43%	44%	56%

A mesma tendência verifica-se quando se efetua a análise dos PA pagos por zona de intervenção.

Quadro 127: Ação 1.3.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL Zonas desfavorecidas	368	382	8.600	11.525	45.981
Zonas de montanha	44	44	392	522	2.447
Zonas com desvantagens que não as de montanha	278	292	7.045	9.445	36.657
Zonas mistas	46	46	1.163	1.558	6.877
SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas	48	58	1.187	1.605	7.589
Zonas Natura 2000	4	4	136	204	957
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	44	54	1.051	1.401	6.633
TOTAL	416	440	9.787	13.130	53.570
Meta	600	600	67.000	88.927	150.000
% da meta	69%	73%	15%	15%	36%

Analisando os indicadores de resultado desta ação constata-se que em termos de número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas a meta foi já ultrapassada se considerarmos os PA contratados até à data.

Quadro 128: Ação 1.3.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	n.d.	n.d.	400.000	-
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	381	267	250	107%

Destas 381 explorações contratados 66 apresentam a certificação da gestão florestal já implementada e 31 apresentam investimentos em biomassa para energias renováveis.

2.2.1.6 Ação 1.3.2 – Gestão multifuncional

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- Portaria n.º 821/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Diversificar as atividades nas explorações florestais promovendo a utilização e valorização económica de recursos associados à floresta e aos espaços florestais;
- Desenvolver a oferta de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras (ambiente) e sociais (lazer/fruição pelas populações);
- Promover a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido no relatório anterior, a 1 de outubro de 2010, foi aberto um período de candidaturas em contínuo para esta ação que se prolongou ao longo de 2011. Relativamente aos dois primeiros concursos, verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2010, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 129: Ação 1.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.545	4.000	0	0	109	6.126
Segundo		5.000	0	0	9	564
Em contínuo - 2010		-	0	0	6	672
Em contínuo - 2011		-	54	5.097	54	5.097
TOTAL		9.000	54	5.097	178	12.459

A distribuição regional dos PA entrados em 2011 alterou-se face às candidaturas anteriores com o predomínio do Alentejo. Em termos acumulados o Centro continua a apresentar uma maior concentração de candidaturas.

Quadro 130: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA entrados por concursos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Primeiro concurso			Segundo concurso			Em contínuo						TOTAL		
							2010			2011					
	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total
Norte	15	14%	847	2	22%	167	1	17%	28	8	15%	2.078	26	15%	3.120
Centro	45	41%	2.848	4	44%	354	0	0%	0	4	7%	180	53	30%	3.381
LVT	9	8%	540	1	11%	4	1	17%	75	2	4%	115	13	7%	734
Alentejo	21	19%	1.364	0	0%	0	1	17%	171	22	41%	2.117	44	25%	3.652
Algarve	19	17%	528	2	22%	38	3	50%	398	18	33%	606	42	24%	1.570
TOTAL	109	100%	6.126	9	100%	564	6	100%	672	54	100%	5.097	178	100%	12.459

b. Análise e decisão das candidaturas

Até 2011 foram analisadas 152 candidaturas (86% do total das candidaturas válidas entradas). Até ao momento, foram aprovados 59% dos PA analisados e 47% do investimento proposto.

Quadro 131: Ação 1.3.2 - Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
					Não aprovadas		Aprovadas					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	109	6.126	109	6.126	48	2.858	61	3.267	61	3.267	1.476	1.107
Segundo	9	564	9	564	4	179	5	384	5	384	160	120
Em contínuo - 2010	6	672	6	672	1	28	5	644	5	644	251	188
Em contínuo - 2011	54	5.097	27	3.315	8	2.525	19	790	18	780	424	318
TOTAL	178	12.459	151	10.677	61	5.589	90	5.086	89	5.076	2.310	1.733

No final de 2011, encontravam-se contratados 89 PA, num total de 2.310 mil euros de despesa pública, representando 1.733 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 9%.

O número de PA contratados face a 2010 diminuiu num total de 34 PA, apesar de se terem verificado 25 novas contratações em 2011. Este facto deveu-se às desistências verificadas ao longo de 2011.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos PA contratados por região, tipologia do beneficiário e do investimento.

Quadro 132: Ação 1.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	10	261	117	87
Centro	18	1.368	618	463
LVT	9	647	279	209
Alentejo	23	1.931	870	653
Algarve	29	870	427	320
TOTAL	89	5.076	2.310	1.733

O Alentejo representa agora 38% do investimento contratado e o Algarve surge como a região com maior número de PA contratados (33%).

Os tipos de beneficiários mais representativos, em termos de número de PA contratados, continuam a ser as "entidades gestoras de zonas de caça associativa" (46%) e as "entidades gestoras de zonas de caça turística" (35%). Analisando o investimento total e a despesa pública, a tipologia de beneficiário "entidades gestoras de zonas de caça turística" mantém-se como a mais representativa com 48% do total contratado.

Quadro 133: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento total		Despesa pública		FEADER	
	Nº PA	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Entidade gestora de zona de caça associativa	41	46%	1.005	20%	427	18%	320	18%
Entidade gestora de zona de caça turística	31	35%	2.455	48%	1.108	48%	831	48%
Entidade gestora de zona de caça municipal	6	7%	488	10%	211	9%	159	9%
Produtor florestal individual	5	6%	448	9%	245	11%	184	11%
Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)	2	2%	306	6%	135	6%	101	6%
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	3	3%	299	6%	146	6%	109	6%
Organismos da administração local	1	1%	75	1%	37	2%	28	2%
TOTAL	89	100%	5.076	100%	2.310	100%	1.733	100%

Quanto à tipologia de investimento contratado mantém-se o já referido no relatório de 2010, com a tipologia “gestão cinegética” claramente maioritária, com 72% do investimento, seguida das tipologias “produção de cogumelos silvestres” e “gestão de pesca em águas interiores” que representam, em conjunto, 23% do investimento contratado.

Quadro 134: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado)

Tipologia	PA *		Investimento total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Gestão Cinegética	77	83%	3.661	72%	1.629	71%	1.222	71%
Gestão de Pesca nas Águas Interiores	6	6%	443	9%	197	9%	147	9%
Produção de cogumelos silvestres	5	5%	736	14%	376	16%	282	16%
Apicultura	3	3%	21	0%	10	0%	7	0%
Produção de frutos silvestres	2	2%	56	1%	25	1%	19	1%
Não identificado**	0	0%	159	3%	75	3%	56	3%
TOTAL	93	100%	5.076	100%	2.310	100%	1.733	100%

Nota: * Existem 2 PA com investimento em Produção de cogumelos silvestres e Produção de frutos silvestres
Existem 2 PA com investimento em Gestão Cinegética e Gestão de Pesca nas Águas interiores

c. Execução financeira

Esta ação apresenta uma execução financeira de 676 mil euros de despesa pública e 507 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 3% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 29% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA pagos face aos contratados.

Quadro 135: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	10	117	87	5	36	27
Centro	18	618	463	11	119	89
LVT	9	279	209	7	30	23
Alentejo	23	870	653	14	244	183
Algarve	29	427	320	25	248	186
TOTAL	89	2.310	1.733	62	676	507

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, continua a verificar-se que as empresas apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que 16% da meta do número de empresas florestais representam apenas 7% da meta relativa ao investimento.

Quadro 136: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização (acumulado)

Indicador de realização	N.º PA Pagos	Investimento pago	Despesa Pública Paga	FEADER Pago
Municípios	7	563	79	59
Outros	52	2.710	588	441
Proprietários Privados	3	53	10	7
TOTAL	62	3.325	676	507
Meta	400	50.000	26.545	20.000
% da meta	16%	7%	2,5%	2,5%

Nas zonas de intervenção mantém-se como mais representativa, nos PA contratados, a "zona de montanha" com 37% dos PA e 24% do investimento contratado.

Quadro 137: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (contratado acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	79	79	1.524	2.032	4.426
Zonas de montanha	33	33	438	583	1.233
Zonas com desvantagens que não as de montanha	36	36	660	879	2.048
Zonas mistas	10	10	427	569	1.145
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	10	10	209	278	651
Zonas Natura 2000	2	2	11	15	35
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Outras	8	8	198	264	616
TOTAL	89	89	1.733	2.310	5.076
Meta	400	400	20.000	26.545	50.000
% da meta	22%	22%	9%	9%	10%

Quadro 138: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (pago acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	55	55	485	647	2.897
Zonas de montanha	23	23	159	212	952
Zonas com desvantagens que não as de montanha	27	27	263	350	1.486
Zonas mistas	5	5	64	85	458
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	7	7	22	29	429
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Outras	6	6	16	21	406
TOTAL	62	62	507	676	3.325
Meta	400	400	20.000	26.545	50.000
% da meta	16%	16%	3%	3%	7%

O acumulado dos projectos de promotores públicos contratados representaram este ano apenas 23% da meta para o programa (a diminuição deste indicador deve-se ao facto de terem existido desistências deste tipo de promotores).

Quadro 139: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização – tipologia de empresas (acumulado)

Indicador de realização	Tipos	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		5.076	3.325	50.000	7%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	7	7	30	23%
	Promotores privados	82	55	370	15%
	TOTAL	89	62	400	16%

Analisando os indicadores de resultado desta ação mantem-se o que já foi referido no relatório de 2010 com o número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas abaixo da meta, 7% face aos 16% do número de empresas florestais contratadas. Quanto ao acréscimo de VAB previsto nas explorações contratadas, de 1.601 mil euros (1% da meta), continua inferior ao esperado face ao número total de empresas florestais contratadas.

Quadro 140: Ação 1.3.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	1.601	1.006	150.000	0,7%
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	24	18	250	7,2%

* Dos 89 PA contratados apenas 39 tinham VAB pós projecto registado

2.2.1.7 Ação 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) iii); Artigo 21º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 123;
- Portaria n.º 846/2008 de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a modernização das empresas florestais;
- Adaptar as empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- Criar e modernizar as unidades de primeira transformação;
- Modernizar e racionalizar as operações de exploração e pós-colheita dos produtos;
- Promover uma maior participação dos produtores florestais nas vantagens económicas decorrentes do processo de transformação e comercialização dos produtos;
- Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias e promover a integração no mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

A 1 de outubro de 2010 foi aberto um período de candidaturas em contínuo para esta ação que se prolongou ao longo de 2011. Para os dois primeiros

concursos verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2010, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 141: Ação 1.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	79.636	10.098	0	0	144	72.318
Segundo		12.952	0	0	123	48.272
Em contínuo - 2010		-	16	5.611	51	22.013
Em contínuo - 2011		-	110	49.111	110	49.111
TOTAL		23.050	126	54.722	428	191.715

Nota: Entraram 16 candidaturas no concurso 2010 que só foram validadas em 2011

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 foram analisadas 122 candidaturas, das quais 74% foram aprovadas. O número de PA contratados no ano (89) representou 45% do total de contratações efetuadas, envolvendo uma despesa pública de 12.535 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 142: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	112	50	38
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	2	231	90	67
Em contínuo - 2010	16	5.611	50	21.737	17	7.020	33	14.532	34	14.808	5.380	3.984
Em contínuo - 2011	110	49.111	72	25.156	15	4.785	57	20.371	52	19.614	7.015	5.261
TOTAL	126	54.722	122	46.893	32	11.805	90	34.903	89	34.765	12.535	9.351

Em termos acumulados, encontram-se contratados 199 PA, num total de 32.780 mil euros de despesa pública, representando 24.288 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 41%. Face a 2010 esta taxa aumentou 13 p.p.

Quadro 143: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un. mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	144	72.318	144	72.318	98	49.497	46	22.820	46	22.820	8.700	6.525
Segundo	123	48.272	123	48.272	55	18.257	68	29.956	67	29.905	11.685	8.518
Em contínuo - 2010	51	22.013	51	22.013	17	7.020	34	14.808	34	14.808	5.380	3.984
Em contínuo - 2011	110	49.111	72	25.156	15	4.785	57	20.371	52	19.614	7.015	5.261
TOTAL	428	191.715	390	167.759	185	79.559	205	87.955	199	87.148	32.780	24.288

Quanto à tipologia do investimento contratado, verifica-se a mesma tendência relatada em 2010 com a “colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina” como a tipologia mais representativa, embora com menos peso face a 2010 (54% vs 65%), seguida das tipologias relativas à “1ª transformação de biomassa florestal” (17% do investimento contratado) e “primeira transformação de cortiça” (13% do investimento contratado). A dimensão média do investimento, o realizado em “primeira transformação da biomassa florestal” mantém-se superior às restantes mas ainda assim diminuindo o investimento médio (1.045 mil euros por PA no final de 2011 vs 2.050 mil euros por PA até 2010). A “primeira transformação de cortiça” aparece agora na segunda posição em termos do investimento médio por PA, com 850 mil euros.

Quadro 144: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipologia de investimento (acumulado)

Tipologia do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
1ª Transformação de biomassa florestal	14	14.627
1ª Transformação de cortiça	13	11.050
1ª Transformação de material lenhoso e resina	31	6.930
Colheita, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	3	743
Colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal	14	7.057
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina	158	46.740
TOTAL	233	87.148

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma tipologia.

Quanto aos valores contratados por rubricas de investimento verifica-se que a rubrica "equipamentos" continua a ser a mais representativa com 81% do investimento total contratado.

Quadro 145: Ação 1.3.3 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubricas do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
Equipamentos	229	70.544
Edifícios e construções	34	7.813
Imateriais	197	5.286
Transporte	15	2.007
Outros	13	965
Ambientais	12	511
Formação	7	21
TOTAL	507	87.148

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma rubrica.

Nesta ação a tipologia de promotores predominante continua a ser a "sociedade por quotas" com 69% do total de PA contratados e 66% do investimento.

Quadro 146: Ação 1.3.3 – PA contratados por tipologia de promotores (acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Estab. individual de responsabilidade limitada	-	-	1	361
Pessoa Singular	20	4.348	25	5.151
Sociedade anónima	4	2.643	8	6.443
Sociedade por quotas	52	19.895	137	57.860
Sociedade unipessoal p/ quotas	13	7.880	28	17.332
Total	89	34.765	199	87.148

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final do ano de 2011, de 12.793 mil euros de despesa pública e 9.391 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 16%

face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 39% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). A taxa de execução desta ação aumentou 14 p.p. face a 2010.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 147: Ação 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	36	16.369	5.583	4.187	21	1.691	1.268
Centro	89	32.890	12.163	9.122	59	4.942	3.707
LVT	59	27.923	11.056	7.995	37	5.012	3.555
Alentejo	12	9.068	3.577	2.683	9	915	686
Algarve	3	899	402	301	2	233	175
TOTAL	199	87.148	32.780	24.288	128	12.793	9.391

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Tal como já verificado em 2010, nesta ação ultrapassou-se a meta do número de empresas a apoiar em 87%, bem como do investimento e 41% da despesa pública, o que representa, tal como já se tinha verificado anteriormente, investimentos médios mais baixos do que os previstos.

Quadro 148: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA aprovados		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	199	187	87.127	32.775	24.285
TOTAL	-	199	187	87.127	32.775	24.285
		Metas	100	100.000	79.636	60.000
		% da meta	187%	87%	41%	40%

Quadro 149: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA Pagos da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA aprovados		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Mil euros						
Silvicultura	n.a.	128	121	53.990	12.792	9.390
TOTAL	-	128	121	53.990	12.792	9.390
	Metas	100	100.000	79.636	60.000	
	% da meta	121%	54%	16%	16%	

Continua, assim, a verificar-se que as empresas candidatas apresentam projetos com uma dimensão média inferior à programada, o que se traduz num cumprimento de 196% e 126% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos, relativamente às microempresas e de 110% e 80% da meta relativamente às pequenas e médias empresas.

Quadro 150: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados e pagos por dimensão de empresa (acumulado)

	Empresas contratadas		Empresas com execução	
	Tipo de empresa		Tipo de empresa	
	Microempresas	PME	Microempresas	PME
Nº empresas	176	11	113	8
Metas	90	10	90	10
% da meta	196%	110%	126%	80%

Quanto ao tipo de atividade, continua a verificar-se uma maior adesão e conseqüentemente um maior peso na contratação da atividade de comercialização e de recolha em detrimento da transformação, onde apenas se atingiu 68% e 42% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos.

Quadro 151: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipo de atividade (acumulado)

	Tipo de empresa					
	Transformação		Comercialização		Recolha	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Nº PA	34	21	114	97	152	98
Meta	50		20		30	
% da meta	68%	42%	570%	485%	507%	327%

Quanto aos indicadores específicos de realização, continua a verificar-se uma baixa taxa de investimento em fatores ambientais e investimentos imateriais, e uma taxa de investimento em inovação superior à meta.

Quadro 152: Ação 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado)

Un.: mil euros

	Montante total por tipo de investimento					
	Investimentos em factores ambientais		Investimentos em inovação		Investimentos imateriais	
	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago
	511	461	79.009	49.514	5.286	3.126
% total invest.	1%	1%	91%	92%	6%	6%
Metas (%)	30%		20%		10%	
% da meta	--	--	++	++	-	-

Dos 199 PA contratados apenas 7 (4%) se candidataram a ações de formação. Este número diminuiu face a 2010 fruto das desistências verificadas ao longo de 2011.

Quanto aos restantes indicadores da componente de formação continua a verificar-se que o número de participantes em ações de formação e os dias de formação apoiados excedem as metas previstas, embora a despesa pública atribuída, seja muito baixa face à respetiva meta.

Quadro 153: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA contratados-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesa pública contratada (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	31	31	-	35	0	0
Formação em TIC	-	-	-	0	-	-	-	-
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	246	246	-	244	1	2
Novas normas	-	-	29	29	-	14	0	0
Qualidade dos produtos	-	-	26	26	-	197	1	1
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	20	20	-	28	0	0
Outros	-	-	99	99	-	184	1	1
TOTAL	-	-	451	451	-	702	4	5
Metas			40	-	200	600	801	
% da meta			1128%	-	351%	0,6%	0,6%	

Quadro 154: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA pagos-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	10	10	-	17	0	0
Formação em TIC	-	-	0	-	-	0	0	0
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	80	80	-	82	0	1
Novas normas	-	-	24	24	-	8	0	0
Qualidade dos produtos	-	-	4	4	-	6	0	0
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	8	8	-	2	0	0
Outros	-	-	48	48	-	18	0	0
TOTAL	-	-	174	174	-	133	1	1
Metas			40	-	200	600	801	
% da meta			435%	-	67%	0,1%	0,1%	

No que se refere aos indicadores de resultado, verifica-se um aumento do VAB, nas empresas apoiadas, bastante inferior ao esperado. Este indicador apenas atingiu 11% e 4% da meta, referente respetivamente a empresas contratadas e apoiadas, para um número de empresas contratadas superior em 99% à meta prevista.

Quadro 155: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB acumulado (acumulado)

Indicador de resultado*	contratados	Pagos	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB anual nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	50.939	32.453	400.000	34%
Vida útil média dos projetos (anos)	4,2	4,2		

Em relação à inovação, continua a verificar-se uma elevada percentagem de empresas que introduziu novos produtos ou novas técnicas no seu processo produtivo.

Quadro 156: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados e pagos que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado)

	PA Contratados	PA Pagos
	Introdução de novos produtos / novas técnicas	
Nº PA	174	117
Meta	140	140
% da meta	124%	84%

2.2.1.8 Ação 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) ii) e Artigo 32º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 22º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 132;
- Portaria 260/2009, de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a adesão dos produtores de produtos agroalimentares a sistemas de qualidade certificada;
- Contribuir para a criação das condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada;
- Assegurar ao consumidor a disponibilização de produtos alimentares e/ou processos de produção de qualidade certificada.

3. Implementação da Ação

Esta ação está incluída no Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

Como já referido no relatório de execução de 2010 as candidaturas aprovadas em anos anteriores conduziram à utilização integral da dotação da ação pelo que em 2011 foram suspensas as candidaturas.

Apresentamos, em seguida, a distribuição regional e por regime de qualidade das candidaturas aprovadas.

Quadro 157: Ação 1.4.1 - Distribuição regional dos pedidos aprovados (acumulado)

Região	Total de candidaturas aprovadas	
	Nº PA	%
Norte	7.691	49%
Centro	2.528	16%
LVT	1.752	11%
Alentejo	3.169	20%
Algarve	413	3%
Total	15.553	100%

Quadro 158: Ação 1.4.1 - Distribuição dos pedidos aprovados (por regime de qualidade)

Regime de Qualidade	Total Pedidos Aprovados até 2011	
	Número	%
IGP	39	0%
DOP	2.029	13%
MPB	2.284	15%
PRODI	9.817	63%
DOP/PRODI	938	6%
IGP/PRODI	276	2%
DOP/MPB	163	1%
IGP/MPB	7	0%
TOTAL	15.553	100%

Em termos acumulados, foram contratados 15.553 PA, num total de 16.130 mil euros de despesa pública, representando 12.037 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 101%.

a. Execução financeira

No final do ano de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados era de 13.712 mil euros de despesa pública e 10.161 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 85% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Quadro 159: Ação 1.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas	
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Norte	7.756	5.257	3.943	4.466	3.350
Centro	2.281	2.372	1.779	2.015	1.511
LVT	1.488	2.062	1.486	1.752	1.193
Alentejo	2.300	5.919	4.439	5.028	3.769
Algarve	404	520	390	442	332
Total	14.229	16.130	12.037	13.703	10.154

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de explorações apoiadas, até 2011, totaliza 9.357, atingindo 67% da meta prevista para o período de programação.

Quadro 160: Ação 1.4.1 – Indicadores de realização e de execução financeira

Número de explorações agrícolas participantes em regimes de qualidade apoiadas	Contratado		Pago	
	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
9.311	16.130	12.037	13.703	10.154
Meta	14.000	15.794	15.794	11.900
% da meta	67%	102%	101%	85%

2.2.1.9 Ação 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º Alínea c) iii) e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 23º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 133;
- Portaria n.º 346/2009, de 3 de abril, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Apoiar o desenvolvimento de estratégias de promoção e de políticas comerciais que permitam induzir o consumo pela valorização dos produtos alimentares abrangidos por regimes de qualidade;
- Incentivar a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O segundo concurso para esta ação foi aberto em 2010, tendo terminado a 15 de março de 2011, com uma dotação de 6.000 mil euros. Ocorreu uma redução no número de PA válidos no primeiro concurso, relativamente aos dados reportados no Relatório de 2010, devido a desistências.

Quadro 161: Ação 1.4.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.149	3.327	0	0	12	6.259
Segundo		6.000	6	2.213	6	2.213
TOTAL		9.327	6	2.213	18	8.472

Quanto à distribuição regional dos PA entrados por região e tipologia, a situação não se altera face ao reportado no Relatório de 2010.

b. Análise e decisão das candidaturas

Foram analisadas todas as candidaturas entradas, das quais apenas 3 não tiveram parecer favorável. Os PA com parecer favorável foram objeto de decisão e contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 162: Ação 1.4.2 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total	Não Aprovadas		Aprovadas		N.º PA	Invest. Total	Desp. pública
					N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total			
Primeiro	12	6.259	12	6.259	1	580	11	5.679	11	5.679	2.925
Segundo	6	2.213	6	2.213	2	756	4	1.457	4	1.457	543
Total	18	8.472	18	8.472	3	1.336	15	7.136	15	7.136	3.468

Analisando o acumulado dos PA contratados por tipologia de promotor verifica-se, em termos de investimento, uma repartição relativamente homogénea pelas quatro tipologias.

Quadro 163: Ação 1.4.2 – PA contratados por tipologia de promotor (no ano e acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Agrupamento de produtores	1	272	5	1.910
Associação de produtores	1	495	4	2.074
Cooperativa	2	690	4	1.639
Parceria de agrupamento de produtores			2	1.513
Total	4	1.457	15	7.136

Em termos acumulados, foram contratados 15 PA, num total de 3.468 mil euros de despesa pública, representando 2.459 mil euros de

comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 29%.

c. Execução financeira

No final do ano de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 635 mil euros de despesa pública e 437 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 5% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 18% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 164: Ação 1.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	4	1.679	716	537	1	34	25
Centro	2	702	318	238	2	106	80
Lisboa	4	2.605	1.364	881	3	199	110
Alentejo	5	2.150	1.070	803	4	295	222
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	15	7.136	3.468	2.459	10	635	437

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os PA contratados por categoria de produto mantem-se como mais representativa a categoria das "carnes frescas" (53% dos produtos apoiados), seguida das "frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados" com 20%.

Quanto aos regimes de qualidade, tal como já constatado em 2010, verifica-se que os DOP/IGP representam cerca de 80% dos PA apoiados, tendo o MPB cerca de 20% do total.

Mantem-se o facto de o apoio ser, em média, inferior ao esperado uma vez que apenas se atingiu 29% da meta face a 83% da meta de número de ações apoiadas.

Quadro 165: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA contratados)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (mil euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	8	-	6	2	-	-	8	1.056	1.408	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	260	347	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	1	-	1	-	-	-	1	166	222	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	596	795	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pasteleria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	1	-	1	-	-	-	1	96	128	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	284	569	
TOTAL	15	0	12	3	0	0	15	2459	3468	
							Meta	18	8.400	11.149
							% da Meta	83%	29%	31%

Quadro 166: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA pagos)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (milhares de euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	5	-	4	1	-	-	5	296	395	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	22	29	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	2	-	2	-	-	-	2	32	42	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pasteleria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	1	-	1	-	-	-	1	8	11	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	79	157	
TOTAL	10	0	8	2	0	0	10	437	635	
							Meta	18	8.400	11.149
							% da Meta	56%	5%	6%

Quanto aos indicadores de resultado, e relativamente aos PA contratados, os valores são semelhantes aos de 2010, quer quanto ao valor de produção por categoria de produto (cerca de 2/3 da meta) quer quanto ao acréscimo da produção (mais de 10% da meta). Relativamente aos pagamentos houve uma evolução significativa dos resultados, face a 2010, tendo-se

atingido 58% da meta, relativamente ao valor da produção, e 12% da meta, face ao acréscimo da produção.

Quadro 167: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – valor da produção (por categoria de produto)

Un.: mil euros

Categoria do produto	Valor da Produção Contratada		Valor da Produção Paga	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	13.754	-	12.348	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	2.400	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	55.179	-	50.779	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	2.032	-	2.032	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	78.165	0	69.959	0
Meta	120.000		120.000	
% da Meta	65%		58%	

O indicador de resultado do acréscimo do valor de produção atingiu 15% e 12% da meta, respetivamente PA contratados e pagos, o que continua a ser manifestamente inferior ao esperado.

Quadro 168: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – Acréscimo do valor da produção

Categoria do produto	Acréscimo produção Contratado (mil euros)		Acréscimo produção Pago (mil euros)	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	5.115	-	4.671	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	1.840	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	16.331	-	13.355	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	2.032	-	2.032	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	30.117	0	24.858	0
Meta (mil euros)	200.000		200.000	
% da Meta	15%		12%	

2.2.1.10 Medida 1.5 – Restabelecimento do potencial produtivo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) vi) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.6 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 126;
- Portaria n.º 964/2009, de 25 de agosto com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto;
- Despacho n.º 20635/2009 do Gabinete do Ministro, de 14 de setembro;
- Despacho n.º 27915-E/2009 do Gabinete do Ministro, de 31 de dezembro;
- Despacho n.º 6775/2010 do Gabinete do Ministro, de 16 de abril.

2. Objetivos da Medida

Manutenção das condições de produção afetadas por catástrofes ou calamidades naturais de elevado impacto.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 não se registaram ocorrências que justificassem a abertura de candidaturas a esta medida.

Verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2010, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

O total de candidaturas válidas entradas era, a 31 de dezembro de 2011, de 674 com o investimento total proposto de 34.206 mil euros.

Quadro 169: Medida 1.5 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Número de PA	Investimento total	Número de PA	Investimento total
Primeiro	19.909	3.000	0	0	15	99
Segundo (Oeste)		18.000	0	0	530	29.385
Terceiro		5.000	0	0	129	4.722
TOTAL		26.000	0	0	674	34.206

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 procedeu-se à contratação dos últimos PA do segundo e terceiro concursos. Em termos acumulados, 77% das candidaturas válidas entradas foram aprovadas e contratadas.

Quadro 170: Medida 1.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	15	99	15	99	12	70	3	29	3	29	22	16
Segundo (Oeste)	530	29.385	530	29.385	115	4.051	415	24.216	415	24.216	14.020	10.356
Terceiro	129	4.722	129	4.722	29	582	100	4.131	100	4.131	2.594	1.915
TOTAL	674	34.206	674	34.206	156	4.704	518	28.376	518	28.376	16.636	12.288

O número de PA contratados no primeiro e segundo concurso diminuiu face ao apresentado no relatório de execução de 2010, fruto de desistências entretanto ocorridas.

Foram, assim, contratados 518 PA, num total de 16.636 mil euros de despesa pública, representando 12.288 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 82%.

c. Execução financeira

No ano de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 13.158 mil euros de despesa pública e 9.726 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 65%

face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 79% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Deste montante 46% foi executado em 2011.

Quadro 171: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	39	957	575	432	30	484	363
Centro	28	1.395	860	645	22	651	488
LVT	431	24.559	14.226	10.480	386	11.312	8.342
Alentejo	5	282	103	77	2	37	27
Algarve	15	1.184	873	655	11	673	505
TOTAL	518	28.376	16.636	12.288	451	13.158	9.726

A execução desta ação foi 97% em regiões de convergência.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de acompanhamento, mantém-se a situação já reportada em 2010 com um investimento médio apoiado por empresa agrícola bastante superior ao esperado.

Quadro 172: Medida 1.5 – Indicadores de realização (contratado acumulado)

Un.: mil euros

	Total contratado				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	518	28.376	16.636	12.288	N.D.
Meta	2.500	45.000	33.182	25.000	50.000
% da meta	21%	63%	50%	49%	N.D.

Quadro 173: Medida 1.5 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Total pago				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	451	26.298	13.158	9.726	N.D.
Meta	2.500	45.000	33.182	25.000	50.000
% da meta	18%	58%	40%	39%	N.D.

Em termos de áreas apoiadas, em 2011, encontravam-se contratados 1.330 ha de superfície agrícola danificada. Esta área corresponde a 7% da meta prevista, tal como já referido anteriormente. Comparando o cumprimento das metas, relativamente ao número de PA a apoiar e à despesa pública, com a meta relativa às áreas a apoiar, verifica-se que o apoio foi concedido a áreas com valores de investimentos em infraestruturas e plantações bastante superiores ao esperado (nomeadamente estufas).

Quadro 174: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Contratado)

		Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doen- ças	Incên- dios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	Restabelecimento		Infra-estruturas	0	1.226	0	0	0	1.226		
			Replantação	0	0	0	0	0	0		
			Outros	0	0	0	104	0	104		
		TOTAL			0	1.226	0	104	0	1.330	20.000

Quadro 175: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Pago)

		Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doen- ças	Incên- dios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	Restabelecimento		Infra-estruturas	0	1.085	0	0	0	1.085		
			Replantação	0	0	0	0	0	0		
			Outros	0	0	0	104	0	104		
		TOTAL			0	1.085	0	104	0	1.189	20.000

Quadro 176: Medida 1.5 – Despesa pública contratada relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano

		Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados	
Despesa pública	Restabelecimento		Infra-estruturas	0	16.615	0	0	0	16.615	515	
			Replantação	0	0	0	0	0	0	0	
			Outros	0	0	0	22	0	22	3	
		TOTAL			0	16.615	0	22	0	16.636	518
									Meta	33.182	2500
									% da meta	50%	21%

Quadro 177: Medida 1.5 – Despesa pública paga relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano

	Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	13.136	0	0	0	13.136	448
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	22	0	22	3
	TOTAL		0	13.136	0	22	0	13.158	451
							Meta	33.182	2500
							% da meta	40%	18%

2.2.1.11 Ação 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos das medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 964/2008, de 28 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66/2008, de 27 de outubro, alterada pela Portaria nº 1141/2009, de 1 de outubro e com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de captação, de transporte e de distribuição mais eficientes e de métodos de rega mais adequados de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 não foram abertos concursos para esta ação, pelo que a situação se mantém face ao Relatório de 2010.

Quadro 178: Ação 1.6.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	126.951	63.228	0	0	1	74.481
Segundo		34.103	0	0	2	40.198
Terceiro		21.485	0	0	1	24.944
Quarto		6.389	0	0	4	82.124
TOTAL		125.205	0	0	8	221.746

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 as candidaturas já se encontravam todas analisadas, decididas e contratadas, mantendo-se a situação reportada no Relatório anterior.

Quadro 179: Ação 1.6.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total Candidaturas entradas		Total Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	1	74.481	1	74.481	0	0	1	74.481	1	74.481	63.228	47.421
Segundo	2	40.198	2	40.198	1	243	1	39.954	1	39.954	34.103	25.577
Terceiro	1	24.944	1	24.944	0	0	1	24.944	1	24.944	21.485	16.113
Quarto	4	82.124	4	82.124	1	100	1	7.491	1	7.491	6.389	3.194
TOTAL	8	221.746	8	221.746	2	343	4	146.870	4	146.870	125.204	92.306

Em termos acumulados, encontram-se contratados 4 PA, num total de 125.205 mil euros de despesa pública, representando 92.306 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) mantém-se nos 97%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 51.645 mil euros de despesa pública e 38.733 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 180: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	-	-	-	-	-	-	-
Centro	2	114.435	97.331	72.998	2	41.988	31.491
LVT	1	7.491	6.389	3.194	-	-	-
Alentejo	1	24.944	21.485	16.113	1	9.656	7.242
Algarve	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4	146.870	125.204	92.306	3	51.645	38.733

Quadro 181: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	-	-	-	-	-	-	-
Centro	-	-	-	-	2	11.738	8.803
LVT	-	-	-	-	-	-	-
Alentejo	-	-	-	-	1	2.663	1.997
Algarve	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	0	0	0	0	3	14.401	10.801

A taxa de execução desta ação subiu para 40% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 42% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Tal como já referido no Relatório de Execução de 2010, os 4 PA contratados praticamente asseguram o cumprimento das metas previstas para a ação pois atingiu-se 99% da meta para a despesa pública e 97% para o FEADER e ultrapassou-se a meta do volume total de investimento em "terras agrícolas" (122%).

Quadro 182: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (contratado acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)			
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	
Gestão dos recursos hídricos	4	4	N.A.	4	92.306	125.204	146.870	N.A.	146.870	
TOTAL	4	4	0	4	92.306	125.204	146.870	0	146.870	
				Metas	11	95.650	126.951	120.000		120.000
				% da meta	36%	97%	99%	122%		122%

Quadro 183: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (pago acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)			
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	
Gestão dos recursos hídricos	3	3	N.A.	3	38.733	51.645	26.298	N.A.	26.298	
TOTAL	3	3	0	3	38.733	51.645	26.298	0	26.298	
				Metas	11	95.650	126.951	120.000		120.000
				% da meta	27%	40%	41%	22%		22%

Relativamente aos indicadores específicos de realização, reproduz-se a informação prestada no relatório anterior para os PA contratados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 184: Ação 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro concurso (Cova da Beira)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Segundo concurso (Baixo Mondego)	100%	100%	67%	67%	100%	100%
Terceiro concurso (Veiros)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	100%		100%		0%	
Total Ponderado	100%	100%	85%	84%	46%	48%
Metas	100%	100%	100%	100%	25%	25%
% da meta	=	=	85%	84%	184%	191%

Quanto aos indicadores de resultado, verifica-se uma ultrapassagem das metas, com exceção da redução do número de prédios por proprietário. Para calcular, o mais corretamente possível, a taxa de execução da meta, relativamente ao VAB, multiplicou-se o valor do VAB anual (19.282 e

17.580, respetivamente, para os PA contratados e pagos) pela vida útil média dos projetos em causa (30 anos), já que a meta foi estabelecida, tendo em atenção o benefício total do projeto e não o benefício anual.

Quadro 185: Ação 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Concursos	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro (Cova da Beira)	12.264	12.264	5.662	5.662	0%	0%	3.545	3.545
Segundo (Baixo Mondego)	4.567	4.567	1.320	1.320	40%	40%	11.434	11.434
Terceiro (Veiros)	749	749	1.114	1.114	0%	0%	3.472	3.472
Quarto (Lezíria V. F. de Xira)	1.702		1.011		0%		7.229	
TOTAL	19.282	17.580	9.106	8.096	6%	22%	5.088	4.821
Metas	350.000	350.000	8.000	8.000	20%	20%	≤ 6.600	≤ 6.600
% da meta	165%	151%	114%	101%	29%	109%	130%	137%

2.2.1.12 Ação 1.6.2 – Regadio de Alqueva

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 820/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos incluídos nos blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através de sistemas de adução, transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas, nos blocos que apresentem deficiências deste âmbito;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação encontra-se aberta em contínuo desde o início do Programa, tendo-se verificado a entrada de 1 candidatura válidas no decorrer de 2011.

Assim, o acumulado das candidaturas válidas passou a ser de 10 PA.

Quadro 186: Ação 1.6.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em Contínuo	427.571	1	26.329	10	202.372
TOTAL		1	26.329	10	202.372

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011, foram analisados, decididos e contratados 3 PA que representaram 80.206 mil euros de investimento.

Quadro 187: Ação 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (no ano)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	1	26.329	3	80.206	0	0	3	80.206	3	80.206	79.803	59.853
TOTAL	1	26.329	3	80.206	0	0	3	80.206	3	80.206	79.803	59.853

Em termos acumulados, foram contratados 10 PA num total de 201.307 mil euros de despesa pública, representando 150.980 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 47%.

Quadro 188: Ação 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	10	202.372	10	202.372	0	0	10	202.162	10	202.162	201.307	150.980
TOTAL	10	202.372	10	202.372	0	0	10	202.162	10	202.162	201.307	150.980

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 155.977 mil euros de despesa pública e 116.983 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 33% foram pagos em 2011 (51.869 mil euros de despesa pública e 38.902 mil euros de comparticipação FEADER).

Quadro 189: Ação 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	10	202.162	201.307	150.980	10	155.977	116.983
TOTAL	10	202.162	201.307	150.980	10	155.977	116.983

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 36% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 77% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

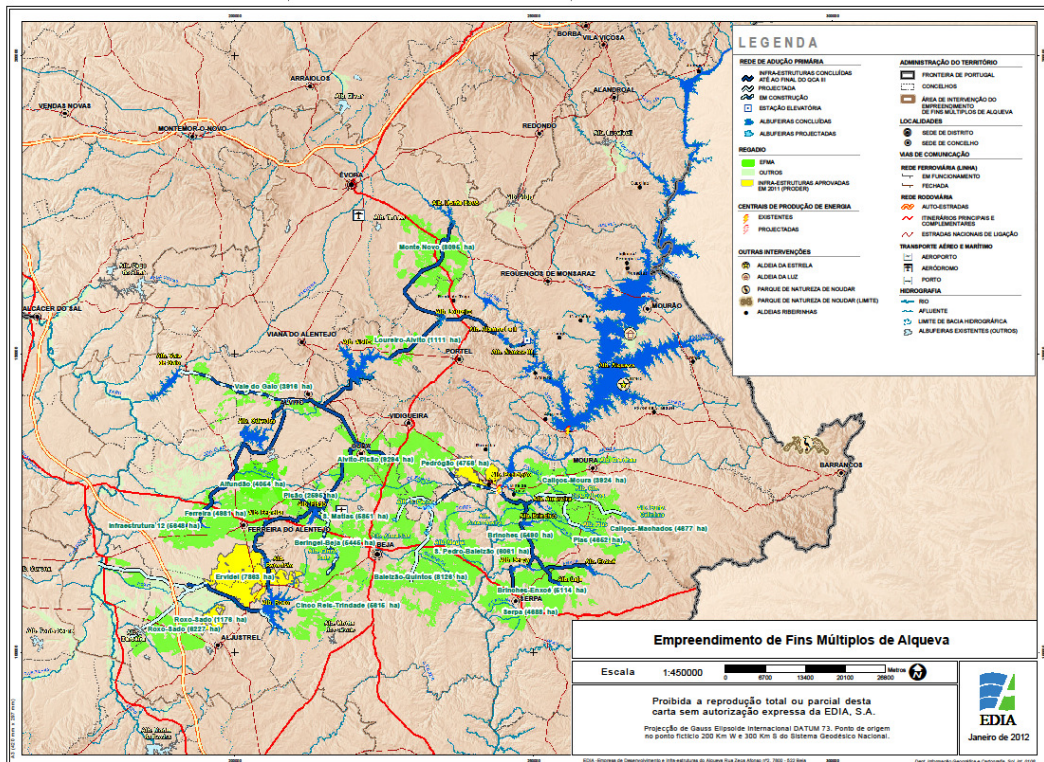
Relativamente ao ano de 2011, foram aprovados 3 novos PA para a execução de infraestruturas nos aproveitamentos hidroagrícolas de Aljustrel e de Ervidel, situados ambos no Subsistema de Alqueva e no aproveitamento hidroagrícola de Pedrógão, situado na margem direita do rio Guadiana e no Subsistema de Pedrógão.

Assim, dos investimentos previstos para execução na zona do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e até ao fim do ano de 2011, já foram iniciados os seguintes aproveitamentos hidroagrícolas no Subsistema de Alqueva: do Alfundão, de Aljustrel, de Ervidel, de Ferreira,

Figueirinha e Valbom e o de Loureiro-Alvito; no Subsistema do Ardila: de Brinches, de Brinches-Enxoé, de Orada-Amoreira e de Serpa; e no Subsistema de Pedrógão: do Pedrógão.

No mapa que representa as áreas abrangidas pelo EFMA, pode verificar-se a localização de cada um dos aproveitamentos nos respectivos subsistemas, bem como a distribuição das áreas beneficiadas em cada um deles: Subsistema de Alqueva: 19.499 hectares; no Subsistema do Ardila: 17.462 hectares; e no Subsistema de Pedrógão: 3.377 hectares.

Figura 6: Ação 1.6.2 – Progresso das obras do Alqueva



4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuídos aos 10 PA contratados até 2011 correspondem a 40% e 47%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 190: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (contratados por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	10	10	10	150.980	201.307	202.162	202.162
TOTAL	10	10	10	150.980	201.307	202.162	202.162
			Metas	322.150	427.571	500.000	
			% da meta	47%	47%	40%	

Quadro 191: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (pagos por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	10	10	10	116.983	155.977	202.162	202.162
TOTAL	10	10	10	116.983	155.977	202.162	202.162
			Metas	329.150	436.871	500.000	
			% da meta	36%	36%	40%	

Mantem-se a análise efectuada aos indicadores específicos de realização, efectuado em 2010:

- A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;
- Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infraestruturas coletivas electrificadas;
- Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 192: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização

	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Metas	80%	80%	100%	100%	30%	30%
% da meta	++	=	=	=	--	--

Relativamente ao aumento de VAB, para calcular mais corretamente a taxa de execução da meta, multiplicou-se o valor do VAB anual (64.561 mil euros) pela vida útil média dos projetos, verificando-se que, já se ultrapassou a meta estabelecida para este indicador.

Quadro 193: Ação 1.6.2 - Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	64.561	64.561	40.338	40.338	0,0%	0,0%	4.117	4.117
TOTAL	64.561	64.561	40.338	40.338	0%	0%	4.117	4.117
Metas	1.400.000	1.400.000	90.000	90.000	20%	20%	Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	138%	138%	45%	45%	0%	0%	++ (-51%)	++ (-51%)

2.2.1.13 Ação 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 1137-A/2008, de 9 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Melhorar a gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Modernizar infraestruturas primárias;
- Melhorar a segurança das infraestruturas;
- Incentivar a introdução de novas tecnologias;
- Estender as infraestruturas hidroagrícolas a áreas adjacentes com solos com melhor aptidão ao regadio.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 não foram abertos novos concursos nesta ação. Apresenta-se, assim, um quadro que é equivalente ao apresentado no Relatório de 2010 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, nos 2 últimos concursos, por desistência de PA.

Quadro 194: Ação 1.6.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	79.634	25.377	37	30.481
Segundo		1.433	3	1.839
Terceiro		10.018	42	42.653
Quarto		21.320	37	30.365
Quinto		19.936	12	71.374
TOTAL		78.084	131	176.711

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 procedeu-se à contratação dos PA do quinto concurso, também sujeitos ao procedimento da hierarquização tal como já tinha acontecido anteriormente com os PA do terceiro e quarto concurso.

Quadro 195: Ação 1.6.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	37	30.481	37	30.481	0	0	37	30.506	37	30.506	25.377	19.032
Segundo	3	1.839	3	1.839	1	124	2	1.715	2	1.715	1.433	1.074
Terceiro	42	42.653	42	42.653	36	31.462	6	10.806	6	10.806	9.736	7.302
Quarto	37	30.365	37	30.365	30	11.243	7	19.174	7	19.174	16.220	12.165
Quinto	12	71.374	12	71.374	9	58.649	3	12.724	3	12.724	9.531	7.028
TOTAL	131	176.711	131	176.711	76	101.478	55	74.924	55	74.924	62.295	46.601

[1] No terceiro, quarto e quinto concursos encontram-se incluídos 64 PA sem dotação orçamental no montante de 93.395 mil euros de investimento

Em termos acumulados, encontram-se contratados 55 PA, num total de 62.295 mil euros de despesa pública, representando 46.601 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 77%.

A distribuição regional dos PA contratados⁷ sofreu uma alteração com a região LVT a aparecer em primeiro lugar no que se refere ao apoio contratado apesar de ser, ainda, o Alentejo a região com um maior número de PA contratados.

⁷ No Relatório de 2010 existiam 2 PA do Alentejo incorretamente atribuídos ao Algarve.

Quadro 196: Ação 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	PA			
	Nº PA	Invest.	Desp. Pública	FEADER
Norte	11	12.924	10.841	8.131
Centro	8	2.698	2.304	1.728
LVT	12	28.083	23.172	17.259
Alentejo	19	26.409	22.224	16.668
Algarve	5	4.810	3.754	2.815
TOTAL	55	74.924	62.295	46.601

Nota: ¹ No relatório de 2010 haviam 2 PA, do Alentejo, incorrectamente classificados no Algarve

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 1.725 mil euros de despesa pública e 1.280 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 197: Ação 1.6.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	10.841	8.131	7	571	428
Centro	8	2.304	1.728	0	0	0
LVT	12	23.172	17.259	8	842	618
Alentejo	19	22.224	16.668	7	311	233
Algarve	5	3.754	2.815	1	0	0
TOTAL	55	62.295	46.601	23	1.725	1.280

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 4% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos 55 PA contratados até 2011 correspondem a 107% e a 78%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 198: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	55	55	55	46.601	62.295	74.924	74.924
TOTAL	55	55	55	46.601	62.295	74.924	74.924
			Metas	60.000	79.634	70.000	
			% da meta	78%	78%	107%	

Quadro 199: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	23	23	23	1.280	1.725	26.625	26.625
TOTAL	23	23	23	1.280	1.725	26.625	26.625
			Metas	60.000	79.636	70.000	
			% da meta	2%	2%	38%	

Quanto ao aumento da área beneficiada, verifica-se que os PA contratados representam intervenções numa área de 117 mil ha.

Quadro 200: Ação 1.6.3 – Área beneficiada⁸ (por concurso)

Concurso	Área beneficiada (ha)	
	Contratado	Pago
01-163-2009	158.985	50.360
02-163-2009	0	0
03-163-2009	52.530	17.428
04-163-2009	18.500	0
05-163-2010	18.500	4.089
TOTAL	117.139	71.877

⁸ A área total não é igual ao somatório das áreas dos diferentes concursos porque há duplicação de áreas.

2.2.1.14 Ação 1.6.4 – Modernização dos regadios coletivos tradicionais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 842/2009 de 4 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a recuperação física dos sistemas de captação, transporte e distribuição de água;
- Incentivar a adoção de tecnologias mais eficientes;
- Promover a extensão dos sistemas de rega a áreas adjacentes e o aproveitamento do potencial existente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 não foram abertos concursos para esta ação, pelo que se mantém a situação descrita no Relatório de 2010 embora com uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2010, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 201: Ação 1.6.4 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.545	26.000	79	11.496
Total	26.545	26.000	79	11.496

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 procedeu-se à contratação de 20 PA. Tal como noutras acções, ao longo de 2011 verificaram-se desistências de PA já contratados, num total de 5 que representavam 625 mil euros de despesa pública.

Quadro 202: Ação 1.6.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	79	11.496	79	11.496	14	2.755	65	8.737	65	8.737	8.231	6.173
Total	79	11.496	79	11.496	14	2.755	65	8.737	65	8.737	8.231	6.173

Em termos acumulados, encontram-se contratados 65 PA, num total de 8.231 mil euros de despesa pública, representando 6.173 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 33%. Todos os PA contratados localizam-se em região de convergência.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados verifica-se que a larga maioria (88%) dos PA contratados são da região Norte, ocupando o Centro o segundo lugar com apenas 9%.

Quadro 203: Ação 1.6.4 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2011			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	57	88%	6.844	5.133
Centro	6	9%	1.116	837
LVT	1	2%	225	169
Alentejo	1	2%	45	34
Algarve	0	0%	0	0
TOTAL	65	100%	8.231	6.173

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 631 mil euros de despesa pública e 474 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 204: Ação 1.6.4 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	57	6.844	5.133	14	521	391
Centro	6	1.116	837	2	90	67
LVT	1	225	169	0	0	0
Alentejo	1	45	34	1	21	15
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	65	8.231	6.173	17	631	474

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 8% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos 65 PA contratados até 2011 correspondem a 44% e a 31%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 205: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	65	65	65	6.173	8.231	8.737	8.737
TOTAL	65	65	65	6.173	8.231	8.737	8.737
			Metas	20.000	26.545	20.000	
			% da meta	31%	31%	44%	

Quadro 206: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	17	17	17	474	631	1.804	1.804
TOTAL	17	17	17	474	631	1.804	1.804
			Metas	20.000	26.545	20.000	
			% da meta	2%	2%	9%	

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se um aumento da área regada contratada em 2.309 ha.

Quadro 207: Ação 1.6.4 – Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Consumo de água (m3/ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	n.d.	n.d.	2.309	902	n.d.	n.d.
TOTAL	-	-	2.309	902	-	-
Metas	1.400.000	1.400.000			Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	-	-			-	-

2.2.1.15 Ação 1.6.5 – Projetos estruturantes

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 1037/2009, de 11 de setembro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios;
- Melhorar a acessibilidade viária e a rede elétrica necessárias à concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território;
- Contribuir para a requalificação ambiental, através do apoio a soluções coletivas mais adequadas para a transferência, valorização e tratamento de efluentes agropecuários e agroindustriais fora do âmbito da exploração/unidade industrial.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2011 não foram abertos concursos para esta ação. Tal como nas outras ações verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2010, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 208: Ação 1.6.5 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos		Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	Caminhos	62.181	19.500	0	0	1.171	654.449
	Electrificação		20.000	0	0	77	14.296
Segundo	Requalificação ambiental		10.000	0	0	1	16.749
TOTAL		62.181	49.500	0	0	1.249	685.494

A distribuição regional dos PA entrados por item mantém-se face ao já relatado no relatório de 2010 com, no caso dos "caminhos agrícolas", uma concentração dos PA apresentados nas regiões Norte e Centro com 38% e 48% do total, respetivamente, e uma concentração do investimento na região LVT.

Quadro 209: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item "caminhos agrícolas" (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Caminhos	Norte	442	38%	84.139	13%
	Centro	567	48%	136.978	21%
	LVT	55	5%	405.462	62%
	Alentejo	43	4%	18.687	3%
	Algarve	64	5%	9.183	1%
TOTAL		1.171	100%	654.449	100%

O mesmo se passa quanto às candidaturas para a "eletrificação rural", em que a distribuição regional se mantém face ao já analisado em 2010.

Quadro 210: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item "eletrificação rural" (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Electrificação	Norte	26	34%	1.248	9%
	Centro	38	49%	3.607	25%
	LVT	2	3%	2.261	16%
	Alentejo	8	10%	6.377	45%
	Algarve	3	4%	803	6%
TOTAL		77	100%	14.296	100%

Por fim, no que se refere à “*requalificação ambiental*”, candidatou-se 1 PA na região Alentejo, para a concentração, a nível regional, de soro originário de explorações leiteiras.

Quadro 211: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Regulificação ambiental	Norte				
	Centro				
	LVT				
	Alentejo	1	100%	16.749	100%
	Algarve				
	TOTAL	1	100%	16.749	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 já tinham sido analisadas todas as candidaturas entradas, das quais 23% foram aprovadas.

No primeiro concurso houve necessidade de se proceder à hierarquização pelo que dos 227 PA com parecer favorável só 54 tiveram dotação orçamental e foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 212: Ação 1.6.5 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos		Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	Caminhos	1.171	654.449	1.171	654.449	1.117	633.617	54	20.831	54	20.831	19.222	14.195
	Electrificação	77	14.296	77	14.296	24	1.700	53	12.598	53	12.596	11.662	8.181
Segundo	Segundo	1	16.749	1	16.749	1	16.749	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1.249	685.494	1.249	685.494	1.142	652.066	107	33.429	107	33.428	30.883	22.376

[1] No concurso dos caminhos encontram-se incluídos 173 PA sem dotação orçamental no montante de 41.629 mil euros de investimento

Em termos acumulados, foram contratados 107 PA, num total de 30.883 mil euros de despesa pública, representando 22.376 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 48%. Na tipologia “*requalificação ambiental*”, o PA entrado teve parecer desfavorável.

A distribuição regional dos PA contratados segue a tendência das candidaturas com 85% dos PA contratados, na tipologia “*caminhos agrícolas*”, da região Norte e Centro.

Quadro 213: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA contratados (caminhos agrícolas)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Caminhos	Norte	20	3.366	3.224	2.418
	Centro	26	14.163	12.746	9.560
	LVT	3	1.761	1.710	1.062
	Alentejo	2	1.177	1.177	883
	Algarve	3	365	364	273
TOTAL		54	20.831	19.222	14.195

Também na tipologia “*eletrificação rural*” a região Centro continua a ser a região dominante, em termos de PA contratados, com 62% do total. Em termos de investimento, o Alentejo continua a ser a região mais importante, com 47% do investimento total.

Quadro 214: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA contratados (eletrificação rural)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Electrificação	Norte	9	551	520	390
	Centro	33	3.054	2.287	1.715
	LVT	2	2.261	2.261	1.131
	Alentejo	6	5.928	5.795	4.346
	Algarve	3	803	798	599
TOTAL		53	12.596	11.662	8.181

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 5.966 mil euros de despesa pública e 4.472 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 215: Ação 1.6.4 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	29	3.744	2.808	21	1.249	937
Centro	59	15.034	11.275	41	3.274	2.455
LVT	5	3.971	2.192	4	332	246
Alentejo	8	6.972	5.229	6	990	743
Algarve	6	1.162	872	4	121	91
TOTAL	107	30.883	22.376	76	5.966	4.472

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 10% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 20% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos 107 PA contratados até 2011 correspondem a 48% e a 50%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 216: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	54	54	54	14.195	11.662	20.831	20.831
Fornecimento de energia	53	53	53	8.181	19.222	12.596	12.596
TOTAL	107	107	107	22.376	30.883	33.428	33.428
			Metas	46.850	62.181	70.000	
			% da meta	48%	50%	48%	

Quadro 217: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	43	43	43	3.872	5.165	18.321	18.321
Fornecimento de energia	33	33	33	600	801	2.321	2.321
TOTAL	76	76	76	4.472	5.966	20.642	20.642
			Metas	46.850	62.181	70.000	
			% da meta	10%	10%	29%	

2.2.1.16 Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias

1. *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigo 20º alínea c) i) e artigo 31º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Anexo II ponto 5.3.1.3.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 131;
- Portaria 811/2010, de 26 de agosto.

2. *Objetivos da Medida*

Promover a rápida implementação de normas exigentes baseadas na legislação comunitária nos domínios do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

3. *Implementação da Medida*

Tal como já referido no relatório de 2010 esta é uma ação que está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. *Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio*

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2011 decorreu entre 21 de Fevereiro e 15 de Maio de 2011.

Os beneficiários são agricultores a título individual ou colectivo que sejam detentores de ovinos e caprinos, devidamente registados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). O apoio a atribuir revestirá a forma de um subsídio anual, de carácter degressivo, por um período três anos (a contar da data em que o cumprimento da norma se

tornou obrigatório de acordo com a legislação comunitária - 1 de Janeiro de 2010).

No ano de 2011 foram apresentados 3.881 candidaturas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 218: Ação 1.7 – Candidaturas e identificações comunicadas (acumulado)

Un.: mil euros

Ano	Total de candidaturas entradas		Total de Identificações Comunicadas		
	Nº PA	Custo total estimado	Nº PA	Despesa pública	FEADER
2010	24.115	2.621	6.314	295	221
2011	3.881	58	775	17	13
TOTAL	27.996	2.679	7.089	312	234

Considerando o universo das identificações comunicadas verifica-se que a região Centro foi a mais representativa em termos de número de candidaturas e a região do Alentejo a mais representativa em termos de despesa pública, com 54% da despesa pública total.

Quadro 219: Ação 1.7 – Distribuição regional das identificações comunicadas (acumulado)

unid: mil euros

DRAP	Identificações Comunicadas		
	N.º PA	Desp. Pública	FEADER
Norte	1.792	87	65
Centro	2.558	38	28
LVT	566	16	12
Alentejo	2.061	167	125
Algarve	112	4	3
TOTAL	7.089	312	234

Relativamente ao número de animais identificados o Alentejo apresenta 60% do total de ovinos identificados enquanto o Norte é o mais representativo no que se refere a caprinos (59% do total).

Quadro 220: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais identificados (acumulado)

DRAP	N.º Animais			
	Ovinos	%	Caprinos	%
Norte	45.181	22%	21.885	59%
Centro	24.613	12%	4.304	12%
LVT	8.229	4%	4.169	11%
Alentejo	122.012	60%	6.485	17%
Algarve	2.750	1%	352	1%
TOTAL	202.785	100%	37.195	100%

b. Execução financeira

No ano de 2011 iniciou-se a execução desta ação, na sequência da comprovação por parte dos promotores que apresentaram pedido de apoio em 2010 e 2011, da efectiva realização da identificação electrónica dos respectivos animais (ovinos e caprinos) e sempre após a integração dessa informação no SNIRA.

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 240 mil euros de despesa pública e 179 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 221: Ação 1.7 – PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

DRAP	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
Norte	1.505	76	57
Centro	2.288	33	25
LVT	366	12	8
Alentejo	1.321	115	87
Algarve	112	4	3
TOTAL	5.592	240	179

Quadro 222: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais apoiados (acumulado)

DRAP	PA		N.º Animais			
	Número	%	Ovinos	%	Caprinos	%
Norte	1.505	27%	42.222	27%	16.265	59%
Centro	2.288	41%	21.801	14%	3.759	14%
LVT	366	7%	5.631	4%	3.394	12%
Alentejo	1.321	24%	85.383	54%	3.861	14%
Algarve	112	2%	2.603	2%	352	1%
TOTAL	5.592	100%	157.640	100%	27.631	100%

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 6% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 77% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Analisando os indicadores financeiros e de realização que com 24% do n.º de beneficiários identificados apenas se contratou 8% da despesa pública, conforme quadros que se apresentam de seguida.

Quadro 223: Ação 1.7 – Indicadores Financeiros

Unid: mil euros

Tipo de Norma	N.º Animais Identificados	Contratado		Pago	
		Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Combinação (Sanidade animal/saúde pública)	239.980	312	234	240	179
TOTAL	239.980	312	234	240	179
Metas	3.000.000	3.783	2.850	3.783	2.850
% da meta	8%	8%	8%	6%	6%

Quadro 224: Ação 1.7 – Indicadores de Realização

	Identificados		Pagos	
	Número Beneficiários	Número CN	Número Beneficiários	Número CN
	7.089	35.997	5.592	27.791
Meta	30.000	450.000	30.000	450.000
% da Meta	24%	8%	19%	6%

2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

2.2.2.1 Medida 4.1 – Cooperação para a inovação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) iv) e Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 20º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 124;
- Portaria n.º 596/2009 de 3 de junho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Declaração de Retificação n.º 32-A/2010 de 26 de outubro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Medida

- Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as atividades produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades do setor, à melhoria do desempenho das empresas e incorporando os resultados nos produtos a oferecer ao consumidor;
- Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e otimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Não foram abertos concursos para esta medida no ano de 2011, pelo que se mantem a informação prestada no relatório de execução de 2010 sobre concursos/candidaturas a esta medida.

Quadro 225: Medida 4.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	37.163	10.000	0	0	80	17.264
Segundo		15.000	0	0	103	20.827
TOTAL	37.163	25.000	0	0	183	38.091

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011, foram analisadas todas as candidaturas do segundo concurso, das quais 64% foram aprovadas. Foram objeto de contratação 72% das candidaturas aprovadas, conforme quadro seguinte.

Quadro 226: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	80	17.264	80	17.264	33	6.926	47	9.845	47	9.845	4.972	3.611
Segundo	103	20.827	102	20.446	37	7.216	65	13.221	47	8.754	4.125	2.899
TOTAL	183	38.091	182	37.710	70	14.142	112	23.065	94	18.598	9.097	6.510

A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 23%.

Analisando os PA contratados por tipo de atividade da empresa, por setor e por rubricas de investimento, verifica-se:

- Os PA que envolvem apenas empresas de produção agrícola continuam a ser responsáveis pela maioria (57%) do investimento total contratado;

- Considerando a produção agrícola e a indústria agro-alimentar, o sector mais representativo continua a ser o da "pecuária" logo seguido dos "frutos" com 41% e 25% respetivamente;
- A rubrica de "recursos humanos" reforçou a sua predominância em termos de investimento (44% vs 37% em 2010), seguida dos "equipamentos" com 21%.

Quadro 227: Investimento contratado (por rubricas)

Un.: mil euros

Tipo de Empresa	Sector	Rubricas de Investimento								Total
		Construções ou Adaptação de edifícios	Demonstração e divulgação	Deslocações e estadas	Despesas gerais	Equipamentos	Material de pesquisa	Programas informáticos	Recursos Humanos	
Agrícola	Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	94	6	102	50	38	606	-	365	1.261
	Flores Forragem	702	82	101	90	558	467	14	825	2.839
	Frutos	42	5	202	66	119	99	7	1.151	1.690
	Olival	-	-	10	15	60	4	-	136	224
	Vinha	-	5	34	8	32	134	-	489	702
	Outras culturas agrícolas	64	49	88	54	197	3	21	538	1.012
	Pecuária	501	-	117	111	674	448	0	980	2.832
Misto	Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	-	22	20	10	70	48	-	91	262
	Frutos	-	2	18	20	12	23	10	182	268
Indústria Agro-Alimentar	Frutos	223	5	11	115	1.421	37	-	963	2.775
	Pecuária	-	491	267	292	786	338	2	2.555	4.732
TOTAL	TOTAL	1.626	668	971	830	3.967	2.207	53	8.275	18.598

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 969 mil euros de despesa pública e 689 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 228: Medida 4.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	31	2.603	1.952	0	314	235
Centro	6	1.452	1.089	1	191	143
LVT	33	3.470	2.289	3	279	171
Alentejo	24	1.572	1.179	4	186	140
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	94	9.097	6.510	8	969	689

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução residual de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 11% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores específicos de realização, verifica-se:

- O investimento atribuído aos 94 PA contratados até 2011 corresponde a 37% do programado para esta medida;
- Confirma-se que, comparativamente com o número de iniciativas de cooperação apoiadas, o número de projetos com estrutura de I&D e o número médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação foi superior ao previsto.

Quadro 229: Medida 4.1 - Indicadores específicos de realização

	Montante Total do Investimento (mil Euros)		Nº Empresas				Nº Iniciativas de Cooperação Apoiadas	
			Projectos com estrutura de I&D		Nº médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação			
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	18.598	9.798	81	13	69	138	30	15
Metas	50.000	50.000	180	180	950	950	250	250
% da meta	37%	20%	45%	7%	7%	14%	12%	6%

Quanto às iniciativas de cooperação contratadas verifica-se que foi atingido 12% da meta estabelecida para o Programa.

Analisando o número de iniciativas de cooperação contratadas, por setor e tipo de iniciativa, o setor com maior representatividade passou a ser o setor da agricultura, ao contrário do que acontecia em 2010 que era a agro-indústria, com 50% das iniciativas e que o tipo de iniciativa “desenvolvimento de novos produtos” acolheu 53% das iniciativas apoiadas.

Onze das iniciativas de cooperação apoiadas, nas diversas tipologias (agricultura, alimentação e misto), incluem o desenvolvimento de novos produtos ou novas técnicas em 2 ou mais PA. Devido a isto, as 30 iniciativas de cooperação correspondem 44 PA contratados em que foram introduzidos novos produtos ou técnicas.

Quadro 230: Medida 4.1 - Indicadores de realização (contratado)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesas públicas (mil euros)		
	Agricultura	Agro-indústria	Silvicultura	Misto	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Desenvolvimento de novos produtos	4	12	-	0	16	2.979	4.354	
Desenvolvimento de novas técnicas	11	1	-	2	14	3.531	4.743	
TOTAL	15	13	-	2	30	6.510	9.097	
					Metas	250	28.000	37.163
					% da meta	12%	23%	24%

Quadro 231: Medida 4.1 - Indicadores de realização (pago)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesas públicas (mil euros)		
	Agricultura	Agro-indústria	Silvicultura	Misto	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Desenvolvimento de novos produtos	2	1	-	0	3	397	580	
Desenvolvimento de novas técnicas	2	0	-	2	4	292	389	
TOTAL	4	1	0	2	7	689	969	
					Metas	250	28.000	37.163
					% da meta	3%	2%	3%

Relativamente aos indicadores de resultado, o número de explorações contratadas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas apresenta uma percentagem de 12% da meta.

Quadro 232: Medida 4.1 - Indicadores de resultado

	Nº de Explorações							
	Novos prod/proc/técnicas		Novos Produtos		Novos Processos		Novas Tecnologias	
	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos
	29	11	15	7	5	2	9	2
Metas	250	250	-	-	-	-	-	-
% da meta	12%	4%	-	-	-	-	-	-

2.2.2.2 Ação 4.2.1 – Formação especializada

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- Portaria nº 596-D/2008, de 8 de julho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a formação de jovens agricultores, ativos dos setores da agricultura, silvicultura e indústria alimentar, conferindo-lhes competências específicas para o desenvolvimento das suas atividades;
- Aumentar a articulação entre o processo de formação e os objetivos associados aos investimentos apoiados noutras medidas do Programa.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto o segundo concurso para esta ação o qual terminou a 31 de janeiro de 2011, com uma dotação de 10.484 mil euros. A este concurso apresentaram-se 67 candidaturas que foram consideradas válidas, num total de 15.193 mil euros de investimento proposto, conforme quadro apresentado em seguida.

Quadro 233: Ação 4.2.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	13.272	3.003	0	0	59	7.659
Segundo		10.484	67	15.193	67	15.193
TOTAL	13.272	13.487	67	15.193	126	22.853

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011, foram analisadas todas as candidaturas do segundo concurso, das quais 97% foram aprovadas. Destas, 100% foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Dos 50 PA aprovados só 24 tiveram dotação orçamental e foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 234: Ação 4.2.1 - PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	59	7.659	59	7.659	35	3.611	24	3.003	24	3.003	3.003	2.252
Segundo	67	15.193	67	15.193	2	465	65	14.728	65	14.728	10.484	7.817
TOTAL	126	22.853	126	22.853	37	4.076	89	17.731	89	17.731	13.487	10.069

[1] Houve 26 candidaturas do 1º concurso aprovadas mas sem dotação orçamental

A larga maioria, dos PA contratados, localiza-se na região Norte, Centro e LVT. O Centro em termos de investimento representa 36% do total.

Quadro 235: Ação 4.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	23	5.546	4.443	3.332
Centro	23	6.366	4.122	3.092
LVT	29	3.754	3.495	2.575
Alentejo	10	1.421	1.063	797
Algarve	4	644	364	273
Total	89	17.731	13.487	10.069

A tipologia de promotor mais representativa nos PA contratados foi a de “entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos” com 59% do investimento total contratado.

Quadro 236: Ação 4.2.1 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotores	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Investimento Contratado	Despesa pública	FEADER
Entidades de natureza pública ou privada, c/fins Lucrativos	30	7.347	5.112	3.790
Entidades de natureza pública ou privada, s/fins Lucrativos	59	10.384	8.375	6.280
TOTAL	89	17.731	13.487	10.069

Foram contratados, até ao final de 2011, 89 PA num total de 13.487 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 10.069 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 101%.

c. Execução financeira

Esta ação não apresentou execução financeira no ano anterior, 2010.

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 159 mil euros de despesa pública e 119 mil euros de participação FEADER.

Quadro 237: Ação 4.2.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	23	4.443	3.332	3	92	69
Centro	23	4.122	3.092	0	0	0
LVT	29	3.495	2.575	9	67	50
Alentejo	10	1.063	797	1	1	1
Algarve	4	364	273	0	0	0
TOTAL	89	13.487	10.069	13	159	119

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 1% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização, verifica-se que o número de dias de formação recebidos (31% da meta) e o número de participantes nas ações de formação (44% da meta) se encontra acima do esperado se analisado em conjunto com a despesa pública paga que apenas representa 1% da meta.

Quadro 238: Ação 4.2.1 – Indicadores de realização (acumulado)

Número de participantes em ações de formação			Número de participantes	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)		Despesas públicas pagas (mil euros)	
Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER	TOTAL	FEADER
6.305	-	-	6.305	34.473	13.487	10.069	159	119
Meta			14.200	110.000	13.272	10.000	13.272	10.000
% da Meta			44%	31%	102%	101%	1%	1%

O conteúdo das ações contratadas centrou-se sobretudo nos temas: "Gestão, Administração e Marketing" (1.676 participantes) e "Qualidade do produto" (1.188 participantes).

Quadro 239: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Conteúdo das Ações de Formação	Contratadas		Pagas	
	Nº Participantes	Dias de Formação	Nº Participantes	Dias de Formação
Gestão, Administração e Marketing	1.676	7.438	170	4.496
Manutenção e melhoria da paisagem e proteção do ambiente	0	0	0	0
Novos padrões	565	4.282	15	14
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	415	1.807	0	0
Outros	1.864	18.321	200	8.974
Qualidade do produto	1.188	1.005	170	374
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	597	1.620	0	0
Total	6.305	34.473	555	13.858

Analisando a taxa de execução física das ações de formação, que se candidataram ao 1º concurso – formação para jovens agricultores e que foram contratadas, por região, verifica-se que o Norte apresenta a maior taxa de execução, com 57% logo seguida de Lisboa, com 48%. Considerando todo o continente constata-se que a taxa de execução física destas acções é de 48%.

Quadro 240: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Contratadas		Executadas		Taxa de Execução
	Nº	%	Nº	%	
Norte	215	49%	123	59%	57%
Centro	86	20%	38	18%	44%
LVT	69	16%	33	16%	48%
Alentejo	45	10%	11	5%	24%
Algarve	22	5%	5	2%	23%
Total	437	100%	210	100%	48%

Quadro 241: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (2.º concurso – Formação de Activos)

Região	Contratadas		Executadas		Taxa de Execução
	Nº	%	Nº	%	
Norte	622	142%	44	21%	7%
Centro	511	117%	29	14%	6%
LVT	94	22%	11	5%	12%
Alentejo	129	30%	10	5%	8%
Algarve	51	12%	3	1%	6%
Total	1.407	322%	97	46%	7%

2.2.2.3 Ação 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- Portaria n.º 745/2009, de 13 de julho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Criar redes de tratamento e difusão da informação técnica e científica no âmbito das atividades dos setores agrícola, florestal e agroalimentar, promovendo a articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores;
- Melhorar o tratamento e o acesso à informação necessária para o desenvolvimento da competitividade das empresas e dos territórios e promover a cooperação e a organização sectorial, favorecendo a emergência de estratégias sectoriais de desenvolvimento e reforço dos “clusters” nacionais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011, não foram abertos novos concursos para esta ação. Apresenta-se, assim, um quadro que é equivalente ao apresentado no Relatório de 2010 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, por exclusão de desistências.

Quadro 242: Ação 4.2.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	13.273	13.340	0	0	136	18.966
TOTAL	13.273	13.340	0	0	136	18.966

b. Análise e decisão das candidaturas

Ainda no ano de 2010, foram analisadas, decididas e contratadas todas as candidaturas referentes ao primeiro concurso.

Quadro 243: Ação 4.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	136	18.966	136	18.966	12	3.497	124	15.464	124	15.464	9.415	6.389
TOTAL	136	18.966	136	18.966	12	3.497	124	15.464	124	15.464	9.415	6.389

O número de PA contratados face a 2010 diminuiu num total de 2 PA. Este facto deveu-se às desistências verificadas ao longo de 2011 (num total de 242 mil euros de despesa pública).

Foram, assim, contratados 9.415 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 6.389 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 64%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 2.312 mil euros de despesa pública e 1.600 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 244: Ação 4.2.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	30	5.684	3.504	2.627	22	557	418
Centro	10	609	391	291	5	118	88
LVT	48	6.295	3.828	2.203	38	1.134	718
Alentejo	30	2.609	1.512	1.133	23	466	349
Algarve	6	266	179	135	6	36	27
Total	124	15.464	9.415	6.389	94	2.312	1.600

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 16% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 25% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No final do ano de 2011, encontravam-se contratadas 19 redes temáticas cumprindo, assim, a meta prevista para o período de programação.

Em termos de investimento e despesa pública contratada alcançou-se 81% e 71%, respetivamente.

Quadro 245: Ação 4.2.2 – Indicadores de realização (contratados e pagos)

	Nº redes temáticas criadas		Investimento contratado (mil euros)		Despesa Pública (mil euros)		FEADER (mil euros)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	19	18	15.464	13.325	9.415	2.312	6.389	1.600
Meta	19	19	19.000	19.000	13.273	13.273	10.000	10.000
% Meta	100%	95%	81%	70%	71%	17%	64%	16%

Quanto ao investimento pago verifica-se um aumento de 64 pontos percentuais face a 2010.

Quadro 246: Ação 4.2.2 – Investimento em redes temáticas por setor e produtos

Un: mil euros

Tipo de empresa	Sector	Produtos	Nº redes		Investimento	
			Contratado	Pago	Contratado	Pago
Agrícola	Cereais	Milho	1	1	326	326
	Frutas, flores e hortícolas	Frutas, flores e hortícolas	5	5	3.700	3.324
		Produtos de qualidade	1	1	507	298
	Olival	Azeite	1	1	1.679	714
	Pecuária		1	1	761	761
		Produtos de qualidade	1	1	222	166
	Vinha	Vinho	2	2	986	986
Outro Sector		1	1	903	903	
Agro-alimentar	Olival	Azeite	1	1	1.958	1.958
	Pecuária		1	1	1.337	1.337
	Produtos florestais	Sobreiro	1	1	437	323
Florestal	Produtos florestais	Pinheiro	2	1	944	525
		Produtos de qualidade	1	1	1.706	1.706
Total			19	18	15.464	13.325
Metas			19	19	19.000	19.000
% da meta			100%	95%	81%	70%

Tal como já se tinha verificado em 2010, o número de produtores, abrangidos pelas 19 redes temáticas contratadas, é muito superior ao esperado, uma vez que era expectável abranger apenas 40% dos produtores agrícolas ativos e atingiu-se 85%.

Quadro 247: Ação 4.2.2 – Indicador específico de resultado

	Nº produtores abrangidos por redes temáticas	
	Contratado	Pago
	258.710	258.710
Explorações agrícolas, recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Activos do Sector	85%	85%
Meta	40%	40%
% Meta	213%	213%

2.2.2.4 Ação 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola/ Subações 4.3.1.1 e 4.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) iv) e v); Artigo 24º e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigos 13º a 16º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de setembro;
- Artigo 15º e Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 114 e 115;
- Portaria n.º 481/2009 de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria n.º 1170/2010 de 10 de Novembro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento;
- Incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

Esta ação encontra-se dividida em duas subações:

- Subação 4.3.1.1 "Desenvolvimento de serviços de aconselhamento" – destinada a desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento agrícola no contexto das obrigações comunitárias.
- Subação 4.3.1.2 "Aquisição e serviços de aconselhamento" – destinada a incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

3. Implementação da Ação

A gestão da ação 4.3.1.2 "Aquisição de serviços de aconselhamento" é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi

elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 4.3.1.1:

Em 2011, não foram abertos novos concursos para a subação 4.3.1.1. O número de PA, do concurso que decorreu em 2009, continuou a diminuir (de 103 candidaturas válidas para 97, em 2010, e para 91 em 2011) devido a desistências de candidaturas.

Quadro 248: Subação 4.3.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.945	12.000	0	0	91	15.738
TOTAL	11.945	12.000	0	0	91	15.738

Subação 4.3.1.2:

Relativamente à subação 4.3.1.2, foi decidido, ainda em 2010, alterar o modo de operacionalização inicialmente previsto (Portaria n.º 1170/2010 de 10 de novembro). Neste sentido, foi iniciado um período de candidaturas em contínuo em 2011 (01 de fevereiro) através da plataforma i-Digital do IFAP, I.P.

Em seguida apresenta-se o ponto de situação das candidaturas entradas no ano e acumuladas.

Quadro 249: Subação 4.3.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Despesa pública	Nº PA	Despesa pública
Em Contínuo	11.945	1.860	2.232	1.860	2.232
TOTAL	11.945	1.860	2.232	1.860	2.232

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 4.3.1.1:

Todas as candidaturas, da subação 4.3.1.1, foram analisadas, decididas e contratadas no ano de 2010. O total de candidaturas contratadas sofreu uma redução, passando de 97 PA contratados em 2010 para 89 PA em 2011, devido a desistências entretanto ocorridas.

Quadro 250: Subação 4.3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	91	15.738	91	15.738	2	316	89	15.001	89	15.001	7.611	5.667
TOTAL	91	15.738	91	15.738	2	316	89	15.001	89	15.001	7.611	5.667

No final de 2011, encontram-se contratados 7.611 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 5.667 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 63%.

Subação 4.3.1.2:

Todas as candidaturas, da subação 4.3.1.2, foram analisadas e decididas no ano de 2011. Destas 97% foram contratadas.

Quadro 251: Subação 4.3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Desp. pública	Nº PA	Desp. pública	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Desp. pública	Nº PA	Desp. pública			
Primeiro	1.860	2.232	1.860	2.232	0	0	1.860	2.232	1.808	2.170	1.623
TOTAL	1.860	2.232	1.860	2.232	0	0	1.860	2.232	1.808	2.170	1.623

Encontram-se contratados 2.170 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 1.623 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 18%.

c. Execução financeira

Subação 4.3.1.1:

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 4.418 mil euros de despesa pública e 3.299 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 252: Subação 4.3.1.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	49	8.476	3.993	2.995	48	2.306	1.730
Centro	20	2.136	1.153	865	17	469	352
LVT	6	726	334	209	6	165	109
Alentejo	14	3.662	2.131	1.599	14	1.477	1.108
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
Total	89	15.001	7.611	5.667	85	4.418	3.299

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 37% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 58% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subação 4.3.1.2:

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 42 mil euros de despesa pública e 31 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 253: Subação 4.3.1.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.283	1.540	1.155	42	34	25
Centro	256	307	230	4	2	1
LVT	13	16	8	0	0	0
Alentejo	224	269	202	8	7	5
Algarve	32	38	29	0	0	0
Total	1.808	2.170	1.623	54	42	31

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução residual de 0,3% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 2% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Subação 4.3.1.1:

Tal como já tinha sido referido no relatório de 2010, o total de candidaturas contratadas ultrapassa a meta prevista para o período de programação, com a utilização de 64% do apoio previsto.

Quadro 254: Subação 4.3.1.1 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº Serviços de Aconselhamento		Despesa Pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	89	85	7.611	4.418	5.667	3.299
Meta	50	50	11.945	11.945	9.000	9.000
% da Meta	178%	170%	64%	37%	63%	37%

Quanto aos indicadores de resultado para esta subação apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos relatórios de fecho de cada operação.

O apoio às 89 entidades que prestam serviços de aconselhamento pressupõe o apoio a 1.808 explorações o que traduz um número muito abaixo ao esperado.

Quadro 255: Subação 4.3.1.1 – Indicadores específicos de resultado

	Nº Empresas abrangidas pelos serviços agrorrurais	
	Contratado	Pago
	1.808	54
Explorações agrícolas, recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Explorações	1%	0%
Meta	10%	10%
% Meta	6%	0%

Subação 4.3.1.2:

Nesta subação o total de candidaturas contratadas representa 12% da meta prevista para o período de programação, enquanto o apoio contratado já representa 18% do apoio previsto.

Quadro 256: Subação 4.3.1.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº Agricultores apoiados nos Serviços de Aconselhamento		Despesa Pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	1.808	54	2.170	42	1.623	31
Meta	15.000	15.000	11.945	11.945	9.000	9.000
% da Meta	12%	0%	18%	0%	18%	0%

Quanto aos indicadores de resultado para esta subação apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos relatórios de fecho de cada operação.

2.2.2.5 Ação 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) v) e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 115;
- Portaria nº 813/2009 de 28 de julho, com a nova redação dada pela Declaração de Rectificação n.º 67/2009 de 11 de Setembro, pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a oferta de serviços com o objetivo de melhorar o desempenho das empresas;
- Melhorar a integração vertical e horizontal das empresas promovendo uma maior orientação das atividades produtivas para o mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Ao segundo concurso desta ação, que encerrou a 1 de março de 2011 e teve uma dotação de 15.000 mil euros, apresentaram-se 99 candidaturas válidas. O número de PA do primeiro concurso, que decorreu em 2009, diminuiu (de 125 candidaturas válidas para 113) devido a desistências ocorridas ao longo do ano de 2011.

Quadro 257: Ação 4.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	29.199	17.000	0	0	113	29.139
Segundo		15.000	99	21.791	99	21.791
TOTAL	29.199	32.000	99	21.791	212	50.930

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 foi efetuada a análise de todas as candidaturas do segundo concurso desta ação. Das 99 candidaturas entradas 74% foram aprovadas. Destas, 96% foram objeto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 258: Ação 4.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	113	29.139	113	29.139	33	7.428	80	21.711	80	21.711	7.183	5.259
Segundo	99	21.791	99	21.791	27	6.527	72	15.265	70	13.823	4.937	3.592
Total	212	50.930	212	50.930	60	13.955	152	36.976	150	35.534	12.119	8.851

A tipologia de promotor "*Organização sectorial*" representa 75% dos PA contratados nesta ação e 71% do investimento contratado.

Quadro 259: Ação 4.3.2 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas até 2011			
	Nº PA	Investimento Contratado	Despesa pública	FEADER
Organização Sectorial	112	25.242	8.489	6.213
Pessoa colectiva de natureza privada	38	10.292	3.630	2.639
TOTAL	150	35.534	12.119	8.851

Em termos acumulados, encontram-se contratados 150 PA, num total de 12.119 mil euros de despesa pública, representando 8.851 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 40%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 3.112 mil euros de despesa pública e 2.318 mil euros de participação FEADER.

Quadro 260: Ação 4.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	49	12.076	3.616	2.712	28	1.015	761
Centro	42	8.840	2.889	2.167	23	690	517
LVT	35	8.999	3.345	2.271	15	865	633
Alentejo	20	4.737	1.946	1.460	10	467	350
Algarve	4	883	323	242	3	76	57
Total	150	35.534	12.119	8.851	79	3.112	2.318

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 11% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 26% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Os PA apoiados correspondem à criação de 38 “*Serviços de Gestão*”, 144 “*Serviços de Aconselhamento Técnico*” e 3 “*Serviços de Substituição*”

Durante o ano de 2011 foram contratados 12 “*Serviços de Gestão*” representando, em termos acumulados, 25% da meta prevista para o período de programação.

Em termos de despesa pública contratada, foi atingido 42% da meta do Programa, o que traduz um apoio médio inferior ao esperado tal como já se verificava em 2010.

Quadro 261: Ação 4.3.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº Serviços de Gestão		Despesa Pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	38	24	12.119	3.112	8.851	2.318
Meta	150	150	29.199	29.199	22.000	22.000
% da Meta	25%	16%	42%	11%	40%	11%

Quanto à percentagem de empresas abrangidas por serviços agrorrurais verificou-se que com 27% da meta do número de “*Serviços de Gestão*”

contratados se ultrapassa a meta do número de empresas abrangidas por esse serviço.

Quadro 262: Ação 4.3.2 – Indicadores específicos de resultado

Un: mil euros

	Nº Empresas abrangidas pelos serviços agrorrurais	
	Contratado	Pago
	82.440	41.260
Explorações agrícolas, Recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Explorações	27%	14%
Meta	10%	10%
% da Meta	271%	136%

2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural

A gestão das medidas/ações 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas”, 2.2.1 “Alteração dos modos de produção agrícola”, 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, 2.2.4 “Conservação do solo” e 2.4 “intervenções territoriais integradas – Pagamentos agro e silvo ambientais” são da responsabilidade do IFAP.

Por esta razão, estes pontos do relatório foram elaborados tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas

A Medida de apoio à manutenção da atividade agrícola envolve duas situações distintas, a de “zonas de montanha” e a de “outras zonas desfavorecidas”, correspondendo, respetivamente, aos códigos de Medida da Comissão 211 e 212.

Estas medidas comunitárias correspondem à Medida ProDeR 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, que compreende as ações 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” e 2.1.2 “Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura”. Assim, cada uma das medidas da COM engloba as duas ações ProDeR.

A Medida ProDeR 2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)⁹ sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP¹⁰.

⁹ Estabelecido nos termos do Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de abril e de acordo com o determinado pelo Regulamento (CE) nº 1975/2006, da Comissão, de 7 de dezembro, que estabelece o regime de execução do FEADER.

¹⁰ Nos termos do protocolo, e de acordo com a articulação funcional estabelecida por via desse documento, cabe ao IFAP: a receção dos PA, sua análise, controlo, proposta de decisão e execução (com exceção das autorizações de despesa). Cumpre à AG a decisão e a autorização de despesa, bem como a divulgação de normas técnicas relativas às ações, elaboração de normas de procedimentos para aplicação às atividades do seu âmbito e a monitorização dos indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e outros.

1. *Enquadramento regulamentar*

- Artigo 36º alínea a) i), ii); Artigo 37º e Artigo 50º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.2.1.1 e 5.3.2.1.2 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 211 e 212;
- Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1479/2008 de 18 de setembro e pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. *Objetivos da Medida*

A presente Medida, através das 2 ações que a compõem, tem por objetivo assegurar a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, através da atribuição de uma compensação aos agricultores pelas desvantagens inerentes à produção agrícola nas zonas de montanha e restantes zonas desfavorecidas.

3. *Implementação da Medida*

A gestão da medida 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas” é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. *Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio*

Em 2011, foram determinadas para apoio no PU 112.233 candidaturas, das quais 82% em zonas de montanha. Relativamente à área candidata, a maioria continuou a situar-se também em zona de montanha, 63%.

Quadro 263: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio no PU 2011 (por ação)

Medida 2.1 - Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	82.228	16.026	10.192	3.787	112.233
	73%	14%	9%	3%	100%
Área candidatada (ha)	426.424	227.819	68.762	64.196	787.201
	54%	29%	9%	8%	100%
Apoio previsto (mil euros)	82.359	12.129	12.134	3.229	109.851
	75%	11%	11%	3%	100%

Em termos de número de candidaturas, áreas candidatas e montantes envolvidos, verifica-se uma relativa estabilidade nas candidaturas apresentadas nos diferentes períodos.

Quadro 264: Medida 2.1 – Candidaturas apoiadas (por ação e ano candidatura)

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	79.180	15.035	11.457	3.721	109.393
2008	75.760	14.872	11.682	3.874	106.188
2009	79.580	14.273	12.087	3.643	109.583
2010	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
2011	82.228	16.026	10.192	3.787	112.233
Média	78.594	14.979	11.861	3.838	109.272

Quadro 265: Medida 2.1 – Áreas apoiadas (por ação e ano de candidatura)

Un.:ha

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	422.274	209.597	76.237	58.819	766.927
2008	387.211	219.580	74.295	67.771	748.857
2009	415.807	196.144	81.737	60.242	753.930
2010	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
2011	426.424	227.819	68.762	64.196	787.201
Média	410.179	214.808	80.650	63.774	769.411

Quadro 266: Medida 2.1 – Montante do Apoio (por ação e ano de candidatura)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	77.319	11.458	13.488	3.515	105.780
2008	76.647	11.478	13.559	3.553	105.237
2009	78.304	11.361	18.322	3.733	111.720
2010	76.932	11.410	17.956	3.785	110.083
2011	82.359	12.129	12.134	3.229	109.851
Média	78.312	11.567	15.092	3.563	108.534

b. Execução financeira

Em termos de realização financeira, para a ação 2.1.1 “Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura”, atingiu-se um total de 95.277 mil euros. A execução acumulada até ao final 2011 totalizou 428.510 mil euros de despesa pública o que corresponde a 77% da meta financeira prevista para o período de programação.

Quadro 267: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (no ano)

Un.: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	61.222	18.932	42	473	2.376	83.045
	Restantes Zonas Desfavorecidas	4	3.033	484	8.704	6	12.231
	Total da Acção 2.1.1.	61.226	21.965	526	9.177	2.382	95.276
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	5.457	1.018		44	337	6.856
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI		130	11	2.027	37	2.205
	Zona de Montanha não ITI	2.781	1.604		12	605	5.002
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI		142	22	883		1.047
	Total da Acção 2.1.2.	8.238	2.894	33	2.966	979	15.110
Total da Medida 2.1		69.464	24.859	559	12.143	3.361	110.386

Quadro 268: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (acumulado)

Un: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	275.068	86.303	141	2.157	10.243	373.912
	Restantes Zonas Desfavorecidas	13	13.847	2.014	38.680	44	54.598
	Total da Acção 2.1.1.	275.081	100.149	2.155	40.838	10.287	428.510
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	24.068	9.065	2	146	954	34.235
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	3.668	2.076	35	2.099	1.097	8.976
	Zona de Montanha não ITI	13.771	11.252	10	592	2.336	27.961
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI	0	772	73	6.083	4	6.932
	Total da Acção 2.1.2.	41.507	23.165	120	8.920	4.392	78.104
Total da Medida 2.1		316.588	123.314	2.276	49.757	14.678	506.614

Este valor de execução corresponde a cinco anos de candidaturas, mas não ao valor total previsto para as mesmas, uma vez que ainda não se realizou o saldo dos pagamentos referentes a 2011 (foi realizado o adiantamento de 70% do valor apurado, faltando o saldo correspondente a 30%). Contabilizando o valor aproximado desse saldo isso significa que existe nesta ação um compromisso que corresponde a cerca de 81% da meta financeira para o período de programação.

No entanto, esta situação é compensada pela execução expectável da ação 2.1.2, que se encontra significativamente abaixo da meta prevista.

Por força da delimitação das zonas desfavorecidas e das regiões de convergência a execução concentra-se em regiões de convergência.

No que se refere à execução financeira da ação 2.1.2 "Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura", esta atingiu em 2011 um valor de 15.110 mil euros sendo a execução acumulada até ao final de 2011 de 78.104 mil euros de despesa pública. Este valor corresponde a 42% da meta financeira prevista para a totalidade do período de programação.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação dos indicadores de realização da medida face às metas estabelecidas no Programa.

Quadro 269: Medida 2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações apoiadas em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	97.200	60.000	162%
	2.1.2 - Em RN	18.742	15.000	125%
Área agrícola apoiada em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	544.331	350.000	156%
	2.1.2 - Em RN	143.280	150.000	96%
Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	21.100	11.000	192%
	2.1.2 - Em RN	7.929	4.000	198%
Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	345.002	230.000	150%
	2.1.2 - Em RN	139.442	70.000	199%

No que se refere aos indicadores de resultado os valores ultrapassam as metas estabelecidas

Quadro 270: Medida 2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	2.1.2 - Em RN	282.722	220.000	129%
Qualidade da água	2.1.1 - Fora RN	889.333	580.000	153%
	2.1.2 - Em RN	282.722	220.000	129%
Combate às alterações climáticas	2.1.1 - Fora RN	889.333	580.000	153%
	2.1.2 - Em RN	282.722	220.000	129%
Qualidade dos solos	2.1.1 - Fora RN	889.333	580.000	153%
	2.1.2 - Em RN	282.722	220.000	129%
Combate à marginalização e ao abandono da terra	2.1.1 - Fora RN	889.333	580.000	153%
	2.1.2 - Em RN	282.722	220.000	129%

2.2.3.2 Medida 2.2 – Valorização de modos de produção

Esta Medida corresponde ao código de Medida comunitária CE 214 e engloba as seguintes ações:

- 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola
- 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica
- 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
- 2.2.4 – Conservação do solo

As ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 são implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a gestão e execução destas ações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das ações em apreço são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo-ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente.

Com exceção da ação 2.2.3 os apoios são atribuídos por um período de cinco anos de compromissos devendo ser confirmados anualmente.

Tal como acontece na medida 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas” a gestão das ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.2.1 Ação 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de Medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

A ação 2.2.1 “Alteração de modos de produção agrícola”, visa a promoção da adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais, bem como a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam - o Modo de Produção Integrada (MPRODI) e o Modo de Produção Biológico (MPB).

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2011 decorreu entre 21 de Fevereiro e 15 de Maio de 2011.

No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 4º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008);
- 3º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 2º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);

- 1º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2011, por modos de produção.

Quadro 271: Ação 2.2.1 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento (por modo de produção) - PU 2011

Regiões	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Norte	3.536	41.630	666	11.196	4.202	52.826
Centro	1.072	22.150	474	18.642	1.546	40.792
LVT	858	28.100	52	3.990	910	32.090
Alentejo	1.215	155.387	449	47.524	1.664	202.911
Algarve	227	4.074	12	367	239	4.441
TOTAL	6.908	251.341	1.653	81.718	8.561	333.059

Analisando a distribuição regional, verifica-se, tal como em anos anteriores, que a região Norte apresenta o maior número de explorações, de modo mais acentuado no MPRODI (51% do total), mas que a maioria da área se encontra no Alentejo, acumulando quase dois terços da área determinada para apoio.

Verifica-se, ainda, uma diminuição dos pedidos de pagamento apresentados no âmbito do MPRODI, acompanhado de um aumento dos pedidos de pagamento ao MPB, o que poderá indiciar uma migração de compromissos por via do mecanismo de transição do MPRODI para MPB.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por modos de produção, das candidaturas e áreas com pedidos de pagamento apresentados no PU 2011 e determinados para apoio, por ano de início de compromisso (2008, 2009, 2010 ou 2011).

Quadro 272: Ação 2.2.1 – Pedidos de pagamento (por modo de produção e ano de início de apoio) - PU 2011

Ano de início de apoio	MPRODÍ		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
2008	3.102	62.005	712	32.675	3.814	94.679
2009	1.982	66.188	423	21.797	2.405	87.985
2010	990	64.554	157	9.479	1.147	74.033
2011	842	58.873	365	17.853	1.207	76.726
TOTAL	6.916	251.620	1.657	81.804	8.573	333.424

As candidaturas determinadas para apoio que estão no quarto ano de compromisso (candidaturas PES, início de apoio a 01.10.2007 relativo à campanha de 2008) foram 3.814 correspondendo a 94.679 ha sendo que as candidaturas no terceiro ano de compromisso (candidaturas PAS 2009, início de apoio a 01.10.2008 relativo à campanha de 2009) foram em número substancialmente mais reduzido (2.405) mas com um número de hectares quase igual (87.985 ha). As candidaturas no segundo ano de compromisso (candidaturas PAS 2010, início de apoio a 01.10.2009 relativo à campanha de 2010) foram apenas 1.147 com um número de hectares mais reduzido mas que alcançou ainda um valor muito elevado: 74.033 ha. Finalmente, as candidaturas no primeiro ano de compromisso (candidaturas PAS 2011, início de apoio a 01.10.2010 relativo à campanha de 2011) foram ligeiramente superiores, 1.207 com 76.726 ha.

Verifica-se, assim, que nos sucessivos períodos de candidatura foi-se reduzindo o número de candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio mas a dimensão média da área sob compromisso cresceu.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor da área média, por candidatura aprovada.

Quadro 273: Ação 2.2.1 – Área média determinada para apoio - ha/candidatura (por região e modo de produção) - PU 2011

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	11,8	20,7	32,8	127,9	17,9	36,4
MPB	16,8	39,3	76,7	105,8	30,5	49,4
TOTAL	12,6	26,4	35,3	121,9	18,6	38,9
Comparação MPB/ MPRODI	1,4	1,9	2,3	0,8	1,7	1,4

No que respeita à área média de candidatura por modo de produção, verifica-se que a área média por candidatura continua sempre superior no MPB relativamente ao MPRODI.

Relativamente a 2010, verifica-se uma diminuição da área média, que passou de 46,3 para 38,9. Esta diferença resulta do facto do conceito de área determinada para apoio ter sido alterado pelo IFAP face ao tido em conta em 2010, encontrando-se, nos dados agora apresentados, expurgadas as áreas que não são alvo de pagamento mas que fazem parte do compromisso agro-ambiental.

Quadro 274: Ação 2.2.1 – Área determinadas para apoio em 2011 (por grupo de cultura e modo de produção) - PU 2011

Culturas	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Culturas Permanentes	94.685	38%	19.684	24%	114.369	34%
Arroz	17.601	7%	0	0%	17.601	5%
Culturas temporárias de regadio	9.438	4%	1.063	1%	10.501	3%
Culturas temporárias de sequeiro	12.018	5%	3.270	4%	15.288	5%
Culturas forrageiras	13.518	5%	4.069	5%	17.587	5%
Culturas hortícolas	1.117	0%	285	0%	1.402	0%
Pastagem permanente	66.538	26%	28.637	35%	95.175	29%
Pastagem permanente biodiversa	36.424	14%	24.712	30%	61.136	18%
TOTAL	251.339	100%	81.720	100%	333.059	100%

Analisando a distribuição das áreas apoiadas, por tipo de culturas, em 2011 verifica-se que as “*pastagens permanentes*” e as “*pastagens permanentes biodiversas*” totalizam 156.311 ha e 47% da área apoiada em 2011. As “*culturas permanentes*” reúnem 114.369 ha, 34% do total.

No MPB o peso das pastagens e das culturas de forragem é superior ao verificado em MPRODI (70% no MPB e 46% no MPRODI).

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das culturas, dentro do grupo de “culturas permanentes”. No ano de 2011 verifica-se o predomínio dos “frutos secos e olival de sequeiro” com 33% (37.461 ha) do total da área apoiada logo seguido da “vinha” com 32% (36.346 ha).

Quadro 275: Ação 2.2.1 – Área determinada para apoio em 2011 (por tipo de cultura permanente e modo de produção) - PU 2011

Culturas Permanentes	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Frutos frescos de regadio	16.064	17%	570	3%	16.634	15%
Frutos frescos de sequeiro	1.354	1%	306	2%	1.660	1%
Frutos secos e olival de regadio	19.795	21%	2.473	13%	22.268	19%
Frutos secos e olival de sequeiro	22.929	24%	14.532	74%	37.461	33%
Vinha	34.543	36%	1.803	9%	36.346	32%
TOTAL	94.685	100%	19.684	100%	114.369	100%

Dentro das culturas permanentes em MPRODI, a “vinha” é a cultura predominante, sendo a quase totalidade da restante área distribuída de forma equilibrada entre “frutos frescos de regadio”, “frutos secos e olival de regadio” e “frutos secos e olival de sequeiro”. Verifica-se que o MPB tem uma distribuição muito diferente da distribuição global do MPRODI com um domínio total do “frutos secos e olival de sequeiro” (74% contra 24% no MPRODI) seguindo-se os “frutos secos e olival de regadio” (13%).

Apresenta-se em seguida a distribuição das áreas determinadas para apoio em 2011, segundo o ano de início de pagamento.

Quadro 276: Ação 2.2.1 – Área determinada para apoio em 2011 (PU 2011) (por ano de início de apoio e modo de produção)

Ano de Início de Apoio	Área apoiada		
	MPRODI	MPB	TOTAL
Campanha 2008 - início 2007	62.005	32.675	94.679
Campanha 2009 - início 2008	66.188	21.797	87.985
Campanha 2010 - início 2009	64.554	9.479	74.033
Campanha 2011 - início 2010	58.873	17.853	76.726
TOTAL	251.620	81.804	333.424

Os quadros seguintes ilustram a evolução da área e número de candidaturas determinadas para apoio (PU 2008 a PU 2011).

Quadro 277: Ação 2.2.1 – Candidaturas apoiadas (por ano de apoio e modo de produção)

Ano de apoio	Indicador	MPRODI	MPB	TOTAL
Candidaturas apoiadas em 2008	Nº candidaturas apoiadas	3.867	1.005	4.872
	Área total apoiada (ha)	80.413	44.461	124.874
	Área média apoiada (ha)	21	44	26
	Apoio total (Mil euros)	12.151	6.826	18.977
	Apoio médio (Euros)	3.142	6.792	3.895
Candidaturas apoiadas em 2009	Nº candidaturas apoiadas	5.500	1.128	6.628
	Área total apoiada (ha)	141.124	53.208	194.332
	Área média apoiada (ha)	26	47	29
	Apoio total (Mil euros)	16.067	7.445	23.512
	Apoio médio (Euros)	2.921	6.600	3.547
Candidaturas apoiadas em 2010	Nº candidaturas apoiadas	7.007	1.481	8.488
	Área total apoiada (ha)	279.134	113.955	393.089
	Área média apoiada (ha)	40	77	46
	Apoio total (Mil euros)	31.758	12.994	44.752
	Apoio médio (Euros)	4.532	8.774	5.272
Candidaturas apoiadas em 2011	Nº candidaturas apoiadas	6.908	1.653	8.561
	Área total apoiada (ha)	251.341	81.718	333.059
	Área média apoiada (ha)	36	49	39
	Apoio total (Mil euros)	34.090	13.714	44.752
	Apoio médio (Euros)	4.935	8.296	5.227

b. Execução financeira

O valor de apoios pagos em 2011 teve a distribuição regional que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 278: Ação 2.2.1 – Valores pagos (por região e modo de produção)

Unid: mil euros

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	8.301	4.403	6.042	13.283	1.479	33.507
MPB	3.176	3.730	169	6.954	79	14.107
TOTAL	11.476	8.132	6.211	20.237	1.558	47.614

O quadro seguinte mostra a evolução anual dos pagamentos desta ação.

Quadro 279: Ação 2.2.1 – Valores pagos acumulados (por ano e por região)

Unid: mil euros

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2008	6.235	3.920	2.236	6.241	346	18.977
2009	7.121	4.198	2.939	8.500	754	23.512
2010	9.873	7.116	6.051	16.862	1.354	41.257
2011	11.476	8.132	6.211	20.237	1.558	47.614
TOTAL	34.705	23.366	17.436	51.840	4.011	131.360

Verifica-se que houve um aumento de 15% entre 2011 e 2010, de 41.257 mil euros para 47.615 mil euros.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor médio pago por candidatura.

Quadro 280: Ação 2.2.1 – Valores médios pagos por candidatura

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Valor médio (mil euros)	2.338	4.652	6.180	11.138	6.038	4.891
Número de candidaturas	4.908	1.748	1.005	1.817	258	9.736

Em termos financeiros globais, esta ação teve uma execução acumulada de 131.360 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 107.965 mil euros, correspondendo a 69% da meta global estabelecida para o Programa.

Refira-se, ainda, que a execução desta ação verifica-se essencialmente em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos importa estimar o valor total dos compromissos assumidos. Isso é efetuado no anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvo-ambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No MPB foram apoiadas 2.171 candidaturas, o que significa que foi executada, até 2011, 60% da meta prevista para o período de vigência do ProDeR. Em termos de área, a adesão foi de 185.473 ha, o que permitiu ultrapassar a meta estabelecida para o período de programação.

O MPRODI teve uma adesão de 8.846 agricultores, o que corresponde a 44% da meta prevista para o período de 2007-2013. Relativamente à área, a adesão foi de 405.763 ha, o que significa que em 2011 se ultrapassou já a meta estabelecida, ao atingir 169% desta. Tal como no MPB existe uma diferença significativa nos valores alcançados em termos de metas no número de candidaturas e na área apoiada.

Quadro 281: Ação 2.2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	MPRODI	8.846	19.975	44%
	MPB	2.171	3.525	62%
	Total 2.2.1	11.017	23.500	47%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	MPRODI	405.763	240.000	169%
	MPB	185.473	160.000	116%
	Total 2.2.1	591.236	400.000	148%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	MPRODI	405.763	240.000	169%
	MPB	185.473	160.000	116%
	Total 2.2.1	591.236	400.000	148%
Número total de contratos	MPRODI	8.846	20.400	43%
	MPB	2.171	3.600	60%
	Total 2.2.1	11.017	24.000	46%

Quadro 282: Ação 2.2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	MPRODI	405.763	240.000	169%
	MPB	185.473	160.000	116%
	Total 2.2.1	591.236	400.000	148%
Qualidade da água	MPRODI	405.763	240.000	169%
	MPB	185.473	160.000	116%
	Total 2.2.1	591.236	400.000	148%
Combate às alterações climáticas	MPRODI	7.153	40.000	18%
	MPB	185.473	160.000	116%
	Total 2.2.1	192.626	200.000	96%
Qualidade dos solos	MPRODI	405.763	240.000	169%
	MPB	185.473	160.000	116%
	Total 2.2.1	591.236	400.000	148%

2.2.3.2.2 Ação 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea a) iv) e Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

A Ação 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, visa garantir a utilização sustentada dos recursos genéticos assegurando, nomeadamente, a conservação *in situ* das raças ameaçadas e promovendo a sua utilização de forma a minimizar as perdas de variabilidade genética por acumulação de consanguinidade. Pretende também assegurar o fornecimento de material genético aos Bancos Portugueses de Germoplasma Animal, enquanto instrumento essencial dos programas de conservação *ex situ*.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2011 decorreu entre 21 de Fevereiro e 15 de Maio de 2011.

Tal como se pode constatar no quadro seguinte, mantém-se em 2011 a existência de um predomínio de pedidos de pagamento na região Norte, representando 82% (3.273 pedidos determinados para apoio) de um total de 4.011. Em termos de cabeças normais (CN) apoiadas, mantém-se um claro domínio da mesma região, representando 64% de um total de 34.121 CN, surgindo também com um peso significativo a região do Alentejo.

Este resultado decorre, tal como já referido em 2010, de uma grande parte das raças autóctones ameaçadas de extinção e respectivos efectivos, se localizarem essencialmente naquela região.

Quadro 283: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento (candidaturas e CN) – PU 2011

Região	Pedidos determinados para Apoio (1)		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Norte	3.273	82%	21.950	64%
Centro	514	13%	3.532	10%
LVT	22	1%	721	2%
Alentejo	173	4%	7.464	22%
Algarve	29	1%	455	1%
TOTAL	4.011	100%	34.122	100%
Total de explorações apoiadas	3.792			

(1) Contabilização efectuada por raça

As diferenças regionais existentes ao nível da dimensão das explorações agrícolas e pecuárias reflectem-se na dimensão média dos efectivos das explorações apoiadas, conforme se evidencia no quadro seguinte. Comparativamente com anos anteriores, todas as regiões viram o seu número médio de CN aumentar por exploração apoiada.

Quadro 284: Ação 2.2.2 – Número médio de CN (por exploração apoiada e região) – PU 2011

Indicador	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL por exploração
Número médio de CN por candidatura apoiada	9,92	10,78	43,90	72,02	21,18	12,84

Analisando a distribuição dos apoios, por espécie ameaçada, verifica-se que face a 2010 houve uma diminuição do peso dos “bovinos”, passou de 61% para 56% em 2011, no que se refere a CN apoiadas. No entanto, relativamente ao número de pedidos determinados para apoio o peso das espécies de bovinos eleva-se para 74%, mantendo-se sensivelmente ao mesmo nível face a 2010 que foi de 76%. Dentro da espécie dos bovinos a

raça "barrosã" passou a ser a mais representativa com cerca de 22% das CN apoiadas seguida da "minhota" com cerca de 20%.

Quadro 285: Ação 2.2.2 – Apoios por espécie – PU 2011

Espécie	Pedidos determinados para apoio		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Bovinos	2.983	74%	18.938	56%
Ovinos	464	12%	8.427	25%
Caprinos	127	3%	2.376	7%
Suínos	66	2%	1.892	6%
Equídeos	346	9%	2.467	7%
Galinhas	26	1%	22	0%
TOTAL	4.011	100%	34.122	100%

Apresenta-se de seguida a distribuição dos PA e CN determinadas para 2011, por raça ameaçada e segundo o ano de apresentação do PA.

Pode-se ver que, 62% dos pedidos de pagamento apresentados em 2011 são referentes a confirmações de pedidos de apoio com início no primeiro ano da operacionalização da ação, ou seja da campanha de 2008, 25% no 2º ano (2009), 9% no 3º ano (2010) e apenas 4% no 4.º ano (2011).

Quadro 286: Ação 2.2.2 – Distribuição dos pedidos de pagamento (por espécie e raça e por ano de PA) - PU 2011

Espécie/Raça	Pedidos de Pagamento determinados					CN determinadas para apoio						
	Relativas a candidaturas PES	Relativas a candidaturas PAS 2009	Relativas a candidaturas PAS 2010	Relativas a candidaturas PAS 2011	Total de pedidos em 2011	Relativas a candidaturas PES	Relativas a candidaturas PAS 2009	Relativas a candidaturas PAS 2010	Relativas a candidaturas PAS 2011	Total de pedidos em 2011		
Bovinos	Algarvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Garvonesa/Chamusca	4	2	1	1	8	175	79	31	17	303	
	Jarmelista	7	3	0	0	10	48	24	0	0	72	
	Cachena	89	34	12	17	152	982	246	36	121	1.385	
	Marinhoa	200	45	14	14	273	651	223	53	56	983	
	Aroquesa	371	92	48	20	531	1471	348	188	70	2.078	
	Maronesa	340	51	24	13	428	2.144	340	139	182	2.816	
	Mirandesa	93	36	18	6	153	1275	524	185	39	2.033	
	Preta	4	10	2	0	16	482	642	171	0	1.296	
	Minhota	475	364	88	29	956	2.019	1.380	332	71	3.802	
	Barrosã	385	87	26	14	512	3.452	542	142	36	4.172	
	Subtotal	1928	712	231	112	2.983	12.700	4.350	1.286	602	19.938	
	Ovinos	Churra Algarvia	8	1	5	0	14	107	8	45	0	159
		Churra Badana	9	2	4	2	17	214	64	101	20	399
Churra do Campo		1	0	1	2	4	8	0	15	5	29	
Churra do Minho		23	4	2	0	29	259	73	38	0	370	
Mondgueira		12	5	5	0	22	270	69	67	0	406	
Bordaleira Entre Douro e Minho		76	64	29	6	175	288	251	101	13	653	
Campança		9	2	2	0	13	559	153	47	0	759	
Churra Galega Mirandesa		28	15	3	1	47	575	234	27	7	843	
Merina da Beira Baixa		24	10	4	1	39	748	142	83	2	975	
Salvia		4	2	2	2	10	189	114	51	94	447	
Churra Galega Bragança		38	14	4	0	56	1.025	259	94	0	1.378	
Merina Branca		0	2	12	1	15	0	72	832	18	1.023	
Merino Preto		13	9	4	4	30	536	305	88	57	986	
Subtotal		243	128	74	19	464	4.778	1.744	1.590	316	8.427	
Caprinos	Algarvia	13	2	1	1	17	161	17	5	9	191	
	Serpentina	5	3	2	5	15	247	141	34	87	509	
	Charnaqueira	11	6	3	1	21	141	94	40	3	278	
	Bravia	64	6	1	0	71	1.249	117	25	0	1.391	
	Preta de Montesinho	3	0	0	0	3	7	0	0	0	7	
	Subtotal	96	17	7	7	127	1.804	368	104	100	2.376	
Suínos	Malhado de Alcobaca	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Bisara	8	7	4	4	23	116	149	56	35	356	
	Alentejana	12	17	11	4	44	415	620	413	89	1.536	
	Subtotal	19	24	15	8	66	531	769	469	124	1.892	
Equídeos	Sorraia	1	1	1	1	4	14	1	38	42	95	
	Burro de Miranda	54	47	23	13	137	97	105	32	20	254	
	Garrana	116	46	7	12	181	1.087	234	20	46	1.387	
	Lusitana	14	9	3	1	27	213	146	20	352	731	
	Subtotal	185	102	34	25	346	1.411	486	110	460	2.467	
Galinhas	Amarela	10	1	3	0	14	5	0	1	0	6	
	Pedrés Portuguesa	10	4	2	2	18	7	1	0	1	8	
	Preta Lusitânica	6	3	3	0	12	6	1	1	0	7	
	Subtotal	15	6	3	2	26	18	2	1	1	22	
Total Pedidos Pagamento/CN		2.486	989	364	173	4.011	21.242	7.718	3.559	1.603	34.122	
Total de Explorações		2.334	938	352	169	3.792						

b. Execução financeira

O valor dos apoios pagos, em 2011, foi de 4.260 mil euros de despesa pública com 3.389 mil euros de participação FEADER. Em termos acumulados já foram pagos 15.697 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 13.229 mil euros de FEADER, o que corresponde a 55% da meta global estabelecida para o Programa.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos desta ação.

Quadro 287: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pagamentos

Regiões	Pago em 2011		Total Pago	
	Desp.Publica	FEADER	Desp.Publica	%
Norte	2.492	1.993	10.109	64%
Centro	586	469	1.897	12%
LVT	109	78	323	2%
Alentejo	989	783	2.965	19%
Algarve	84	67	404	3%
TOTAL	4.260	3.389	15.697	100%

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos o que é apresentado no Anexo I.

Refira-se, ainda, que a execução desta ação se verifica, essencialmente, em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação relativa aos indicadores de realização e de resultado.

Quadro 288: Ação 2.2.2 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	6.901	9.000	77%
CN sob apoio agro-ambiental	44.316	45.000	98%
Número total de contratos	6.901	9.000	77%

Quadro 289: Ação 2.2.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) ou CN em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Execução acumulada	Meta CN	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	44.316	40.000	111%

Assim, em termos de número de candidaturas já se atingiu 77% da meta estabelecida para o ProDeR e 111% em termos de efectivos apoiados.

Verifica-se que o efectivo médio das explorações apoiadas é substancialmente superior ao que se estimava (com base no que sucedeu no quadro de referência anterior) quando se estabeleceram as metas do ProDeR, o que parece indicar uma tendência para a concentração destas raças num número mais reduzido de explorações.

2.2.3.2.3 Ação 2.2.3 Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subações 2.2.3.1 e 2.2.3.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36.º, alínea a) iv); Artigo 39 (5)º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 1268/2009 de 16 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto (Subacção 2.2.3.1);
- Portaria n.º 618/2008, de 14 de julho, Declaração de Retificação n.º 43/2008 e Portaria n.º 1305/2008, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 1049/2010, de 11 de outubro (Subacção 2.2.3.2) e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos das Subações

Subacção 2.2.3.1:

- Conservar a variabilidade genética, com valor, atual ou futuro, para a agricultura;
- Promover a evolução para a utilização económica de variedades locais;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos vegetais.

Subacção 2.2.3.2:

- Assegurar a continuidade do melhoramento dos recursos genéticos animais (Raças Autóctones, Exóticas e da Raça Bovina Frísia), permitindo a seleção, e disponibilização aos criadores, dos melhores animais reprodutores;

- Promover o funcionamento regular dos Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos;
- Assegurar os trabalhos de caracterização das raças abrangidas;
- Promover a avaliação genética como objetivo final dos programas de melhoramento.

3. Implementação da Ação

No âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.2.3.1 "Componente vegetal" e 2.2.3.2 "Componente animal".

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 2.2.3.1

A subação 2.2.3.1 "Componente vegetal", teve um único concurso aberto em 2010. Face ao apresentado no relatório de 2010 regista-se uma diminuição de uma candidatura fruto de uma desistência do promotor.

Quadro 290: Subação 2.2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2011		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	5.503	5.500	-	-	31	5.944
TOTAL	5.503	5.500	-	-	31	5.944

A distribuição regional dos PA candidatos a esta subação foi já apresentada no relatório de 2010.

Subação 2.2.3.2

Quanto à subação 2.2.3.2 teve o seu terceiro concurso aberto de 29 de outubro de 2010 até 11 de fevereiro de 2011. O *plafond* a concurso era de 19.552 mil euros ao qual se candidataram 53 promotores.

Quadro 291: Subação 2.2.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	46.577	25.811	0	0	51	32.425
Segundo		783	0	0	2	860
Terceiro		19.552	52	23.671	53	24.040
TOTAL	46.577	46.146	52	23.671	106	57.325

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 2.2.3.1

No ano de 2011 foi concluída a contratação das candidaturas aprovadas no primeiro concurso desta subação.

Quadro 292: Subação 2.2.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.709	20	3.709	2.583	1.997
TOTAL	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.709	20	3.709	2.583	1.997

Em termos acumulados, foram contratados 20 PA, dos quais 8 no ano de 2011, num total de 2.583 mil euros de despesa pública e com 1.997 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 45%.

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 293: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	4	745	493	393
Centro	3	354	196	150
LVT	5	907	639	464
Alentejo	7	1.483	1.102	867
Algarve	1	220	153	122
Total	20	3.709	2.583	1.997

Subação 2.2.3.2

Na subação 2.2.3.2, foram analisadas, decididas e contratadas, no ano de 2011, todas as candidaturas válidas do terceiro concurso, num total de 53 PA com um apoio de 19.552 mil euros de despesa pública e uma comparticipação de 15.351 mil euros de FEADER.

Quadro 294: Subação 2.2.3.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
51	32.425	51	32.425	0	0	51	33.129	51	33.129	26.622	20.706
2	860	2	860	0	0	2	860	2	860	783	509
53	24.040	53	24.040	0	0	53	24.037	53	24.037	19.552	15.351
106	57.325	106	57.325	0	0	106	58.026	106	58.026	46.957	36.566

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 295: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	42	27.947	22.747	18.198
Centro	18	9.408	7.202	5.762
LVT	19	10.362	7.500	5.000
Alentejo	22	9.442	8.641	6.913
Algarve	5	867	867	693
TOTAL	106	58.026	46.957	36.566

Em termos acumulados, foram contratados 106 PA num total de 46.957 mil euros de despesa pública, representando 36.566 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 96%.

c. Execução financeira

Subação 2.2.3.1

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados era de 534 mil euros de despesa pública e 413 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 296: Subação 2.2.3.1 – PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	4	745	493	393	4	92	73
Centro	3	354	196	150	3	39	30
LVT	5	907	639	464	5	127	92
Alentejo	7	1.483	1.102	867	7	246	193
Algarve	1	220	153	122	1	31	24
Total	20	3.709	2.583	1.997	20	534	413

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 9% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 21% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subacção 2.2.3.2

Nesta subacção no ano de 2011 foi pago o montante de 5.434 mil euros de Despesa Pública com 4.292 mil euros de comparticipação FEADER. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos pagamentos efetuados em cada ano.

Quadro 297: Subacção 2.2.3.2 – Distribuição anual dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Período de pagamento	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
2008	8.976	8.976
2009	6.557	5.009
2010	5.872	4.514
2011	6.589	5.140
TOTAL	27.994	23.639

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subacção era de 27.994 mil euros de despesa pública e 23.639 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 24% foram pagos em 2011, facto que se deve à conclusão da execução dos PA do primeiro e segundo concurso.

Quadro 298: Subacção 2.2.3.2 – Distribuição regional dos montantes contratados e pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	42	27.947	22.747	18.198	40	13.954	12.209
Centro	18	9.408	7.202	5.762	14	4.470	3.863
LVT	19	10.362	7.500	5.000	15	4.532	3.224
Alentejo	22	9.442	8.641	6.913	16	4.572	3.959
Algarve	5	867	867	693	5	466	384
TOTAL	106	58.026	46.957	36.566	90	27.994	23.639

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 62% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 65% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

A meta de número de beneficiários foi ultrapassada em 6 pontos percentuais tal como o valor do apoio contratado. O apoio pago até ao final de 2011 permitiu atingir 60% da meta para o programa.

Quadro 299: Subação 2.2.3.2 – Metas (acumulado)

	Pagos		
	Nº cabeças normais	Nº beneficiários apoiados	Valor do apoio (mil euros)
	178.179	90	27.994
Metas	240.000	50	46.576
% da meta	74%	180%	60%

2.2.3.2.4 Ação 2.2.4 – Conservação do solo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria nº 427-A/2009, de 23 de abril com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

A ação 2.2.4 - Conservação do Solo, visa apoiar as práticas de sementeira direta e mobilização na linha, em áreas de rotação da unidade de produção, reconhecida pelo seu contributo para a conservação do solo.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2011 decorreu entre 21 de Fevereiro e 15 de Maio de 2011.

A ação 2.2.4 – “Conservação do Solo”, resultou da autonomização do «compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha» da ação 2.2.1 – Alteração dos Modos de Produção Agrícola. Esta autonomização foi decidida por se considerar que existia um número considerável de potenciais beneficiários interessados na realização da sementeira direta ou mobilização da linha mas que considerariam excessivas as exigências inerentes aos modos de produção.

Os beneficiários, do “*compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha*” da ação 2.2.1, que se candidataram no PES e no PAS

2009 e que receberam apoios em 2008 e 2009 transitaram automaticamente para a ação 2.2.4 tendo sido dada a possibilidade de reiniciarem a contagem do período de 5 anos de compromisso a partir do pedido de pagamento de 2010. Assim todos os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários em 2010 correspondem ao 1.º de PP desta ação.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional do número e da área dos pedidos de pagamentos determinados para apoio. Em termos de número de pedidos de pagamento, verifica-se uma concentração na região do Alentejo, representando 89% de um total de 126. Em termos de área determinada para apoio, esta região representa 95% de um total de 14.440 ha. A região Norte e o Algarve não apresentaram pedidos de pagamento em 2011.

Quadro 300: Ação 2.2.4 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento e áreas determinadas para apoio – PU 2011

Regiões	Pedidos de Pagamento		Áreas determinadas para apoio	
	Número	%	Área (ha)	%
Norte				
Centro	1	1%	14	0%
Lisboa	13	10%	705	5%
Alentejo	112	89%	13.721	95%
Algarve				
TOTAL	126	100%	14.440	100%

Analisando o tipo de culturas determinadas para apoio, em 2011, verifica-se que predominam as “culturas temporárias de regadio” com 56% (8.128 ha), conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 301: Ação 2.2.4 – Áreas determinadas para apoio em 2011 (por grupo de cultura) - PU 2011

Culturas	TOTAL	
	Área (ha)	% Área
Culturas temporárias de regadio	8.128	56%
Culturas temporárias de sequeiro	6.312	44%
TOTAL	14.440	100%

b. Execução financeira

O valor acumulado de despesa pública paga nesta ação é de 1.118 mil euros a que corresponde uma comparticipação FEADER de 888 mil euros.

Considerando a execução financeira do compromisso complementar “*sementeira direta ou mobilização na linha*” que está incluído na execução financeira global da ação 221, para os anos de 2008 e 2009, podemos analisar a distribuição por ano de execução no quadro seguinte.

Quadro 302: Ação 2.2.4 – Montantes pagos (por ano)

Ano de Pagamento	Despesa Pública (mil euros)
2008 *	122
2009 *	340
2010	475
2011	644
TOTAL	1.581

* Incluído na ação 2.2.1

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 17% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos, o que é apresentado no Anexo I.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização verifica-se que as áreas apoiadas são inferiores ao previsto, tendo atingido apenas 48% da meta para um número superior de explorações apoiadas (158%).

Quadro 303: Ação 2.2.4 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	158	100	158%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	19.146	40.000	48%
Número total de contratos	160	100	160%

Nota: Os valores do Quadro O.214(1) na linha 6. Acções para Conservação dos solos inclui não só a acção 2.2.4 mas também o apoio à Sementeira Directa no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas, que incluem 31 explorações e 1 556 hectares apoiados

Quadro 304: Ação 2.2.4 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Combate às alterações climáticas	19.146	40.000	48%
Qualidade dos solos	19.146	40.000	48%

2.2.3.3 Ação 2.3.1 – Minimização de riscos / Subações 2.3.1.1 e 2.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vi) e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 226;
- Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

Melhorar e contribuir para a estabilidade da floresta e sua resistência aos agentes abióticos e bióticos nocivos.

3. Implementação da Ação

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Ação será apresentada a análise das subações 2.3.1.1 “Defesa da floresta contra incêndios” e 2.3.1.2 “Minimização de riscos bióticos após incêndios”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 a subação 2.3.1.1 iniciou, a 11 de Setembro, um período de candidaturas em contínuo, tendo igualmente sido efectuadas alterações significativas à medida. As principais alterações introduzidas foram:

- A introdução de uma nova tipologia de investimento “Instalação e manutenção de parcelas integradas na rede secundária de faixas de gestão de combustível (FGC), associadas à rede viária fundamental de acesso à rede primária de FGC”;

- Aumento do limite máximo de apoio por beneficiário para 1.500 mil euros, com exceção dos organismos da administração central em que o limite é de 5.000 mil euros.

Quadro 305: Ação 2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subação (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.1.1	85.889	9.000	0	0	130	12.130
Segundo			12.000	0	0	182	14.970
Em Contínuo				60	19.081	60	19.081
Primeiro	2.3.1.2		2.000	0	0	5	303
Segundo			2.000	0	0	3	330
TOTAL			23.000	60	19.081	380	46.814

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao já verificado em 2010, com uma clara predominância da região Centro na subacção 2.3.1.1, com mais de metade das candidaturas e do investimento previsto, e da região Norte e Centro na subacção 2.3.1.2. Apresenta-se de seguida o quadro com a distribuição regional das candidaturas acumuladas.

Quadro 306: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	PA		Invest. proposto		PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	89	24%	9.592	21%	3	38%	225	35%
Centro	190	51%	26.560	58%	3	38%	124	20%
LVT	39	10%	4.468	10%	1	13%	185	29%
Alentejo	16	4%	1.585	3%	1	13%	100	16%
Algarve	38	10%	3.976	9%	0	0%	0	0%
TOTAL	372	100%	46.180	100%	8	100%	634	100%

Em termos de tipologia dos beneficiários, confirma-se a tendência já indicada em 2010 em que, na subacção 2.3.1.1, cerca de metade são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo as "entidades gestoras de baldios" e as "entidades gestoras de ZIF". Na subacção 2.3.1.2 a tipologia mais representativa passou a ser a de

“Organismos da administração local”, com 38% dos PA entrados e 57% do total do investimento.

Quadro 307: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA entrados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	79	21%	26.359	57%	0	-	-	-
Entidade gestoras de baldio	89	24%	4.537	10%	2	25%	146	23%
Associação produtores florestais	5	1%	647	1%	0	-	-	-
Cooperativa produtores florestais	1	0%	169	0%	0	-	-	-
Organismo da administração central	13	3%	874	2%	2	25%	72	11%
Organismos da administração local	165	44%	12.805	28%	3	38%	364	57%
Produtor florestal	20	5%	789	2%	1	13%	52	8%
TOTAL	372	100%	46.180	100%	8	100%	634	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 foi fechado o segundo concurso da 2.3.1.1 no que diz respeito a análise e decisão e foram analisadas 3 candidaturas que entraram no período de candidaturas em contínuo. Do total das aprovadas, 222 PA (99%) foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 308: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Disp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro - 2.3.1.1	130	12.130	130	12.130	53	4.677	77	7.204	77	7.204	4.888	3.910
Segundo - 2.3.1.1	182	14.970	181	14.643	38	3.201	143	11.040	141	10.527	8.091	6.435
Em Contínuo - 2.3.1.1	60	19.081	3	257	2	192	1	64	0	0	0	0
Primeiro - 2.3.1.2	5	303	5	303	4	203	1	96	1	96	63	50
Segundo - 2.3.1.2	3	330	3	330	0	0	3	319	3	319	229	158
TOTAL	380	46.814	322	27.663	97	8.273	225	18.723	222	18.146	13.270	10.554

A distribuição regional dos PA contratados manteve-se face ao já verificado para os PA entrados, ou seja, com uma clara predominância da região Centro, no caso da subacção 2.3.1.1, com 42% das candidaturas e 36% do investimento previsto. Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional acumulada, por subacção.

Quadro 309: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	47	3.270	2.421	1.937	2	143	129	103
Centro	90	6.456	4.378	3.503	0	0	0	0
LVT	34	3.292	2.635	2.070	1	176	100	55
Alentejo	14	1.294	1.031	825	1	96	63	50
Algarve	33	3.419	2.514	2.011	0	0	0	0
TOTAL	218	17.731	12.979	10.346	4	415	291	208

Em termos de tipologia dos beneficiários mantém-se o predomínio, na subacção 2.3.1.1, da tipologia “*organismos de administração local*” (50%) mas em termos de investimento, as “*entidades gestoras de ZIF*” têm o maior peso, com 40% do investimento total. Na outra subacção temos apenas 4 PA contratados sendo 2 da tipologia “*entidades gestoras de baldios*” e 2 da “*organismos da administração local*”.

Quadro 310: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA contratados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	30	14%	7.028	40%	0	0%	-	0%
Entidade gestoras de baldio	56	26%	2.796	16%	2	50%	143	35%
Associação produtores florestais	1	0%	93	1%	0	0%	-	0%
Cooperativa produtores florestais	0		-		0	0%	-	0%
Organismo da administração central	10	5%	557	3%	0	0%	-	0%
Organismos da administração local	109	50%	6.924	39%	2	50%	271	65%
Produtor florestal	12	6%	332	2%	0	0%	-	0%
TOTAL	218	100%	17.731	100%	4	100%	415	100%

Analisando os PA contratados pela tipologia de investimentos, verifica-se que, no caso da subacção 2.3.1.1, a tipologia “*Mosaicos de parcelas de gestão combustível*” que ocupava o segundo lugar em 2010 aparece agora como a que tem uma maior representatividade. Na subacção 2.3.1.2 mantém-se uma única tipologia de investimento, “*controlo de invasoras lenhosas*”, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 311: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de investimento (acumulado)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.1.1			Subacção 2.3.1.2		
	Nº PA*	Investimento		Nº PA*	Investimento	
		Mil euros	% do total		Mil euros	% do total
Rede primária de faixas de gestão combustível	60	5.712	32%	0	0	0%
Mosaicos de parcelas de gestão combustível	63	7.966	45%	0	0	0%
Beneficiação de Pontos de água	21	527	3%	0	0	0%
Construção de Pontos de água	74	3.526	20%	0	0	0%
Controlo de invasores lenhosas	0	0	0%	4	415	100%
TOTAL	218	17.731	100%	4	415	100%

* A soma é superior ao nº de PA total - 273 - por existirem muitos PA com mais de um tipo de tipologia.

Em termos acumulados, foram contratados 222 PA, num total de 13.270 mil euros de despesa pública, representando 10.554 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 15%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados era de 2.555 mil euros de despesa pública e 2.044 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 312: Ação 2.3.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	49	3.414	2.549	2.040	10	511	409
Centro	90	6.456	4.378	3.503	51	897	718
LVT	35	3.468	2.735	2.125	25	624	499
Alentejo	15	1.390	1.094	875	11	150	120
Algarve	33	3.419	2.514	2.011	15	373	299
Total	222	18.146	13.270	10.554	112	2.555	2.044

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 3% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 19% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de metas, verifica-se que foi apoiada relativamente menos área florestal do que a prevista (11% da meta face a 15% do apoio contratado). Quanto ao tipo de intervenção, a maioria dos PA contratados, para a subação 2.3.1.1, até ao final de 2011 diziam respeito a “*infraestruturas*”. Relativamente ao tipo de ação, as candidaturas referiam-se a “*Prevenção de incêndios*” (98%).

Quadro 313: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (contratado)

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios	132	7.948	8.159	5.496
	Outros	59	10.601	8.560	6.772
	Proprietários privados	27	437	1.011	711
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	0	271	163
	Outros	1	0	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	90
TOTAL		222	18.986	18.146	13.270
Meta		1.380	170.000	101.046	85.980
% da meta		16%	11%	18%	15%

Quadro 314: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (pago)

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios	14	4.780	372	146
	Outros	33	7.595	5.942	1.261
	Proprietários privados	64	168	4.049	1.135
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	0	0	0	0
	Outros	1	0	96	13
TOTAL		112	12.543	10.458	2.555
Meta		1.380	170.000	101.046	85.980
% da meta		8%	7%	10%	3%

Quadro 315: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de ação (contratado)

Tipo de ação	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	132	7.948	8.159	5.496
	Outros	59	10.601	8.560	6.772
	Proprietários privados	27	437	1.011	711
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	0	271	163
	Outros	1	0	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	90
TOTAL		222	18.986	18.146	13.270

Quadro 316: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de Ação (pago)

Tipo de ação	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	64	4.780	4.049	1.135
	Outros	33	7.595	5.942	1.261
	Proprietários privados	14	168	372	146
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	1	0	96	13
	Outros	0	0	0	0
TOTAL		112	12.543	10.458	2.555

Quanto à área apoiada, que contribui para a qualidade da água, para o combate às alterações climáticas e para a qualidade dos solos, verifica-se que apenas se atingiu 11% da meta para o programa com 15% da despesa pública prevista.

Quadro 317: Ação 2.3.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado*	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	18.986	12.543	+	(cumprido)	(cumprido)
Qualidade da água	18.986	12.543	170.000	11%	7%
Combate às alterações climáticas	18.986	12.543	170.000	11%	7%
Qualidade dos solos	18.986	12.543	170.000	11%	7%
Combate à marginalização das terras	18.986	12.543	+	(cumprido)	(cumprido)

2.2.3.4 Ação 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) i), ii), iii), vi); Artigo 43º; Artigo 44º; Artigo 45º e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º; Artigo 31º; Artigo 32º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.1, 5.3.2.2.2, 5.3.2.2.3 e 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 221, 222, 223 e 226;
- Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Restabelecer o potencial de produção silvícola, das áreas afetadas pela ocorrência de incêndios e de agentes bióticos nocivos, incluindo a recuperação e reabilitação dos povoamentos, dos ecossistemas e das comunidades/habitats, e ainda a conservação do solo e da água (reabilitação imediata pós-incêndio);
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade;
- Introduzir adequadas medidas de prevenção associadas aos povoamentos, ao nível da rede de infraestruturas a recuperar ou a instalar.

3. Implementação da Ação

A ação 2.3.2 compreende duas subações: a subação 2.3.2.1 – “Recuperação do potencial produtivo” e a subação 2.3.2.2 – “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 estas subações passaram ao sistema de candidaturas em contínuo e foram introduzidas alterações relevantes:

- As tipologias “*Florestação de terras agrícolas*” e “*Florestação de terras não agrícolas*” passaram a ter ajudas forfetárias;
- Para as tipologias “*Reflorestação e reabilitação de povoamentos, em sequência de incêndios*”, foi aumentado a taxa de apoio em 10 pontos percentuais;
- Foi aumentado o valor máximo de ajuda elegível por beneficiário para 2,5 milhões de euros.

Tendo em conta que estas alterações só entraram em vigor, na subação 2.3.2.1, a 2 de maio de 2011 e, na subação 2.3.2.2, a 6 de julho de 2011, o impacto só agora começa a ser visível, sobretudo ao nível das candidaturas entradas.

Para a ação 2.3.2 foram rececionadas, até ao final de 2011, um total de 107 candidaturas válidas, como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 318: Ação 2.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso (por Subação)

Uh.:mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.2.1	98.263	10.000	0	0	26	3.187
Segundo	2.3.2.1		7.000	0	0	25	3.156
Terceiro	2.3.2.1		600	0	0	10	154
Quarto	2.3.2.1		6.000	0	0	41	5.263
Quinto	2.3.2.1			11	1.311	11	1.311
Primeiro	2.3.2.2		9.000	0	0	121	8.539
Segundo	2.3.2.2		6.000	0	0	121	7.308
Sexto	2.3.2.2			96	32.037	96	32.037
TOTAL			38.600	107	33.348	451	60.955

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem 4 PA com investimentos nas duas subacções

A distribuição regional dos PA alterou-se pouco face ao verificado em 2010, ou seja, na subação 2.3.2.1 continuou a ser a região Centro a predominante, em termos de investimento, seguida da região Norte. Na subação 2.3.2.2 a região do Alentejo passou a ocupar o primeiro lugar.

Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional dos PA.

Quadro 319: Ação 2.3.2 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	PA		Investimento proposto		PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%	Número	%	(mil euros)	%
Norte	40	35%	3.451	26%	48	14%	8.394	18%
Centro	37	33%	5.273	40%	111	33%	7.689	16%
LVT	24	21%	2.446	19%	49	14%	1.254	3%
Alentejo	11	10%	1.849	14%	117	35%	30.108	63%
Algarve	1	1%	53	0%	13	4%	437	1%
TOTAL	113	100%	13.072	100%	338	100%	47.883	100%

Os “organismos da administração local” continuam a ser a tipologia de beneficiários com maior representação no universo dos pedidos de apoio para a subação 2.3.2.1. Em termos de investimento, a tipologia de “produtores florestais” aparece com a mesma representação que a tipologia “organismos da administração local”, representando ambas mais de metade do investimento total (52%).

Quadro 320: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA da subação 2.3.2.1 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	10	9%	1.318	10%
Entidades gestoras de baldio	29	26%	3.118	24%
Organismos da administração central	6	5%	1.868	14%
Organismos da administração local	37	33%	3.378	26%
Associação Produtores florestais	1	1%	18	0%
Produtor Florestal	30	27%	3.370	26%
TOTAL	113	100%	13.072	100%

Na subacção 2.3.2.2 a tipologia de “produtores florestais” continua a ser a mais representativa, com 70% e 83%, respetivamente, de número de PA e de investimento apresentado.

Quadro 321: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA subacção 2.3.2.2 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	76	22%	6.227	13%
Entidades gestoras de baldio	16	5%	1.495	3%
Associação Produtores florestais	1	0%	4	0%
Organismos da administração local	5	1%	533	1%
Cooperativa Produtores florestais	2	1%	74	0%
Produtor Florestal	238	70%	39.549	83%
TOTAL	338	100%	47.883	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Até ao ano de 2011 foram analisadas 366 candidaturas, das quais 66% foram aprovadas. Destas, 217 candidaturas, i.e., 90% das candidaturas aprovadas, foram objeto de contratação, conforme se vê no quadro seguinte.

Quadro 322: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.2.1	26	3.187	26	3.187	2	577	24	2.577	24	2.577	1.490	1.179
	2.3.2.2	121	8.539	121	8.539	73	5.909	48	2.633	47	2.620	3.917	3.134
Segundo	2.3.2.1	25	3.156	25	3.156	10	825	15	2.301	14	2.128	1.214	971
	2.3.2.2	121	7.308	121	7.308	35	2.303	86	4.987	82	4.774	6.257	5.006
Terceiro	2.3.2.1	10	154	10	154	0	0	10	154	10	154	59	47
Quarto	2.3.2.1	41	5.263	41	5.263	3	17	38	5.239	38	5.239	2.963	2.370
Quinto	2.3.2.1	11	1.311	1	15	0	0	1	15	0	0	0	0
Sexto	2.3.2.2	96	32.037	22	21.990	1	6	20	746	2	41	85	68
TOTAL		451	60.955	367	49.612	124	9.637	242	18.652	217	17.533	15.985	12.775

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem PA com investimentos nas duas Subacções.

Em termos acumulados, foram contratados 217 PA, num total de 15.985 mil euros de despesa pública, com 12.775 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) foi apenas de cerca de 16%.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados por subação, verifica-se:

- Relativamente à subação 2.3.2.1 “Recuperação do potencial produtivo” - os PA contratados concentram-se na região do Centro e do Norte, representando ambas cerca de 65% do total de PA. Em termos de investimento, o Centro destaca-se, representando 44% do investimento. A região LVT aparece agora em terceiro lugar.
- Relativamente à subação 2.3.2.2 “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais” - o Alentejo mantém-se como região predominante, com 47% dos PA e 72% do investimento.

Quadro 323: Ação 2.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	26	2.111	1.461	1.169	13	366	358	286
Centro	30	4.416	2.218	1.774	15	626	771	617
LVT	21	1.985	1.228	969	36	785	1.561	1.248
Alentejo	8	1.534	786	628	61	5.368	7.352	5.881
Algarve	1	53	33	26	6	290	218	175
TOTAL	86	10.098	5.725	4.567	131	7.435	10.259	8.207

Nota: Existem 7 PA com investimentos nas duas componentes

Analisando, em termos de acumulados, na tipologia de promotores verifica-se alterações face a 2010. A tipologia mais representativa em 2011, para a subação 2.3.2.1 “Recuperação do potencial produtivo”, é a de “*Organismos da administração local*”, com 38% dos PA e 31% do investimento. Os “*produtores florestais*” são a tipologia mais representativa em termos de PA e de investimento na subação 2.3.2.2 “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais”, representando 89% dos PA e 90% do investimento. Na

subação 2.3.2.1, os “produtores florestais” e as “entidades gestoras de baldio”, têm ainda um peso significativo, representando, no seu conjunto, 43% dos PA e 40% do investimento.

Quadro 324: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	PA		Investimento (mil euros)		PA		Investimento (mil euros)	
	Número	% do total	Valor	% do total	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	9	10%	1.043	10%	8	6%	406	5%
Entidades gestoras de baldio	20	23%	1.783	18%	3	2%	72	1%
Associação Produtores florestais	1	1%	18	0%	0	0%	-	0%
Organismos da administração central	6	7%	1.868	18%	0	0%	-	0%
Organismos da administração local	33	38%	3.176	31%	3	2%	193	3%
Cooperativa Produtores florestais	0	0%	-	0%	1	1%	40	1%
Produtor Florestal	17	20%	2.210	22%	116	89%	6.724	90%
TOTAL	86	100%	10.098	100%	131	100%	7.435	100%

Nota: Existem 7 PA com investimentos nas duas componentes

Se analisarmos os PA contratados, por tipologia de investimentos, verifica-se, na subação 2.3.2.1 a tipologia predominante passou a ser a “estabilização de emergência após incêndio” com 56% e 53% do número de PA e do investimento, respetivamente, enquanto, na subação 2.3.2.2, mantém-se a tipologia “florestação de terras agrícolas” a mais representativa.

Quadro 325: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por Subação e tipologia de investimento)

Un.: mil euros

Tipologia de Investimento	Subacção 2.3.2.1			Subacção 2.3.2.2		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Estabilização de emergência após Incêndio	48	5.393	3.022			
Reflorestação	11	863	474			
Reabilitação Habitats Florestais	6	745	584			
Reabilitação de povoamentos	21	3.097	1.645			
Instalação Sistemas Agro-florestais				2	207	98
Florestação Terras Agrícolas Abandonadas				13	327	297
Florestação Terras Agrícolas				93	4.185	8.694
Florestação Espaços Florestais				23	2.716	1.171
TOTAL	86	10.098	5.725	131	7.435	10.259

Nota: Existem 7 PA com investimentos nas duas componentes

Em termos de espécies previstas nos PA contratados na subação 2.3.2.1, verifica-se que as maiores áreas são referentes ao “sobreiro” (*quercus*)

suber), com 47% da área total contratada, e, em menor grau, ao “Pinheiro bravo” e “Pinheiro manso”, com 33% da área total.

Em termos regionais, o Alentejo e LVT são as regiões dominantes, com cerca de 83% da área total.

Quadro 326: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à subação 2.3.2.1 (por espécie e DRAP)

Espécie	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Alfarrobeira	0	0	0	7	0	7
Azinhreira	0	79	0	67	0	146
Bétula	8	0	0	0	0	8
Carvalho-Negral	30	69	0	0	0	98
Castanha	0	1	8	0	0	10
Cerejeira Brava	0	2	0	0	0	3
Cupressus	0	86	0	0	0	86
Freixo	0	1	7	0	0	7
Medronheiro	0	0	0	28	12	39
Outras Folhosas	31	46	0	7	0	84
Outras Quercíneas	18	9	19	0	0	45
Outras resinosas	5	86	0	0	0	90
Pinheiro Bravo	0	0	226	326	0	551
Pinheiro Manso	0	0	164	328	0	492
Sobreiro	25	30	1.054	372	13	1.494
TOTAL	115	407	1.477	1.135	25	3.159

Efetuada a mesma análise para os PA contratados na subação 2.3.2.2, verifica-se que também o “sobreiro” é a espécie mais representativa (43%) sendo a região do Alentejo a que tem mais área apoiada (71%).

Quadro 327: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à subação 2.3.2.2 (por espécie e DRAP)

Espécie	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Alfarrobeira	0	0	0	25	0	25
Azinhreira	0	0	0	513	0	513
Bétula	8	3	0	0	0	11
Carvalho-Negral	2	3	0	0	0	5
Castanha	37	52	0	0	0	89
Cerejeira Brava	1	4	6	0	0	11
Choupo	0	0	17	0	0	18
Freixo	1	3	4	57	0	66
Medronheiro	0	0	2	0	0	2
Nogueira	1	0	8	0	0	10
Nogueira americana	1	0	2	0	0	2
Outras folhosas	4	0	2	0	0	6
Outras Quercíneas	17	32	14	0	0	62
Outras resinosas	14	2	2	0	0	18
Pinheiro Bravo	23	20	66	182	0	291
Pinheiro Manso	3	7	390	868	53	1.321
Pseudotsuga	1	18	0	0	0	20
Sobreiro	37	118	230	1.414	42	1.840
TOTAL	149	263	743	3.060	95	4.310

No que se refere ao tipo de apoio contratado, mantém-se o predomínio da “prevenção de catástrofes naturais/restabelecimento”, em termos de investimento com 54% do investimento total e 60% da despesa pública com exclusão de prémios.

Apresenta-se, em seguida, a distribuição dos PA contratados pelas medidas da Comissão a que dizem respeito.

Quadro 328: Ação 2.3.2 – PA contratados por tipo de apoio (acumulado)

Tipo de Apoio	PA		Investimento		Despesa pública (excluindo prémios)		Despesa pública (prémios)		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Med. COM 221 Primeira florestação terra agrícola	181	47%	4.143	24%	2.023	22%	6.654	98%	6.942	54%
Med. COM 222 Sistemas agro-florestais em terra agrícola	5	1%	235	1%	104	1%	0	0%	83	1%
Med. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	73	19%	3.057	17%	1.349	15%	129	2%	1.183	9%
Med. COM 226 Prevenção catástrofes naturais/restabelecimento	125	33%	10.098	58%	5.725	62%	0	0%	4.567	36%
TOTAL	384	100%	17.533	100%	9.201	100%	6.783	100%	12.775	100%

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados era de 1.837 mil euros de despesa pública e 1.468 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 329: Ação 2.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	39	2.477	1.819	1.456	13	196	157
Centro	45	5.042	2.989	2.391	31	574	459
LVT	51	2.769	2.788	2.217	37	253	200
Alentejo	68	6.902	8.137	6.510	41	724	579
Algarve	7	343	251	201	6	90	72
Total	210	17.533	15.985	12.775	128	1.837	1.468

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 11% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores financeiros e de realização desta ação verifica-se que para a componente da primeira florestação de terras agrícolas (Med.221 da COM) e da primeira florestação de terras não agrícolas (Med.223 da COM) o apoio por ha de terra florestada e por beneficiário tem sido superior ao previsto.

Quadro 330: Ação 2.3.2 – Indicadores Financeiros

med COM	Despesa Publica		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratada	Paga		Contratado	Pago
221	8.677	681	24.627	35%	3%
222	104	0	6.937	1%	0%
223	1.478	334	13.874	11%	2%
226	5.725	822	52.825	11%	2%

Quadro 331: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (n.º beneficiários)

med COM	Nº beneficiários apoiados		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
221	89	58	750	12%	8%
222	3	0	565	1%	0%
223	32	15	600	5%	3%
226	238	131	-	-	-

Quadro 332: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (n.º ha)

med COM	ha apoiados		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
221	2.806	1.866	25.000	11%	7%
222	169	0	15.000	1%	0%
223	1.336	603	20.000	7%	3%
226	3.159	2.263	-	-	-

Quadro 333: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (investimento)

med COM	Investimento Contratado	Investimento Pago	Meta	% de cumprimento da meta	
				Contratado	Pago
226	10.098	7.954	87.948	11%	9%

Em termos de indicadores de resultado, verifica-se que o valor máximo da taxa de cumprimento, para o “combate às alterações climáticas” e à “qualidade dos solos”, no que diz respeito à área contratada, é de 11%, na medida 221 da Comissão.

Quadro 334: Ação 2.3.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado*	med COM	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
		Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural	221	2.806	1.866	+	Cumprido	Cumprido
	222	169	0	+	Cumprido	Não cumprido
	223	1.336	603	+	Cumprido	Cumprido
	226	3.159	2.263	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade da água	221	2.806	1.866	25.000	11%	7%
	222	169	0	15.000	1%	0%
	223	1.336	603	20.000	7%	3%
	226	3.159	2.263	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	221	2.806	1.866	25.000	11%	7%
	222	169	0	15.000	1%	0%
	223	1.336	603	20.000	7%	3%
	226	3.159	2.263	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	221	2.806	1.866	25.000	11%	7%
	222	169	0	15.000	1%	0%
	223	1.336	603	20.000	7%	3%
	226	3.159	2.263	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	222	169	0	+	Cumprido	Não cumprido
	223	1.336	603	+	Cumprido	Cumprido
	226	3.159	2.263	+	Cumprido	Cumprido

2.2.3.5 Ação 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vii) e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 227;
- Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Aumentar o caráter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protetoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações;
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos Relatórios anteriores, no âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”; 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” e 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011, as 3 subações, a partir de 6 de junho, entraram num período de candidaturas em contínuo tendo sido rececionadas um total de 297 candidaturas válidas. Quanto aos primeiros concursos verificou-se uma diminuição do número de candidaturas válidas devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 335: Ação 2.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por subação

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.3.1	61.414	6.000	0	0	60	3.762
	2.3.3.2		6.000	0	0	11	1.357
	2.3.3.3		7.000	0	0	35	6.941
Segundo	2.3.3.1		4.000	0	0	127	6.884
	2.3.3.2		2.000	0	0	16	1.714
	2.3.3.3		10.000	0	0	97	14.895
Terceiro	2.3.3.1		Em contínuo	147	7.380	147	7.380
	2.3.3.2		Em contínuo	6	1.291	6	1.291
	2.3.3.3		Em contínuo	144	36.823	144	36.823
TOTAL			35.000	297	45.494	643	81.046

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição geográfica de cada uma das subações. A distribuição regional dos PA da ação 2.3.3 – “Valorização ambiental dos espaços florestais” é muito distinta de subação para subação.

Na subação 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, os PA e o investimento concentram-se na região Centro e Norte.

Quadro 336: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.1

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	94	28%	5.307	29%	56
Centro	163	49%	9.018	50%	55
LVT	35	10%	1.841	10%	53
Alentejo	36	11%	1.411	8%	39
Algarve	6	2%	448	2%	75
TOTAL	334	100%	18.025	100%	54

Na subação 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais”, a situação não sofreu alterações significativas, face a 2010, continuando o Norte a ter o maior investimento médio (240 mil euros), o Centro o maior nº de PA (45%) e o Alentejo maior percentagem de investimento (42%).

Quadro 337: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.2

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	2	6%	481	11%	240
Centro	12	36%	940	22%	78
LVT	8	24%	1.267	29%	58
Alentejo	10	30%	1.553	36%	171
Algarve	1	3%	120	3%	120
TOTAL	33	100%	4.361	100%	132

Quanto à subação 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos” verifica-se que cerca de 59% dos PA entrados e 60% do investimento se concentraram no Alentejo. Em termos de investimento médio, este foi maior no Algarve e no Centro.

Quadro 338: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.3

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	15	5%	3.007	5%	200
Centro	30	11%	6.540	11%	218
LVT	62	22%	12.318	21%	199
Alentejo	166	60%	35.944	61%	217
Algarve	3	1%	850	1%	283
TOTAL	276	100%	58.659	100%	213

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição por tipologia de beneficiário e por subação.

Quadro 339: Ação 2.3.3 – Distribuição dos PA do 2º concurso (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1		Subacção 2.3.3.2		Subacção 2.3.3.3	
	Número de PA	%do total	Número de PA	%do total	Número de PA	%do total
Associação Produtores florestais	5	1%	0	0%	16	6%
Entidade gestoras de baldio	20	6%	0	0%	7	3%
Entidades gestoras de ZIF	12	4%	6	18%	35	13%
Entidades participadas pelo Estado	0	0%	1	3%	1	0%
Organismo da administração central	7	2%	1	3%	8	3%
Organismos da administração local	148	44%	5	15%	8	3%
Produtor florestal	140	42%	20	61%	199	72%
Cooperativa Produtores florestais	2	1%	0	0%	2	1%
TOTAL	334	100%	33	100%	276	100%

Na subacção 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, a tipologia de beneficiários mais representativa é a de “*organismos da administração local*” com 44% dos PA apresentados e 51% do investimento apresentado, seguindo-se “*produtores florestais*” com 42% e 32% respetivamente, do número de PA e do investimento apresentado. Estas duas tipologias representam, no seu conjunto, a quase totalidade dos PA e do investimento entrado, cerca 86% do total de PA e 83% do total de investimento. Em termos do investimento médio, o valor mais elevado corresponde à tipologia “*associações de produtores florestais*”.

Na subacção 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” mantém-se uma adesão muito baixa à reconversão de povoamentos florestais com fins ambientais, sendo a tipologia dominante a do “*produtor florestal*”, com 61% do total de PA, 54% do investimento total. Em 2011 o maior valor médio de investimento, 650 mil euros aparece na tipologia de “*entidades participadas pelo Estado*”.

Na subacção 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”, os “*produtores florestais*” também correspondem à tipologia de beneficiários mais representativa, com 71% dos PA apresentados, seguindo-se as “*entidades gestoras de ZIF*” e as “*associações de produtores florestais*” com 13% e 6%, respetivamente.

Quadro 340: Ação 2.3.3 – Distribuição do investimento do 2º concurso (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1			Subacção 2.3.3.2			Subacção 2.3.3.3		
	Investimento	% do total	Invest. Médio	Investimento	% do total	Invest. Médio	Investimento	% do total	Invest. Médio
Associação Produtores florestais	461	3%	92	0	0%	-	3.345	6%	209
Entidade gestoras de baldio	1.329	7%	66	0	0%	-	1.803	3%	258
Entidades gestoras de ZIF	915	5%	76	324	7%	54	11.095	19%	317
Entidades participadas pelo Estado	-	-	-	650	15%	650	1.163	2%	1.163
Organismo da administração central	289	2%	41	287	7%	-	2.160	4%	270
Organismos da administração local	9.251	51%	63	752	17%	150	692	1%	87
Produtor florestal	5.688	32%	41	2.348	54%	117	38.254	65%	192
Cooperativa Produtores florestais	93	1%	47	0	0%	-	146	0%	73
TOTAL	18.025	100%	54	4.361	100%	132	58.659	100%	213

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 foram analisadas 78 candidaturas, das quais 74 (95%) foram aprovadas. Do universo das aprovadas, 85 foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 341: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas					
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	60	3.762	60	3.762	29	2.020	31	1.670	31	1.670	1.368	1.073
	2.3.3.2	11	1.357	11	1.357	5	624	6	685	6	685	296	232
	2.3.3.3	35	6.941	35	6.941	12	2.072	23	4.653	23	4.653	2.932	2.254
Segundo	2.3.3.1	127	6.884	127	6.884	36	1.909	91	4.790	90	4.741	4.186	3.348
	2.3.3.2	16	1.714	16	1.714	7	329	9	1.380	9	1.380	688	550
	2.3.3.3	97	14.895	97	14.895	13	2.417	84	12.437	84	12.437	9.352	7.474
Terceiro	2.3.3.1	147	7.380	30	1.258	4	155	26	1.103	9	466	466	373
	2.3.3.2	6	1.291	1	650	0	0	1	650	1	650	453	249
	2.3.3.3	144	36.823	37	4.563	0	0	37	4.563	16	2.767	1.797	1.300
TOTAL		643	81.046	414	42.023	106	9.526	308	31.931	269	29.450	21.537	16.853

A distribuição regional dos PA contratados por subacção mantém-se idêntica à relatada no Relatório de 2010, conforme se pode verificar no quadro que se segue.

Quadro 342: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.3.1				Subacção 2.3.3.2				Subacção 2.3.3.3			
	Total contratado				Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	7	318	292	233	1	236	106	84	7	505	402	322
Centro	84	4.467	3.874	3.099	4	348	148	118	19	4.835	3.494	2.796
LVT	24	1.323	1.297	1.016	3	772	478	266	29	4.804	3.915	2.895
Alentejo	11	533	335	268	7	1.240	649	519	66	9.052	5.863	4.690
Algarve	4	238	221	177	1	119	55	44	2	662	407	326
TOTAL	130	6.878	6.019	4.794	16	2.715	1.436	1.032	123	19.858	14.082	11.028

O mesmo se passa quanto à distribuição por tipologia de investimento contratado da subacção 2.3.3.1.

Quadro 343: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subacção 2.3.3.1 (por tipologia de investimento)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.3.1		
	Número de PA	Investimento proposto	
		(mil euros)	% do total
Processos de erosão	3	336	5%
Corredores ecológicos	13	553	8%
Galerias ripícolas	108	5.650	82%
Mont. azinho notáveis em RN	1	21	0%
Paisagens notáveis	5	318	5%
TOTAL	130	6.878	100%

Na subacção 2.3.3.3 "Proteção contra agentes bióticos nocivos", embora se mantenha a tipologia de investimento "recuperação de montados" a que tem maior representatividade, com 64% do investimento total contratado, passaram a ser os "montados de sobreiro" os mais representativos com 48% do investimento total contratado. A tipologia "controlo do nemátodo da madeira do pinheiro" representa 25% do investimento contratado.

Quadro 344: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na subação 2.3.3.3 (por tipologia de investimento)

Tipologia de investimento	Subação 2.3.3.3			
	Número de PA	Investimento proposto		
		(mil euros)	% do total	
Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro	30	5.062	25%	
Recuperação de montados em declínio	Sobreiro	53	9.490	48%
	Azinheira	15	1.284	6%
	Mistos	10	1.871	9%
Cont. Esp. Inv./Problemas Estabilidade Ecológica	7	1.756	9%	
Cont. Esp. Inv./Outras áreas	5	261	1%	
Recuperação de Povoamentos de Castanheiro	3	133	1%	
TOTAL	123	19.858	100%	

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos PA contratados por tipologia de beneficiário.

Quadro 345: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados (por subação e por tipologia de promotor)

Beneficiários	Subação 2.3.3.1		Subação 2.3.3.2		Subação 2.3.3.3	
	Número de PA	Investimento	Número de PA	Investimento	Número de PA	Investimento
Associação Produtores florestais	3	141	0	-	13	2.242
Entidade gestoras de baldio	4	280	0	-	0	-
Entidades gestoras de ZIF	5	405	1	23	13	2.714
Organismo da administração central	4	195	0	-	5	1.648
Organismos da administração local	85	4.884	3	353	5	474
Produtor florestal	29	972	11	1.688	85	11.541
Entidades participadas pelo Estado	0	-	1	650	1	1.163
Cooperativa Produtores florestais	0	-	0	-	1	75
TOTAL	130	6.878	16	2.715	123	19.858

Relativamente à tipologia de promotores não se verificaram alterações face ao já verificado em 2010.

Em termos acumulados, foram contratados 269 PA, num total de 21.537 mil euros de despesa pública, representando 16.853 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou a ser de 34%.

c. Execução financeira

Esta ação iniciou a sua execução financeira no ano de 2011 atingindo, no final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados de 5.958 mil euros de despesa pública e 4.757 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 346: Ação 2.3.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	15	1.059	799	640	8	173	138
Centro	107	9.650	7.516	6.013	73	2.568	2.054
LVT	56	6.899	5.691	4.177	47	1.085	859
Alentejo	84	10.824	6.847	5.477	45	2.034	1.627
Algarve	7	1.018	683	547	6	98	78
Total	269	29.450	21.537	16.853	179	5.958	4.757

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 10% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 28% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Verifica-se, em termos de áreas contratadas e pagas, que o Centro e, sobretudo, o Alentejo são as regiões mais importantes, ao nível desta ação.

Quadro 347: Ação 2.3.3 – Distribuição regional das áreas contratadas e pagas (acumulado)

Un: ha

Região	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
(contratadas)						
2331	24	59	18	126	0	226
2332	55	190	142	588	62	1.037
2333	233	2.793	269	3.451	309	7.055
Total	312	3.041	429	4.165	371	8.318
(pagas)						
2331	10	24	8	76	0	118
2332	0	50	0	141	62	252
2333	225	2.793	242	2.848	309	6.417
Total	235	2.868	249	3.065	371	6.787

Analisando os indicadores de realização verifica-se que o apoio médio por proprietário florestal foi superior ao previsto inicialmente, uma vez que com 38% da despesa pública contratada apenas se apoio 9% dos proprietários florestais previstos.

Quadro 348: Ação 2.3.3 – Indicadores de realização

	Contratado	Pago	Meta	% de cumprimento da meta	
				Contratado	Pago
Volume total de investimento	29.450	19.534	76.687	38%	25%
Nº Proprietários florestais apoiados	224	143	2.500	9%	6%

Quadro 349: Ação 2.3.3 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado*	med COM	Área apoiada (ha)		Meta	Cumprimento da meta	
		Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	227	8.318	6.787	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	227	8.318	6.787	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	227	8.318	6.787	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	227	8.318	6.787	+	Cumprido	Cumprido

2.2.3.6 Ação 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria nº 596-B/2008, de 8 de julho com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 1229-B/2008, de 27 de outubro, pela Portaria n.º 1327/2010, de 10 de dezembro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Elaboração e implementação dos regulamentos de proteção e gestão dos sistemas agrícolas e florestais relacionados com os sítios “Natura 2000” e outros locais de elevado valor natural no quadro de ITI;
- Sensibilização da população alvo para as ITI e acompanhamento técnico aos seus beneficiários no âmbito dos compromissos agrossilvo-ambientais contratados.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 foi aberto o quarto período de candidaturas que decorreu entre 17 de janeiro e 15 de fevereiro. Foram rececionadas 3 candidaturas válidas. Das 9 Estruturas Locais de Apoio (ELA) existentes, apenas concorreram a da ITI Serras de Aires e Candeeiros, a de Monchique e Caldeirão e a da Rede Natura do Alentejo. Estas duas últimas ITI só foram operacionalizadas em 2011.

Quadro 350: Ação 2.4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.987	362	0	0	9	362
Segundo		487	0	0	9	487
Terceiro		434	0	0	8	554
Quarto		150	3	150	3	150
TOTAL	3.987	1.433	3	150	29	1.553

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 foram analisadas as 3 candidaturas entradas, tendo sido todas aprovadas e contratadas, envolvendo uma despesa pública de 150 mil euros, conforme o quadro seguinte.

Quadro 351: Ação 2.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	9	362	9	362	0	0	9	362	9	362	362	271
Segundo	9	487	9	487	0	0	9	487	9	487	487	365
Terceiro	8	554	8	554	0	0	8	554	8	554	434	326
Quarto	3	150	3	150	0	0	3	150	3	150	150	113
TOTAL	29	1.553	29	1.553	0	0	29	1.553	29	1.553	1.433	1.075

Analisando a distribuição regional dos PA contratados verifica-se que, quer no ano de 2011 quer em termos de acumulado, a região Norte é a mais representativa, fruto do facto de assumir a presidência de 4 ELA, da DRAP Centro de 2 ELA, e as restantes DRAP a presidência, cada uma, de apenas 1 ELA.

Quadro 352: Ação 2.4.1 – Distribuição dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Contratado em 2011				Total Contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	12	762	641	481
Centro	1	50	50	38	7	350	350	263
LVT	0	0	0	0	2	90	90	67
Alentejo	1	50	50	38	4	172	172	129
Algarve	1	50	50	38	4	180	180	135
TOTAL	3	150	150	113	29	1.553	1.433	1.075

Em termos acumulados, foram contratados 29 PA, dos quais 3 no ano de 2011, num total de 1.433 mil euros de despesa pública, representando 1.075 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 36%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 459 mil euros de despesa pública e 344 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 38% foram pagos no ano de 2011 (172 mil euros de despesa pública e 129 mil euros de comparticipação FEADER).

Quadro 353: Ação 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	762	641	481	12	219	164
Centro	7	350	350	263	7	82	61
LVT	2	90	90	67	2	20	15
Alentejo	4	172	172	129	4	79	60
Algarve	4	180	180	135	4	59	44
TOTAL	29	1.553	1.433	1.075	29	459	344

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 11% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 32% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (3.987 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 39%.

Quadro 354: Ação 2.4.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	29	1.553	1.433	1.075	459	344
Meta	3.987	3.987	3.022	3.022	3.987	3.022
% da meta	39%	36%	36%	12%	11%	

2.2.3.7 Ação 2.4.2 – Instrumentos de programação e gestão para ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º a) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria n.º 1245/2010, de 14 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Conservação do património natural relativo à biodiversidade visada nos objetivos da Rede Natura 2000, através da criação de condições para uma adequada gestão de sistemas agrícolas e florestais relevantes;
- Aumento da atratividade das zonas rurais através da conservação do seu património natural.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011 foi aberto o primeiro concurso para esta ação, que decorreu entre 15 e 25 de fevereiro, com um plafond de 1.000 mil euros.

A este concurso candidataram-se 5 PA.

Quadro 355: Ação 2.4.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.700	362	5	882	5	882
TOTAL	2.700	362	5	882	5	882

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 foram analisadas, decididas e contratadas as 5 candidaturas entradas, num total de 882 mil euros de despesa pública e 441 mil euros de comparticipação FEADER, conforme o quadro seguinte.

Quadro 356: Ação 2.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	5	882	5	882	0	0	5	882	5	882	882	441
TOTAL	5	882	5	882	0	0	5	882	5	882	882	441

Em termos acumulados, foram contratados 5 PA, todos no ano de 2011, num total de 882 mil euros de despesa pública, representando 441 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 33%.

c. Execução financeira

A ação não apresentou execução financeira até ao final do ano de 2011.

2.2.3.8 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais

Cada uma destas ações compreende, além dos pagamentos às componentes agro e silvo-ambientais, também as candidaturas correspondentes à componente dos investimentos não produtivos que pela sua especificidade será analisada no seu conjunto noutro ponto deste Relatório.

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a), iv), alínea b), v); Artigo 39º; Artigo 47º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.4; 5.3.2.2.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214, 225;
- Portaria nº 232-A/2008 de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1234/2010, de 10 de dezembro.

2. Objetivos das Ações

Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem.

3. Implementação das Ações

Os apoios agroambientais e silvo-ambientais atribuídos no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), ou seja, na Medida 2.4 (exceto a componente dos Investimentos não produtivos) estão incorporados no SIGC - Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

Os pedidos de apoio (PA) e os pedidos de pagamento (PP) das ações em apreço passaram a ser apresentados, a partir de 2011, em simultâneo no Pedido Único (PU).

Tal como acontece nas medidas 2.1, 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a gestão da medida 2.4 “ITI – Pagamentos agro e silvo ambientais” é também da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

Tal como já referido para as ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2011 decorreu entre 21 de Fevereiro e 15 de Maio de 2011.

A distribuição geográfica dos PA destas ações está, naturalmente, condicionada pela localização das ITI atualmente existentes e pela sua respetiva dimensão física.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos agro e silvo-ambientais, sendo que se destaca a região Norte, onde se localizam quatro ITI, em número de candidaturas, área para apoio e apoio determinado.

Quadro 357: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Distribuição regional dos PP agro e silvo-ambientais determinados para apoio

Regiões	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Norte	6.110	89%	56.622	67%	7.997	75%
Centro	597	9%	7.655	9%	1.050	10%
LVT	16	0%	181	0%	23	0%
Alentejo	141	2%	20.390	24%	1.525	14%
Algarve	14	0%	249	0%	28	0%
TOTAL	6.878	100%	85.098	100%	10.623	100%

Relativamente a 2010, verifica-se uma diminuição de área que resulta da alteração do conceito de área determinada para apoio, efectuada pelo IFAP, encontrando-se, nos dados agora apresentados, expurgadas as

áreas que não são alvo de pagamento mas que fazem parte do compromisso agro e silvo-ambiental.

O quadro seguinte permite verificar a importância da ITI Douro Vinhateiro (a única que não se enquadra em rede natura e cujo objectivo é a preservação da paisagem) comparativamente às restantes ITI, em número de candidaturas (mas não em área determinada para apoio e apoio determinado).

Quadro 358: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por objetivo da ITI)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Preservação da paisagem (ITI DV)	3.901	57%	8.881	10%	4.739	45%
Rede Natura	2.977	43%	76.217	90%	5.884	55%
TOTAL	6.878	100%	85.098	100%	10.623	100%

O balanço entre as componentes, agro e silvo-ambiental, é feito no quadro seguinte, permitindo visualizar a reduzida expressão que a componente silvo-ambiental continua a assumir.

Quadro 359: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipologia de natureza de apoio)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Agro-ambientais	6.726	98%	77.841	91%	9.989	94%
Silvo-ambientais	152	2%	7.257	9%	634	6%
TOTAL	6.878	100%	85.098	100%	10.623	100%

Os quadros que se seguem, apresentam a informação dos PP, área e montantes determinados para apoio, do PU 2011, distribuídos segundo o ano de apresentação dos PA.

Quadro 360: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento por ITI

Número de candidaturas determinadas para apoio em 2010 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (N.º)										TOTAL	Total de expirações
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste			
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	1.535	429	23	657	27	8	6	56	1	2.742	2.742	
	Relativas a candidaturas PAS 2009	909	85	150	296	27	5	4	18	1	1.495	1.495	
	Relativas a candidaturas PAS 2010	411	87	44	167	65	12	7	29	4	826	826	
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.052	87	118	259	63	57	13	16	11	1.676	1.676	
	Total de apoios em 2011	3.901	688	335	1.372	182	82	30	119	17	6.739	6.726	
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		23	0	0	0	1	0	0	0	24	24	
	Relativas a candidaturas PAS 2009		1	2	0	0	4	0	1	1	9	9	
	Relativas a candidaturas PAS 2010		2	3	1	12	15	0	0	9	42	42	
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		5	15	0	20	29	0	0	8	77	77	
	Total de apoios em 2011		31	20	1	32	49	0	1	18	152	152	
TOTAL		3.901	719	355	1.373	214	131	30	120	35	6.891	6.878	

Quadro 361: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Área apoiada por ITI

Áreas determinadas para apoio em 2010 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (ha)										TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste		
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	3.385	25.608	129	3.610	329	78	16	8.531	5	41.691	
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1.999	955	973	2.125	229	241	16	3.672	5	10.217	
	Relativas a candidaturas PAS 2010	844	2.268	262	976	385	64	40	4.750	98	9.686	
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	2.724	6.628	819	1.943	515	316	199	2.725	467	16.334	
	Total de apoios em 2011	8.881	35.459	2.184	8.638	1.458	699	271	19.678	574	77.841	
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		1.863	0	0	0	79	0	0	0	1.942	
	Relativas a candidaturas PAS 2009		55	22	0	0	105	0	14	9	205	
	Relativas a candidaturas PAS 2010		146	159	104	168	1.008	0	0	173	1.757	
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		412	748	0	380	1.621	0	0	191	3.352	
	Total de apoios em 2011		2.476	928	104	548	2.813	0	14	373	7.257	
TOTAL		8.881	37.935	3.112	8.743	2.005	3.512	271	19.692	947	85.098	

Quadro 362: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Despesa pública por ITI

Apoio determinado em 2010 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (mil euros)										TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste		
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	1.974	1.180	30	484	60	19	4	669	1	4.421	
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1.131	78	183	331	48	42	3	253	1	2.070	
	Relativas a candidaturas PAS 2010	450	126	45	145	88	16	7	355	10	1.243	
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.183	256	145	239	101	86	25	177	44	2.255	
	Total de apoios em 2011	4.739	1.640	402	1.199	297	163	39	1.455	55	9.989	
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		165	0	0	0	8	0	0	0	173	
	Relativas a candidaturas PAS 2009		5	3	0	0	13	0	2	1	25	
	Relativas a candidaturas PAS 2010		13	16	9	21	79	0	0	21	158	
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		36	69	0	43	111	0	0	19	278	
	Total de apoios em 2011		218	88	9	64	211	0	2	41	634	
TOTAL		4.739	1.858	490	1.208	361	375	39	1.457	96	10.623	

Os resultados dos quadros anteriores permitem concluir que existem quatro ITI que concentram a execução física e financeira:

- ITI Douro Vinhateiro, que se destaca no número de PP (57% do total) e Apoio determinado (45%);
- ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, com 20% dos PP, 10% da área e 11% dos apoios determinados;

- c. ITI Peneda-Gerês, com 10% dos PP, 45% da área e 17% dos apoios determinados;
- d. ITI Castro Verde, com 23% da área e 14% dos apoios determinados (para apenas 2% dos PP).

Estas quatro ITI no seu conjunto reúnem 89% dos PP, 88% da área e dos apoios determinados.

As restantes apresentam níveis de execução bastante baixos, sendo esta situação particularmente evidente nos apoios silvo-ambientais.

A distribuição dos diferentes tipos de apoio agroambiental e silvoambiental constam dos quadros seguintes.

Quadro 363: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por tipo de apoio agro ambiental)

Tipo de apoio agro-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio Agro-Ambientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Gestão do pastoreio em áreas de baldio	25	33.526	1.202
Ajuda à conservação da estrutura ecológica de base	2.652	15.048	1.999
Manutenção de socacos	3.908	8.953	4.740
Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	340	22.553	1.632
Sementeira directa	31	1.711	111
Manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural	774	3.170	322
Manutenção de pastagens permanentes de sequeiro naturais ou melhoradas	16	455	41
Gestão do pastoreio em formações arbustivas mediterrânicas	1	108	4
Conservação dos soutos notáveis da Terra Fria	69	108	49
TOTAL	7.816	85.631	10.100
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	6.765	79.645	

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Quadro 364: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipo de apoio silvo-ambiental)

Tipo de apoio Silvo-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio Agro-Ambientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Renaturalização de manchas florestais	5	278	20
Renaturalização de montados de azinho	1	14	2
Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais	36	1.535	134
Requalificação de matagais estremes de baixo valor de conservação	18	467	47
Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiaes ou notáveis	96	2.325	232
Manutenção de galerias ripícolas	17	149	21
Conservação da rede de corredores ecológicos	66	2.488	178
TOTAL	239	7.257	633
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	152	7.301	

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Seguidamente apresenta-se alguma informação adicional relativa a cada uma das ITI.

[Ação 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro](#)

A ITI Douro Vinhateiro, que prevê apenas o apoio agro-ambiental à manutenção de socalcos, é a principal região, em termos do número de explorações apoiadas, com 3.901 explorações, as quais representam 58% dos apoios agroambientais.

Em termos da superfície total apoiada, os 8.881 ha correspondem a 11% da superfície agroambiental apoiada e a despesa pública de 4.739 mil euros a 47% do montante de apoio às agro-ambientais nas ITI.

[Ação 2.4.4 - ITI Peneda-Gerês](#)

A ITI Peneda-Gerês é a principal região, em termos de área apoiada, com 35 mil ha, correspondente a 46% da superfície determinada para apoio agroambiental. Nesta ITI foram apoiados 688 beneficiários, 10% do total de candidaturas agroambientais. O montante de apoio determinado corresponde a 16% do montante de apoio determinado para as agroambientais nas ITI.

Relativamente aos apoios silvo-ambientais, a Peneda-Gerês é, juntamente com o Tejo Internacional, a ITI mais importante, com mais de 1/3 da área (2.476 ha) e do apoio total (218 mil euros). Foram apoiados 31 beneficiários, o que corresponde a 20% de todas as candidaturas em silvo-ambientais.

[Ação 2.4.5 - ITI Montesinho-Nogueira](#)

A ITI Montesinho-Nogueira representa, em termos agro ambientais, 5% do nº de beneficiários (335), 3% da área (2.184 ha) e 4% do apoio determinado (402 mil euros).

Quanto aos apoios silvo-ambientais, é uma ITI mais significativa, com mais de 13% dos beneficiários (20), da área (928 ha) e do apoio (88 mil euros).

[Ação 2.4.6 - ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Coa](#)

Na área de intervenção da ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Coa, houve 1.372 explorações determinadas para apoio na componente

agro-ambiental equivalendo a 20% do total das ITI em 2010 sendo, assim, a segunda ITI com mais beneficiários após a ITI Douro Vinhateiro.

Em termos de área determinada 8.638 ha de superfície total a apoiar, correspondendo a 11% do total das ITI, sendo a terceira ITI, juntamente com o douro Vinhateiro, com mais área determinada para apoio após a ITI Peneda-Gerês e a ITI Castro Verde.

Em termos de montantes de despesa pública determinados em 2011, esta foi de 1.199 mil euros, o que corresponde a 12% de todas as ITI.

No que se refere aos apoios silvo ambientais esta ITI tem um peso pouco expressivo, representando cerca de 1% das explorações (1) da área (104 ha) e do apoio (9 mil euros) total concedido às ITI.

Ação 2.4.7 - ITI Serra da Estrela

Foram determinados 182 beneficiários nas agro ambientais. A estes beneficiários foram determinados pagamentos no valor de 297 mil euros, referentes a 1.458 ha de superfície apoiada, representando assim esta ITI entre 2 e 3% do valor total de beneficiários, área e apoio determinado.

Quanto aos apoios silvo-ambientais, esta ITI é muito mais significativa, sendo a segunda ITI mais importante em termos de número (21% do total das ITI) e representando entre 8 e 10% da área (582 ha) e do apoio (64 mil euros) total.

Ação 2.4.8 - ITI Tejo Internacional

Nesta ITI, e na ITI de Costa do Sudoeste, existe um equilíbrio entre agro e silvo-ambientais, ao contrário das restantes ITI onde existe um completo domínio das agro-ambientais.

É de realçar que esta é a ITI mais importante ao nível das silvo-ambientais, juntamente com a Penêda-Geres, com cerca de 1/3 dos beneficiários (49), área (2.813 ha) e apoio (211 mil euros) determinado.

Quanto às agro-ambientais, esta ITI representa entre 1 e 2% dos beneficiários (82), área (699 ha) e apoio (163 mil euros) total.

Ação 2.4.9 – ITI Serras de Aire e Candeeiros

Esta ITI tem pequena expressão a nível dos beneficiários, área e apoio total, tanto a nível das agro-ambientais como das silvo-ambientais representando menos de 1% dos valores totais,

Esta ITI é a que tem menor adesão, juntamente com a ITI da Costa Sudoeste, ao nível das agro-ambientais.

Ação 2.4.10 – ITI Castro Verde

Esta ITI é, sobretudo, representativa ao nível da área, 2ª ITI mais importante, com ¼ da área total (19.678 ha) e, em menor grau, ao nível do apoio, 3ª ITI mais importante, representando 15% (1.455 mil euros) do apoio total. Foram determinados para apoio 119 beneficiários na componente agro-ambiental desta ITI, representando 2% do total de beneficiários.

Quanto aos apoios silvo-ambientais esta ITI tem pequena expressão, tendo havido apenas 1 beneficiário determinado com 14 ha e 2 mil euros de apoio total.

Ação 2.4.11 - ITI Costa Sudoeste

Esta é, juntamente com a ITI das Serras de Aires e Candeeiros, a ITI com adesão mais reduzida, ao nível das agro-ambientais, tendo somente 17 beneficiários determinados para apoio com uma área determinada para apoio de 574 ha e um apoio previsto de 55 mil euros, ou seja entre 0,3% e 0,7% dos valores totais.

Quanto aos apoios silvo ambientais é uma ITI mais significativa representando entre 5% (373 ha) e 12% (18 explorações) dos valores totais. Foram determinados para esta ITI 41 mil euros de apoio, ou seja cerca de 7% do apoio total da componente silvo ambiental.

Ação 2.4.12 - ITI Monchique e Caldeirão e Ação 2.4.13 – ITI das Zonas de Rede Natura do Alentejo

Na campanha de 2011 do PU decorreu o primeiro período de apresentação de pedidos de apoio a estas duas ITI.

Tendo em conta que o Organismo Pagador não efectuou, durante o ano de 2011, qualquer apuramento de ajudas destas ITI não é possível apresentar

a correspondente informação relativa a dados determinados de candidaturas, área e montante.

No que se refere às candidaturas efectuadas no PU 2011, que decorreu em 2011, pode observar-se nos quadros seguintes a distribuição por ITI das candidaturas e áreas aprovadas e a estimativa do apoio anual sob compromisso.

Quadro 365: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de apoio agroambientais – PU 2011 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PU 2011 nas Agro-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor estimado de apoio (1000 €)
ITI Douro Vinhateiro	1.110	2.850	1.254
ITI Peneda-Gerês	132	6.703	259
ITI Montesinho-Nogueira	185	1.081	164
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	335	2.804	248
ITI Serra da Estrela	85	657	101
ITI Tejo Internacional	64	413	91
ITI Serras de Aires e Candeeiros	14	307	25
ITI Castro Verde	18	3.049	206
ITI Costa Sudoeste	13	467	44
ITI Monchique e Caldeirão *	18	41	
ITI Natura Alentejo *	21	1.763	
Total	1.995	20.135	2.391
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	1.784		

* Dados declarativos estimados

Quadro 366: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Pedidos de apoio silvo-ambientais – PU 2011 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PU 2011 nas Silvo-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor estimado de apoio (1000 €)
ITI Peneda-Gerês	9	412	36
ITI Montesinho-Nogueira	29	780	74
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	0	0	0
ITI Serra da Estrela	32	380	43
ITI Tejo Internacional	47	2.875	178
ITI Serras de Aires e Candeeiros	0	0	0
ITI Castro Verde	0	0	0
ITI Costa Sudoeste	9	191	19
ITI Monchique e Caldeirão *	9	53	
ITI Natura Alentejo *	23	1.481	
Total	158	6.172	349
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	126		

* Dados declarativos estimados

b. Execução financeira

Componente agroambiental

Em termos acumulados o valor da despesa pública (26.434 mil euros) corresponde a apenas 17% da meta prevista de 159.350 mil euros de despesa pública total no decorrer do período de programação. Esta componente continua, assim, bastante longe das metas previstas.

Quadro 367: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Execução da componente agroambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	Em 2011	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	4.710	12.923
ITI Peneda-Gerês	1.668	5.285
ITI Montezinho-Nogueira	331	718
ITI Douro Internacional	970	2.650
ITI Serra da Estrela	207	512
ITI Tejo Internacional	80	227
ITI Serras de Aires e Candeeiros	29	53
ITI Castro Verde	1.376	4.016
ITI Costa Sudoeste	40	50
ITI Monchique e Caldeirão *		
ITI Natura Alentejo *		
Total	9.411	26.434
	Meta	159.350
	% da meta	17%

* ITI ainda sem execução financeira

Componente silvo-ambiental

A execução financeira em 2011 foi de 600 mil euros de despesa pública com um valor de comparticipação FEADER de 480 mil euros, correspondendo apenas a 8% da meta 2007-2013. Estes valores indicam que, se a área média foi superior ao esperado, o apoio por hectare, pelo contrário, foi muito inferior ao previsto.

Quadro 368: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Execução da componente silvo-ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	Em 2011	Acumulado
ITI Peneda-Gerês	246	760
ITI Montesinho-Nogueira	81	87
ITI Douro Internacional	9	16
ITI Serra da Estrela	51	80
ITI Tejo Internacional	176	292
ITI Serras de Aires e Candeeiros	0	0
ITI Castro Verde	2	9
ITI Costa Sudoeste	35	66
ITI Monchique e Caldeirão *		
ITI Natura Alentejo *		
Total	600	1.310
	Meta	16.520
	% da meta	8%

A execução ao nível da região convergência corresponde exatamente à execução total do ProDeR pois todas as ITI estão inseridas em região convergência.

Sendo ações plurianuais com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos pode estimar-se o valor desses compromissos o que é realizado no Anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvo-ambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No total houve 6.778 beneficiários dos apoios agro-ambientais existentes no âmbito das ITI, o que corresponde a uma execução, em 2011, de 37% da meta prevista no ProDeR (18.240 beneficiários).

Relativamente às metas de realização, destacam-se as ações agroambientais com uma taxa de cumprimento próxima dos 50%, em termos de áreas e de 37% em termos de número de explorações apoiadas.

As ações silvo-ambientais apresentam taxas de cumprimento de metas inferiores, sendo apenas de realçar o valor da execução acumulada alcançada relativa à área florestal beneficiária de apoio (58% da meta).

Quadro 369: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	6.778	18.240	37%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental		79.645	163.000	49%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental		85.631	173.000	49%
Número total de contratos		6.765	21.890	31%
Número de explorações florestais apoiadas	Silvo-ambientais	164	750	22%
Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha)		8.139	14.000	58%
Número de contratos		164	1.375	12%
Número produtores florestais apoiados		164	750	22%

Quanto aos indicadores de resultado, mais uma vez se destacam as ações agroambientais com um cumprimento das metas a rondar os 50% nos setores para os quais contribui em termos de gestão do espaço rural.

Excetua-se o setor do “combate às alterações climáticas” que teve uma taxa de cumprimento de 0%, em 2011, e a qualidade dos solos que ultrapassou a meta.

Para as ações silvo ambientais e em todos os indicadores alcançou-se um valor na ordem dos 52% o que representa um franco progresso relativamente ao ano de 2010 onde os valores eram muito mais baixos (cerca de 32%).

Quadro 370: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	70.764	160.000	44%
	Silvo-ambientais	7.257	14.000	52%
Qualidade da água	Agro-ambientais	79.645	160.000	50%
	Silvo-ambientais	7.257	14.000	52%
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	1.556	7.000	22%
	Silvo-ambientais	7.257	14.000	52%
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	64.530	50.000	129%
	Silvo-ambientais	7.257	14.000	52%
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	70.764	160.000	44%
	Silvo-ambientais	7.257	14.000	52%

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo" .

2.2.3.9 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Investimentos não produtivos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) vi), alínea b), vii); Artigo 41º e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.6; 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 216, 227;
- Portaria nº 596-C/2008 de 8 de julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1048/2010, de 11 de outubro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos das Ações

- Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem;
- Complementarmente às componentes agro e silvo-ambiental importa assegurar o apoio a investimentos não produtivos que contribuem para os objetivos da intervenção e, no essencial, associados aos compromissos estabelecidos.

3. Implementação das Ações

À semelhança dos relatórios anteriores, no âmbito da medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios aos investimentos não produtivos (INP) em cada ITI correspondentes às seguintes ações:

- 2.4.3 "ITI Douro Vinhateiro"
- 2.4.4 "ITI Peneda-Gerês"
- 2.4.5 "ITI Montesinho-Nogueira"

- 2.4.6 "ITI Douro Internacional, Sabor, Mações e Vale do Coa"
- 2.4.7 "ITI Serra da Estrela"
- 2.4.8 "ITI Tejo Internacional"
- 2.4.9 "ITI Serras de Aires e Candeeiros"
- 2.4.10 "ITI Castro Verde"
- 2.4.11 "ITI Costa Sudoeste"
- 2.4.12 "ITI Monchique e Caldeirão"
- 2.4.13 "ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo"

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Ainda no ano de 2010 foi aberto o segundo concurso para estas ações, que se iniciou a 25 de outubro de 2010 e terminou a 25 de janeiro de 2011, com uma dotação de 10.000 mil euros.

Tal como noutras ações verificou-se uma diminuição no número de candidaturas do primeiro concurso devido a desistências de candidaturas e à deteção de casos de não conformidade.

Quadro 371: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.408	4.489	0	0	310	6.089
Segundo		12.422	703	25.307	703	25.307
Total	26.408	16.911	703	25.307	1.013	31.396

Por via do domínio das ITI Douro Vinhateiro e Douro Internacional, Sabor, Mações e Vale do Coa, é na DRAP Norte que se concentram os INP (95% de PA e 97% do investimento) como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 372: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	965	95%	30.552	97%
Centro	37	4%	631	2%
LVT	2	0%	51	0%
Alentejo	7	1%	121	0%
Algarve	2	0%	41	0%
TOTAL	1.013	100%	31.396	100%

Esta análise tem em atenção o seguinte: 2 das 4 ITI da DRAP Norte têm parte do território na DRAP Centro, A ITI atribuída à DRAP LVT distribui-se territorialmente pela região de LVT e pelo Centro.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 foram analisadas e decididas, todas as candidaturas do segundo concurso. Foram, assim, aprovadas 500 (71% do total de analisadas) candidaturas. Das candidaturas aprovadas 213 foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 373: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	310	6.089	310	6.089	53	1.246	257	4.997	257	4.997	4.266	3.413
Segundo	703	25.307	703	25.307	203	6.435	500	18.875	213	5.765	5.674	4.539
TOTAL	1.013	31.396	1.013	31.396	256	7.682	757	23.873	470	10.762	9.940	7.952

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para estas ações constata-se que 93% se situam no Norte, na ITI Douro Vinhateiro e na ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Coa, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 374: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	439	10.171	9.424	7.539
Centro	21	394	358	287
LVT	1	29	29	23
Alentejo	7	127	99	79
Algarve	2	41	30	24
Total	470	10.762	9.940	7.952

A distribuição regional dos PA por ITI manteve-se face ao já verificado no Relatório de 2010, ou seja existe um total domínio da região Norte.

Por outro lado, é possível verificar que a percentagem dos investimentos não produtivos silvo-ambientais mantém-se em 1% do total.

Quadro 375: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por tipo de INP (acumulado)

	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Silvo-ambientais	7	1%	159	1%
Agro-ambientais	464	99%	10.604	99%
TOTAL	471	100%	10.762	100%

Nota: Existe 1 PA com as componentes agro e silvo ambientais em simultâneo.

Analisando os PA contratados por ITI, verifica-se que a ITI Douro Vinhateiro é a principal ITI, relativamente à componente Agro-ambiental, sendo responsável por 1/2 da área apoiada e por 90% do investimento proposto.

Quanto à componente silvo-ambiental são o Tejo internacional e a Costa Sudoeste as principais ITI apoiadas.

Quadro 376: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por ITI (acumulado)

ITI	componente	PA		Invest. Contratado		Área	
		Nº	%	Mil euros	%	ha	%
Douro Vinhateiro	Agro-ambiental	417	89%	9.658	90%	732	50%
Peneda-Gerês	Agro-ambiental	8	2%	151	1%	15	1%
Montesinho-Nogueira	Agro-ambiental	1	0%	4	0%	16	1%
	Silvo-ambiental	1	0%	20	0%	10	1%
Douro Internacional	Agro-ambiental	26	6%	545	5%	6	0%
	Silvo-ambiental	1	0%	5	0%	-	0%
Serra da Estrela	Agro-ambiental	5	1%	102	1%	126	9%
Tejo Internacional	Silvo-ambiental	2	0%	81	1%	118	8%
Serra de Aires e Candeeiras	Agro-ambiental	1	0%	29	0%	1	0%
Castro Verde	Agro-ambiental	6	1%	116	1%	341	23%
Costa Sudoeste	Silvo-ambiental	3	1%	52	0%	101	7%
TOTAL		471	100%	10.762	100%	1.467	100%

Nota: Existe 1PA com as componentes agro e silvo ambientais em simultâneo.

Estes PA contratados situam-se em 9 ITI com especial preponderância na ITI Douro Vinhateiro que, na sua maioria, prevêm investimentos de “recuperação de muros de suporte de pedra posta nos socalcos”.

Em termos acumulados, foram contratados 470 PA, dos quais 182 no ano de 2011, num total de 9.940 mil euros de despesa pública, representando 7.952 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 37%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 2.909 mil euros de despesa pública e 2.327 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 377: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	439	10.171	9.424	7.539	212	2.715	2.172
Centro	21	394	358	287	13	177	142
LVT	1	29	29	23	0	0	0
Alentejo	7	127	99	79	2	17	13
Algarve	2	41	30	24	0	0	0
Total	470	10.762	9.940	7.952	227	2.909	2.327

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 9% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 29% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores verifica-se que o apoio médio, na componente agro-ambiental, foi superior ao previsto inicialmente uma vez que com 59% da despesa pública contratada e 64% do investimento apenas se apoiou 25% do número de explorações previstas.

Quadro 378: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores financeiros

Indicador financeiros	Modos	Valor Contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta (contratado)	% de cumprimento da meta (pago)
Despesa Pública	Agro-ambientais	9.821	2.891	16.520	59%	17%
FEADER		7.856	2.313	13.450	58%	17%
Despesa Pública	Silvo-ambientais	119	17	9.888	1%	0%
FEADER		95	14	8.050	1%	0%

Quadro 379: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de realização

Indicador de realização	Modos	Valor Contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta (contratado)	% de cumprimento da meta (pago)
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	464	226	1.824	25%	12%
Volume total Investimento (mil euros)		10.604	4.278	16.503	64%	26%
Número produtores florestais apoiados	Silvo-ambientais	7	1	750	1%	0%
Volume total Investimento (mil euros)		159	30	9.877	2%	0%

Quadro 380: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Valor Contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta (contratado)	% de cumprimento da meta (pago)
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	1.050	20	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	229	0	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade da água	Agro-ambientais	1.050	20	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	229	0	+	Cumprido	Não cumprido
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	1.050	20	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	229	0	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	1.467	20	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	229	0	+	Cumprido	Não cumprido
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	1.050	20	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	229	0	+	Cumprido	Não cumprido

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo"

2.2.4 Subprograma 3 – Abordagem LEADER

A abordagem LEADER insere-se nos Eixos 3 e 4 e abrange medidas/ações do Subprograma 3:

Medida 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego

Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida

Ação 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de competências e animação

2.2.4.1 Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 53º; Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.1;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 311;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – Medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Ação

Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011, foi aberto o segundo concurso no âmbito desta ação, abrangendo 38 GAL. A este concurso candidataram-se 267 PA representando um investimento total de 49.177 mil euros, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 381: Ação 3.1.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	46	61.303	16.599	150	28.118
Segundo	40		17.297	267	49.177
Terceiro	1		280		
TOTAL	87	61.303	33.895	417	77.295

Na distribuição regional, a região Norte mantém-se como a mais representativa, com 44% dos PA apresentados a concurso e 46% do investimento total, conforme se pode verificar no quadro apresentado em seguida.

Quadro 382: Ação 3.1.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	183	35.907
Centro	61	9.245
LVT	83	14.257
Alentejo	76	15.544
Algarve	14	2.342
TOTAL	417	77.295

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2011 foram analisadas e decididas 196 candidaturas (73%) do segundo concurso. Em termos globais foram aprovados 67% dos PA analisados.

Quadro 383: Ação 3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
					Não Aprovadas		Aprovadas		Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Primeiro	150	28.118	118	20.143	37	7.256	81	12.886	78	12.269	6.993	5.549
Segundo	267	49.177	196	32.650	68	10.723	128	21.928	46	8.554	4.856	3.809
TOTAL	417	77.295	314	52.793	105	17.979	209	34.814	124	20.823	11.849	9.358

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para esta ação, tal como já constatado para os PA entrados, o maior nº de PA e do investimento situam-se no Norte (36% do valor total, em ambos os casos), conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 384: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	45	7.591	4.348	3.478
Centro	15	1.894	996	797
LVT	26	3.976	2.302	1.721
Alentejo	28	6.090	3.466	2.773
Algarve	10	1.272	737	590
TOTAL	124	20.823	11.849	9.358

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor verifica-se, à semelhança de 2010, um predomínio da tipologia “*outras entidades empresariais privadas - agrícola*” (cerca de metade do nº de PA e do investimento) representando um acréscimo desta tipologia, face a 2010.

Quadro 385: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	64	11.379	6.466	5.140
Empresários em nome individual - Agricultor	48	6.598	3.712	2.917
Membro do agregado familiar do agricultor	6	1.412	810	648
Cooperativas	1	235	141	77
Outras	5	1.199	720	576
TOTAL	124	20.823	11.849	9.358

Quanto aos domínios de intervenção, a larga maioria (83% do investimento e 69% dos PA) foram investimentos nas explorações agrícolas em empreendimentos de agro-turismo, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 386: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	85	17.179	9.833	7.774
Investimentos nas explorações agrícolas - Transformação de produtos do Anexo I do Tratado	9	188	92	74
Investimentos nas explorações agrícolas - Serviços de recreação e lazer	8	1.127	668	527
Investimentos nas explorações agrícolas - Produção de bens resultantes de actividades de transformação	4	278	153	123
Investimentos nas explorações agrícolas - Actividades pedagógicas	3	229	112	90
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	3	480	288	210
Alojamento turístico - Casas de campo	2	333	163	130
Investimentos nas explorações agrícolas - Comercialização de produtos do Anexo I do Tratado	2	49	24	20
Investimentos nas explorações agrícolas - Energias renováveis	2	48	19	15
Outros	6	913	496	396
TOTAL	124	20.823	11.849	9.358

Em termos acumulados, foram contratados 124 PA, num total de 11.849 mil euros de despesa pública, representando 9.358 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 19%.

c. Execução financeira

No final de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 2.705 mil euros de despesa pública e 2.135 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 387: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	28	4.536	1.387	1.110
Centro	4	440	145	116
LVT	14	2.025	390	283
Alentejo	14	2.883	656	525
Algarve	3	329	126	101
TOTAL	63	10.213	2.705	2.135

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 4% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 23% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (124.977 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 17%, enquanto o número de beneficiários apenas atingiu 7% da meta programada, resultado de uma dimensão média, relativamente maior do que a programada.

Quadro 388: Ação 3.1.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	124	20.823	11.849	9.358	63	10.213	2.705	2.135
Meta	1.900	124.977	61.303	48.807	1.900	124.977	61.303	48.807
% da meta	7%	17%	19%	19%	3%	8%	4%	4%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que a criação de postos de trabalho corresponde a 12% da meta, considerando o universo dos PA contratados.

Quadro 389: Ação 3.1.1 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	178	20	53	101	13	27	n.d.
Meta	1.500	300	900	1.500	300	900	16%
% da meta	12%	7%	6%	7%	4%	3%	n.d.

2.2.4.2 Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.2;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 312;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – Medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Ação

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 foi aberto o segundo concurso, em 41 GAL, com uma dotação orçamental de 36.783 mil euros. A diminuição de candidaturas do primeiro concurso, face ao apresentado no relatório de 2010 deve-se a situações de desistência.

Quadro 390: Ação 3.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	61.303	22.206	794	109.266
Segundo	41		36.783	862	119.132
TOTAL	88		58.989	1.656	228.398

Analisando a distribuição regional, verifica-se que continua a haver uma forte adesão na região Norte e Centro que, representam 68% dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 391: Ação 3.1.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	599	88.547
Centro	527	64.487
LVT	263	42.032
Alentejo	217	28.732
Algarve	50	4.600
TOTAL	1656	228.398

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2011 encontravam-se analisadas e decididas 84% (1.203 PA) das candidaturas em todos os GAL. Destas foram aprovadas 715 candidaturas, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 392: Ação 3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	794	109.266	660	85.471	236	30.137	424	55.334	420	54.992	31.763	25.246
Segundo	862	119.132	543	70.752	252	33.969	291	36.783	154	18.903	10.947	8.702
TOTAL	1.656	228.398	1.203	156.223	488	64.106	715	92.117	574	73.895	42.710	33.948

Até ao final de 2011, foram contratados 574 PA. Em termos regionais verifica-se um maior peso da região Centro, com mais de 1/3 dos PA e do investimento.

Quadro 393: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	134	18.210	10.664	8.531
Centro	223	26.776	15.298	12.238
LVT	98	13.749	7.991	6.173
Alentejo	93	12.947	7.495	5.996
Algarve	26	2.213	1.262	1.009
TOTAL	574	73.895	42.710	33.948

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor é de realçar que cerca de 80% dos PA e do investimento, é feito por empresas e que os empresários em nome individual representam cerca de 19% dos PA e 17% do investimento contratado.

Quadro 394: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	441	58.961	34.162	27.185
Empresários em nome individual	111	12.361	7.084	5.653
Associações e fundações privadas	4	703	407	275
Cooperativas	7	689	371	297
Sector Público (não administração local)	2	562	337	270
Outras	9	617	349	268
TOTAL	574	73.895	42.710	33.948

Quanto ao domínio de intervenção os serviços de apoio às empresas e a restauração constituem os domínios mais importantes representando, em conjunto, 47% dos PA e do investimento contratado.

Quadro 395: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Serviços de apoio às empresas	153	17.610	10.129	8.096
Restauração e Similares	117	17.474	10.348	8.258
Indústrias transformadoras	81	11.795	6.851	5.443
Comércio a retalho	54	4.582	2.442	1.944
Serviços de apoio à população	42	6.641	3.851	2.996
Agro-industria	23	1.587	848	676
Comércio por grosso	21	3.231	1.861	1.488
Actividades de diversão e recreativas	14	2.386	1.407	1.081
Tecnologias de informação e comunicação	13	1.267	727	582
Investimentos nas explorações agrícolas	12	906	500	397
Artesanato	10	921	519	415
Construção	10	1.775	1.029	823
Energias renováveis	9	1.635	975	780
Outros	8	1.000	582	456
Actividades de informação e comunicação	7	1.085	640	512
TOTAL	574	73.895	42.710	33.948

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 18.730 mil euros de despesa pública e 14.870 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 396: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	110	15.367	6.005	4.804
Centro	139	15.403	5.515	4.412
LVT	62	9.333	3.617	2.780
Alentejo	52	8.039	3.259	2.607
Algarve	12	873	333	266
TOTAL	375	49.016	18.730	14.870

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 14% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 43% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (4.000 microempresas criadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2011, corresponde a cerca de 14% da meta do programa.

Quadro 397: Ação 3.1.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	574	73.895	42.710	33.948	375	49.016	18.730	14.870
Meta	4.000	-	132.763	105.700	4.000	-	132.763	105.700
% da meta	14%	-	32%	32%	9%	-	14%	14%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho, já se atingiu, em termos de contratação, um valor significativo da meta (71%).

Quadro 398: Ação 3.1.2 – Indicadores de resultado (contratado)

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	1061	184	263	768	129	180	n.d.
Meta	1.500	300	900	1.500	300	900	16%
% da meta	71%	61%	29%	51%	43%	20%	n.d.

2.2.4.3 Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

1 *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); artigo 55º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.3;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 313;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – Medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 *Objetivos da Ação*

Desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

3 *Implementação da Ação*

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Foram abertos, até ao momento, 2 concursos, com uma dotação orçamental de, respetivamente de 19.678 mil euros e 30.992 mil euros.

Quadro 399: Ação 3.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	61.303	30.300	470	95.070
Segundo	41		23.923	613	131.711
TOTAL	88		54.222	1.083	226.781

Analisando a distribuição regional deste concurso, verifica-se, à semelhança de 2010, uma forte adesão na região Norte e Centro, que no seu conjunto, representam mais de 70% dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 400: Ação 3.1.3 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	477	104.394
Centro	286	56.254
LVT	130	28.872
Alentejo	136	25.965
Algarve	54	11.296
TOTAL	1083	226.781

b. Análise e decisão das candidaturas

Até ao momento foram analisadas 761 candidaturas entradas, representando 70% do total de candidaturas entradas.

Quadro 401: Ação 3.1.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	470	95.070	384	73.433	152	30.550	232	42.883	229	42.176	23.521	18.812
Segundo	613	131.711	377	74.698	184	38.429	193	36.268	96	18.037	10.161	7.892
TOTAL	1.083	226.781	761	148.131	336	68.979	425	79.151	325	60.214	33.682	26.705

Das 425 candidaturas aprovadas, foram contratadas, até ao momento, 325 PA. A sua distribuição regional, que se apresenta no quadro seguinte, segue a mesma tendência já referida para as candidaturas entradas.

Quadro 402: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	118	21.241	11.767	9.414
Centro	79	14.327	7.890	6.312
LVT	46	9.208	5.308	4.005
Alentejo	52	9.898	5.742	4.594
Algarve	30	5.540	2.975	2.380
TOTAL	325	60.214	33.682	26.705

À semelhança da ação 3.1.2, as empresas e os empresários em nome individual têm um peso muito significativo, em termos do número de PA e do investimento contratado (mais de 60% do total).

Quadro 403: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	104	21.195	11.957	9.435
Empresários em nome individual	92	16.446	9.000	7.200
Outras entidades empresariais privadas	85	15.444	8.838	6.960
Associações e fundações privadas	11	1.278	705	564
Privados	7	913	482	386
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	2	446	252	202
Cooperativas	1	202	121	97
Outras	23	4.290	2.326	1.861
TOTAL	325	60.214	33.682	26.705

Quanto ao domínio de intervenção, os PA associados a esta ação, estão maioritariamente associados ao "turismo", nas suas diferentes componentes, com predomínio das "casas de campo", com cerca de 60% dos PA e do investimento contratado, um acréscimo significativo desta tipologia face a 2010.

Quadro 404: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Alojamento turístico - Casas de campo	189	37.105	20.492	16.282
Alojamento turístico - Turismo de habitação	51	9.999	5.657	4.526
Animação Turística	39	5.251	3.001	2.353
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	15	2.881	1.707	1.327
Alojamento turístico - Parques de campismo e caravanismo	8	1.262	677	542
Rotas/precursores	7	844	489	391
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	4	439	254	203
Produtos turísticos-Atividades de diversão e recreativas	3	744	402	322
Outros	9	1.688	1.003	759
TOTAL	325	60.214	33.682	26.705

c. Execução financeira

À semelhança das outras ações deste subprograma, a execução desta ação iniciou-se em 2010, apresentando no final de 2011 um montante total de pagamentos acumulados de 11.564 mil euros de despesa pública e 9.228 mil euros de comparticipação FEADER.

Analisando a distribuição regional dos pagamentos verifica-se que a região Norte se destaca com mais de 40% do número de PA e do investimento.

Quadro 405: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	95	16.996	4.826	3.861
Centro	43	8.467	2.376	1.901
LVT	24	4.750	1.721	1.353
Alentejo	27	5.471	1.992	1.594
Algarve	11	1.845	648	519
TOTAL	200	37.529	11.564	9.228

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 19% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 33% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.500 ações turísticas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2010, corresponde a 22% da meta do Programa. Quanto ao investimento e apoio contratado foi superior ao esperado uma vez que representou 43% e 56%, respectivamente, o que denota uma dimensão média de investimento superior ao programado.

Quadro 406: Ação 3.1.3 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	325	60.214	33.682	26.705	200	37.529	11.564	9.228
Meta	1.500	138.532	60.290	48.000	1.500	138.532	60.290	48.000
% da meta	22%	43%	56%	56%	13%	27%	19%	19%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho, já se atingiu 19% da meta.

Quadro 407: Ação 3.1.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	482	55	143	318	33	91	n.d.
Meta	2.500	500	1500	2.500	500	1500	16%
% da meta	19%	11%	10%	13%	7%	6%	n.d.

2.2.4.4 Ação 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e iii); artigo 57º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.3 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria n.º 521/2009 de 14 de maio – Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Ação

Valorizar o património rural na ótica do interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O primeiro concurso desta ação já foi aberto por 47 GAL, e teve uma dotação orçamental global de 18.681 mil euros. O segundo concurso já foi aberto por 39 GAL, com uma dotação total de 30.992 mil euros.

Quadro 408: Ação 3.2.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	61.303	25.184	382	38.517
Segundo	39		28.211	656	68.015
TOTAL	86		53.396	1.038	106.532

Analisando a distribuição regional, verifica-se que houve uma forte adesão na região Norte com mais 40% dos PA e do investimento total proposto.

Quadro 409: Ação 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	414	43.010
Centro	308	32.092
LVT	158	14.485
Alentejo	117	12.363
Algarve	41	4.582
TOTAL	1038	106.532

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2011 encontravam-se analisadas a totalidade das candidaturas do primeiro concurso e 82 das do segundo concurso.

Quadro 410: Ação 3.2.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	382	38.517	307	29.481	109	12.033	198	17.447	195	16.971	10.183	8.078
Segundo	656	68.015	436	43.142	104	12.150	332	30.992	173	15.084	9.050	7.138
TOTAL	1.038	106.532	743	72.623	213	24.184	530	48.439	368	32.055	19.233	15.216

Das 530 candidaturas aprovadas, 368 foram contratadas.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados verifica-se uma representação forte das regiões Norte e Centro, representando estas, no seu conjunto, mais de 60% das candidaturas e do investimento contratado.

Quadro 411: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	128	10.300	6.180	4.944
Centro	102	9.259	5.555	4.444
LVT	58	5.223	3.134	2.336
Alentejo	51	4.422	2.653	2.123
Algarve	29	2.851	1.711	1.368
TOTAL	368	32.055	19.233	15.216

Nesta ação, a tipologia mais significativa é a “*administração local*” com 159 candidaturas no valor de cerca de 15 milhões de euros. Esta tipologia, juntamente com as “*associações e fundações privadas*” e o “*setor público (não administração local)*” representam cerca de ¾ das candidaturas e do investimento total.

Quadro 412: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Administração Local	159	14.868	8.921	7.082
Associações e fundações privadas	84	6.664	3.999	3.199
Sector Público (não administração local)	33	3.695	2.217	1.774
Privados	21	787	472	378
IPSS	8	947	568	428
Empresas	3	274	165	102
Empresários em nome individual	3	178	107	78
Agricultor	3	70	42	34
Cooperativas	3	129	77	62
Outros	51	4.442	2.665	2.081
TOTAL	368	32.055	19.233	15.216

Os PA contratados, na ação 3.2.1, à semelhança do ano anterior, centraram-se sobretudo na “*património rural construído*” na “*preservação e recuperação de práticas e tradições culturais*” e na “*refuncionalização de edifícios de traça tradicional*”, continuando a representar, mais de 80% das candidaturas e do investimento contratado.

Quadro 413: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Património Rural construído	138	11.229	6.737	5.326
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	99	6.248	3.749	2.955
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	71	8.489	5.094	4.017
Rotas/precursos	18	1.292	775	620
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	17	1.409	845	671
Centros de observação da paisagem/natureza	8	1.088	653	522
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	7	966	580	464
Outros serviços básicos	7	1.112	667	534
Animação Turística	2	197	118	94
Serviços de apoio à população	1	25	15	12
TOTAL	368	32.055	19.233	15.216

c. Execução financeira

À semelhança das outras ações deste Subprograma, a execução desta ação iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados, até ao momento, de 5.425 mil euros de despesa pública e 4.298 mil euros de comparticipação FEADER.

Em 2011 já todas as regiões tiveram execução, sendo o Norte a região dominante, com 39% da execução total.

Quadro 414: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	76	5.868	2.094	1.675
Centro	43	3.949	1.238	991
LVT	27	2.528	816	611
Alentejo	28	2.735	729	583
Algarve	16	1.499	548	438
TOTAL	190	16.579	5.425	4.298

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 14% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 28% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.000 acções relativas ao património rural), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2010, corresponde a 37% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado foi superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem superior (53% e 51% respectivamente) face ao número de PA contratados. Também aqui, se verifica uma dimensão média superior à programada.

Quadro 415: Ação 3.2.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	368	32.055	19.233	15.216	190	16.579	5.425	4.298
Meta	1.000	61.289	37.681	30.000	1.000	61.289	37.681	30.000
% da meta	37%	52%	51%	51%	19%	27%	14%	14%

Quadro 416: Ação 3.2.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	430.480	231.786
Meta	112.037	112.037
% da meta	384%	207%

2.2.4.5 Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e IMI); Artigo 56º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.1 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006:321;
- Portaria n.º 521/2009 de 14 de maio – Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O primeiro concurso, com a dotação global de 31.563 mil euros, foi aberto por 46 GAL. Relativamente ao segundo concurso, houve 37 GAL que procederam à sua abertura, tendo estes uma dotação de 20.859 mil euros.

Quadro 417: Ação 3.2.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	46	61.303	31.563	421	61.563
Segundo	37		20.859	660	106.266
TOTAL	83		52.422	1.081	167.830

As candidaturas a esta ação, à semelhança de 2010, apresentaram uma forte representatividade, quer no Norte quer no Centro, com mais de 1/3 do total de candidaturas em cada região, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 418: Ação 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	364	68.099
Centro	426	63.889
LVT	113	14.484
Alentejo	150	18.124
Algarve	28	3.233
TOTAL	1081	167.830

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2011, encontrava-se em análise 31% das candidaturas em todos os GAL e das analisadas 515 (69%) foram aprovadas.

Quadro 419: Ação 3.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	421	61.563	367	48.170	94	16.433	273	31.737	270	30.835	21.660	17.223
Segundo	660	106.266	384	51.495	142	21.344	242	30.151	137	14.221	9.812	7.804
TOTAL	1.081	167.830	751	99.665	236	37.778	515	61.888	407	45.055	31.471	25.028

Das 515 candidaturas aprovadas foram contratadas 407. Apresenta-se a sua distribuição regional, no quadro seguinte, continuando a região Centro a ser a região dominante, com 37% dos PA e 36% do investimento contratado.

Quadro 420: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	110	15.541	10.660	8.528
Centro	152	16.202	11.093	8.875
LVT	48	5.103	3.701	2.811
Alentejo	80	6.973	5.209	4.167
Algarve	17	1.237	809	647
TOTAL	407	45.055	31.471	25.028

Esta ação tem um forte cariz social, sendo a tipologia dominante as “*Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)*”, com mais de 70% das candidaturas e do investimento contratado, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 421: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
IPSS	289	32.212	22.558	17.996
Associações e fundações privadas	63	6.376	4.635	3.672
Administração Local	20	2.297	1.569	1.206
Sector Público (não administração local)	13	839	629	503
Cooperativas	4	283	212	156
Outros	18	3.048	1.868	1.494
TOTAL	407	45.055	31.471	25.028

À semelhança de 2010, continua a haver um peso muito significativo, do "acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência", com cerca de 25% dos PA e 22% do investimento contratado. Outros serviços de cariz social, como o apoio à infância e os serviços itinerantes de apoio social tiveram, também, um peso significativo.

Quadro 422: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência	103	9.773	6.976	5.581
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	55	6.611	4.585	3.605
Serviços de apoio à infância	39	4.918	3.454	2.763
Serviços itinerantes de apoio social	37	3.199	2.307	1.814
Serviços de apoio à população	5	305	229	183
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	3	178	134	107
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	2	181	136	109
Serviços de apoio a novos residentes	2	654	318	254
Outros serviços básicos	161	19.237	13.334	10.612
TOTAL	407	45.055	31.471	25.028

c. Execução financeira

Também nesta ação a execução iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados, em 2011, de 12.144 mil euros de despesa pública e 9.646 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte, com o Norte e Centro sendo as regiões mais importantes, representando ambas, no seu conjunto, mais de 2/3 dos PA e do investimento apoiado.

Quadro 423: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	83	11.536	4.685	3.748
Centro	90	8.940	3.816	3.053
LVT	33	3.522	1.744	1.326
Alentejo	43	4.028	1.469	1.176
Algarve	12	950	431	344
TOTAL	261	28.976	12.144	9.646

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 20% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 39% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.500 ações apoiadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2011, corresponde a 27% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado foi, também nesta ação, superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem da meta superior (56% e 52% respectivamente) face à percentagem de PA contratados.

Quadro 424: Ação 3.2.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	407	45.055	31.471	25.028	261	28.976	12.144	9.646
Meta	1.500	80.000	60.918	48.500	1.500	80.000	60.918	48.500
% da meta	27%	56%	52%	52%	17%	36%	20%	20%

Quadro 425: Ação 3.2.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	15.740	702
Meta	186.728	186.728
% da meta	8%	0%

2.2.4.6 Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b) e Artigo 65º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.4.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 421;
- Portaria n.º 786/2009 de 27 de julho, Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de Junho.

2 Objetivos da Medida

Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação.

Conjugar, através da cooperação, o saber-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projetos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.

3 Implementação da Medida

A implementação desta medida começa pela apresentação por parte dos GAL, em conjunto com a ELD, das áreas temáticas em que pretendem desenvolver projetos de cooperação, os objetivos a alcançar e a mais-valia para o território resultante da concretização da cooperação, através de um Plano de Cooperação. Este integra um diagnóstico das necessidades de cooperação do território e a formulação da estratégia de cooperação,

baseada num conjunto de ideias de cooperação, com um orçamento e calendário previsionais, referente à assistência técnica preparatória dos projetos de cooperação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida, tal como já referido, iniciou a sua operacionalização com a apresentação dos Planos de Cooperação por parte dos GAL, ainda em 2009. No ano de 2011 não entraram novos planos de cooperação.

Quadro 426: Medida 3.4 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Candidaturas entradas em 2011		Total de candidaturas entradas	
	Nº Planos Cooperação	Investimento total	Nº Planos Cooperação	Investimento total
3.4.1	0	0	25	316
3.4.2	0	0	33	710
TOTAL	0	0	58	1.026

Dos 58 planos de cooperação entrados até ao final de 2011, a que correspondem 39 PA entrados, 19 referem-se a intenções de cooperação relativas às ações 3.4.1 e 3.4.2, 6 apenas à ação 3.4.1 e 14 à ação 3.4.2.

A distribuição regional dos planos de cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte, em que a região Norte representa 50% do total das candidaturas apresentadas.

Quadro 427: Medida 3.4 – Distribuição regional das candidaturas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas			
	Nº Planos de cooperação		Investimento	
	Interterritorial (3.4.1)	Transnacional (3.4.2)	Planos de cooperação Interterritorial (3.4.1)	Planos de cooperação Transnacional (3.4.2)
Norte	5	11	58	211
Centro	7	10	84	272
LVT	8	4	98	59
Alentejo	2	5	39	86
Algarve	3	3	37	82
TOTAL	25	33	316	710

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2011 todos os planos estavam analisados.

Quadro 428: Medida 3.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por Ação (acumulado)

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº Planos Cooperação	Invest. total	Nº Planos Cooperação	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº Planos Cooperação	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº Planos Cooperação	Invest. total	Nº Planos Cooperação	Invest. total				
3.4.1	25	316	25	316	1	15	24	292	24	292	248	198
3.4.2	33	710	33	710	4	35	29	575	28	566	509	403
TOTAL	58	1.026	58	1.026	5	50	53	866	52	857	757	601

Dos 58 planos de cooperação analisados foram contratados 52. Destes, 24 contêm intenções de cooperação à ação 3.4.1 e 28 à ação 3.4.2.

A análise da distribuição regional dos PA contratados revela maior dinâmica nas regiões Centro e LVT, no caso dos planos de cooperação interterritorial, e nas regiões Norte e Centro, no caso dos planos de cooperação transnacional.

A distribuição regional dos planos de cooperação contratados é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 429: Medida 3.4 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	Total contratados							
	Coop. interterritorial				Coop. Transnacional			
	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	4	34	29	23	8	164	147	118
Centro	7	84	71	57	8	175	158	126
LVT	8	98	83	66	4	59	53	38
Alentejo	2	39	33	27	5	86	78	62
Algarve	3	36	31	25	3	81	73	59
TOTAL	24	292	248	198	28	566	509	403

(a) - Dos 41 PA contratados, 14 englobam intenções às acções 3.4.1 e 3.4.2, 5 apenas à Acção 3.4.1 e 9 apenas à Acção 3.4.2.

c. Execução financeira

O total dos pagamentos efetuados foi de 258 mil euros de despesa pública com 203 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional e por tipo de plano de cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 430: Medida 3.4 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total pagos					
	Coop. Interterritorial			Coop. Transnacional		
	Nº Planos Cooperação	Despesa Pública	FEADER	Nº Planos Cooperação	Despesa Pública	FEADER
Norte	1	2	2	5	50	40
Centro	2	16	14	4	57	45
LVT	7	37	30	4	34	24
Alentejo	2	4	3	3	18	15
Algarve	3	7	6	3	31	25
TOTAL	15	67	54	19	191	149

2.2.4.7 Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais, situados no espaço nacional com criação de mais valia para os territórios cooperantes.

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação foi operacionalizada através de períodos de candidatura. Em 2011 o período de candidatura decorreu de 1 a 10 de abril de 2011. Este período teve uma dotação orçamental de 1.900 mil euros. No final de 2011, existiam 144 candidaturas entradas válidas com um investimento total proposto de 9.631 mil euros.

Quadro 431: Ação 3.4.1 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento total
Primeiro	11.053	4.962	0	0	63	5.410
Segundo		1.230	0	0	15	1.447
Terceiro		1.797	66	2.774	66	2.774
TOTAL	11.053	7.989	66	2.774	144	9.631

A distribuição regional das candidaturas, em termos acumulados e comparativamente com o ano 2010, tornou-se mais equilibrada, mantendo, no entanto, o Norte a maior representação com 35% dos PA e 32% do investimento total.

Quadro 432: Ação 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (no ano e acumulada)

Un.: mil euros

Região	Candidaturas entradas no ano		Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	19	937	51	3.051
Centro	18	775	33	2.279
LVT	10	450	31	2.691
Alentejo	14	470	20	1.062
Algarve	5	141	9	549
TOTAL	66	2.774	144	9.631

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2011 as candidaturas encontravam-se todas analisadas e decididas.

Quadro 433: Ação 3.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest.	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	63	5.410	63	5.410	0	0	63	4.971	63	4.971	4.224	3.327
Segundo	15	1.447	15	1.447	0	0	15	1.347	15	1.347	1.145	916
Terceiro	66	2.774	66	2.774	4	379	62	2.114	58	2.047	1.740	1.386
TOTAL	144	9.631	144	9.631	4	379	140	8.432	136	8.365	7.109	5.629

A análise da distribuição regional dos PA contratados continua a revelar maior dinâmica para a cooperação na região Norte, concentrando 36% dos projetos de Cooperação Interterritorial contratados, seguida das regiões LVT e Centro, com 22% e 21%, respetivamente.

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 434: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	48	2.679	2.275	1.820
Centro	30	2.084	1.772	1.417
LVT	29	2.050	1.743	1.336
Alentejo	20	1.009	858	686
Algarve	9	542	461	369
TOTAL	136	8.365	7.109	5.629

Analisando os PA contratados por temática de cooperação verifica-se que as tipologias “turismo e promoção dos territórios” e “produtos locais” representam, quer em número de PA contratados, quer em investimento mais de 80% do total contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 435: Ação 3.4.1 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Turismo e promoção dos territórios	85	3.903	3.316	2.625
Produtos locais	80	2.950	2.508	1.985
Meio ambiente e recursos naturais	9	835	710	568
Património histórico-cultural	8	336	285	219
Qualificação, participação e cidadania	7	286	243	194
Novas tecnologias	2	55	47	37
TOTAL	191	8.365	7.109	5.629

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

Em termos acumulados, foram contratados 136 PA, num total de 7.109 mil euros de despesa pública, representando 5.629 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 97% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 64%.

c. Execução financeira

A execução desta ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 1.562 mil euros de despesa pública e 1.235 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 436: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	24	357	285
Centro	17	530	424
LVT	19	394	301
Alentejo	7	232	185
Algarve	3	82	66
TOTAL	70	1.594	1.261

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 14% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 22% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os projectos de cooperação apoiados apresentaram um apoio médio superior ao esperado, uma vez que o número de projectos de cooperação atingiu apenas 17% da meta do Programa enquanto a despesa pública, a eles associada, representou 64% da meta. Verifica-se, ainda, que 72% de GAL estiveram envolvidos em ações de cooperação.

Quadro 437: Ação 3.4.1 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	26	48	7.109	5.629	12	34	1.594	1.261
Meta	150	<46	11.053	8.800	150	<46	11.053	8.800
% da Meta	17%	72%	64%	64%	8%	72%	14%	14%

2.2.4.8 Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais nacionais e de países terceiros, podendo estes não estar situados no espaço da UE

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como na ação 3.4.1, a operacionalização desta ação foi efetuada por períodos de candidaturas, tendo existido um período como também já foi referido para a ação 3.4.1.

Quadro 438: Ação 3.4.2 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	1.507	887	0	0	12	986
Segundo		2.585	0	0	43	3.244
Terceiro		650	11	846	11	846
TOTAL	1.507	4.122	11	846	66	5.076

Em termos acumulados entraram 66 candidaturas válidas, com um total de 5.076 mil euros de investimento proposto.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional das candidaturas entradas, onde se pode verificar que a região do Alentejo é agora a que apresenta o maior número de candidaturas e de investimento, com 27% do investimento total proposto.

Quadro 439: Ação 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Candidaturas entradas no ano		Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	0	-	15	1.055
Centro	1	99	16	995
LVT	2	103	10	810
Alentejo	5	323	17	1.365
Algarve	3	321	8	852
TOTAL	11	846	66	5.076

b. Análise e decisão das candidaturas

Todas as candidaturas entradas foram analisadas. Destas 98% foram decididas, sendo 95% (62 PA) aprovados. No final de 2011 encontravam-se contratados 39 PA.

Quadro 440: Ação 3.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	12	986	12	986	0	0	12	986	7	609	548	439
Segundo	43	3.244	43	3.244	3	261	40	2.872	32	2.229	2.006	1.589
Terceiro	11	846	11	846	1	110	10	723	0	0	0	0
TOTAL	66	5.076	66	5.076	4	371	62	4.581	39	2.838	2.554	2.028

Analisando a distribuição regional dos PA verifica-se que, em termos de número de PA contratados, as regiões predominantes são a região Centro e a do Alentejo, sendo esta última a que apresenta um investimento mais significativo com 28% do total do investimento contratado.

Quadro 441: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	10	669	602	482
Centro	11	638	574	459
LVT	4	305	275	204
Alentejo	11	916	824	659
Algarve	3	310	279	223
TOTAL	39	2.838	2.554	2.028

Analisando os PA contratados, segundo a temática de cooperação que apresentam, verifica-se que a temática de cooperação mais importante é a “qualificação, participação e cidadania”, com mais de 50% do investimento total e dos PA. Os “produtos locais” representam cerca de ¼ dos PA e do investimento total.

Quadro 442: Ação 3.4.2 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Qualificação, participação e cidadania	22	1.428	1.285	1.028
Produtos locais	10	804	724	564
Turismo e promoção dos territórios	4	381	343	274
Meio ambiente e recursos naturais	3	183	165	132
Património histórico-cultural	1	42	38	30
TOTAL	40	2.838	2.554	2.028

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

Em termos acumulados, foram contratados 39 PA, num total de 2.554 mil euros de despesa pública, com 2.028 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 97% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 169%.

c. Execução financeira

A execução desta ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 378 mil euros de despesa pública e 299 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 443: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	8	95	76
Centro	6	125	100
LVT	4	40	29
Alentejo	8	80	64
Algarve	3	39	31
TOTAL	29	378	299

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução residual de 10% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 6% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de projetos de cooperação contratados representa 90% da meta, tendo superado, largamente, o valor da meta em termos de apoio (169%). Este diferencial é compensado na ação 3.4.1.

Quadro 444: Ação 3.4.2 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	18	30	2.554	2.028	6	13	378	299
Meta	20	<46	1.507	1.200	20	<46	1.507	1.200
% da Meta	90%	72%	169%	169%	30%	72%	25%	25%

2.2.4.9 Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea a) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 37º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 413;
- Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de junho, Medida 3.3 - Implementação de estratégias locais de desenvolvimento, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da Diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais;
- Reforçar a Governança Local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como já foi referido em 2010, o reconhecimento dos GAL e aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), iniciou-se no ano de 2008 com o reconhecimento de 44 GAL.

O processo de reconhecimento dos GAL, feito mediante um concurso público, permitiu que cada concorrente apresentasse uma ELD, que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, em particular uma estratégia que possibilitasse a concretização de objectivos, definidos pelo conjunto dos actores socioeconómicos desse mesmo território, essenciais para a revitalização das zonas rurais. Este processo ficou concluído apenas em janeiro de 2010 com o reconhecimento dos últimos 3 GAL e aprovação das respectivas estratégias.

As ELD incorporam as Medidas 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” e 3.2 “Melhoria da qualidade de vida”, cuja execução já foi apresentada anteriormente.

Neste ponto apresenta-se uma síntese da execução das ELD/Medidas 3.1 e 3.2, em cada um dos GAL.

Quadro 445: Medida 3.3 – Execução das ELD (por GAL)

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	7.315	5.852	11	7.344	140	18.396	93	8.941	5.620	4.496	62	2.607	2.086
ADAE	6.125	4.900	10	5.543	86	12.586	38	3.898	2.418	1.935	17	659	528
ADER-AL	7.262	5.810	10	8.107	109	15.702	42	5.757	3.437	2.750	17	679	543
ADERE	5.015	4.012	8	4.209	61	11.069	20	3.425	1.850	1.480	7	445	356
ADERES	4.120	3.296	5	2.416	71	9.573	23	3.142	1.899	1.519	1	15	12
ADER-SOUSA	7.149	5.719	10	7.606	173	33.996	29	5.079	2.936	2.348	27	1.163	930
ADIBER	5.151	4.121	10	4.937	119	13.248	40	4.587	2.733	2.186	36	1.486	1.189
ADICES	5.645	4.516	10	6.316	106	16.697	52	7.516	4.345	3.476	25	1.189	951
ADIRN	7.183	5.746	10	6.120	126	19.316	48	6.499	4.041	3.233	23	1.317	1.054
ADL	8.641	6.913	10	8.013	145	22.668	39	5.892	3.595	2.876	36	1.759	1.407
ADRAT	7.319	5.856	7	5.047	172	28.867	44	7.115	4.166	3.333	22	1.377	1.102
ADREPES	5.889	3.239	10	5.049	78	11.939	45	5.917	3.609	1.985	22	1.112	612
ADRIL	7.873	6.299	9	4.764	107	17.530	51	6.494	3.865	3.092	20	1.178	942
ADRIMAG	7.093	5.675	10	6.529	177	31.503	59	7.200	4.527	3.622	48	2.322	1.858
ADRIMINHO	5.851	4.681	10	5.002	140	22.742	43	5.750	3.429	2.743	20	1.006	805
ADRITEM	6.946	5.557	10	6.140	64	12.602	38	6.640	4.253	3.403	28	1.823	1.458
ADRUSE	5.592	4.474	10	5.232	104	16.140	27	4.103	2.257	1.805	15	688	550
APRODER	6.610	5.288	10	5.219	116	16.386	30	4.225	2.519	2.015	22	1.317	1.054
ATAHCA	6.633	5.306	5	4.429	153	18.508	66	7.337	4.319	3.455	63	2.374	1.899
BEIRA DOURO	6.427	5.142	10	5.632	144	23.788	16	2.593	1.520	1.216	11	776	620
BEIRA INTERIOR SUL	7.203	5.762	10	4.798	71	10.940	35	4.856	3.045	2.436	22	1.359	1.087
CASTELOS DO CÔA	5.763	4.611	10	5.629	80	12.788	22	3.607	1.982	1.585	6	165	132
CHARNECA	8.414	6.731	10	8.189	169	26.160	55	7.959	4.729	3.784	42	1.826	1.461
CORANE	6.638	5.311	5	6.383	200	34.174	34	4.129	2.428	1.942	27	1.191	953
DESTEQUE	6.424	5.140	10	7.843	212	27.665	32	3.811	2.294	1.835	28	1.078	862
DOLMEN	8.105	6.484	10	6.301	177	33.218	36	4.865	2.800	2.240	33	1.396	1.117
DOURO HISTÓRICO	6.619	5.295	10	7.491	107	17.893	22	3.050	1.810	1.448	21	932	745
DOURO SUPERIOR	5.303	4.242	7	5.015	74	10.714	27	4.008	2.370	1.896	23	1.382	1.105
ELOZ	5.315	4.252	10	4.319	112	14.494	39	4.587	2.807	2.246	31	778	623
GAL ADD	5.341	4.273	10	5.681	141	18.371	72	8.224	4.992	3.994	23	1.182	946
GAL ADDLAP	6.546	5.237	5	4.563	91	14.348	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD - ESDIME	6.735	5.388	10	5.804	90	12.573	61	8.179	4.987	3.990	36	1.456	1.164
GAL COVA DA BEIRA	5.802	4.642	5	3.904	67	12.230	23	2.233	1.296	1.036	5	123	99
GAL T B GUADIANA	4.979	3.983	8	4.287	78	9.152	57	5.796	3.415	2.732	36	1.276	1.021
INT ALGARVE CENTRAL	6.055	4.844	10	5.718	48	5.833	35	3.890	2.228	1.782	11	364	291
LEADER OESTE	6.849	5.479	9	6.367	164	28.595	58	8.957	5.342	4.274	40	2.416	1.933
LEADERSÔR	6.205	4.964	10	5.668	64	10.146	23	2.697	1.645	1.316	13	537	430
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	6.133	4.907	10	5.492	83	11.487	38	4.682	2.871	2.297	17	955	764
MONTE	9.977	7.981	10	5.692	134	18.184	67	8.714	5.266	4.213	34	2.111	1.689
PINHAL MAIOR	5.595	4.476	10	3.458	196	22.555	43	4.311	2.488	1.990	34	1.126	901
PROBASTO	5.011	4.009	9	3.312	33	4.959	17	1.871	1.133	906	14	585	468
PRÓ-RAIA	5.601	4.481	10	5.137	85	13.530	11	1.748	1.017	813	8	344	275
PRÓ-RURAL	5.635	4.508	10	5.441	30	3.191	17	1.659	1.018	815	1	22	18
SOL DO AVE	5.328	4.262	10	4.083	104	21.798	21	2.940	1.771	1.417	8	416	333
TAGUS	4.803	3.842	10	5.361	94	11.734	40	3.703	2.197	1.757	13	300	240
TERRAS DE SICÓ	6.325	5.060	9	6.260	139	20.070	53	6.705	3.934	3.147	34	1.368	1.094
TERRAS DENTRO	5.470	4.376	10	4.770	41	6.778	17	2.750	1.746	1.397	10	587	470
TOTAL	298.016	236.940	432	260.623	5.275	806.835	1.798	232.042	138.945	110.254	1.092	50.568	40.177

Quadro 446: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.1 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.1.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	470	376	3	710	7	609	2	48	19	15	1	10	8
ADAE	766	613	2	536	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADER-AL	1.021	817	2	1.121	18	3.560	5	1.188	687	549	2	30	24
ADERE	750	600	2	570	6	1.503	2	482	289	231	1	67	54
ADERES	463	371	1	193	2	382	2	354	193	154	0	0	0
ADER-SOUSA	447	357	2	856	9	2.122	0	0	0	0	0	0	0
ADIBER	290	232	2	242	4	486	1	206	123	99	1	15	12
ADICES	282	226	2	171	1	50	0	0	0	0	0	0	0
ADIRN	639	511	2	887	8	1.904	2	279	165	132	1	3	3
ADL	1.350	1.080	2	1.389	11	2.379	4	815	457	366	4	247	198
ADRAT	1.706	1.365	2	869	11	1.268	4	774	414	332	2	67	54
ADREPES	368	202	2	483	5	1.026	5	821	483	265	3	117	64
ADRIL	787	630	2	1.130	20	4.056	11	1.874	1.121	897	4	281	225
ADRIMAG	443	355	2	521	5	1.027	1	155	62	50	0	0	0
ADRIMINHO	705	564	2	469	15	3.320	2	449	269	215	1	29	23
ADRITEM	837	670	2	660	2	603	2	499	280	224	2	149	120
ADRUSE	699	559	2	723	9	1.729	1	114	45	36	0	0	0
APRODER	1.700	1.360	2	1.100	12	1.272	3	259	121	97	1	30	24
ATAHCA	664	531	1	544	9	2.382	5	907	544	435	5	245	196
BEIRA DOURO	796	637	2	684	18	4.138	2	326	187	149	1	45	36
BEIRA INTERIOR SUL	1.255	1.004	2	695	8	2.020	3	575	345	276	1	86	69
CASTELOS DO CÔA	648	519	2	683	6	1.119	2	331	151	121	0	0	0
CHARNECA	2.000	1.600	2	2.151	35	5.546	7	1.123	644	515	6	124	99
CORANE	1.162	929	1	1.146	16	3.604	2	330	188	151	2	67	53
DESTIQUE	803	642	2	1.446	36	3.425	8	663	368	294	5	112	90
DOLMEN	892	713	2	963	20	5.110	2	335	184	147	1	4	3
DOURO HISTÓRICO	993	794	2	1.018	14	3.302	3	683	381	305	2	164	131
DOURO SUPERIOR	530	424	1	309	6	1.226	2	380	220	176	2	184	147
ELOZ	266	213	2	300	5	627	1	136	54	43	1	35	28
GAL ADD	294	235	2	477	4	399	1	82	41	33	0	0	0
GAL ADDLAP	327	262	1	373	6	1.084	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD - ESDIME	1.116	893	2	1.275	11	3.055	8	2.212	1.275	1.020	5	336	268
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	1	706	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAL T B GUADIANA	1.089	871	2	1.241	7	814	7	765	436	348	1	46	37
INT ALGARVE CENTRAL	908	727	2	905	1	25	1	25	12	10	1	12	10
LEADER OESTE	538	431	2	662	12	3.061	5	1.104	662	530	2	115	92
LEADERSÓR	1.861	1.489	2	1.250	7	1.524	0	0	0	0	0	0	0
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	616	493	2	645	9	1.815	2	583	335	268	1	3	2
MONTE	1.417	1.134	2	567	11	1.205	6	453	233	187	2	40	32
PINHAL MAIOR	661	529	2	295	5	84	2	49	24	20	0	0	0
PROBASTO	251	200	1	150	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRÓ-RAIA	700	560	2	625	4	656	0	0	0	0	0	0	0
PRÓ-RURAL	733	586	2	706	2	394	0	0	0	0	0	0	0
SOL DO AVE	333	266	2	270	2	324	1	215	129	103	1	40	32
TAGUS	360	288	2	501	11	1.447	4	391	226	181	1	1	1
TERRAS DE SICÓ	317	254	1	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TERRAS DENTRO	735	588	2	850	7	1.613	3	838	478	383	0	0	0
TOTAL	37.078	29.570	87	34.175	417	77.295	124	20.823	11.849	9.358	63	2.705	2.135

Quadro 447: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.2 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.935	1.548	2	1.934	40	6.096	26	3.323	1.934	1.547	22	1.177	941
ADAE	1.225	980	2	1.744	41	5.731	20	1.872	1.100	880	10	417	334
ADER-AL	1.634	1.307	2	1.959	22	2.896	13	1.509	853	682	2	136	109
ADERE	810	648	2	648	18	1.393	4	283	149	119	2	34	27
ADERES	695	556	1	433	11	1.208	6	768	433	346	0	0	0
ADER-SOUSA	1.340	1.072	2	2.274	54	10.163	9	1.954	1.172	938	8	474	379
ADIBER	1.159	927	2	975	24	1.742	15	1.090	514	411	14	388	310
ADICES	1.694	1.355	2	2.058	56	7.842	28	3.591	2.040	1.632	18	759	607
ADIRN	2.346	1.877	2	1.562	37	5.975	13	2.233	1.296	1.037	9	648	519
ADL	2.160	1.728	2	1.699	37	5.302	8	944	555	444	7	320	256
ADRAT	1.738	1.391	2	1.873	99	16.030	13	2.837	1.698	1.358	13	1.055	844
ADREPES	1.840	1.012	2	1.443	25	3.640	13	1.518	880	484	6	456	251
ADRIL	1.771	1.417	2	1.120	27	3.395	16	1.635	938	751	8	493	394
ADRIMAG	1.330	1.064	2	1.419	37	5.330	5	573	344	275	5	139	111
ADRIMINHO	1.527	1.222	2	1.193	29	3.915	7	1.051	619	495	5	383	306
ADRITEM	1.813	1.450	2	1.100	12	2.911	4	905	538	430	4	348	279
ADRUSE	979	783	2	973	16	1.625	7	690	411	329	4	148	118
APRODER	2.000	1.600	2	1.851	36	5.794	9	1.586	871	697	7	520	416
ATAHCA	995	796	1	879	28	4.103	12	1.489	879	703	11	442	354
BEIRA DOURO	637	510	2	771	25	3.799	6	784	409	328	5	268	214
BEIRA INTERIOR SUL	1.292	1.034	2	1.439	24	3.677	11	1.960	1.161	929	5	305	244
CASTELOS DO CÔA	1.621	1.297	2	1.418	20	2.703	12	1.831	1.089	871	4	67	54
CHARNECA	3.000	2.400	2	2.987	77	12.296	26	3.750	2.208	1.766	20	919	735
CORANE	1.826	1.460	1	1.429	76	10.597	12	1.231	717	574	8	551	440
DESTIQUE	1.606	1.285	2	1.345	75	8.206	7	999	593	474	7	277	222
DOLMEN	2.095	1.676	2	1.238	50	8.566	15	1.535	890	712	14	536	429
DOURO HISTÓRICO	1.324	1.059	2	1.117	41	5.201	11	1.262	744	595	10	465	372
DOURO SUPERIOR	1.061	848	1	618	14	1.700	8	1.038	588	470	6	412	330
ELOZ	1.329	1.063	2	801	29	3.083	8	1.351	801	640	8	301	240
GAL ADD	2.056	1.645	2	2.291	60	8.146	32	4.023	2.291	1.833	17	875	700
GAL ADDLAP	1.637	1.309	1	820	22	2.949	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD - ESDIME	2.417	1.934	2	1.936	28	4.774	16	2.987	1.738	1.390	9	625	500
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	1	910	9	1.003	2	169	76	61	0	0	0
GAL T B GUADIANA	934	747	2	846	24	2.283	17	1.480	846	677	9	283	226
INT ALGARVE CENTRAL	1.211	969	2	1.145	8	925	5	450	267	213	1	16	13
LEADER OESTE	2.613	2.090	2	2.389	55	10.401	21	3.439	2.043	1.634	13	991	793
LEADERSÔR	1.396	1.117	2	1.220	19	1.972	8	687	394	315	6	212	170
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.996	1.597	2	1.888	30	3.965	14	2.088	1.210	968	9	628	502
MONTE	3.459	2.767	2	2.303	55	6.477	27	3.937	2.281	1.825	15	1.060	848
PINHAL MAIOR	1.363	1.090	2	1.298	112	10.679	28	2.316	1.298	1.038	22	472	378
PROBASTO	1.253	1.002	2	799	11	1.135	6	411	232	185	6	162	130
PRÓ-RAIA	1.575	1.260	2	993	29	3.214	5	808	461	369	4	204	163
PRÓ-RURAL	1.648	1.319	2	1.635	6	332	3	131	73	59	0	0	0
SOL DO AVE	999	799	2	899	21	3.496	3	506	304	243	0	0	0
TAGUS	1.000	800	2	1.315	33	3.926	16	1.224	693	555	7	84	67
TERRAS DE SICÓ	1.902	1.521	2	2.036	34	4.788	23	2.984	1.689	1.351	11	403	322
TERRAS DENTRO	1.470	1.176	2	1.385	20	3.014	4	666	391	313	4	277	222
TOTAL	74.798	59.379	88	66.407	1.656	228.398	574	73.895	42.710	33.948	375	18.730	14.870

Quadro 448: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.3 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.3												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.295	1.036	2	1.200	16	3.713	10	1.751	988	790	5	452	362
ADAE	1.072	858	2	1.018	9	1.474	0	0	0	0	0	0	0
ADER-AL	1.430	1.144	2	1.651	18	3.840	9	1.970	1.143	914	0	14	11
ADERE	1.200	960	2	897	23	5.241	10	1.710	897	718	2	129	103
ADERES	1.159	927	1	441	8	1.829	3	555	278	222	0	0	0
ADER-SOUSA	2.681	2.145	2	1.809	23	6.225	3	577	344	275	2	140	112
ADIBER	1.449	1.159	2	1.423	29	4.461	7	1.635	955	764	5	337	269
ADICES	847	677	2	712	12	2.885	4	1.093	600	480	1	62	49
ADIRN	1.505	1.204	2	1.511	18	3.564	7	1.346	803	643	4	168	135
ADL	1.890	1.512	2	1.966	46	8.432	11	2.247	1.311	1.048	11	822	657
ADRAT	1.025	820	2	955	39	9.026	8	1.672	955	764	7	255	204
ADREPES	1.472	810	2	1.300	19	4.441	8	1.642	963	530	1	95	52
ADRIL	1.378	1.102	2	1.426	31	5.897	13	2.114	1.177	942	6	386	309
ADRIMAG	1.773	1.419	2	1.581	48	11.899	12	2.511	1.427	1.142	11	747	598
ADRIMINHO	693	555	2	1.136	35	5.422	6	1.008	488	390	4	232	185
ADRITEM	823	659	2	1.044	6	1.563	3	606	364	291	2	186	149
ADRUSE	1.468	1.174	2	929	39	7.815	9	1.605	864	692	9	404	324
APRODER	1.257	1.006	2	1.040	20	4.211	6	894	512	409	5	314	251
ATAHCA	1.658	1.326	1	1.520	36	5.209	21	2.906	1.520	1.216	19	760	608
BEIRA DOURO	2.230	1.784	2	1.705	34	7.977	3	818	461	369	1	44	35
BEIRA INTERIOR SUL	1.144	915	2	902	15	2.381	4	528	308	246	4	270	216
CASTELOS DO CÔA	973	778	2	741	22	3.596	8	1.444	741	593	2	99	79
CHARNECA	1.314	1.051	2	1.005	20	4.284	6	1.451	828	662	5	415	332
CORANE	1.162	929	1	1.436	56	11.496	12	1.751	937	750	10	237	190
DESTEQUE	1.606	1.285	2	1.886	41	9.270	5	1.239	674	539	4	296	237
DOLMEN	1.471	1.177	2	1.191	39	9.675	9	1.439	787	630	8	347	277
DOURO HISTÓRICO	993	794	2	848	21	4.252	4	897	528	422	5	241	192
DOURO SUPERIOR	1.071	857	1	950	13	2.335	10	1.749	950	760	9	444	355
ELOZ	1.063	850	2	1.029	24	5.145	5	1.092	631	505	4	98	78
GAL ADD	901	721	2	700	14	2.826	7	1.256	694	555	0	0	0
GAL ADDLAP	1.309	1.047	1	1.100	16	3.899	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD - ESDIME	1.097	878	2	1.016	10	2.323	4	1.011	589	471	2	106	85
GAL COVA DA BEIRA	725	580	1	660	14	2.764	6	412	200	160	2	43	34
GAL T B GUADIANA	1.089	871	2	1.276	20	3.902	12	2.144	1.210	968	5	297	237
INT ALGARVE CENTRAL	908	727	2	868	11	2.153	8	1.686	868	694	4	223	179
LEADER OESTE	2.152	1.722	2	1.782	40	10.187	12	2.555	1.423	1.139	6	524	419
LEADERSÔR	1.396	1.117	2	1.290	12	2.321	5	897	503	402	1	135	108
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.221	977	2	1.088	12	2.400	4	686	409	327	4	293	235
MONTE	1.571	1.256	2	1.188	25	4.435	11	1.964	1.152	921	8	591	473
PINHAL MAIOR	1.082	866	2	582	22	3.519	3	507	284	227	3	185	148
PROBASTO	1.002	802	2	567	11	2.492	4	785	461	369	2	200	160
PRÓ-RAIA	1.225	980	2	1.159	20	3.983	5	769	427	342	3	105	84
PRÓ-RURAL	1.282	1.026	2	1.201	7	1.273	5	846	477	381	0	0	0
SOL DO AVE	1.998	1.598	2	1.399	44	11.654	5	1.169	693	555	5	311	249
TAGUS	1.100	880	2	1.180	13	2.185	7	1.321	779	623	3	206	165
TERRAS DE SICÓ	951	761	2	1.064	26	5.965	8	1.680	920	736	5	322	258
TERRAS DENTRO	735	588	2	850	6	942	3	278	160	128	1	31	25
TOTAL	60.848	48.310	88	54.222	1.083	226.781	325	60.214	33.682	26.705	200	11.564	9.228

Quadro 449: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.1 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.807	1.446	2	1.560	20	1.941	17	1.233	740	592	12	308	246
ADAE	1.838	1.470	2	1.286	10	1.447	5	601	360	288	1	42	33
ADER-AL	1.906	1.525	2	2.228	19	2.376	4	417	250	200	4	109	87
ADERE	1.291	1.033	1	1.068	7	1.473	3	525	315	252	1	49	39
ADERES	901	721	1	343	28	2.288	7	517	310	248	0	0	0
ADER-SOUSA	1.340	1.072	2	1.081	40	5.410	8	660	396	317	8	196	157
ADIBER	1.352	1.082	2	1.060	26	3.314	5	676	405	324	4	184	147
ADICES	847	677	2	1.407	13	1.514	6	655	393	314	0	0	0
ADIRN	1.347	1.077	2	1.198	30	3.461	11	1.360	816	653	1	41	33
ADL	1.458	1.167	2	1.322	21	2.477	7	954	572	458	6	149	119
ADRAT	2.752	2.202	1	1.350	23	2.544	19	1.832	1.099	879	0	0	0
ADREPES	1.325	729	2	1.192	18	1.660	12	1.139	684	376	6	168	92
ADRIL	2.854	2.283	2	483	11	1.251	4	173	104	83	2	18	14
ADRIMAG	1.773	1.419	2	1.419	51	5.366	22	1.842	1.105	884	14	452	362
ADRIMINHO	1.118	894	2	677	22	2.002	13	1.043	626	501	2	17	13
ADRITEM	1.327	1.062	2	1.108	15	2.069	13	1.684	1.010	808	10	382	306
ADRUSE	1.608	1.286	2	1.878	16	2.172	8	1.071	642	514	0	0	0
APRODER	826	661	2	600	28	2.631	7	646	387	310	6	148	118
ATAHCA	1.326	1.061	1	604	64	4.971	20	1.006	604	483	20	424	339
BEIRA DOURO	2.230	1.784	2	1.810	30	3.383	2	237	142	114	2	108	86
BEIRA INTERIOR SUL	2.107	1.685	2	700	15	1.326	9	587	352	282	4	52	42
CASTELOS DO CÔA	1.009	807	2	1.109	11	1.319	0	0	0	0	0	0	0
CHARNECA	1.100	880	2	1.179	15	1.268	7	566	340	272	3	118	95
CORANE	1.286	1.029	1	999	25	2.404	3	188	113	90	3	58	47
DESTEQUE	1.686	1.349	2	2.260	37	3.820	3	150	90	72	3	49	39
DOLMEN	1.802	1.441	2	1.761	33	3.476	5	560	336	269	5	238	191
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.332	14	2.245	0	0	0	0	0	0	0
DOURO SUPERIOR	1.315	1.052	2	1.569	24	1.683	3	119	72	57	3	50	40
ELOZ	1.329	1.063	2	1.148	23	2.094	12	1.026	616	493	5	162	130
GAL ADD	849	679	2	660	25	2.164	10	928	557	446	3	161	128
GAL ADDLAP	1.964	1.571	1	1.075	23	2.080	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD - ESDIME	804	643	2	579	18	936	12	615	369	295	9	158	127
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	1	879	26	3.934	10	987	592	474	3	80	64
GAL T B GUADIANA	934	747	1	530	14	1.408	10	883	530	424	10	387	310
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	2	1.287	20	1.702	16	1.443	866	693	5	112	90
LEADER OESTE	927	741	2	920	46	3.412	13	999	599	479	12	334	267
LEADERSÔR	620	496	2	831	16	2.127	6	575	345	276	2	64	51
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.191	953	2	977	13	1.303	5	516	310	248	1	19	15
MONTE	1.532	1.225	2	633	21	2.504	11	995	597	478	4	177	141
PINHAL MAIOR	1.025	820	2	573	30	2.438	5	353	212	169	4	42	33
PROBASTO	1.503	1.203	2	1.201	5	382	3	131	79	63	3	35	28
PRÓ-RAIA	840	672	2	989	6	547	0	0	0	0	0	0	0
PRÓ-RURAL	986	789	2	944	8	574	5	285	171	137	1	22	18
SOL DO AVE	999	799	2	816	20	2.005	10	674	405	324	2	65	52
TAGUS	1.440	1.152	2	1.476	21	2.052	8	514	308	247	1	7	5
TERRAS DE SICÓ	1.514	1.212	2	1.505	36	3.513	8	626	375	300	7	208	167
TERRAS DENTRO	1.518	1.214	2	790	1	66	1	64	39	31	1	31	25
TOTAL	66.128	52.571	86	53.396	1.038	106.532	368	32.055	19.233	15.216	193	5.425	4.298

Quadro 450: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.2 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.807	1.446	2	1.940	57	6.037	38	2.587	1.940	1.552	22	661	529
ADAE	1.225	980	2	958	26	3.935	13	1.425	958	766	6	201	161
ADER-AL	1.271	1.017	2	1.147	32	3.030	11	673	505	404	9	390	312
ADERE	964	771	1	1.026	7	1.459	1	425	200	160	1	167	133
ADERES	901	721	1	1.006	22	3.866	5	947	686	549	1	15	12
ADER-SOUSA	1.340	1.072	2	1.586	47	10.076	9	1.888	1.023	819	9	352	281
ADIBER	901	721	2	1.237	36	3.245	12	980	735	588	12	562	450
ADICES	1.976	1.581	2	1.968	24	4.406	14	2.178	1.312	1.049	6	368	295
ADIRN	1.347	1.077	2	960	33	4.412	15	1.280	960	768	8	457	365
ADL	1.782	1.426	2	1.637	30	4.079	9	933	700	560	8	221	177
ADRAT	99	79	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADREPES	883	486	2	631	11	1.172	7	798	598	329	6	277	152
ADRIL	1.083	866	1	604	18	2.931	7	699	524	419	0	0	0
ADRMAG	1.773	1.419	2	1.589	36	7.880	19	2.119	1.589	1.271	18	983	787
ADRMINHO	1.807	1.446	2	1.526	39	8.083	15	2.199	1.426	1.141	8	346	277
ADRITEM	2.146	1.717	2	2.228	29	5.455	16	2.945	2.062	1.649	10	757	605
ADRUSE	839	671	2	729	24	2.799	2	624	293	234	2	136	109
APRODER	826	661	2	628	20	2.478	5	840	628	502	3	305	244
ATAHCA	1.990	1.592	1	882	16	1.843	8	1.029	772	617	8	502	401
BEIRA DOURO	533	427	2	663	37	4.490	3	428	321	257	2	311	248
BEIRA INTERIOR SUL	1.405	1.124	2	1.062	9	1.535	8	1.205	879	703	8	646	516
CASTELOS DO CÔA	1.513	1.210	2	1.676	21	4.050	0	0	0	0	0	0	0
CHARNECA	1.000	800	2	868	22	2.766	9	1.070	710	568	8	251	201
CORANE	1.203	963	1	1.374	27	6.073	5	630	473	378	4	278	223
DESTEQUE	723	578	2	906	23	2.944	9	759	569	455	9	344	275
DOLMEN	1.845	1.476	2	1.149	35	6.390	5	997	603	482	5	271	217
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.176	17	2.893	4	209	157	125	4	62	49
DOURO SUPERIOR	1.326	1.061	2	1.569	17	3.770	4	721	541	433	3	291	233
ELOZ	1.329	1.063	2	1.042	31	3.546	13	982	705	564	13	184	147
GAL ADD	1.241	993	2	1.553	38	4.835	22	1.934	1.409	1.127	3	147	118
GAL ADDLAP	1.309	1.047	1	1.196	24	4.337	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD - ESDIME	1.301	1.041	2	997	23	1.485	21	1.355	1.016	813	11	231	185
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	1	749	18	4.530	5	666	427	342	0	0	0
GAL T B GUADIANA	934	747	1	394	13	745	11	525	394	315	11	264	211
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	2	1.514	8	1.029	5	286	215	172	0	0	0
LEADER OESTE	618	495	1	614	11	1.533	7	861	614	491	7	451	361
LEADERSÓR	931	745	2	1.077	10	2.201	4	538	404	323	4	126	101
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.109	887	2	893	19	2.004	13	809	606	485	2	12	9
MONTE	1.999	1.599	2	1.002	22	3.563	12	1.365	1.002	802	5	242	194
PINHAL MAIOR	1.463	1.171	2	710	27	5.836	5	1.087	671	536	5	427	342
PROBASTO	1.002	802	2	596	6	950	4	543	362	289	3	188	151
PRÓ-RAIA	1.260	1.008	2	1.371	26	5.129	1	171	129	103	1	35	28
PRÓ-RURAL	986	789	2	954	7	618	4	396	297	238	0	0	0
SOL DO AVE	999	799	2	699	17	4.318	2	375	240	192	0	0	0
TAGUS	903	722	2	889	16	2.123	5	254	191	152	1	3	2
TERRAS DE SICÓ	1.640	1.312	2	1.549	43	5.804	14	1.416	949	760	11	434	347
TERRAS DENTRO	1.012	810	2	895	7	1.144	6	904	678	542	4	248	198
TOTAL	59.164	47.110	83	52.422	1.081	167.830	407	45.055	31.471	25.028	261	12.144	9.646

Em complemento dos indicadores apresentados em cada uma das ações, apresenta-se, ainda, os indicadores de realização da Medida 3.3.

Quadro 451: Medida 3.3 – Indicadores financeiros e de realização

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	N.º de GAL	Área Total das Zonas dos GAL (Km)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	47	80.473	1.798	138.945	110.254	1.092	50.568	40.177
Meta	46	76.828	9.900	352.954	281.007	9.900	352.954	281.007
% da meta	102%	105%	18%	39%	39%	11%	14%	14%

2.2.4.10 Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea c) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 38º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 431;
- Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de junho, Medida 3.3 - Implementação de estratégias locais de desenvolvimento e Medida 3.5 - Funcionamento dos Grupos de Ação Local, aquisição de competências e animação com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Preparação e implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local;
- Dotar os parceiros do GAL dos instrumentos e competências necessárias à elaboração e dinamização de Estratégias de Desenvolvimento Local;
- Divulgar a Estratégia de Desenvolvimento Local junto do público-alvo através de ações de informação e animação local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida apresenta duas componentes: a componente 1 – “Funcionamento do GAL” e a componente 2 – “Aquisição de competências e animação”

No quadro seguinte apresenta-se o total de candidaturas apresentadas no âmbito das duas componentes.

Quadro 452: Medida 3.5 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas					
		Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	87.420	48	46.656	44	17.342	92	63.999
Segundo		4	3.067	3	988	7	4.055
TOTAL	87.420	52	49.724	47	18.330	99	68.054

A distribuição regional das candidaturas é a mesma que a apresentada no relatório de 2010.

Quadro 453: Medida 3.5 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas					
	Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	15	15.263	15	6.032	30	21.295
Centro	20	17.201	15	5.218	35	22.419
LVT	6	6.172	6	2.324	12	8.497
Alentejo	8	8.626	8	3.706	16	12.332
Algarve	3	2.462	3	1.050	6	3.511
TOTAL	52	49.724	47	18.330	99	68.054

b. Análise e decisão das candidaturas

Em relação à componente 2, dado que o segundo concurso decorreu no ultimo semestre da ano de 2010, os PA apresentados a concurso foram analisados, decididos e contratados em 2011.

Quadro 454: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	48	46.656	0	0	0	0	44	43.542	44	43.542	43.542	34.604
Segundo	4	3.067	4	3.067	1	513	3	2.555	3	2.555	2.555	2.044
TOTAL	52	49.724	4	3.067	1	513	47	46.097	47	46.097	46.097	36.648

Quadro 455: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 2 (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	44	17.342	44	17.342	0	0	44	16.586	44	16.586	16.586	13.194
Segundo	3	988	3	988	0	0	3	908	3	908	908	726
TOTAL	47	18.330	47	18.330	0	0	47	17.493	47	17.493	17.493	13.920

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 456: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	PA Contratados											
	Componente 1				Componente 2				Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	15.263	15.263	12.210	15	5.767	5.767	4.613	30	21.029	21.029	16.824
Centro	15	13.574	13.574	10.859	15	5.165	5.165	4.132	30	18.739	18.739	14.991
LVT	6	6.172	6.172	4.708	6	2.324	2.324	1.785	12	8.497	8.497	6.493
Alentejo	8	8.626	8.626	6.901	8	3.364	3.364	2.691	16	11.990	11.990	9.592
Algarve	3	2.462	2.462	1.969	3	873	873	699	6	3.335	3.335	2.668
TOTAL	47	46.097	46.097	36.648	47	17.493	17.493	13.920	94	63.590	63.590	50.567

Em termos acumulados, foram contratados 47 PA da componente 1 e 47 PA da componente 2, num total de 63.590 mil euros de despesa pública, com 50.567 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 98% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 73%.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi em 2011 de 10.522 mil euros de despesa pública e 8.371 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos acumulados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 457: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de pagamentos								
	Componente 1			Componente 2			Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	16	5.718	4.575	16	3.167	2.533	16	8.885	7.108
Centro	15	5.146	4.116	14	2.334	1.867	15	7.479	5.984
LVT	6	2.396	1.842	6	1.394	1.042	6	3.789	2.884
Alentejo	8	2.930	2.344	8	1.146	916	8	4.076	3.261
Algarve	3	949	759	3	682	545	3	1.631	1.305
TOTAL	48	17.139	13.637	47	8.722	6.904	48	25.861	20.542

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 25.861 mil euros de despesa pública, com 20.542 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 30% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 41% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 73% das metas do Programa. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de participantes nas ações de aquisição de competências tem sido inferior ao esperado, com 54% da meta.

Quadro 458: Medida 3.5 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)	
	N.º de participantes nas acções de aquisição de competências	N.º de acções apoiadas	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	806	1.342	63.590	50.567	25.861	20.542
Meta	1.500	3.500	87.420	69.600	87.420	69.600
% da meta	54%	38%	73%	73%	30%	30%

2.2.4.11 Medida 3.6 – Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- Anexo III do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- Portaria n.º 829/2010 de 31 de Agosto com a alteração dada pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Disponibilizar as redes de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos das zonas rurais;
- Disponibilizar o acesso aos serviços de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos rurais;
- Aumentar a competitividade das empresas e a geração de emprego nas zonas rurais, através da disponibilização de serviços inovadores, assentes nas redes de Banda Larga de Nova Geração;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais;
- Combate à infoexclusão.

3 Implementação da Medida

A apresentação da implementação bem como os indicadores de acompanhamento encontram-se desenvolvidos no ponto 2.2.6.2 “Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais” do presente relatório.

2.2.4.12 Medida 3.7 – Centros educativos rurais do Algarve

1 *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- Portaria n.º 231/2011 de 14 de junho.

2 *Objetivos da Medida*

- Promover o reordenamento da rede escolar, através da requalificação de equipamentos escolares já existentes ou da criação de Centros Educativos Comunitários;
- Promover a utilização multifuncional dos equipamentos educativos abertos à comunidade envolvente;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais através de equipamentos educativos que funcionem como pólos de fixação ou atração para as comunidades rurais ou para novos residentes;
- Contrariar os processos de desertificação do mundo rural e combater a situação de desfavorecimento das comunidades educativas inseridas nas zonas rurais;
- Desenvolver o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

3 *Implementação da Medida*

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Após a regulamentação desta medida efetuada em 2011, foi aberto um concurso que decorreu de 15 de julho a 31 de julho de 2011, com uma dotação de 7.000 mil euros. Foram rececionadas 10 candidaturas consideradas válidas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 459: Medida 3.7 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	9.235	7.000	10	8.557	10	8.557
TOTAL	9.235	7.000	10	8.557	10	8.557

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 foram analisadas e decididas todas as candidaturas. Das 10 candidaturas aprovadas 9 foram contratadas.

As candidaturas objeto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 5.513 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 460: Medida 3.7 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano e acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	10	8.557	10	8.557	0	0	10	8.557	9	7.007	5.513	4.135
TOTAL	10	8.557	10	8.557	0	0	10	8.557	9	7.007	5.513	4.135

Em termos acumulados, foram contratados 9 PA que correspondem a um total de 5.513 mil euros de despesa pública, com 4.135 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 72%.

c. Execução financeira

Não se verificou execução nesta medida.

2.2.5 Medidas transitadas do quadro de programação anterior

Continuam a ter execução, um conjunto de Medidas transitadas do Programa de Desenvolvimento Rural de 2000-2006, abreviadamente designado por RURIS e do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por PO AGRO.

As Medidas transitadas IC e MAA estão inseridas no sistema integrado de gestão e de controlo (SIGC) sendo, a sua gestão e execução, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

REFORMA ANTECIPADA (RA)

A medida “Reforma antecipada” não foi implementada no ProDeR pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no quadro da programação anterior, no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

Quadro 461: Medidas transitadas (RA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Valores pagos (mil euros)	
		Apoio total	FEADER
113	Reforma antecipada	2.759	2.064
TOTAL		2.759	2.064

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da realização entre 2007 e 2010. Estes compromissos são de longa duração o que implica a manutenção de um nível de pagamentos que se reduz de forma gradual com o termo do período de atribuição do apoio.

Quadro 462: Medidas transitadas (RA) - Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Período de candidatura	Cod. COM 113 Reforma antecipada	
	Apoio total	FEADER
2007	4.570	4.570
2008	4.201	3.914
2009	3.438	2.570
2010	3.216	2.407
2011	2.759	2.064
TOTAL	18.184	15.525

Em termos acumulados, cerca de 99% do valor de apoio total foi dirigido à região de convergência.

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (EA)

Em 2010, por força do encerramento do PO AGRO, passaram a ser financiados com dotações ProDeR alguns compromissos plurianuais da medida 1 do AGRO “Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas” enquadrados na medida COM 121.

Os valores pagos no ano e a acumulados apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 463: Medidas transitadas (EA) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Valores do ano			Valores acumulados		
		Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER	Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER
121	Modernização das explorações agrícolas	48	519	389	70	592	444
TOTAL		48	519	389	70	592	444

Todos os pagamentos efetuados ocorreram em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS (FTA)

O apoio à “Primeira florestação de terras agrícolas” está incluído na Ação 2.3.2., continuando, no entanto, a ser apoiados os beneficiários aprovados na intervenção do Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

A medida transitada do RURIS (QCA III), com o código COM 221 “Primeira florestação de terras agrícolas”, teve a seguinte realização no ano de 2011:

Quadro 464: Medidas transitadas (FTA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
221	Primeira florestação de terras agrícolas	6.207	39.069	31.160
TOTAL		6.207	39.069	31.160

Em termos acumulados a realização foi a que se apresenta no quadro seguinte. A longa duração destes compromissos implica a manutenção de um nível de pagamentos muito elevado e persistente.

Quadro 465: Medidas transitadas (FTA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Período de candidatura	Cod. COM 121 Primeira florestação de terras agrícolas	
	Apoio total	FEADER
2007	34.079	34.079
2008	35.432	33.565
2009	43.770	34.962
2010	39.834	31.791
2011	39.069	31.160
TOTAL	192.184	165.557

Em termos acumulados 99,6% do valor de apoio total foi pago em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO EM TERRAS NÃO AGRÍCOLAS (FTNA)

Também no caso desta medida transitada, Medida 3 – “Desenvolvimento sustentável das florestas” do Programa AGRO e às ações análogas da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do PO Regional centro (AIBT), estão em causa despesas de consolidação, nomeadamente operações associadas à instalação de povoamentos com espécies de rotações/revoluções superiores a 20 anos, concretizadas no período máximo de 5 anos a contar da instalação.

Durante o ano de 2011 foram efetuados pagamentos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 466: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Hectares Apoiados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
223	Primeira florestação em terra não agrícola	278	11.390	3.427	2.738
TOTAL		278	11.390	3.427	2.738

Em termos acumulados a realização foi a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 467: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (acumulado)

unid: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	
	Apoio total	FEADER
2.010	618	495
2.011	3.427	2.738
TOTAL	4.046	3.233

Os pagamentos efetuados em região de convergência representaram 99,6% do total.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (IC)

Com o início do ProDeR em 2007 passou a existir a Medida “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” (MZD) em substituição das “Indemnizações compensatórias” (IC). No entanto, foram ainda realizados pagamentos em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 resultantes de situações de controlos e outras que implicaram atrasos nos pagamentos dos apoios.

Quadro 468: Medidas transitadas (IC) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Valores pagos (mil euros)	
		Apoio total	FEADER
211	Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha	403	320
212	Pagamentos desvantagens naturais noutras zonas	107	85
TOTAL		509	405

Em termos acumulados, a realização destas medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Não existem (ao contrário das agroambientais transitadas) compromissos de IC que se mantenham no ProDeR mas apenas ajustamentos relativos aos compromissos RURIS entretanto terminados, por isso de valor reduzido.

Quadro 469: Medidas transitadas (IC) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 211 Pag.desvantagens naturais zonas montanha		Cod. COM 212 Pag.desvantagens naturais noutras zonas	
	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER
2007	4.097	4.097	1.723	1.723
2008	5	5	0	0
2009	1.403	1.122	532	425
2010	202	162	63	51
2011	403	320	107	85
TOTAL	6.110	5.706	2.425	2.283

A totalidade destes beneficiários estão em região de convergência.

MEDIDAS AGROAMBIENTAIS (MAA)

Na sequência do período especial de candidaturas, em 2007, as Medidas agroambientais do ProDeR começaram a ser executadas em 2008. No entanto, continuaram a vigorar os compromissos das Medidas agroambientais do RURIS até ao termo do período de 5 anos.

Embora aquele período de 5 anos já tenha, entretanto, terminado, houve ainda em 2010 alguns pagamentos resultantes de situações de controlo e outras que implicaram atraso na liquidação dos mesmos.

Quadro 470: Medidas transitadas (MAA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Área Apoiada (ha no ano)	Animais Apoiados (CN no ano)	Valores pagos (mil euros)	
					Apoio total	FEADER
214	Pagamentos agro-ambientais	446	1.722	58	643	499
TOTAL		446	1.722	58	643	499

Em termos acumulados, a realização destas medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Pode-se observar que, naturalmente, depois de um volume de pagamentos muito elevado nos 2 primeiros anos resultantes dos muitos compromissos ainda ativos em 2007 e 2008, houve uma fortíssima redução entre 2009 e 2011, pois já não existem compromissos ativos nestas medidas transitadas. Os pagamentos que ainda se verificam são apenas acertos relativos aos compromissos cessados.

Quadro 471: Medidas transitadas (MAA) – Execução (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 214 Pagamentos	
	Apoio total	FEADER
2007	62.780	62.780
2008	40.502	40.502
2009	8.856	6.943
2010	6.529	5.149
2011	643	499
TOTAL	119.310	115.873

A quase, totalidade destes beneficiários localiza-se em região de convergência.

2.2.6 Operações ligadas às prioridades “Health Check” e Pacote de Recuperação (nº1 do art. 16º-A)

No quadro do “Health Check” da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e na linha das orientações daí decorrentes, estabelecidas no PEN, a revisão do ProDeR contemplou, as seguintes prioridades/tipos de operação:

- Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras com a adequação e reforço da Ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” que corresponde às medidas da COM 121 “Modernização de explorações agrícolas” e 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”;
- Biodiversidade/ Produção integrada e biológica e Atenuação e adaptação às alterações climáticas com a adequação e reforço da Ação 2.2.1 “ Alteração de modos de produção” que corresponde à medida da COM 214 “Pagamentos Agroambientais”;
- Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais/ Criação de infraestruturas para a internet de banda larga e respetivo acesso, incluindo meios de transmissão (*backhaul*) e equipamento usado no solo (por exemplo, tecnologias de transmissão fixas, terrestres sem fios, por satélite ou uma combinação das mesmas), Melhoria da infraestrutura de banda larga existente e Instalação de infraestruturas de banda larga passivas como obras de engenharia civil, tais como condutas, e outros elementos da rede como fibra escura, em sinergia com outras infraestruturas (energia, transportes, água, redes de esgotos, etc.) com a criação da Medida 3.6 “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais” que corresponde à medida da COM 321” Serviços básicos para a economia e população rural”.

2.2.6.1 Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras

1 Implementação das operações

No ano de 2011 foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 não foi aberto qualquer concurso específico para o setor leiteiro. Foram apresentadas, em termos acumulados, 184 candidaturas, das quais 115 no ano de 2011, no âmbito do sexto concurso da ação 1.1.1. que se enquadravam nesta prioridade/tipo de operação.

b. Análise e decisão das candidaturas

Dos PA analisados e decididos foram contratados 78, dos quais 36 em 2011, num total de 51.718 mil euros de investimento proposto, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 472: Health Check (ação 1.1.1) – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Terceiro	23	65.944	23	65.944	3	53.130	20	12.814	19	11.206	3.912	3.521
Quarto - Leite	46	23.024	46	23.024	13	3.592	33	19.432	33	19.432	6.488	5.839
Sexto	115	84.502	115	84.502	44	45.310	71	39.192	26	21.080	6.408	5.767
TOTAL	184	173.470	184	173.470	60	102.032	124	71.438	78	51.718	16.808	15.127

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte. Na componente 1 verifica-se que as principais regiões são o Centro e Alentejo enquanto na componente 2, verifica-se que a região Centro se destaca, com cerca de 80% do investimento total.

Em termos acumulados, foram contratados 55 PA da componente 1 e 23 PA da componente 2, num total de 16.808 mil euros de despesa pública, com 15.127 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 30%.

Quadro 473: Health Check (ação 1.1.1) – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
Norte	10	2.535	929	836	1	84	25	22
Centro	25	13.283	3.964	3.568	15	18.501	5.978	5.380
LVT	3	878	258	232	1	1.654	563	507
Alentejo	17	11.485	4.088	3.679	6	3.297	1.003	903
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	55	28.182	9.239	8.315	23	23.536	7.569	6.812

Analisando os PA contratados por rubrica de investimento verifica-se que na Medida COM 121, os investimentos concentram-se, sobretudo nas "instalações animais", com 32% e nas "máquinas e equipamentos", com 29%.

Quadro 474: Health Check (ação 1.1.1C1) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.:mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Instalações animais	9.075	32%
Máquinas e equipamentos	8.118	29%
Edifícios e outras construções	2.333	8%
Cumprimento de normas	2.272	8%
Melhoramentos fundiários	2.041	7%
Investimentos ambientais	765	3%
Cumprimento de novas normas	736	3%
Energias renováveis	504	2%
Outros	2.337	8%
TOTAL	28.182	100%

No que se refere às rubricas de investimento dos PA contratados, na ação 1.1.1 componente 2 que integram a Medida COM 123, verifica-se, à semelhança do já verificado no ano de 2010, que as rubricas "máquinas e

"equipamentos" e "edifícios e construções" têm um peso muito significativo, representando, respectivamente, 59% e 20% do investimento total.

Quadro 475: Health Check (ação 1.1.1 C2) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Máquinas e equipamentos	13.777	59%
Edifícios e outras construções	4.762	20%
Cumprimento de novas normas	911	4%
Melhoramentos fundiários	132	1%
Energias renováveis	169	1%
Outros investimentos imateriais	2.608	11%
Outros investimentos materiais	1.177	5%
TOTAL	23.536	100%

c. Execução financeira

A execução destes PA foi de 2.503 mil euros de despesa pública e 2.252 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos efetuados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 476: Health Check (ação 1.1.1 C1 e C2) – Distribuição dos PA pagos face aos contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	953	858	5	239	215
Centro	40	9.942	8.948	17	995	895
LVT	4	821	739	2	300	270
Alentejo	23	5.091	4.582	11	969	872
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	78	16.808	15.127	35	2.503	2.252

A taxa de execução foi de 5% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 15% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados na ação 1.1.1 componente 1, em termos de PA contratados, representam 42% da meta relativa ao investimento e 1/3 da meta relativa ao apoio, com apenas 6% dos PA previstos.

Quadro 477: Health Check (ação 1.1.1) – Indicadores de execução financeira (medida COM 121)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	55	28.182	9.239	8.315	25	11.925	1.712	1.541
Metas	1.000	60.900	27.778	25.000	1.000	60.900	27.778	25.000
da meta	6%	46%	33%	33%	3%	20%	6%	6%

Quanto aos indicadores de realização verifica-se que apenas 1 dos PA apoiados se encontra em Modo de Produção Biológico.

Quadro 478: Health Check (ação 1.1.1) – Indicadores de realização – Valores contratados (medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	1	54	55	55	8.315	9.239	28.182
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	54	55	55	8.315	9.239	28.182

Quadro 479: Health Check (ação 1.1.1) – Indicadores de realização – Valores pagos (medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	1	24	25	25	1.541	1.712	11.925
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	24	25	25	1.541	1.712	11.925

Quanto aos indicadores de realização financeira dos PA contratados no âmbito da ação 1.1.1 componente 2, verifica-se uma menor taxa de cumprimento da meta do que na componente 1, com apenas 39% do investimento, 27% do apoio e 2% dos PA atingidos.

Quadro 480: Health Check (ação 1.1.1) – Indicadores de execução financeira (medida COM 123)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	23	23.536	7.569	6.812	10	4.083	791	712
Metas	1.000	60.900	27.778	25.000	1.000	60.900	27.778	25.000
da meta	2%	39%	27%	27%	1%	7%	3%	3%

Quadro 481: Health Check (ação 1.1.1) – Indicadores de realização – valores contratados (medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	23	23	23	6.812	7.569	23.536
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	23	23	23	6.812	7.569	23.536

Quadro 482: Health Check (Ação 1.1.1) – Indicadores de realização – valores pagos (Medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	10	10	10	712	791	4.083
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	10	10	10	712	791	4.083

2.2.6.2 Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais

1 Implementação das operações

No ano de 2011 foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Após a regulamentação desta medida efetuada em 2010, foi aberto um concurso que decorreu em fevereiro de 2011. Foram rececionadas 2 candidaturas consideradas válidas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 483: Medida 3.6 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	33.333	2	46.547	2	46.547
TOTAL	33.333	2	46.547	2	46.547

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 foram analisadas as candidaturas, decididas e contratadas.

As candidaturas objeto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 32.583 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 484: Medida 3.6 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324
TOTAL	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324

Em termos acumulados, foram contratados 2 PA que correspondem a um total de 32.583 mil euros de despesa pública, com 29.324 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 98%.

No que se refere à distribuição regional, verifica-se que as candidaturas contratadas se localizam na região Centro e no Alentejo, o que decorre da área de intervenção previamente definida. O PA do Alentejo abrange também as zonas elegíveis do Algarve.

Quadro 485: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214
LVT	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110
Algarve	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324

c. Execução financeira

No final do ano de 2011, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 16.291 mil euros de despesa pública e 14.662 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 49% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 50% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 486: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214	1	4.563	4.107
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110	1	11.728	10.555
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324	2	16.291	14.662

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 100%.

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de execução financeira e de realização, verifica-se que com 67% da meta para o número de PA contratados já se atingiu 98% da despesa pública programada e 66% do valor esperado de investimento.

Quadro 487: Medida 3.6 – Indicadores de Realização

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		
			Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado
	2	2	29.324	14.662	32.583	16.291	46.547
Meta	3	3	30.000	30.000	33.333	33.333	70.000
% Meta	67%	67%	98%	49%	98%	49%	66%

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

3.1 Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objetivo de convergência

Em 2011 o ProDeR apresentou uma execução financeira de 660.561 mil euros de despesa pública total, com uma comparticipação FEADER de 508.957 mil euros. Em termos acumulados (2007-2011) o valor da execução (1.861.369 mil euros de despesa pública e 1.512.144 mil euros de FEADER) representa uma taxa de execução de cerca de 42% do fundo programado para todo o período, o que representa um aumento de 14 pontos percentuais face a 2010.

O Eixo 1 "Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal", com um volume de pagamentos de 255.534 mil euros FEADER representou 50% do total de pagamentos do ano e alcançou uma taxa de execução acumulada de cerca de 34% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013. A Ação 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas", cuja execução representou 46% do total da execução do Eixo em 2011, voltou a ser a ação que mais contribuiu para este valor.

Com 22% do total da execução do Eixo encontra-se o conjunto de ações que contribuem para a Medida COM 125 "Infraestruturas agrícolas e florestais".

Tal como em 2010, a Ação 1.1.3 "Instalação de jovens agricultores" teve também um peso importante na execução do Eixo representando 16% do total de pagamentos do Eixo 1 em 2011.

O Eixo 2 "Melhoria do ambiente e da paisagem rural", apresentou um volume de pagamentos de 188.715 mil euros de FEADER que representou 37% do total de pagamentos em 2011 e uma taxa de execução acumulada de 58% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013.

A execução do Eixo 4 melhorou significativamente em 2011, apresentando uma taxa de execução de 17% (em 2010 apresentava uma taxa de 5%).

As despesas correspondentes aos compromissos transitados do RURIS continuam a diminuir, representando neste ano apenas 7% do total de pagamentos.

A distribuição dos pagamentos por região de convergência e de não convergência segue a tendência dos anos anteriores, i.e., os pagamentos a projetos localizados em regiões de convergência representaram 99% do total dos pagamentos.

Seguidamente apresentam-se os quadros financeiros globais e repartidos por região de convergência, não convergência e fundos adicionais ao abrigo do nº 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 (health check), com a execução relativa ao ano 2011 e a acumulada 2007-2011.

Quadro 488: Execução financeira – Repartição do FEADER

Un.: euros

Regiões	2011		2007-2011	
	Programado	Executado	Programado	Executado
Regiões do objectivo não convergência	14.964.092	7.571.717	94.442.381	17.112.899
Regiões do objectivo convergência	488.538.981	485.522.139	3.077.336.997	1.161.341.081
Contribuição adicional para Portugal		-951.957	320.000.000	316.775.929
Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objectivo convergência	6.800.000	16.815.447	81.998.000	16.914.492
Total FEADER Continente	510.303.073	508.957.345	3.573.777.378	1.512.144.402

Quadro 489: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de não convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2011	FEADER 2007-2011
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	51.520.603	5.663.414	9.126.613
(2) Eixo 2	39.092.180	1.368.437	7.010.933
(3) Eixo 3*			
(4) Eixo 4*	3.829.598	539.866	975.353
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	94.442.381	7.571.717	17.112.899

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 490: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2011	FEADER 2007-2011
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.329.203.082	247.717.310	504.418.239
(2) Eixo 2	1.284.563.688	188.298.145	582.497.424
(3) Eixo 3*	11.858.447	129.372	344.445
(4) Eixo 4*	356.776.902	43.527.436	61.302.185
(5) Assistência técnica**	94.934.878	5.849.877	12.778.788
Total FEADER (1+2+3+5)	3.077.336.997	485.522.139	1.161.341.081

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

** Artigo 40º do Reg. (CE) n.º 1974/2006 que estabelece as regras de execução do Reg. (CE) n.º 1698/2005 (taxa de contribuição do FEADER é a correspondente à região objectivo do dominante do Programa).

Quadro 491: Execução financeira – Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) n.º 1698/2005 - Regiões do objetivo convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2011	FEADER 2007-2011
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	50.000.000	2.153.291	2.252.336
(2) Eixo 2	1.998.000		
(3) Eixo 3*	30.000.000	14.662.155	14.662.155
(4) Eixo 4*			
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	81.998.000	16.815.447	16.914.492

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 492: Execução financeira – Plano financeiro total

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2011	FEADER 2007-2011
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.528.364.977	255.534.015	523.423.263
(2) Eixo 2	1.547.803.873	188.714.624	898.658.212
(3) Eixo 3*	42.067.150	14.791.527	15.006.601
(4) Eixo 4*	360.606.500	44.067.302	62.277.539
(5) Assistência técnica	94.934.878	5.849.877	12.778.788
Total FEADER (1+2+3+5)	3.573.777.378	508.957.345	1.512.144.402

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 493: Execução financeira – Despesas declaradas – Global

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2011		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2011	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	344.009.066	255.534.015	700.782.966	523.423.263
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.430.275	1.712.283	2.712.802	1.896.651
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	53.451.742	39.848.806	99.667.742	74.342.806
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.759.304	2.064.274	18.184.457	15.525.222
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	41.907	31.430	41.907	31.430
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	7.089.692	5.286.793	7.530.349	5.617.286
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	101.136.286	75.030.786	171.897.418	127.411.093
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	518.586	388.939	592.166	444.125
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	11.315.066	8.425.932	13.806.308	10.294.364
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	74.225.528	54.721.634	142.294.075	105.178.484
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	957.785	680.170	969.070	688.634
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	74.305.267	55.712.225	215.943.128	161.940.621
126	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.788.746	4.999.545	13.157.569	9.726.198
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	239.798	179.095	239.798	179.095
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	8.862.266	6.576.305	13.703.290	10.154.405
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	405.405	264.737	635.055	436.974
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	236.897.814	188.714.624	1.048.395.701	898.658.212
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	95.308.476	76.180.245	442.217.118	372.630.020
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	383.912	302.607	6.090.485	5.688.074
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	15.587.920	12.435.703	72.931.172	61.513.981
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	106.832	85.277	2.425.931	2.283.839
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	69.695.983	55.164.577	322.448.525	284.057.106
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	643.192	498.755	119.310.192	115.872.639
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.891.086	2.312.869	2.891.086	2.312.869
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	39.749.876	31.704.905	192.864.946	166.101.930
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	39.087.766	31.177.776	191.975.772	165.347.737
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.761.387	3.005.490	4.379.719	3.500.156
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.427.450	2.738.340	4.045.782	3.233.006
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	599.894	479.915	1.309.943	1.071.230
226	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.327.786	2.660.375	3.377.786	2.700.375
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.327.786	2.660.375	3.377.786	2.700.375
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.975.405	4.770.545	5.975.405	4.770.545
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	16.463.779	14.791.527	16.750.544	15.006.601
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	16.291.284	14.662.155	16.291.284	14.662.155
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	172.495	129.372	459.260	344.445
4	LEADER	55.390.870	44.067.302	78.401.101	62.277.539
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	43.018.816	34.221.772	50.568.327	40.176.633
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.850.328	1.474.430	1.971.716	1.559.528
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	10.521.726	8.371.100	25.861.058	20.541.378
	Assistência Técnica	7.799.836	5.849.877	17.038.384	12.778.788
511	Assistência Técnica	7.799.836	5.849.877	17.038.384	12.778.788
	TOTAL	660.561.364	508.957.345	1.861.368.696	1.512.144.402

Quadro 494: Execução financeira – Despesas declaradas – Regiões de Convergência

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2011		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2011	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	332.682.240	249.870.601	682.768.492	514.296.650
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.988.582	1.491.437	2.160.999	1.620.750
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	52.491.742	39.368.806	98.035.742	73.526.806
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.738.466	2.053.855	17.875.017	15.251.127
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	41.907	31.430	41.907	31.430
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.967.783	5.225.838	7.408.440	5.556.331
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	96.889.481	72.907.383	164.822.393	123.873.580
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	11.073.589	8.305.193	13.564.830	10.173.625
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	69.961.018	52.589.379	135.651.316	101.857.104
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	805.111	603.834	816.396	612.297
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	74.238.363	55.678.773	215.876.224	161.907.169
126	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.420.686	4.815.515	12.589.650	9.442.239
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	236.723	177.557	236.723	177.557
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	8.580.653	6.435.499	13.211.068	9.908.294
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	248.136	186.102	477.786	358.340
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	234.477.443	187.398.626	1.036.865.532	890.407.583
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	95.308.476	76.180.245	442.217.118	372.630.020
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	15.536.635	12.417.121	72.704.109	61.384.788
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	67.528.980	53.973.058	312.269.630	276.732.043
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.891.086	2.312.869	2.891.086	2.312.869
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	39.608.802	31.632.562	191.801.745	165.339.111
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	39.052.489	31.167.666	191.245.432	164.874.216
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.746.908	2.997.527	4.365.240	3.492.192
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.419.204	2.735.363	4.037.536	3.230.029
226	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	599.894	479.915	1.309.943	1.071.230
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.320.370	2.656.296	3.370.370	2.696.296
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.936.291	4.749.033	5.936.291	4.749.033
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	16.463.779	14.791.527	16.750.544	15.006.601
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	16.291.284	14.662.155	16.291.284	14.662.155
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	172.495	129.372	459.260	344.445
4	LEADER	54.409.295	43.527.436	76.627.732	61.302.185
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	42.245.693	33.796.554	49.456.213	39.564.970
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.826.999	1.461.599	1.900.334	1.520.267
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	10.336.604	8.269.283	25.271.185	20.216.948
	Assistência Técnica	7.799.836	5.849.877	17.038.384	12.778.788
511	Assistência Técnica	7.799.836	5.849.877	17.038.384	12.778.788
	TOTAL	645.832.593	501.438.067	1.830.050.684	1.493.791.806

Quadro 495: Execução financeira – Despesas declaradas – Health Check

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2011		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2011	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	2.392.546	2.153.291	2.502.596	2.252.336
111	Formação Profissional e Ações de Informação				
112	Instalação de Jovens Agricultores				
113	Reforma Antecipada				
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento				
121	Modernização de Explorações Agrícolas	1.601.787	1.441.609	1.711.837	1.540.654
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta				
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais	790.759	711.683	790.759	711.683
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais				
126	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento				
131	Cumprimento de Normas				
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar				
133	Informação e Promoção de Actividades				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural				
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha				
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas				
214	Pagamentos Agroambientais				
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura				
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola				
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola				
225	Pagamentos Ambientais Florestais				
226	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento				
227	Investimentos não Produtivos Florestais				
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	16.291.284	14.662.155	16.291.284	14.662.155
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural	16.291.284	14.662.155	16.291.284	14.662.155
323	Conservação e Património Rural				
4	LEADER				
413	Qualidade de Vida/Diversificação				
421	Cooperação				
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação				
	Assistência Técnica				
511	Assistência Técnica				
TOTAL		18.683.830	16.815.447	18.793.879	16.914.492

Quadro 496: Execução financeira do ProDeR

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		CONTRATOS						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2011		2007-2011			2011		2007-2011		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.558.429	3.573.777	130.168	754.761	491.548	665.215	2.585.027	1.984.007	660.561	508.957	1.861.369	1.512.144
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE		1.867.163	1.406.800	10.871	409.251	214.672	32.975	1.349.024	1.003.671	330.322	245.448	670.994	499.397
1.1.1	Modernização e capacitação das empresas	1	636.412	479.500	786	90.295	68.551	3.723	651.389	484.795	158.679	117.456	291.444	215.744
1.1.2	Investimentos de pequena dimensão		59.726	45.000	1.412	136.601	10.171	1.869	17.400	13.010	6.504	4.862	7.240	5.414
1.1.3	Instalação de jovens agricultores		169.223	127.500	1.155	50.309	37.410	3.257	134.389	100.110	53.452	39.849	99.668	74.343
1.2	Redimensionamento e cooperação empresarial		33.181	25.000	1	2.500	1.875	3	6.865	5.148	182	136	2.364	1.773
1.3.1	Melhoria produtiva dos povoamentos		88.925	67.000	234	19.493	14.295	598	39.425	29.133	10.674	7.945	13.130	9.787
1.3.2	Gestão multifuncional		26.545	20.000	27	775	581	89	2.310	1.733	641	480	676	507
1.3.3	Modernização e capacitação das empresas florestais		79.634	60.000	89	12.535	9.351	199	32.780	24.288	9.588	6.987	12.793	9.391
1.4.1	Apoio aos regimes de qualidade		15.794	11.900	0	0	0	15.374	16.130	12.037	8.862	6.576	13.703	10.154
1.4.2	Informação e promoção de produtos de qualidade		11.149	8.400	4	543	407	15	3.468	2.459	405	265	635	437
1.5	Restabelecimento do potencial produtivo		19.909	15.000	25	631	473	518	16.636	12.288	6.789	5.000	13.158	9.726
1.6.1	Desenvolvimento do regadio		126.951	95.650	0	0	0	4	125.204	92.306	14.401	10.801	51.645	38.733
1.6.2	Regadio de Alqueva		427.571	322.150	3	79.803	59.853	10	201.307	150.980	51.869	38.902	155.977	116.983
1.6.3	Sustentabilidade dos regadios públicos		79.634	60.000	3	9.531	7.028	55	62.295	46.601	1.438	1.065	1.725	1.280
1.6.4	Modernização dos regadios coletivos tradicionais		26.545	20.000	24	2.715	2.036	65	8.231	6.173	631	474	631	474
1.6.5	Projetos estruturantes		62.181	46.850	19	3.209	2.407	107	30.883	22.376	5.966	4.472	5.966	4.472
1.7	Cumprimento de novas normas obrigatórias		3.783	2.850	7.089	312	234	7.089	312	234	240	179	240	179

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		CONTRATOS						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2011		2007-2011			2011		2007-2011		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL		1.485.585	1.209.098	116.530	217.090	172.511	627.740	882.502	701.113	193.421	154.041	724.780	606.351
2.1.1	Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura	2	556.153	452.787	99.413	97.009	77.581	497.632	487.268	389.745	95.276	76.135	428.510	360.403
2.1.2	Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura		193.104	157.213	14.252	16.028	12.820	77.486	90.882	72.702	15.110	12.076	78.104	65.752
2.2.1	Alteração de modos de produção agrícola		191.242	155.698	1.208	39.057	30.956	19.714	141.975	111.207	47.615	37.691	131.360	107.965
2.2.2	Proteção da biodiversidade doméstica		29.479	24.000	77	4.842	3.916	15.801	18.335	14.432	4.260	3.389	15.697	13.229
2.2.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos		52.079	42.400	65	21.015	16.508	126	49.540	38.563	7.123	5.553	28.528	24.052
2.2.4	Conservação do solo		6.387	5.200	8	512	405	87	1.201	953	644	511	1.118	888
2.3.1	Minimização dos riscos		85.980	70.000	91	6.822	5.399	222	13.270	10.554	2.505	2.004	2.555	2.044
2.3.2	Ordenamento e reconversão dos povoamentos		98.263	80.000	106	9.699	7.759	217	15.985	12.775	1.837	1.468	1.837	1.468
2.3.3	Valorização ambiental dos espaços florestais		61.414	50.000	97	7.506	5.750	269	21.537	16.853	5.958	4.757	5.958	4.757
2.4	Apoio à gestão das ITI (2.4.1) Instrumentos de programação e gestão para ITI (2.4.2) ITI - Investimentos não produtivos (2.4.3-2.4.13) ITI - Pagamentos agro e silvoambientais (2.4.3-2.4.13)		6.687	5.067	8	1.032	554	34	2.315	1.516	172	129	459	344
		26.408	21.500	213	5.674	4.539	470	9.940	7.952	2.909	2.327	2.909	2.327	
		178.388	145.233	992	7.895	6.325	15.682	30.254	23.861	10.011	8.001	27.744	23.121	
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS		495.502	397.607	769	95.081	78.555	2.112	251.050	202.538	71.682	58.729	94.692	76.940
3.1.1	Diversificação de atividades na exploração agrícola	4	61.303	48.807	47	5.302	4.166	124	11.849	9.358	2.221	1.748	2.705	2.135
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas		132.763	105.700	152	11.786	9.374	574	42.710	33.948	14.762	11.772	18.730	14.870
3.1.3	Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer		60.290	48.000	102	11.412	8.934	325	33.682	26.705	10.231	8.164	11.564	9.228
3.2.1	Conservação e valorização do património rural		37.681	30.000	180	9.960	7.868	368	19.233	15.216	5.121	4.055	5.425	4.298
3.2.2	Serviços básicos para a população rural		60.918	48.500	156	12.001	9.557	407	31.471	25.028	10.683	8.483	12.144	9.646
3.4	Cooperação LEADER para o desenvolvimento (cooperação interterritorial e transnacional)		12.560	10.000	118	5.617	4.472	209	10.419	8.257	1.850	1.474	1.972	1.560
3.5	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação		87.420	69.600	3	908	726	94	63.590	50.567	10.522	8.371	25.861	20.541
3.6	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais	3	33.333	30.000	2	32.583	29.324	2	32.583	29.324	16.291	14.662	16.291	14.662
3.7	Centros educativos rurais do Algarve		9.235	7.000	9	5.513	4.135	9	5.513	4.135	0	0	0	0

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		CONTRATOS						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2011		2007-2011			2011		2007-2011		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		116.797	88.000	1.990	21.716	15.931	2.354	53.899	39.109	10.410	7.633	11.012	8.057
4.1	Cooperação para a inovação	1	37.163	28.000	47	4.125	2.899	94	9.097	6.510	958	680	969	689
4.2.1	Formação especializada		13.272	10.000	65	10.484	7.817	89	13.487	10.069	159	119	159	119
4.2.2	Redes temáticas de informação e divulgação		13.272	10.000	0	0	0	124	9.415	6.389	2.161	1.515	2.312	1.600
4.3.1.1	Desenvolvimento de serviços de aconselhamento		11.945	9.000	0	0	0	89	7.611	5.667	3.999	2.985	4.418	3.299
4.3.1.2	Aquisição de serviços de aconselhamento		11.945	9.000	1.808	2.170	1.623	1.808	2.170	1.623	42	31	42	31
4.3.2	Serviços de apoio às empresas		29.199	22.000	70	4.937	3.592	150	12.119	8.851	3.090	2.302	3.112	2.318
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS		466.802	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	46.927	37.256	342.851	308.621
	Medidas agroambientais (RURIS)	2	101.159	82.358	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	643	499	119.310	115.873
	Florestação de terras agrícolas (RURIS)		292.853	238.423	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	39.069	31.160	192.184	165.557
	Indemnizações compensatórias (pagamentos em atraso RURIS)		7.360	5.992	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	509	405	8.535	7.989
	Reforma antecipada (RURIS)	1	43.362	32.671	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2.759	2.064	18.184	15.525
	Explorações agrícolas (Medida 1 AGRO)		1.187	894	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	519	389	592	444
	Florestas (prémios Medida 3 AGRO e AIBT)	2	20.881	17.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3.427	2.738	4.046	3.233
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		126.580	94.935	8	11.624	9.880	34	48.552	37.576	7.800	5.850	17.038	12.779

Notas:

n.a. - não aplicável

Programação alterada com base na proposta apresentada em março de 2011 e aceite pela COM em outubro de 2011.

Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de webservice para o IFAP.

3.2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Quadro 497: Fluxos financeiros com a COM (acumulado)

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013) *	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3)	(5) = (2) - (3)
242.765.556	1.512.144.349	1.336.906.559	1.579.672.115	175.237.789

* Pago em duas parcelas de 3,5%, i.e., 121.382.778 euros cada uma.

Quadro 498: Cumprimento da "regra n+2"

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013)	Autorização Orçamental 2007-08	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3) / (2)
242.765.556	1.511.313.345	1.512.144.349	116%

Quadro 499: Pedidos de pagamento intermédios (acumulado)

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2007	3º trimestre	12-12-2007	83.256.792	1º/2007	19-12-2007	83.256.792
2º/2007	4º trimestre	30-01-2008	24.652.128	2º/2007	11-06-2008 16-06-2008	24.277.128 375.000
3º/2008	1º trimestre	28-04-2008	115.632.203	3º/2008	01-07-2008	115.632.203
4º/2008	2º trimestre	17-07-2008	26.865.080	4º/2008	18-08-2008	26.865.080
5º/2008	3º trimestre	05-11-2008	62.399.635	5º/2008	03-12-2008	62.399.635
6º/2008	4º trimestre	30-01-2009	93.256.000	6º/2008	11-03-2009	93.256.000
7º/2009	1º trimestre	27-04-2009	9.921.025	7º/2009	04-06-2009	9.921.025
8º/2009	2º trimestre	30-07-2009	-718.041	8º/2009	21-12-2009	-718.041
9º/2009	3º trimestre	10-11-2009	111.355.308	9º/2009	21-12-2009	111.355.308
10º/2009	4º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2008</i>	29-01-2010	37.652.534 -1.075.686	10º/2009	03-03-2010	36.576.848
11º/2010	1º trimestre	30-04-2010	30.643.680	11º/2010	25-05-2010	30.643.680
12º/2010	2º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2009</i>	30-07-2010	125.549.019 -562.612	12º/2010	16-09-2010	124.986.407
13º/2010	3º trimestre	10-11-2010	202.970.482	13º/2010	03-01-2011	202.970.482
14º/2010	4º trimestre	31-01-2011	81.751.099	14º/2010	21-02-2011	81.751.099
15º/2011	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2010</i>	15-04-2011	78.830.050 -361.602	15º/2011	24-05-2011	78.468.448
16º/2011	2º trimestre	25-07-2011	76.370.041	16º/2011	24-08-2011	76.370.041
17º/2011	3º trimestre	04-11-2011	178.519.424	17º/2011	13-12-2011	178.519.424
18º/2011	4º trimestre	30-01-2012	175.237.789	18º/2011		
Total			1.512.144.349	Total		1.336.906.559

1º trimestre: engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.
2º trimestre: engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.
3º trimestre: engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.
4º trimestre: engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

4. RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

4.1 Introdução

A Avaliação Anual do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR) tal como se encontra prevista pela Comissão no n.º 2 do artigo 86.º do Regulamento (CE) 1698/2005, tem como objectivos:

- Examinar os progressos verificados no programa em relação aos seus objectivos, por meio de indicadores de realização e de resultado;
- Aperfeiçoar a qualidade dos Programas e a sua execução, nomeadamente, através da melhoria do sistema de gestão e acompanhamento;
- Examinar propostas para alterações substanciais dos Programas, assim como os impactos das alterações efectuadas;
- Preparar a Avaliação ex-post, nomeadamente, através da implementação de metodologias de trabalho que permitam preencher os requisitos dessa Avaliação.

4.2 Atividades de avaliação realizadas

Para além do cumprimento genérico dos quatro objectivos referidos no ponto anterior, importa destacar que foram especificamente abordados na avaliação anual, um conjunto de solicitações da AG, com enquadramento nos objectivos da avaliação:

- Analisar as metas previstas (para os indicadores de realização e resultado) – adequação, revisão em alta ou em baixa - e adequação dos indicadores na avaliação de desempenho do programa;
- Avaliar os efeitos decorrentes das alterações introduzidas pela Portaria n.º 184/2011, de 5 de Maio (Acção 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores);

- Discutir os resultados já obtidos à luz do actual contexto macroeconómico e perspectivar de que forma se prevê que este mesmo contexto condicione o impacto do programa no sector agro-florestal;
- Discutir o conceito de inovação constante nos documentos orientadores do programa e avaliar a eficácia dos indicadores associados a este aspecto do programa;
- Reunir informação capaz de suportar o processo de decisão no novo quadro programático em particular no que diz respeito simplificação/ajustamento/extinção de medidas, operacionalização de medidas existentes, em particular, as medidas agro-ambientais e levantamento de necessidades relativamente à criação de novas medidas;
- Avaliar a divulgação do programa.

Face ao exposto é, assim, possível identificar 2 grandes componentes de avaliação no relatório final:

- Análise crítica de Medidas;
 - Análise da coerência das metas e dos indicadores;
 - Análise diferenciada de algumas Medidas;
- Estimativa dos Indicadores de Impacto.

4.3 Abordagem Metodologica

A metodologia que a Equipa de Avaliação desenvolveu apresenta uma lógica de encadeamento de resultados das várias vertentes da avaliação.

No que diz respeito aos instrumentos de avaliação, dada a natureza do trabalho a desenvolver neste momento avaliativo, salienta-se o recurso à análise documental e estatística e, em alguns casos, o recurso a entrevistas e Estudos de Caso.

O trabalho conducente ao cálculo dos indicadores de impacto em sede de Avaliação ex-post teve continuidade na presente avaliação. Este esforço foi

centrado na definição da informação necessária para a sua estimativa e adaptação e validação metodológica.

Sendo que, no ano de 2012 foi apresentada nova proposta de alteração – já objecto de decisão por parte da Comissão Europeia – será feita uma apreciação das propostas constantes no documento à luz dos resultados da avaliação anual a que reporta este relatório.

Em concordância com o efectuado na Avaliação Anual de 2010, para além do procedimento de avaliação transversal a todas as medidas do Programa - desenvolvida de acordo com as componentes constantes da Ficha de Avaliação por Medida - foi dado um enfoque especial às seguintes medidas:

- Ação 1.1.1- Modernização e capacitação das empresas;
- Ação 1.1.3- Instalação de jovens agricultores;
- Medida 1.3 – Promoção da competitividade florestal;
- Medida 1.6 – regadio e outras infra-estruturas coletivas;
- Medida 4.1 – Cooperação para a inovação;
- Medida 4.2 – Formação e informação especializada;
- Medida 4.3 – Serviços de apoio ao desenvolvimento;
- Medida 2.3 – Gestão do espaço florestal e agroflorestal;
- Medida 2.4 – Intervenções territoriais integradas;
- Medida 3.3 – Implementação das ELD;
- Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento;
- Medida 3.5 – Funcionamento dos Grupos de Ação Local (GAL), aquisição de competências e animação.

O trabalho de desenvolvimento e teste metodológico para estimativa dos indicadores de impacto, a apresentar em sede de Avaliação Ex-post, integra as avaliações anuais permitindo a obtenção de estimativas que visam essencialmente contribuir para a construção de metodologias robustas, face à informação disponível, para o cálculo dos indicadores em sede de Avaliação Ex-post.

Todavia, este trabalho tem sido fortemente condicionado pela disponibilização atempada da informação necessária, tendo sido identificados, até ao momento, constrangimentos à disponibilização de informação, que, no caso dos indicadores abaixo mencionados, consiste em:

- dados desagregados resultantes do Censo de Aves Comuns, correspondentes a todo o período de amostragem, bem como informação relativa à posição geográfica das quadrículas consideradas para a amostragem, de relevância para a análise do Indicador da Reversão do Declínio da Biodiversidade;
- informação sobre o montante de área apoiada pelas medidas e ações 2.1, 2.2.1, 2.2.2 e 2.4 ao nível dos sistemas de cultura e da freguesia, de forma a expressar quantitativamente a área onde o ProDeR está a ter um efeito se não potenciador pelo menos de protecção dos Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural;
- áreas ardidadas e arborizadas desde 2006 até ao momento, por espécie dominante em cada uma das Áreas Florestais de Alto Valor Natural, que seja possível monitorização conforme proposto por Reis *et al.* (2010);
- informação que permita inferir sobre a mudança ou manutenção das práticas agrícolas, dos produtores aderentes ao Modos de Produção Alternativos, que permite inferir o impacto da Acção 2.2.2 na Melhoria da Qualidade da Água.

No contexto da Avaliação Intercalar foi seleccionado um Sub-conjunto de Medidas, referenciadas como Medidas-chave, para efeito da estimativa dos indicadores de impacto. Esta selecção irá manter-se, para este efeito, mas poderá vir a ser ajustada em função dos níveis de execução das medidas que compõem o Programa.

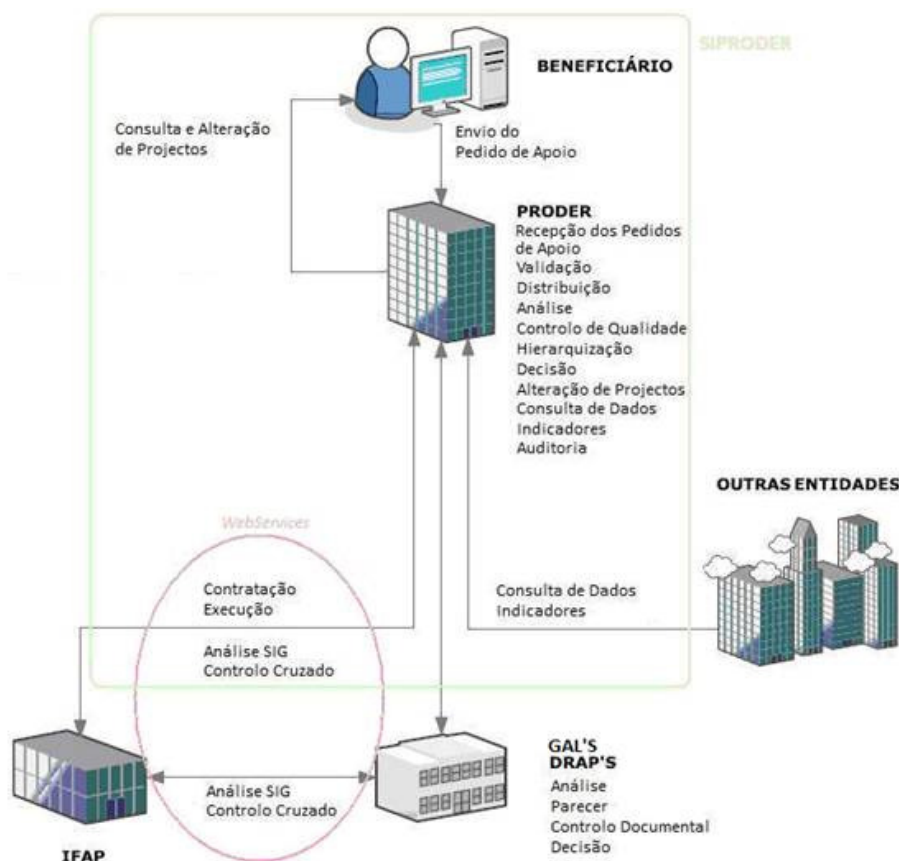
5. MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

5.1 Medidas de acompanhamento e avaliação

5.1.1 Sistemas de informação

O SIProDeR assegura a articulação da Autoridade de Gestão do ProDeR (AG) com os beneficiários, com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), com os Grupos de Ação Local (GAL) e com o Organismo Pagador, disponibilizando as funcionalidades que se ilustram no esquema seguinte.

Figura 7: Sistemas de informação – arquitetura funcional



Durante o ano de 2011 o SIProDeR continuou a assegurar a operacionalização do Programa em duas vertentes:

- Operacional, assegurando o ciclo de vida dos pedidos de apoio, desde a sua submissão *on-line*, através do desenvolvimento de formulários próprios de acordo com as especificidades de cada concurso e Medida, até ao seu envio para o Organismo Pagador para efeitos de registo do respetivo contrato, passando pelo *workflow* associado a cada pedido de apoio;
- Estratégica, assegurando a produção e disponibilização de informação de apoio à gestão quer ao nível dos processos de análise, de controlo de qualidade e decisórios, quer no que respeita à disponibilização de indicadores necessários ao acompanhamento e avaliação da execução do programa;

Em 2011 foram efetuadas diversas melhorias no SIProDeR dos quais se destacam os seguintes:

- Reimplementação de procedimentos tendo como objetivo a uniformização de processos horizontais a todas as medidas;
- Implementação de mecanismos de validação do carregamento da informação, consolidação dos dados da base de dados e uniformização do carregamento de dados;
- Reestruturação do módulo de controlo de acessos com o objetivo de aumentar os índices de segurança e enriquecer a informação associada aos utilizadores;

Foram também efetuados novos desenvolvimentos dos quais se destacam os seguintes:

- Desenvolvimento de módulo de suporte a alterações aos projetos, desde a submissão de um pedido de alteração, passando pela análise e decisão, até ao envio da nova configuração do projeto para o Organismo Pagador;
- Consolidação do mecanismo de recolha da informação da execução dos projetos, proveniente do Organismo Pagador;

-
- Desenvolvimento de ferramenta de monitorização da execução de projetos, de forma a permitir aferir o cumprimento dos prazos por parte dos beneficiários;
 - Reformulação do mecanismo de análise SIG para permitir o cálculo de ajudas forfetárias da medida 232.

No âmbito das tarefas do SIPRODER e para efeitos de contratação, pedidos de pagamento e acompanhamento da execução dos projetos, o SIPRODER articula-se através de mecanismos informáticos com o Organismo pagador da seguinte forma:

- Web Service de Contratação - utilizado para envio de dados de contratação dos projetos aprovados pela Autoridade de Gestão;
- Web Service de Alterações - utilizado para o envio dos dados dos projetos resultantes das alterações solicitadas pelos beneficiários e decididas pela Autoridade de Gestão;
- Web Service de Retorno - mecanismo utilizado para recolha dos dados de execução financeira dos projetos por forma a permitir o acompanhamento dos mesmos pela Autoridade de Gestão;

De janeiro a setembro de 2011 foram desenvolvidos todos os instrumentos de suporte aos concursos lançados durante esse período, tendo paralelamente sido otimizadas as ferramentas existentes de suporte às restantes medidas.

Em janeiro de 2011 foi colocada em produção uma nova versão do Balcão de Beneficiário (canal de comunicação entre o ProDeR e os beneficiários), com um novo *layout* e novas funcionalidades, sendo de destacar a possibilidade de submissão de Pedidos de Alteração a projetos.

No quadro abaixo identificam-se todos os módulos do SIProDeR e respetivas funcionalidades disponíveis.

Quadro 500: Sistemas de informação – Módulos do SIProDeR

Módulos	
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Autenticação
Área do Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Área reservada de um Beneficiário • Consulta e Alteração dos dados Pessoais • Consulta e Alteração dos dados dos Pedidos de Apoio • Envio do Pedido de Apoio • Recepção do Código de Acesso • Notificações de Documentos ou de Outros Assuntos
Recepção de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção e tratamento dos Pedidos de Apoio • Validação Automática dos Pedidos de Apoio
Distribuição de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição Automática • Distribuição por Organismo • Distribuição por Técnico
Pedido de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Workflow • Informação Detalhada • Análise FACL • Validação • Agrupamentos • Controlo Documental • Controlo Cruzado • Controlo Qualidade • Audiência Previa • Beneficiário
Controlo de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Lotes • Controlo de Qualidade por DRAP's
Decisão dos Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Hierarquização • Decisão
Parecer do Organismo	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer do Técnico • Despacho Final
Modulo Financeiro e Contratação	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação • Histórico • Notificação ao Beneficiário • Processo de Contratação com o IFAP
Quadros Estatísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores Físicos • Indicadores Financeiros • Quadros Pré-Definidos • Consulta Personalizada • Operacionalização
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria de Consultas e Escritas fora do contexto aplicacional • Contratação • Evolução de um Pedido de Apoio no circuito operacional do Proder
Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo Processual da Gestão Operacional • Gestão de Utilizadores • Gestão de Perfis e Acessos
Comunicação com Outras Entidades	<ul style="list-style-type: none"> • IFAP • SILEADER

O SIProDeR deu também em 2011 todo o suporte à atividade desenvolvida pela Autoridade de Gestão no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o Organismo Pagador.

O SIProDeR garante ainda o suporte à área operacional do Programa, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão

utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas, integração de *Web Services* e análise SIG.

Durante o ano de 2011 consolidou-se o trabalho de adequação aos critérios estabelecidos na norma internacional ISO/IEC 27002, referente às práticas de gestão da segurança da informação do ProDeR, principalmente através da melhoria capacidade de apoio à decisão, com a disponibilização de um relatório de avaliação de risco e de um plano de continuidade, mas também através da promoção da atualização do inventário de ativos de informação e da divulgação do documento de política de segurança pelos colaboradores do ProDeR.

5.1.2 Relacionamento com os GAL

5.1.2.1 Protocolo e sistemas de informação

Em termos de relacionamento com os GAL, manteve-se o estreito contato entre a Autoridade de Gestão e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas do subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL, medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são promotores, ou seja, a medida 3.4 – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento e medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação. Mantém-se ainda a preocupação de simplificação do subprograma 3, sempre que tal seja possível, tendo em vista uma mais eficiente e célere operacionalização das medidas nelas contidas.

O relacionamento com os GAL foi, ainda, reforçado através de ações de esclarecimento relativamente a questões práticas de operacionalização das medidas 3.1, 3.2 e 3.4, bem como ações de formação relacionadas com o sistema de informação.

Continuaram a decorrer as visitas de acompanhamento aos GAL, tendo como objetivos principais a verificação, *in loco*, do cumprimento das regras estabelecidas nos normativos, nomeadamente a validação dos procedimentos aprovados e em vigor nos GAL, a manutenção das condições que levaram ao seu reconhecimento, enquanto organismos intermédios de gestão e o esclarecimento das dúvidas que existam. Pretende-se que sejam, acima de tudo, ações com um forte caráter pedagógico.

Relativamente ao Sistema de Informação do Subprograma 3, o SI LEADER, têm sido feitas atualizações que permitem torna-lo uma ferramenta de gestão global das estratégias locais de desenvolvimento, nomeadamente com a disponibilização de *webservices* entre este sistema de informação e os sistemas de informação do IFAP e da AG, quer no sentido de fornecer dados, quer no sentido de rececionar informação, nomeadamente a informação relativa à execução dos PA.

Existe uma preocupação permanente de ter o sistema atualizado de modo a dar resposta às necessidades dos utilizadores, tendo em vista um ganho de eficiência na sua utilização, e corrigindo pequenos defeitos existentes.

5.1.2.2 Sistema de supervisão LEADER

Nos termos do art.º 28-F do Regulamento (CE) n.º 65/2011, de 27 de janeiro de 2011 (anterior art.º 33º do Regulamento (CE) n.º 1975/2006, de 7 de dezembro de 2006), o Estado-Membro é responsável por verificar se os GAL têm a capacidade administrativa e de controlo necessária para a realização dos controlos administrativos inerentes as competências referidas nos parágrafos seguintes.

Nos termos da Portaria n.º 392-A/2008, de 4 de junho, são os agentes locais, através dos GAL, que gerem a aplicação das medidas 3.1 “Diversificação da atividade económica e criação de emprego”, e 3.2 “Promoção da qualidade de vida das populações nos seus territórios”. Conseqüentemente é competência dos GAL definir os critérios de seleção a aplicar, analisar e decidir sobre a admissibilidade e o mérito dos PA apresentados nas referidas medidas, assegurando que as operações sejam

hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e com os critérios de seleção definidos para cada concurso, bem como de acordo com as orientações técnicas definidas pela AG do ProDeR.

A AG do ProDeR procede a controlos regulares dos procedimentos de análise e decisão dos pedidos de apoio (PA), nomeadamente, controlos dos registos desses procedimentos e repetição dos respetivos controlos administrativos por amostragem.

É ainda competência dos GAL analisar os pedidos de pagamento (PP) apresentados pelos beneficiários dos PA aprovados nas duas referidas medidas, verificando a sua elegibilidade. No caso dos PP, cabe ao Organismo Pagador (IFAP I.P.) proceder à repetição dos respetivos controlos administrativos por amostragem.

Relativamente aos trabalhos de controlo de qualidade sobre os procedimentos de análise e decisão dos PA, o ano de 2011 caracterizou-se por uma alteração da metodologia de trabalho. Enquanto os trabalhos de controlo no ano de 2010 tiveram um carácter geral e abrangente, de forma a se proceder ao exame, avaliação e confirmação da aplicação de todos os procedimentos, normativos e critérios de avaliação definidos para o processo de análise dos PA e, desse modo, aferir do seu cumprimento e das insuficiências existentes nos procedimentos de análise desenvolvidos pelos diversos GAL, em 2011, embora se tenha continuado a proceder à seleção de uma amostra aleatória sobre a totalidade dos PA apresentados a concurso em cada GAL, com base nas conclusões dos trabalhos de controlo desenvolvidos em 2010 e com vista a uma maior uniformização dos procedimentos, sobre cada uma dessas amostras, optou-se por se proceder a ações de controlo dirigidos à confirmação dos procedimentos de verificação do cumprimento das condições de elegibilidade dos PA consideradas chave, bem como dos procedimentos, normativos e critérios de avaliação, onde, em 2010, se detetaram de um modo geral algumas insuficiências.

É de salientar que, de forma a manter o carácter pedagógico das ações de controlo realizadas em 2010, este ano, a maioria das ações de controlo foram realizadas no âmbito de visitas de acompanhamento aos GAL, procedendo-se desse modo à verificação, junto das Estruturas Técnicas Locais (ETL) de cada GAL, do cumprimento das regras estabelecidas nos

normativos, nomeadamente a validação dos procedimentos definidos, da manutenção das condições que levaram ao reconhecimento dos GAL, enquanto organismos intermédios de gestão, e ao esclarecimento das dúvidas que existiam.

Assim, no ano de 2011, as referidas ações de controlo dividiram-se entre ações de controlo/visitas de acompanhamento realizadas junto das ETL de 16 GAL, para as quais foram selecionados para controlo 109 PA e ações de controlo em gabinete onde foram selecionados 62 PA para controlo de qualidade, resultando num total de 171 PA objeto de controlo de qualidade num universo de cerca de 1.383 PA com parecer favorável, o que representa uma taxa de controlo de 12% para 2011.

Destas 171 ações de controlo de qualidade concluídas, foram considerados 117 PA (68%) com resultado "Conforme", 51 PA (30%) com resultado "Insuficiente" e 3 PA (3%) cujo resultado foi "Não Conforme".

Em sequência das visitas de acompanhamento e dos controlos em gabinete realizados, foram emitidos relatórios detalhados para cada GAL. Constando desses relatórios, para além dos resultados do controlo – e das ações a desenvolver por parte das ETL com vista a sanar as insuficiências/não conformidades encontradas –, diversas recomendações, com vista difundir as boas práticas e as metodologias de verificação das condições de elegibilidade dos PA e, assim, futuramente, melhorar os procedimentos de análise dos mesmos. No âmbito destes trabalhos foram ainda efetuados esclarecimentos pontuais e sessões de trabalho com as ETL.

5.1.3 Sistemas de controlo

5.1.3.1 Controlos efetuados pela Autoridade de Gestão

No ano de 2011, foi dada continuidade ao procedimento de controlo implementado em 2009, com o objetivo da Autoridade de Gestão assegurar a aplicação uniforme das normas de procedimentos e respetiva conformidade, no processo de análise e controlo documental dos pedidos de

apoio, analisados nas DRAP e no Secretariado Técnico. Foram assim desenvolvidas as seguintes atividades de controlo:

- Análise de 5% dos pedidos de apoio com parecer favorável e desfavorável emitido pelas DRAP, semanalmente;
- Análise de 5% dos pedidos de apoio com parecer favorável e desfavorável emitido pelo ST-PRODER, semanalmente (implementada em 2011).

Foi também dado seguimento à atividade de controlo de qualidade, exercida pelas equipas regionais de Controlo de Qualidade, criadas e formadas para o efeito. Continuam a existir 4 equipas¹¹ regionais de Controlo de Qualidade, na DRAPN, DRAPC, DRAPLVT e DRAPALE.

Para permitir um melhor registo da atividade de controlo de qualidade efetuado pelas equipas regionais, em 2011, desenvolveu-se o módulo no sistema de informação do ProDeR com vista a informatizar o respetivo processo. Esta funcionalidade só entrará em funcionamento no início de 2012.

Uma atividade a registar, foi que este ano, se iniciou o processo de análise dos PA analisados pelo Secretariado Técnico do ProDeR, integrando-o no processo de controlo de qualidade desenvolvido no Secretariado Técnico de Auditoria (STA).

Durante 2011, em resultado da atividade de controlo desenvolvida pelo STA, obtiveram-se os seguintes resultados, por tipo de parecer emitido:

Quadro 501: Resultados do Controlo de Qualidade (ano)

Sentido do parecer emitido pelas DRAP	Nº PA	Amostra		Resultados do CQ			
		Nº PA	%	Conforme	%	Não Conforme	%
PA favoráveis	4.797	253	5%	208	82%	45	18%
PA desfavoráveis	2.003	118	6%	108	92%	10	8%
Total	6.800	371	5%	316	85%	55	15%

¹¹ A DRAPALG não constituiu o controlo de qualidade regional alegando falta de meios.

Dos 371 PA controlados, foram devolvidos à DRAP para colmatar insuficiências detetadas, 55 PA, o que corresponde a uma taxa de devolução global de 15%.

Apesar da manutenção das taxas de devolução às DRAP, registou-se uma alteração no tipo de insuficiências detetadas. Verificamos que foram ultrapassadas as insuficiências relativas ao controlo administrativo dos documentos e ao controlo cruzado, prevalecendo agora as insuficiências quanto à avaliação da elegibilidade e razoabilidade dos investimentos. Em termos de ações, mantêm-se as ações 111 – “Modernização e capacitação de empresas” e 113 – “Instalação de jovens agricultores” com investimento, como sendo as ações onde se verificam o número mais elevado de insuficiências.

Continuamos a verificar, que as insuficiências detetadas são de cariz pontual, resultando da insuficiente aplicação das normas de procedimentos definidas. Neste ano observamos, 3 reversões de pareceres decorrentes da atividade de controlo, isto é, 1 PA que tinha parecer favorável e passou a parecer desfavorável e 2 PA desfavoráveis passaram a favoráveis, após terem sido alvo de controlo de qualidade. Em 2010, tínhamos registado 2 reversões, de parecer favorável para desfavorável e de desfavorável para favorável.

Quanto à distribuição por entidade responsável pela análise, DRAP e ST, em termos da devolução dos PA com parecer desfavorável em resultado do controlo, obtemos os seguintes resultados:

Quadro 502: Controlo de Qualidade – Distribuição por DRAP dos PA devolvidos (acumulado)

PA devolvidos		DRAP					ST PRODER	Total
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve		
2.010	Nº	38	18	20	10	8	0	94
	%	6%	3%	3%	2%	1%	0%	16%
2.011	Nº	27	12	7	5	3	1	55
	%	7%	3%	2%	1%	1%	0%	15%

Pela observação do quadro, verifica-se que as proporções dos PA devolvidos por DRAP não sofreram, em 2011, variações significativas face a 2010, observando-se um comportamento constante.

A atividade de controlo de qualidade ao nível regional, exercida pela DRAPN, DRAPC, DRAPLVT e DRAPALE, envolveu 13 técnicos de controlo de qualidade. A DRAPALG, pelo reduzido número de PA apresentados semanalmente, optou por não destacar recursos humanos a esta tarefa.

Os resultados do controlo de qualidade continuam a ser comunicados semanalmente às DRAP, incluídos no procedimento da consulta escrita das decisões dos PA, assim como nas reuniões da Autoridade de Gestão. Foi elaborado um relatório semestral e outro anual.

5.1.3.2 Controlos efetuados pelo IFAP e pela IGAP

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do Organismo Pagador, IFAP I.P., no âmbito do Regulamento n.º 885/2006 da Comissão de 21 de junho, pela autoridade competente e de auditoria pela IGF (Inspeção-Geral de Finanças). Na sequência dos seus planos anuais de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) n.º 65/2011, nomeadamente, o controlo in loco (artigo 26º) e o controlo ex-post (artigo 29º) realizados pelo IFAP I.P. e IGAP (Inspeção-Geral de Agricultura e Pescas) respetivamente.

5.1.3.3 Auditorias

No ano de 2011 foram realizadas as seguintes auditorias envolvendo o ProDeR:

- Auditoria DG-AGRI – Critérios de Acreditação do Organismo Pagador, de 14 a 17 de junho;

- Auditoria do TCE, no contexto da DAS 2011, relativa ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER – Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 29 de agosto a 2 de setembro;
- Auditoria do TCE, no âmbito das ações de apoio à instalação de jovens agricultores constantes do ProDeR para o período de 2007-2013, de 10 a 21 de outubro;
- Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, no âmbito da Auditoria de sistemas no domínio da contratação pública FEADER-PRODER que decorreu de maio a Setembro. No seu relatório final, recomendou a necessidade da AG em sede de análise de pedido de apoio, providenciar evidência do controlo da elegibilidade dos promotores no âmbito da contratação pública, que até ao momento, era somente efetuada em sede de análise do pedido de pagamento.

5.1.4 Alterações a Portarias

Durante o ano de 2011 foi alterado o regime da ação n.º 1.1.3, “Instalação de Jovens Agricultores”, remodelando o seu funcionamento, com a fixação de novas regras.

Com efeito, a adesão muito significativa de beneficiários e os resultados da avaliação intercalar entretanto efetuada ao Programa concluíram pela necessidade de alterar o regime da ação, introduzindo garantias adicionais de que o prémio concedido se traduzisse num valor efetivamente gerador de desenvolvimento rural.

Nessa conformidade, a Portaria n.º 184/2011, de 5 de maio, alterou a Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de maio, que aprovou o Regulamento de Aplicação daquela ação e o prémio à primeira instalação passou a ser atribuído em cofinanciamento aos candidatos que realizam investimentos nas respetivas explorações, associando-se o prémio a um plano empresarial de desenvolvimento efetivo da exploração.

Atenta a importância da natureza dos apoios previstos na ação n.º 1.1.1, “Modernização e Capacitação das Empresas”, da medida n.º 1.1, e tendo o

respetivo regulamento de aplicação sido objeto de várias modificações legais, procedeu-se à republicação da Portaria n.º 289 -A/2008, de 11 de abril, visando facilitar o seu conhecimento e consulta, com a publicação da Portaria n.º 192/2011 de 12 de maio, tendo-se aproveitando a oportunidade para proceder a pequenas clarificações de redação.

Idênticas razões de sucessivas alterações legislativas e um pequeno ajuste levaram à publicação da Portaria n.º 208/2011, 24 de maio, que republicou a Portaria n.º 1238/2008, de 30 de outubro, que aprovou o Regulamento de Aplicação da medida n.º 1.2, "Cooperação Empresarial para o Mercado e Internacionalização", designada "Redimensionamento e cooperação empresarial".

No seguimento das medidas de gestão e simplificação do Programa realizadas em todas as ações, no decurso do ano de 2010, para intensificar a execução das medidas do ProDeR, sobreveio a necessidade de proceder a alguns ajustamentos.

Assim, revelou-se essencial eliminar a regra existente na versão inicial das portarias regulamentadoras que estabelecia a obrigatoriedade de os projetos não estarem concluídos à data da respetiva aprovação. E aproveitou-se também para adaptar as regras sobre as visitas aos locais das operações e atualizar os artigos respeitantes ao controlo e às reduções e exclusões, em virtude das alterações da legislação comunitária.

Neste desfecho, foi publicada a Portaria n.º 228/2011, de 9 de junho, que alterou 30 das Portarias ProDeR.

Foi também publicada a Portaria n.º 231/2011, de 14 de junho, que regulamenta a Medida do Programa 3.7 "Centros Educativos Rurais do Algarve", integrada no subprograma n.º 3 "Dinamização das Zonas Rurais", e que visa ultrapassar os graves constrangimentos registados na rede educativa, mediante a requalificação das escolas existentes ou a construção de novos centros educativos rurais, perspetivando a criação de equipamentos de suporte aos serviços básicos à população rural.

5.2 Problemas mais importantes verificados na gestão do Programa

5.2.1 Monitorização dos projetos aprovados sem execução - “operação limpeza”

Depois de, em 2010, terem sido ultrapassados os atrasos que ocorreram na aprovação de projetos nos primeiros anos de implementação do Programa e ter sido iniciado o ciclo de plena execução deste instrumento de financiamento, o ano de 2011 iniciou-se num quadro efetivo de continuidade da execução do Programa, com mais de 10.900 projetos aprovados e já com algumas ações prioritárias em situação de esgotamento de disponibilidades financeiras.

Desta forma, em 2011, o Programa depara-se verdadeiramente com o paradigma de falta de dotação nalgumas ações para dar encaixe financeiro à aprovação de todos os projetos que reúnem condições para tal, o que implica ficar a aguardar pelo encerramento de projetos que ficam aquém do valor aprovado, não absorvendo a totalidade das verbas que lhes estão consignadas e, mais importante ainda devido ao montante que poderá estar associado, ficar a aguardar pela eventual libertação de verbas de projectos aprovados que não vão ser executados.

Face a este cenário, logo no primeiro trimestre de 2011 a Autoridade de Gestão, que até final de 2010 tinha tido um entendimento muito flexível quanto à aplicação das regras relativas ao cumprimento dos prazos de execução dos projetos - por não ser justo, nem razoável, aplicá-las a beneficiários que, em muitos casos, esperaram mais de 2 anos pela aprovação do seu projeto - considerou ser o momento certo para dar início a um plano de monitorização dos projetos aprovados que ainda não estavam a evidenciar execução através da apresentação de um pedido de pagamento ou de adiantamento, tendo em atenção que, nos termos da regulamentação aplicável a todas as medidas e ações do PRODER, os beneficiários devem dar início à execução dos projectos no prazo de seis meses após a celebração do contrato de financiamento.

Antes de iniciar a implementação deste plano de monitorização, a Autoridade de Gestão teve como primeira preocupação informar e esclarecer previamente os beneficiários do Programa sobre o trabalho que ia

desenvolver e sensibilizá-los para a sua importância. Esta comunicação foi efetuada através do *site* do Programa, meio privilegiado de divulgação junto dos beneficiários e do público-alvo do PRODER.

Numa primeira fase e dado o histórico do Programa, a gestão começou por avaliar se os beneficiários dos projetos já aprovados tinham efetivamente condições ou não para os executar, tendo para o efeito emitido um normativo (Orientação Técnica Geral nº 7 "Prazos pré-contratuais e de execução de projetos", de março de 2011), que foi devidamente divulgado no *site* do Programa juntamente com a explicação aos beneficiários da sua razão de ser.

Este normativo explicita e esclarece os beneficiários relativamente às obrigações definidas na regulamentação aplicável às medidas e ações referentes aos prazos para execução de projetos, bem como sobre a evidência dessa execução, que deve ser efetuada através da apresentação de despesa (pedidos de pagamento) que comprove que o projeto está efetivamente a ser realizado ou de um pedido de adiantamento, sendo sempre dada a possibilidade ao beneficiário de, em casos particulares, devidamente justificados, solicitar a prorrogação do prazo de início da execução do projeto.

O normativo permitiu ainda e transitoriamente para todos os projetos contratados até final de 2010, a possibilidade dos beneficiários apresentarem um pedido de prorrogação do prazo de início de execução do projeto até final de junho de 2011.

No processo de monitorização implementado a gestão concede ainda, a título excecional, uma última oportunidade aos beneficiários que, depois de ultrapassados todos os prazos, continuam sem dar informação ou evidência da execução do projeto. É-lhes assim facultado mais um mês para regularizarem a situação do seu projeto. Caso a mesma não seja alterada ao fim deste período de tempo, a Autoridade de Gestão considera então o projeto automaticamente desistido e essa decisão é comunicada ao Organismo Pagador para efeitos da resolução unilateral do contrato de financiamento.

As verbas libertadas pelos projetos desistidos ficam assim disponíveis para a aprovação de outros projetos que se encontrem a aguardar dotação para serem aprovados.

É de salientar que os beneficiários foram recetivos às preocupações e objectivos da Autoridade de Gestão - permitir tomar as medidas adequadas a garantir a efectiva, atempada e integral utilização das verbas disponíveis no Programa - tendo recebido com compreensão e sem qualquer contestação o referido normativo.

Nos casos em que os projetos tinham condições para serem executados, embora com atrasos face aos cronogramas inicialmente propostos, verificou-se que os beneficiários apresentaram os respetivos pedidos de pagamento ou solicitaram adiamento na submissão dos mesmos ou pediram ainda prorrogação do início da execução do projeto, que foi aceite pela Autoridade de Gestão sempre que as razões apresentadas o justificaram. Também nestes casos, a Autoridade de Gestão continua a monitorizar os projetos, com o mesmo propósito avaliativo, o qual tem que ser permanente e rigoroso, uma vez que, caso se venha a verificar que o beneficiário não tem efectivamente condições para executar o projecto, o mesmo deve ser descomprometido libertando a verba que lhe estava consignada.

A operacionalização deste processo de monitorização dos projectos sem execução, a que a Gestão denominou "Operação Limpeza", foi também desenvolvido e continua ser, no que respeita aos projectos acompanhados pelas DRAP, em estreita articulação com as mesmas, tendo numa primeira fase sido realizadas reuniões entre o ST PRODER e cada uma das DRAP para analisar, caso a caso - com contacto directo com os beneficiários, quando tal se justificou - cada um dos projetos, dado que, como referido, a primeira fase do trabalho envolveu todos os projectos que tinham sido contratados até Dezembro de 2010 e que não respeitaram as regras atrás enunciadas até 30 de Junho de 2011.

Desta forma, a metodologia de trabalho instituída que passou a ter carácter permanente e periodicidade trimestral, permite sempre, quer através da consulta prévia às DRAP, quer do posterior contacto com os beneficiário, salvaguardar quaisquer situações que desaconselhem ou obstem a que o projeto seja considerado desistido em situações que, apesar de existirem

evidências de incumprimento de prazos, os beneficiários acabaram por demonstrar que existem condições para a efetiva execução dos projetos.

Deste trabalho de monitorização dos projetos aprovados sem execução, resultaram também pedidos expressos de desistência por parte dos beneficiários que se defrontam com dificuldades, designadamente financeiras decorrentes do contexto socioeconómico que o país atravessa, que inviabilizam a realização dos investimentos que têm aprovados.

A par deste trabalho a gestão procedeu também, durante o ano em apreço, à monitorização específica das situações em que, não obstante os beneficiários tenham respeitado o prazo para a apresentação do primeiro pedido de pagamento, foram apresentadas despesas em montantes muito reduzidos face ao valor do investimento elegível aprovado. Nestes casos os pedidos de pagamento são devolvidos aos beneficiários para que os completem com despesas que permitam, de forma inequívoca, demonstrar que os projetos estão em plena execução e que estão efetivamente reunidas condições para serem realizados e concluídos nos termos e prazos aprovados. Só desta forma se pode considerar que o pedido de pagamento releva para efeitos do cumprimento do prazo obrigatório de seis meses para dar início ao projeto, se for o caso, e só assim o pagamento da ajuda que lhe está associada irá realmente contribuir, de forma eficaz, para a realização do projeto.

O cômputo do trabalho realizado traduziu-se, no final de 2011, na desistência de 589 projetos de um universo total de 1.522 projetos identificados em julho (primeira fase) e outubro de 2011, como estando em situação de incumprimento das regras referidas. Este conjunto de projetos desistidos libertou um montante de despesa pública de cerca de 40,6 milhões de euros. Os restantes projetos do universo identificado ou foram iniciados financeiramente, tendo sido apresentados os primeiros pedidos de pagamento, ou foram, a pedido dos promotores, objeto de prorrogação de início de execução, situação em que, como já foi referido, continuaram a ser monitorizados tendo por base as novas datas de início de execução aprovadas.

Para além destas desistências que decorreram da denominada “Operação Limpeza” foram ainda objeto de desistência projetos contratados que, apesar de não se encontrarem em situação de incumprimento de prazos, os

beneficiários consideraram não terem condições para os realizar. Estes apenas representaram 7% do total de projetos desistidos em 31-12-2011, contudo em montante de despesa pública este reduzido número de projetos (47) envolvia um montante de cerca de 14,3 milhões de euros, cerca de 26% do total de despesa pública libertada, cujo montante rondou os 55 milhões de euros.

A taxa de desistências total, decorrente da “Operação Limpeza” e de outras desistências a pedido do promotor, era assim no final do ano de 2011 e face ao nível de compromissos registado no Programa nas medidas de investimento de apenas 4% em número de projetos e 3% em termos de despesa pública.

No conjunto das medidas e ações do Programa, a Ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” foi aquela que registou um maior número de desistências (221) e um maior volume de despesa pública libertada (25,4 milhões de euros), que face ao nível de compromissos assumidos representou 4%, sendo a taxa de desistências em número de projetos de 5% do total de projetos comprometidos na Ação.

Também as medidas das florestas no seu conjunto registaram uma taxa de desistências, quer em número de projetos (7%), quer em volume de despesa pública (5%), superior à apurada para o Programa globalmente, tendo libertado um montante total de despesa pública de cerca de 7,6 milhões de euros, num conjunto de 134 projetos.

Os resultados obtidos no âmbito da “Operação Limpeza”, em Dezembro de 2011, permitiram transferir¹² cerca de 47 milhões de euros de despesa pública de projetos aprovados e não executados para a aprovação de novos projetos do 6º concurso da Ação 1.1.1, que reunindo condições para serem aprovados se encontravam em “lista de espera”, a aguardar disponibilidades financeiras para o efeito.

Estando em curso, no final de 2011, o processo de alteração financeira do Programa, decorrente das recomendações da Avaliação Intercalar e do aumento da taxa de cofinanciamento FEADER no quadro das condições estabelecidas pelo Regulamento (CE) 1312/2011, estas verbas foram desde

¹² Não considerando os projetos desistidos das medidas de gestão dos GAL, respeitando os compromissos regulamentares assumidos para as mesmas.

logo integradas, no âmbito deste exercício, na dotação programática da Ação 1.1.1, ficando disponíveis para a aprovação dos referidos projetos.

Ainda no final de 2011, o processo de monitorização da execução dos projetos aprovados passou também a englobar o conjunto de projetos que, já estando em execução e com pedidos de pagamento liquidados, não apresentam novos pedidos de pagamento há mais de seis meses, trabalho que será também continuado e com carácter permanente de modo a assegurar que todos os projetos em execução são concluídos nos termos e prazos em que foram aprovados. Este trabalho permite também avaliar, nas situações em que se verifiquem atrasos de execução, o real estado de implementação dos projetos, o qual poderá eventualmente originar, em virtude de dificuldades surgidas na sua realização, uma redução do apoio atribuído na base de uma reprogramação do projeto, a pedido do beneficiário ou por decisão da gestão, ou mesmo, em situações limite, em que se verifique a total incapacidade de execução do projeto, a devolução das verbas atribuídas.

O trabalho de monitorização dos projetos aprovados será ainda extensível, em 2012, a situações particulares de projetos que justifiquem uma monitorização especial em função das características intrínsecas às medidas e ações que lhes dão enquadramento, como é o caso dos projetos de instalação de jovens agricultores (antigo regime), cujos primeiros projetos aprovados perfazem 36 meses de contrato em 2012, o que determina que os respetivos beneficiários estão na altura de fazer prova do cumprimento dos seus planos de formação, quando aplicável, e dos seus planos empresariais e conseqüentemente, caso comprovem esse cumprimento, poderem solicitar o saldo do prémio à primeira instalação. É de extrema importância para a gestão monitorizar estes projetos e alertar, em tempo útil, os seus beneficiários para a necessidade de cumprimento destes requisitos que lhes possibilitam receber a restante parte do prémio aprovado.

A continuidade de todo este processo de monitorização, iniciado com a denominada "Operação Limpeza", cuja implementação se encontra assente numa ferramenta informática criada pela equipe do sistema de informação do ProDeR especificamente para o efeito, é tão mais determinante para a gestão e para a boa execução do Programa quanto mais medidas e ações se

encontrarem mais próximo de um estágio de absorção total das dotações disponíveis e em situação de *overbooking*.

Só numa base permanente, sistemática e do conhecimento e envolvimento de todos os intervenientes no acompanhamento e execução do Programa, em especial dos seus beneficiários, a gestão pôde e continuará a poder, em tempo útil, proceder à reafecção de verbas libertadas, pelos projetos aprovados e não executados total ou parcialmente, para novos projetos que se encontram em "lista de espera", garantindo assim a plena utilização das verbas disponíveis no PRODER e o cumprimento dos seus objetivos.

5.2.2 Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão de cada Subprograma

Dificuldades operacionais e medidas tomadas

Subprograma 1

Ação 1.1.3 - “Instalação de Jovens Agricultores” – o regulamento de aplicação prevê o apoio à instalação de jovens agricultores no quadro de um plano empresarial de desenvolvimento da exploração agrícola. Esta acção encontra-se aberta em contínuo, tendo sido submetidas até ao final do mês de Janeiro de 2011 5485 candidaturas, das quais 2538 tinham parecer favorável (contratadas, aprovadas ou em condições de aprovação). Dos cerca de 100 milhões de euros de prémio atribuído (ou em vias de atribuição) a título de apoio à primeira instalação, quase metade destinava-se a beneficiários que não previam a realização de investimentos na exploração. Admitindo uma taxa de aprovação de 80% das candidaturas já entradas e em apreciação, o montante total “comprometido” situava-se próximo dos 130 milhões de euros, o que correspondia a mais de 80% da dotação total disponível para o período 2007/2013.

A avaliação intercalar do ProDeR referia que “constitui motivo de preocupação a possibilidade da instalação de jovens agricultores não ser duradoura, traduzindo-se o prémio atribuído num valor efectivamente não gerador de desenvolvimento rural”, recomendava que a atribuição do prémio estivesse associada à realização de investimentos e propunha a majoração do apoio ao investimento agrícola e não agrícola realizado pelos jovens em primeira instalação e a atribuição de prioridade no acesso às várias medidas.

Nessa conformidade, foi efectuada uma alteração ao regulamento de aplicação que prevê que o prémio à primeira instalação passe a ser atribuído em co-financiamento aos investimentos que realizem investimentos nas respectivas explorações, exigindo-se que o prémio esteja associado a um plano empresarial de desenvolvimento da exploração.

O regulamento de aplicação inicial apenas previa apoios ao investimento na produção primária de produtos agrícolas, sendo motivo de preocupação por

parte de promotores e suas associações a inexistência de apoios para a valorização dos produtos produzidos na exploração na instalação dos jovens agricultores.

Assim, com o intuito de promover a valorização dos produtos agrícolas obtidos na exploração, permitiu-se ainda a inclusão de pequenos investimentos de transformação e comercialização daqueles produtos.

Para a operacionalização de todas as alterações introduzidas no regulamento de aplicação da acção 113 houve necessidade de ter um período de suspensão de submissão de candidaturas, o qual decorreu entre 11 de Fevereiro e 31 de Maio de 2011. Dado que a idade do jovem agricultor é uma condição de elegibilidade, durante o período de suspensão foi aberta a possibilidade aos jovens que completavam 40 anos durante esse período de sinalizarem a sua intenção de candidatura para uma conta de e-mail criada para o efeito.

Ainda durante o período de suspensão de candidaturas, procedeu-se à adaptação do formulário, ajustando-o à alteração do regulamento de aplicação e também se efectuaram melhorias funcionais que se traduziram na implementação de novas validações e na simplificação de processos. Adaptou-se o guia de preenchimento dos formulários, a norma de análise e orientação técnica às alterações efectuadas, bem como o modelo de análise. Foram também realizadas diversas acções de formação nas DRAP e sessões de divulgação para técnicos e promotores sobre o novo regime de candidaturas que teve início a 1 de Junho com o 10º Aviso de Abertura.

Ação 1.3.1 – “Melhoria produtiva dos povoamentos” - foram abertos em 2011 dois concursos, um para uma nova tipologia de investimento “Modernização de viveiros exclusivamente florestais” e outro para as restantes tipologias. No primeiro caso, o facto de ser a primeira vez que se permitia a submissão de candidaturas a esta tipologia obrigou a criar de raiz as peças do concurso, bem como o formulário e modelo de análise (FACI). No segundo caso, muito embora já se tratar do terceiro concurso, cujo formulário estava “activo”, houve que proceder adaptações, decorrentes dos processos de simplificação transversais a todas as medidas do PRODER e das alterações às Portarias ocorridos em 2010.

O processo de simplificação e a alteração das Portarias implicaram um trabalho profundo nos modelos de análise. Do mesmo modo, a modificação dos parâmetros de determinação da ajuda implicaram uma alteração no algoritmo de determinação da mesma.

Ação 1.4.1 – “Apoio aos regimes de qualidade” - Com novos apuramentos de pagamentos referentes às campanhas de 2009 e 2010, foram resolvidas as situações pendentes por falta de informação dos OC. Mantêm-se, no entanto, ainda situações por tratar, nomeadamente as que envolvem os produtores fornecedores de matérias-primas de produtos transformados. Nestes casos, a informação disponível é em termos de produção obtida e não relativamente à área da corresponde produção, sendo difícil converter a quantidades de certos produtos transformados nos parâmetros de cálculo estabelecidos para o cálculo da ajuda (áreas ou animais);

Medidas corretivas: articulação entre IFAP e GPP, através da troca e tratamento de ficheiros com as situações que urge corrigir.

Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias (identificação eletrónica de pequenos ruminantes – ovinos e caprinos) - Apesar da obrigatoriedade da identificação eletrónica de ovinos e caprinos se verificar para os animais nascidos a partir de 1 de janeiro de 2010, apenas em meados de 2011 é que o processo arrancou, embora a um ritmo mais lento do que o esperado devido a uma tardia disponibilização dos meios eletrónicos para este efeito.

Medidas corretivas: tratando-se de matéria do âmbito de entidades exteriores à AG, têm sido realizados alertas e insistências no desbloquear da situação.

Subprograma 2

Medida 2.3 – Gestão do espaço florestal e agro-florestal

Em 2011, foram abertos concursos às medidas 2.3.1.1 – “Defesa da floresta contra incêndios”, 2.3.2.1 – “Recuperação do potencial produtivo”, 2.3.2.2 – “Instalação de sistemas florestais e agro-florestais” e 2.3.3 – “Valorização ambiental dos espaços florestais”.

Face a constrangimentos identificados nos concursos anteriores, adoptou-se um conjunto de medidas que se apresentam resumidamente:

- ⇒ As candidaturas foram abertas em contínuo, possibilitando aos promotores decidir o momento mais oportuno para sua submissão.
- ⇒ Aplicaram-se aos novos concursos as alterações das Portarias realizadas em 2010, entre as quais se destaca o aumento dos níveis de apoio.
- ⇒ Foram implementadas um conjunto de medidas de simplificação processual e documental, o que obrigou a um trabalho profundo na revisão de OTE's, Normas de Análise e Listas de Controlo Documental.
- ⇒ Procedeu-se à adaptação dos formulários, ajustando-os às alterações das portarias e efectuando-se melhorias funcionais que se traduziram na implementação de novas validações e na simplificação de processos. Adaptaram-se os guias de preenchimento dos formulários às alterações efectuadas.
- ⇒ Procedeu-se à reconfiguração das ferramentas de análise, tendo sido desenvolvido um único modelo de análise (FACI), para todas as medidas florestais do subprograma 2, o que uniformiza procedimentos de análise e facilita as actualizações informáticas.
- ⇒ Procedeu-se à revisão do sistema de decisão das candidaturas, automatizando-se o processo.
- ⇒ No 2.º semestre de 2011 procedeu-se a nova alteração das portarias, com vista a rever os limites máximos de incentivo por beneficiário e eliminar regras que foram identificadas como factores de estrangulamento à submissão de candidaturas.

No caso particular da acção 2.3.2.2 – “Instalação de Sistemas Florestais e Agro-florestais”, adoptou-se o sistema de ajudas forfetárias para as tipologias florestação de terras agrícolas e terras não agrícolas.

A reformulação desta medida foi integral, dado que para além da adopção deste novo formato foi modificado o conceito de Terras Agrícola e Terra Agrícola abandonada, ligando-o ao parcelário. Na sua operacionalização foi necessário:

- ⇒ Definir previamente o conjunto de custos padrões que permitiram fixar o valor das ajudas, que foram publicadas em despacho ministerial;
- ⇒ Criar de raiz de um formulário específico para este tipo de ajudas;
- ⇒ Desenvolver um algoritmo específico de análise das candidaturas;
- ⇒ Alterar o processo de Análise SIG, garantindo um conjunto de validações imprescindíveis para ajudas desta natureza;
- ⇒ Ajustar o processo de contratação a este tipo específico de ajudas;
- ⇒ Definir, em conjunto com o IFAP, um processo de submissão de pedidos de pagamento ajustado às especificidades deste novo formato.

Medida 2.4 – Intervenções territoriais integradas - Ações 2.4.1 a 2.4.13 – componente dos investimentos não produtivos

As dificuldades maiores verificaram-se na DRAPN, onde o volume de PA apresentados na área geográfica da ITI do Douro Vinhateiro nos 2 concursos realizados até à data, exigiu um grande esforço de análise quer de PA, quer de pedidos de pagamento. Acresce o facto de, dada a natureza dos apoios e promotores em causa, as análises destas operações serem morosas e difíceis, tendo-se na maioria dos casos de recorrer aos pedidos de esclarecimentos adicionais.

Foram criados automatismos para certos procedimentos de análise, sempre que possível, através de cruzamento de informação entre o SI ProDeR e SI IFAP.

Medida 2.4 – Intervenções territoriais integradas - Ação 2.4.2 – instrumentos de programação e gestão para intervenções territoriais integradas

O maior problema de operacionalização desta ação centra-se essencialmente, nas parcerias estabelecidas entre entidades públicas e privadas e na relação financeira entre estas entidades, nomeadamente na definição dos fluxos financeiros a ter em conta e respetivo enquadramento legal (ex: contratação pública) e contabilístico. Detetou-se uma grande dificuldade, por parte dos responsáveis das operações, no entendimento

dos procedimentos de apresentação dos PA, análise, contratação e apresentação dos pedidos de pagamento dado que frequentemente nos são colocadas questões que evidenciam o pouco contacto que têm com as práticas do ProDeR, comparando frequentemente a n/atuação com outro tipo de programas de financiamento.

Foram prestados todos os esclarecimentos necessários, sempre que solicitado, para dissipar as dúvidas colocadas, procurando-se sempre encontrar soluções para a correta efetiva operacionalização desta ação.

Subprograma 3

O ano de 2011 foi o primeiro ano de execução real de projetos, com um aumento significativo da taxa de execução, acompanhada pela abertura dos 2.^{os} concursos e respetivas decisões.

Em termos de dificuldades sentidas foram esbatidas as que existiam anteriormente, verificando-se uma forte assimilação, por parte dos GAL, das regras de gestão do atual período de programação.

⇒A esse nível destaque para a melhoria dos resultados obtidos em sede de CQ, com uma maior fundamentação das análises efetuadas e uma melhor explicitação das fórmulas de cálculo da Valia Global das Operações e sua aplicação prática, incidindo em variáveis mais facilmente mensuráveis, sem deixar de parte, no entanto, alguma da subjetividade inerente à adequação dessas operações a cada uma das Estratégias Locais de Desenvolvimento. Destaque ainda para a possibilidade de apresentação de candidaturas em períodos contínuos, que alguns GAL já utilizaram, e que está mais próxima da realidade da Abordagem LEADER nos períodos de programação anteriores.

⇒Os ajustamentos introduzidos pela AG e pelos GAL, conduziram a um aumento na taxa de execução, que no entanto não acompanha a recuperação do nível de execução registado noutros subprogramas e se mantém bastante abaixo da média do programa.

A recuperação dos níveis de execução constituiu uma das preocupações centrais da AG PRODER no quadro da coordenação e articulação com os GAL, com particular incidência no segundo semestre.

A Gestora promoveu 3 reuniões com os GAL, cuja agenda se focou no incremento da execução e na monitorização pela AG desse indicador, que é decisivo para evidenciar a plena implementação do SP3 no atual cenário de execução de todo o ProDeR;

⇒ Ainda em relação a esta matéria, a Gestora comunicou que no início de 2012 iria dirigir uma comunicação escrita aos Presidentes do Órgão de Gestão de cada GAL, sublinhando que a manutenção das taxas de execução financeira das Estratégias Locais de Desenvolvimento não poderia deixar de ter consequências ao nível de uma reafectação das dotações disponíveis, a concretizar no segundo semestre de 2012 com base no desempenho de cada GAL, conforme previsto nas Portarias e nos protocolos de articulação funcional, estabelecidos entre a AG do ProDeR e cada um dos GAL.

⇒ Ao nível das medidas cuja gestão é feita no ST do ProDeR, destaque para a Cooperação LEADER para o Desenvolvimento, mantém-se a dificuldade de operacionalização da cooperação transnacional, uma vez que não existem regras ou prazos comuns nos diferentes estados membros, o que leva a que nem sempre se possa dar seguimento a projetos aprovados em Portugal, por ausência de aprovação nos outros estados membros.

Subprograma 4

De forma genérica e comum a todas as ações e medidas do referido subprograma, a análise dos pedidos de pagamento apresentados pela primeira vez, verificou-se complexa.

Atendendo a que se trata essencialmente de medidas de funcionamento e que parte delas estão sujeitas às regras da degressividade ou no caso da medida 4.1, Cooperação para a Inovação, os investimentos são elegíveis na parte das amortizações, verificaram-se dificuldades na correta instrução

dos pedidos de pagamento. Para minimizar esta situação, optou-se por aumentar o nível de esclarecimentos adicionais juntos dos referidos promotores, ações de formação direcionadas por cada medida, bem como o aumento do número de reuniões presenciais individualizadas por promotor.

Ação 421 – Formação Especializada

O regulamento de aplicação prevê o apoio à formação de jovens agricultores. Esta ação teve o primeiro concurso aprovado em 2010, para a formação de jovens agricultores, o qual tem uma taxa de execução muito baixa, apesar da subida da execução física no ano de 2011.

No sentido de aumentar os índices de execução física e respectivamente execução financeira foram tomadas as seguintes medidas: divulgação exhaustiva via electrónica, junto de todos os jovens agricultores com planos de formação para cumprir, comunicando as datas previsionais de início dos cursos.

Junto das entidades formadoras foram tomadas medidas de flexibilização da execução física: as entidades formadoras podem iniciar ações de formação com menos de 15 jovens, desde que o solicitem, podem alterar os locais da formação previstos, desde que dentro da mesma Região/DRAP, podem compilar no módulo 2 - orientação produtiva, várias áreas na mesma ação.

No sítio do PRODER foi criado especificamente uma funcionalidade para a formação de jovens agricultores, com o objectivo de manter a informação permanentemente atualizada, quer em matéria de contactos das entidades formadoras que estão a ministrar a formação, quer em matéria de datas e locais de realização dos respectivos cursos de formação.

5.3 Exame Anual do ProDeR

A reunião do exame anual do PRODER realizou-se em 26 de outubro de 2011, em Bruxelas, e à semelhança dos anteriores encontros contou com a participação, não só da Autoridade de Gestão e do Organismo Pagador (IFAP), mas também do GPP, assim como de vários representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

Este encontro foi precedido de uma reunião de informação, comum a todas as autoridades de gestão dos programas de desenvolvimento rural nacional, na qual os serviços da Comissão prestaram esclarecimentos relativamente à possibilidade de aumento da taxa de cofinanciamento do FEADER, nas condições estabelecidas no Regulamento (CE) 1312/2011, que prevê, para os Estados Membro sob assistência financeira da União Europeia, a seu pedido a aplicação extraordinária de uma taxa de cofinanciamento FEADER em limite máximo superior à fixada no Regulamento (CE) 1698/2005 durante o período da assistência.

Nesta reunião, a Autoridade de Gestão do Programa informou que apesar do regulamento permitir uma taxa máxima de 95%, tal implicaria uma redução na dotação total do Programa que originaria a suspensão de novos compromissos, pelo que a taxa a propor para o PRODER será de 85%, o que conduz a uma redução da sua dotação global significativamente menor, permitindo assegurar a manutenção da concessão de apoios na generalidade do Programa.

A Política Agrícola Comum post 2013 foi também um dos pontos abordados pela Comissão nesta reunião conjunta, tendo sido fornecidos elementos sobre as perspetivas que se colocam no quadro regulamentar do novo período programático e sobre as lições a retirar do atual período de programação.

Foi também efetuado na reunião prévia ao exame anual, um ponto de situação relativamente às atividades de controlo e auditoria dos programas de desenvolvimento rural, realizadas em 2010-2011 e respetivo follow-up.

No âmbito do exame anual a Autoridade de Gestão apresentou à Comissão um ponto de situação, reportado a outubro de 2011, do estado de implementação do Programa, com detalhe ao nível de cada um dos seus eixos

.....

e medidas, em particular das que registavam taxas de execução mais baixas, tendo também sido abordados os problemas e os progressos efetuados durante o ano em curso, em que o Programa evidenciou, globalmente, uma boa performance - refletida numa taxa de 42% de execução acumulada no final do ano de 2011 - apesar das restrições colocadas por uma disponibilização tardia da contrapartida nacional face à execução que foi sendo registada ao longo do ano, em consequência dos constrangimentos orçamentais vividos pelo Estado português.

A análise da situação do Programa incidiu também sobre a implementação das medidas decorrentes da revisão programática "Health Check" e Pacote de Recuperação Económica, sobre o cumprimento da regra N+2 em 2011, garantido no mês de agosto, e também sobre a reprogramação financeira do Programa que permitirá, a par do aumento da taxa de cofinanciamento para 85%, reforçar as medidas prioritárias que se encontram deficitárias, nomeadamente as medidas agroambientais e de modernização e capacitação das empresas, com verbas provenientes de outras medidas que registam menor capacidade de execução, dando assim sequência a uma das recomendações constantes da avaliação intercalar.

Neste fórum anual foram ainda apresentados pelas autoridades nacionais pontos de situação relativamente às medidas tomadas pela gestão no seguimento das recomendações do relatório da avaliação intercalar do Programa, em que as mais importantes têm expressão nas modificações já apresentadas ao Programa em março de 2011 e na reprogramação financeira que irá ser proposta à Comissão, e sobre os sistemas de informação da Autoridade de Gestão e Organismo Pagador e sua interação.

A Comissão considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no exame anual, pelo que na sequência deste encontro não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

5.4 Reunião do Comité de Acompanhamento – Resultados

A reunião anual do Comité de Acompanhamento do Programa foi realizada em 28 junho de 2011.

No âmbito deste fórum, que visa assegurar a eficácia e a qualidade de execução do Programa, foram apresentadas informações, debatidas e efetuadas reflexões sobre matérias que relevam quer ao nível dos resultados da implementação do Programa e dos progressos realizados na prossecução dos seus objetivos específicos, quer das perspetivas futuras para a sua boa execução, através da maximização e aplicação integral das dotações disponíveis que lhe estão consignadas.

Neste contexto e tendo por base a evolução dos níveis de compromissos e de execução registados nas diferentes medidas e ações de intervenção do Programa, as condicionantes inerentes à difícil conjuntura económica que o País atravessa e as decorrentes dos constrangimentos orçamentais vividos pelo Estado Português, com expressão direta na performance global do Programa, mereceram especial reflexão deste fórum as necessidades e prioridades de reprogramação financeira a operar no segundo semestre do ano na sua estrutura programática, decorrentes, também, do processo de avaliação intercalar concluído no final de 2010, de acordo com a regulamentação comunitária aplicável, e cujo objetivo primordial foi o de propor medidas adequadas para melhorar a qualidade e a execução das medidas e ações do Programa.

Neste quadro de discussão e reflexão, teve particular relevância a análise da situação de overbooking atual e futuro dos quatro domínios de intervenção prioritários do Programa que se encontravam já deficitários – ação de modernização e capacitação das empresas, medidas agroambientais, medidas de apoio às zonas desfavorecidas e Ação de apoio à instalação de jovens agricultores - tendo o Comité sido informado do detalhe da situação destas medidas, que implica uma realocação de verbas entre medidas, de modo a cobrir as necessidades de financiamento através das medidas com maiores dotações e que registam menor capacidade de execução.

Ainda em matéria de overbooking e em particular no que respeita à Ação de modernização e capacitação das empresas (Ação 1.1.1), mereceu reflexão

especial dos membros do Comité a situação do seu 6º concurso, em que se verificou não ser suficiente a dotação de 50 milhões de euros, já em overbooking, para dar enquadramento à procura registada, que se traduziu num conjunto de candidaturas cujo valor global de investimento proposto somou mais de 900 milhões de euros. Neste cenário, a não ser reforçada a dotação do concurso, a maioria das candidaturas ficaria sem condições para ser aprovada. A atuação que a gestão considerou mais adequada para responder à capacidade de investimento demonstrada pelos promotores e que mereceu o acolhimento deste fórum, foi a de viabilizar, ao máximo possível, as candidaturas que reúnam condições de aprovação, através da realocação de verbas libertadas por projetos aprovados não executados ou parcialmente executados, que resultarão do trabalho de monitorização - denominado "operação limpeza" - que a gestão se encontra a desenvolver com o objetivo de identificar e, em sequência, descomprometer os projetos que não estão ou não vão ser realizados pelos beneficiários devido a constrangimentos entretanto surgidos que impossibilitam a sua concretização, designadamente decorrentes de dificuldades de natureza financeira motivadas pelo atual contexto económico-financeiro que o país atravessa.

No quadro da análise e discussão da performance do Programa, este Comité deu particular atenção à evolução registada na execução e ao diferencial existente entre a taxa real de execução, à data da realização do Comité de 31%, e a taxa de execução que traduz os pagamentos validados e cabimentados que aguardam disponibilidade orçamental para serem efetivados, à data, de 33%.

A partir de outubro de 2010 e com particular relevância em 2011, os constrangimentos orçamentais vividos pelo Estado Português entraram em total contraciclo com o desempenho do Programa, dificultando a disponibilidade da contrapartida nacional, essencial para efetuar os pagamentos aos beneficiários, que carecem dos mesmos para dar continuidade à execução dos projetos e conseqüentemente à execução global do Programa.

Em sede deste Comité, a reflexão centrou-se também na necessidade do Programa dispor, para além da dotação PIDDAC de 103 milhões de euros inscrita no Orçamento de Estado para 2011, do reforço adicional de 50 milhões de euros de dotação PIDDAC previstos na Lei do Orçamento de

Estado, para responder ao estado de desenvolvimento e execução do Programa, reflexo da capacidade demonstrada pelos beneficiários através da apresentação de pedidos de pagamentos.

Foi relevado a este propósito, que o esforço de disponibilização desta verba tem efeitos reprodutivos, que se traduzem em ganhos económicos reais para o setor e para o País, pela sua capacidade de alavancar investimento privado, que permitirá aumentar as exportações, diminuir o deficit alimentar e contribuir para a criação de postos de trabalho, assegurando a plena utilização das dotações comunitárias disponíveis no Programa, sendo que é um esforço orçamental absolutamente recuperado por via da receita fiscal gerada pelos investimentos viabilizados.

No contexto dos trabalhos do Comité foi ainda objeto de abordagem e de aprovação, o Relatório de Execução de 2010, na sua versão final, em que foram integrados os contributos dos membros do Comité, apresentados previamente à realização deste fórum uma vez que o documento foi disponibilizado aos membros com uma antecedência maior do que a restante documentação para que todos pudessem pronunciar-se e apresentar a suas reflexões atempadamente.

O Relatório, tal como o do ano anterior, foi considerado um documento com assinalável qualidade, tendo na sequência da sua aprovação pelo Comité sido remetido à Comissão Europeia em final de junho de 2011, cumprindo o prazo regulamentar estabelecido para o efeito.

É igualmente de salientar que foi também matéria abordada e discutida na reunião anual do Comité, a operacionalização das alterações propostas no exercício de reprogramação do Programa, submetido à Comissão Europeia em março de 2011, na sequência de consulta escrita aos membros do Comité.

Esta proposta de reprogramação versou sobretudo sobre a alteração qualitativa do regime de apoio aos jovens agricultores, em resultado quer da necessidade de reforço da dotação orçamental afeta a esta Ação, de modo a garantir a continuidade do apoio aos jovens agricultores, quer das recomendações da avaliação intercalar, que sugeriam a alteração qualitativa das regras deste apoio. Todo o trabalho de conceção e implementação do novo regime da Ação, que com o acordo da Comissão Europeia foi possível colocar ao dispor dos promotores no início de junho de 2011, teve por base o

envolvimento dos organismos representativos dos agricultores, também membros deste Comité.

Foi salientado igualmente neste fórum de acompanhamento, a propósito das alterações introduzidas no contexto desta reprogramação, os aumentos adicionais do nível de apoio e dos limites máximos de apoio nas medidas florestais, Ação 1.3.2 "Gestão multifuncional" e Medida 2.3 "Gestão do espaço florestal e agroflorestal", que decorrem da existência de margem para uma subida das taxas de cofinanciamento, bem como a existência de disponibilidade orçamental nestas medidas, possibilidade que a gestão entendeu utilizar e que mereceu acolhimento do Comité, por se afigurar recomendável em virtude dos níveis de execução destas medidas continuarem bastante baixos, o que põe em causa a sua eficácia.

No ponto 1.2. do presente Relatório de Execução é apresentado o detalhe das alterações propostas nesta reprogramação, aceite formalmente pela Comissão Europeia em 31.10.2011.

Neste fórum, foi ainda prestada, sucintamente, informação sobre as matérias abordadas no Exame Anual realizado em dezembro de 2010, tendo os representantes da Comissão Europeia expressado que ficaram agradavelmente surpreendidos com a evolução positiva do quadro de execução do ProDeR.

Os serviços da Comissão consideraram que o Programa continua a avançar e a atingir os seus objetivos e não identificaram necessidade de solicitarem esclarecimentos adicionais às autoridades nacionais, razão pela qual, na sequência deste Exame, não foi apresentada pela Comissão Europeia carta de observações às autoridades nacionais, conforme previsto regulamentarmente.

Como referido atrás, a propósito da revisão financeira do Programa que irá ser efetuada e da revisão já realizada no primeiro trimestre de 2011, os resultados do processo de avaliação intercalar do Programa, que envolveu os membros do Comité e cujo relatório final foi, como estabelecido, submetido à Comissão Europeia no final de 2010, estiveram presentes no debate e foram objeto de reflexão, bem como estiveram também os trabalhos subsequentes de avaliação contínua do Programa.

Durante o ano de 2011, o Comité de Acompanhamento pronunciou-se também, através de procedimento de consulta escrita sobre diversas

propostas conducentes a assegurar a eficácia e a qualidade da implementação e execução do Programa, designadamente sobre as alterações programáticas propostas à Comissão Europeia em março de 2011.

Em matéria de critérios de seleção e forma e nível dos apoios a aplicar em resultado das modificações introduzidas no Programa, o Comité pronunciou-se por escrito relativamente a alterações introduzidas neste suporte qualitativo da aprovação dos projetos, nomeadamente das seguintes medidas/ações:

- Ação 1.1.3 "Instalação de jovens agricultores"
- Medida 1.5 "Restabelecimento do potencial produtivo"
- Medida 3.7 "Centros educativos rurais do algarve"

5.5 Utilização da assistência técnica

1. Enquadramento Regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 5.º do Regulamento (CE) nº 1290/2005, de 5 de agosto;
- Artigo 66.º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 40.º do Regulamento (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 511;
- Portaria nº 94/2010 de 12 de fevereiro.

2. Objetivo da Medida

Financiar as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e divulgação das medidas previstas no ProDeR, bem como as atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua execução, tendo em vista a gestão e a operacionalização, de forma eficaz e eficiente do Programa.

3. Implementação da Medida

a. Concursos/candidaturas apresentadas

Em setembro de 2011 foi aberto um período de candidaturas, de 12 a 23 de setembro, tendo sido rececionadas 8 candidaturas com um total de 18.377,44 mil euros de investimento total e um total de despesa pública de 11.623,78 mil euros, conforme quadro que se apresenta de seguida:

Quadro 503: AT - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2011		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Custo total	Nº PA	Custo total
Primeiro	126.580			1	880
Segundo				1	5.038
Terceiro				7	7.330
Quarto				8	14.621
Quinto				9	14.602
Sexto			8	18.377	8
TOTAL	126.580	8	18.377	34	60.848

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano 2011, foram analisadas e aprovadas as 8 candidaturas, nos termos previstos da regulamentação em vigor e tendo em conta que a AG do PRODER é ela própria beneficiária, a aprovação ocorreu por despacho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, sendo que 100% foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 504: AT - PA entrados, analisados, decididos e contratados (por concurso)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1	880	1	880			1	880	1	880	880
Segundo	1	5.038	1	5.038			1	5.038	1	5.038	5.038
Terceiro	7	7.330	7	7.330			7	7.330	7	7.330	7.330
Quarto	8	14.621	8	13.394			8	13.394	8	13.394	11.496
Quinto	9	14.602	8	12.184			9	12.184	9	12.184	12.184
Sexto	8	18.377	8	11.624			8	11.624	8	11.624	11.624
TOTAL	34	60.848	33	50.450	0	0	34	50.450	34	50.450	48.552

Tendo em conta a particularidade desta ação, apresenta-se no quadro seguinte a distribuição dos PA contratados, por promotor.

Quadro 505: AT - Distribuição PA contratados no ano

Un.: mil euros

Entidade	Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
DRAPN	1	575	489
DRPAC	1	198	168
DRAPLVT	1	281	239
DRAPALE	1	1.142	971
DRAPALG	1	234	199
IGF	1	86	73
IFAP	1	3.506	2.980
AG ProDeR	1	5.602	4.762
Total	8	11.624	9.880

Em 2011 foram contratados 8 PA a que corresponde um montante de despesa pública de 11.624 mil euros, com uma comparticipação FEADER no valor de 9.880 mil euros.

c. Execução financeira

A despesa pública paga em 2011 foi de 7.800 mil euros com uma participação FEADER de 5.850 mil euros, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 506: AT - Distribuição PA pagos no ano

Un.: mil euros

Entidade	Valores Pagos em 2011	
	Despesa pública	FEADER
DRAPN	484	363
DRPAC	230	172
DRAPLVT	125	93
DRAPALE	222	167
DRAPALG	46	35
IFAP	1.460	1.095
AG ProDeR	5.233	3.925
Total	7.800	5.850

Em termos acumulados, esta Medida, teve uma execução acumulada de 17.038 mil euros de despesa pública e uma comparticipação de 12.779 mil euros de FEADER. A taxa de execução foi de 13 % face ao programado.

Quadro 507: AT - Indicadores de realização

Un.: mil euros

Ano de 2011		Acumulado	
Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
7.800	5.850	17.038	12.779
Meta		126.580	94.935
% da Meta		13%	13%

4. Condições e dificuldades na execução

A principal dificuldade continua a ser a lentidão do sistema usado para o carregamento dos pedidos de pagamento.

5.6 Medidas tomadas para garantir que o Programa é objeto de publicidade

5.6.1 Autoridade de Gestão

O ano de 2011 representou para a comunicação do ProDeR o período em que foi sedimentado o trabalho de reorientação estratégica e otimização comunicacional iniciado em 2009, associado ao cumprimento dos objetivos do Programa e em linha com o Plano de Comunicação aprovado, e foi reforçada a notoriedade da marca.

- Incrementou-se a proximidade com os beneficiários e restantes públicos, assumindo um *site* renovado como meio privilegiado de disseminação de informação essencial e relevante. Cada momento decisivo da gestão PRODER em 2011, foi acompanhado de perto por uma estratégia de comunicação planeada e executada a pensar exclusivamente no total esclarecimento dos seus beneficiários e potenciais promotores. Medidas inovadoras e nunca aplicadas, exigiram que redobrassemos esforços comunicacionais, informando, clarificando e mantendo os nossos públicos diariamente atualizados sobre a sua evolução. São disso exemplos o trabalho de divulgação amplamente desenvolvido no âmbito da “Operação Limpeza” (libertação de verbas provenientes de projetos aprovados e não executados) e posteriores tarefas de monitorização; as medidas integradas de publicitação e informação que desenhámos para acompanhar o 6º Concurso da Ação 1.1.1; o aumento na intensidade comunicacional junto dos promotores, sensibilizando-os para a imperiosa necessidade de imprimirem à execução dos seus projetos o ritmo necessário à integral utilização do reforço OE/PIDDAC que nos foi atribuído já no final do ano; ou a publicação, de atualização permanente, de resultados gerados pelos projetos ProDeR já aprovados;
- Promoveu-se a difusão de conhecimentos sobre o papel fundamental da União Europeia e do FEADER na construção de um setor agrícola e florestal mais competitivo, dinâmico e inovador, bem como de um mundo rural fecundo de novos projetos, gerando dinâmicas de fixação de populações e geradora de empregos;

- Acompanhou-se o trabalho de cada beneficiário em matéria de regras de publicitação, de modo a assegurar a adequada divulgação da aplicação do fundo comunitário - FEADER.

Num ano pautado pela abertura pela primeira vez em contínuo de um conjunto alargado de apoios à Floresta, pelo encerramento do 6º concurso da Ação 1.1.1 Modernização e capacitação das empresas, matriz deste Programa, pelo início da “Operação Limpeza”, bem como pelas novas regras para os apoios aos jovens agricultores, e tendo como pano de fundo as medidas de austeridade que limitaram em termos de investimento publicitário e produção de novos materiais de comunicação, desenhou-se uma estratégia de comunicação multi-suportes para que a mensagem chegasse rápida e claramente ao público-alvo.

Figura 8: Publicidade – Alguns exemplos do ProDeR na imprensa



Figura 9: Publicidade – Notícia publicada no semanário expresso



No presente capítulo damos conta das principais ações de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2011.

Site ProDeR

O site constitui o eixo mais relevante da comunicação do ProDeR com os seus públicos-alvo, é a principal porta de entrada neste Programa. A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela internet, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fazem do site um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa, instrumento de comunicação que merece toda a permanente e crítica atenção.

Desenhado no final de 2007, início de 2008, o site do ProDeR necessitava em 2011 de um novo vigor, de acompanhar o novo momento de comunicação do Programa. O *layout* e funcionalidades existentes não estavam a responder às necessidades dos novos conteúdos permanentemente atualizados, a tendência de distinção conferida às notícias/publicação de resultados não estava a alcançar a eficácia esperada, fatores que nos motivaram a repensar o modelo e estrutura de

site que tínhamos e a procurar novos formatos/conceitos para o futuro desta plataforma. O desafio residia em buscar a modernidade sem nos afastarmos muito do pré-existente, mitigando o impacto que pudesse ter nas especificidades do público. Cedo percebeu-se que teria que se atualizar/refrescar o *layout*, arrumar antigos e criar novos conteúdos, melhorar a pesquisa e acessos, mantendo as terminologias e os locais. No fundo, criar um ambiente muito mais atrativo, sem alterar os hábitos de cada utilizador.

Inaugurou-se o site renovado a 1 de setembro de 2011 e a primeira *newsletter* com *layout* consentâneo com o novo site foi remetida aos subscritores a 14 de setembro.

Principais alterações:

Figura 10: Site ProDeR – Exemplo da nova homepage

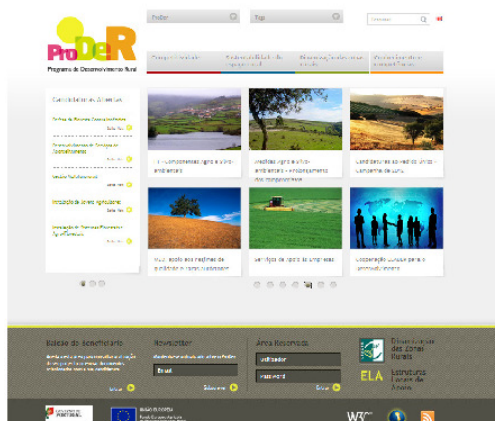


Figura 11: Site ProDeR – Exemplo da nova newsletter ProDeR



Figura 12: Site ProDeR – Nova organização dos menus

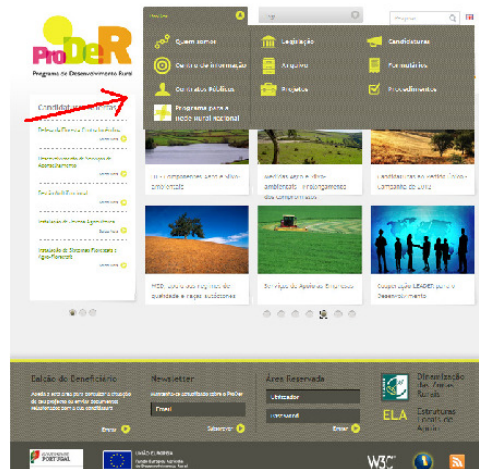


Figura 13: Site ProDeR – Novo espaço dedicado às ELA

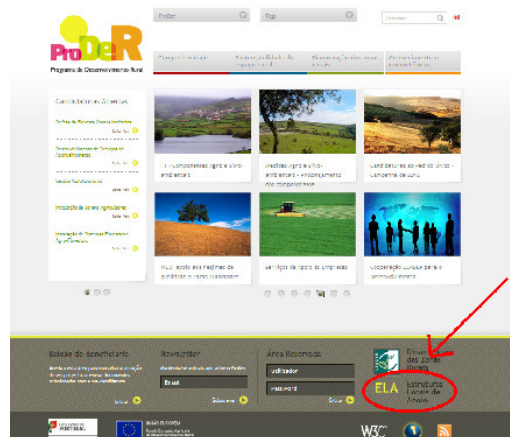
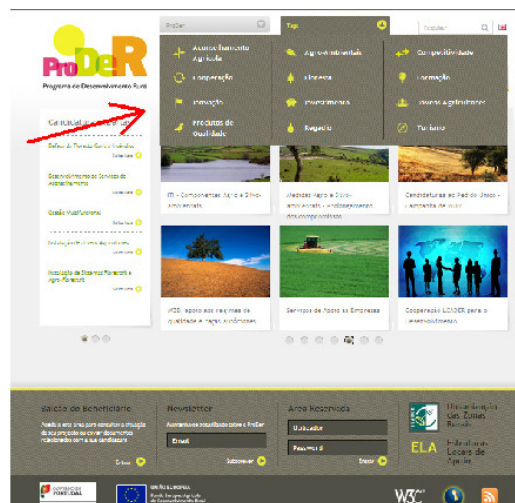


Figura 14: Site ProDeR – Otimização da pesquisa



Os trabalhos de renovação do site permitiram ainda a alteração do serviço de monitorização e reporte da estatística mensal de acesso ao site. Ao longo do tempo foi-se detetando algumas insuficiências no instrumento de avaliação ativo e decidiu-se pela alteração para um serviço que permitisse retirar alguns dos indicadores mais relevantes.

Com o novo sistema de medição do site tem-se agora acesso em tempo real, por exemplo, ao fluxo de visitantes, tempo médio gasto em cada página, tempo médio de carregamento de cada página, taxa de rejeições e de saídas, bem como ao comportamento detalhado do público do ProDeR. Sabe-se, por exemplo que, no período compreendido entre outubro e

dezembro de 2011, mais de 63% dos visitantes representavam utilizadores experientes no portal ProDeR, sendo que os novos visitantes tinham uma expressão superior a 36%.

De ressaltar que a calibragem do novo sistema poderá influenciar os valores finais registados. Nos quadros seguintes apresenta-se os indicadores mais relevantes para caracterizar o desempenho do site no ano de 2011, sendo que a partir de setembro a monitorização foi já efetuada com o novo instrumento de avaliação.

Quadro 508: Site ProDeR – Dados quantitativos

Indicadores	2011	Acumulado
Visitantes	1.017.390	3.290.430
<i>Newsletter</i> (assinantes)	2.060	4.835
Total de visualizações de página (Indicador disponível a partir de setembro de 2011)	606.383	n.d

Comparativamente ao ano anterior, assistiu-se a um acréscimo muito significativo do nº de subscritores da *newsletter*. Só em 2011, 2.060 utilizadores manifestaram a sua vontade em receber novidades sobre o ProDeR.

Figura 15: Site ProDeR – Nº de visitas (no ano)



O gráfico supra apresenta uma distribuição que de uma forma geral se pode considerar uniforme, registando o maior pico de acesso nos dois primeiros meses do ano; e, por outro lado, uma quebra acentuada no mês de agosto. É natural que esta diminuição ocorra no mês tradicionalmente consagrado às férias de verão. No que toca ao maior tráfego dos primeiros meses do ano, comportamento repetido em outubro, poderá ser encontrada explicação na coincidência entre a suspensão de candidaturas aos apoios a jovens agricultores, que ocorreu a 10 de fevereiro, e o encerramento a 28 de fevereiro de 2011, do 6º concurso da Ação 1.1.1 Modernização e capacitação das empresas.

Figura 16: Site ProDeR – Conteúdos mais visitados (no ano)

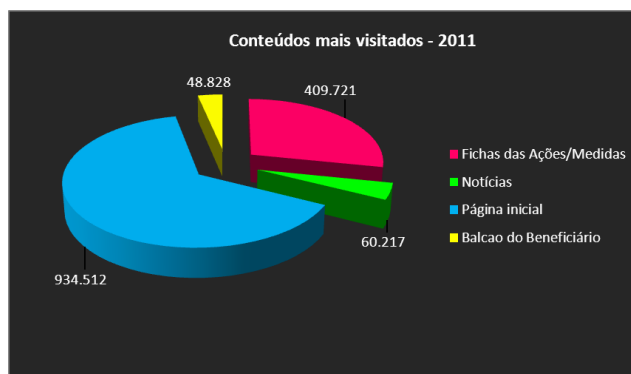
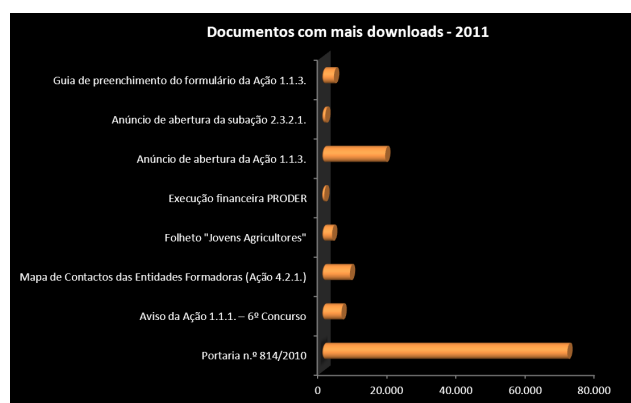


Figura 17: Site ProDeR – Documentos com mais downloads (no ano)



Contact Center

O sistema integrado de comunicação ProDeR – *Contact Center* – constitui uma plataforma de comunicação por excelência com o público. De uma forma direta, célere e eficaz, os beneficiários, efetivos ou potenciais, projetistas ou público em geral, expõem as suas dúvidas específicas, apresentam sugestões ou resolvem problemas de submissão de candidaturas.

Formato adotado e implementado em 2009, este sistema tem permitido uma gestão mais eficiente de recursos que o ProDeR tinha em funcionamento desde 2008, mas que não funcionavam como uma plataforma coesa: a linha telefónica de atendimento geral, número verde 800 500 064; o contacto geral de e-mail, proder@gpp.pt; e o contacto de e-mail exclusivo com as DRAP, apoioproder@gpp.pt. Atualmente, este último tem uma performance muito residual, facilmente explicada pela abertura e promoção de outros canais de ligação entre o ST ProDeR e as DRAP, como são as reuniões realizadas com maior assiduidade ou os contactos telefónicos permanentes, considerados mais eficazes pelos técnicos ProDeR.

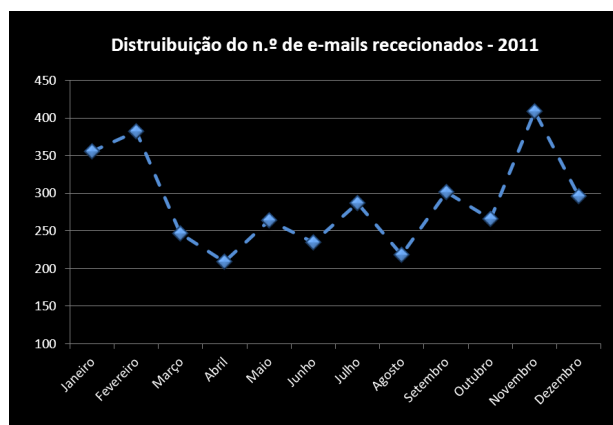
Endereço de correio eletrónico – proder@gpp.pt

Da análise efetuada ao quadro seguinte, constata-se um acréscimo no nº. total de e-mails recebidos no endereço exclusivo para receção de pedidos de esclarecimento ou sugestões do público, face a período homólogo de 2010. É ainda de relevar que o tempo médio de resposta (4 dias) atingido no ano de 2011 é inferior ao prazo limite de resposta, estipulado inicialmente por esta AG – 7 dias.

Quadro 509: Endereço electrónico – Dados quantitativos

	2011	Acumulado
Total de e-mails recebidos	8.122	21.368
Total de esclarecimentos prestados	6.942	44.559
Tempo médio de resposta:	4 dias	

Figura 18: Endereço electrónico – Nº de emails rececionados (no ano)



No que se refere ao quadro supra, é interessante verificar que a distribuição do nº. de e-mails rececionados acompanha o histórico de cada concurso e/ou das principais decisões tomadas pela AG ProDeR durante o ano em apreço. Assim, verifica-se a ocorrência de 2 grandes picos nos meses de fevereiro e novembro. O primeiro tem a ver com a suspensão do período de candidaturas aos apoios para jovens agricultores, a 10 de fevereiro, e com o encerramento do 6º concurso da Ação 1.1.1 Modernização e capacitação das empresas, a 28 desse mês, o que terá levado muitos dos potenciais beneficiários a necessitar de apoio na submissão da sua candidatura; uma das leituras para o segundo pico de e-mails rececionados no *contact center*, poderá ser a publicação no site, a 14 desse mês, de uma notícia informando o público sobre a conclusão do período de análise das candidaturas no âmbito do 6º concurso da Ação 1.1.1 e dando conta do início das notificações aos promotores. Por outro lado, e não menos importante, é de salientar que este momento coincidiu

também com as primeiras desistências no âmbito da “Operação Limpeza” em meados de novembro, que terá alertado muitos beneficiários para o estrito cumprimento das regras de contratação e execução dos seus projetos ProDeR.

Telefone – Linha Verde

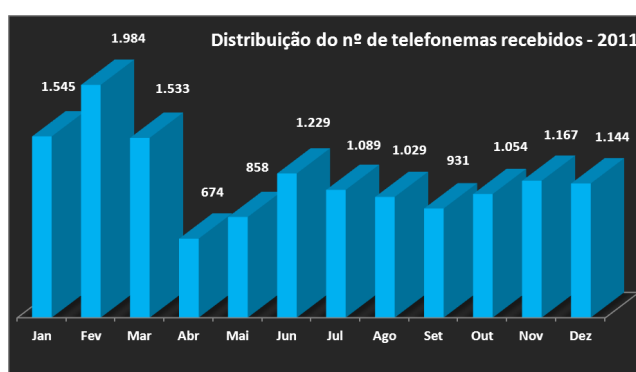
A linha telefónica de atendimento ProDeR mantém o horário de funcionamento das 9h00 às 19h00, todos os dias úteis da semana.

Quadro 510: Linha verde – Dados quantitativos

Telefonemas recebidos		Questões respondidas (nº)	
2011	Acumulado	2011	Acumulado
14.237	38.613	21.324	71.219

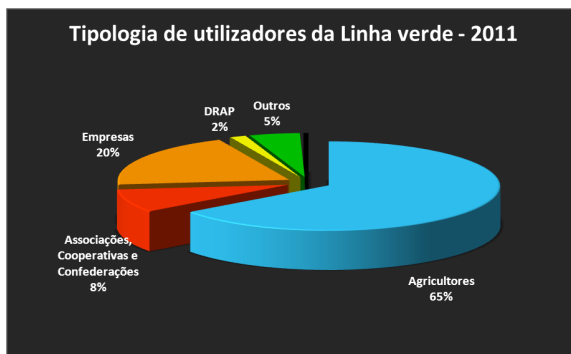
Relativamente a 2010, regista-se um ligeiro decréscimo do nº total de telefonemas recebidos – menos 255 chamadas telefónicas.

Figura 19: Linha Verde – Nº de telefonemas recebidos (no ano)



À semelhança do comportamento registado com os e-mails rececionados também a Linha Verde assinala o seu maior pico de 2011 no mês de fevereiro, cuja interpretação está devidamente fundamentada no ponto anterior.

Figura 20: Linha Verde – Tipologia de utilizadores (no ano)



A esmagadora maioria de utilizadores da Linha Verde são agricultores (65%), seguidos de longe pelas empresas, onde se podem incluir a categoria dos projetistas (20%).

Eventos públicos de divulgação ProDeR

Durante o ano de 2011, o ProDeR realizou mais de 350 sessões de divulgação, mais 100 do que as ações realizadas em 2010. Este dado relevante permite concluir não apenas que, ao contrário do que seria expectável, o interesse por parte dos públicos do Programa não esmoreceu, mas também que há um dinâmica muito interessante na comunicação ProDeR, transversal e alargada às diversas entidades que em muito contribuem para a organização e sucesso destas iniciativas, Direções Regionais, GAL e ELA.

Até 31 de dezembro de 2011, o ProDeR contabilizou mais de 960 eventos públicos de divulgação.

Figura 21: Eventos públicos – Ações de divulgação dedicadas às novas regras dos apoios a jovens agricultores



Participação em Feiras

Durante o ano de 2011, o ProDeR participou nas duas principais feiras nacionais dedicadas à agricultura, desenvolvimento rural e floresta: a OVIBEJA, que decorreu em Beja, de 4 a 8 de maio de 2011; e a Feira Nacional de Agricultura, que se realizou em Santarém, entre os dias 4 a 12 de junho de 2011.

A abertura de apoios à Floresta pela primeira vez em contínuo desde o início de 2011, indo ao encontro das principais reivindicações do setor desde o início deste Programa, a premente necessidade e importância de se comunicar as novas regras para os apoios a jovens agricultores, que abriram a 1 de junho desse ano, e sabendo que os públicos destas feiras constituem simultaneamente os públicos ProDeR, foram ingredientes mais que suficientes para decidir que o Programa nas edições 2011 destes certames teria que forçosamente ter uma presença marcante. Assim, adoptou-se um formato de contacto muito direto com o público através de uma sessão de divulgação/esclarecimento nos maiores auditórios do recinto de cada uma das feiras, aberto ao público em geral e com as presenças da gestora e dos gestores adjuntos, bem como dos principais técnicos das medidas ProDeR em apreço. Na primeira parte foram apresentadas as linhas orientadoras das novas regras de submissão de candidaturas e em seguida o caminho estava livre para responder às questões do auditório.

Figura 22: Participação em Feiras – Roll-ups: Apoios à floresta e Subprograma 4



Intervenções

Para além das ações de comunicação ProDeR, promovidas por esta AG ou pelos parceiros, as presenças da Gestora do Programa enquanto oradora, constituíram momentos de comunicação de excelência, fundamentais para a prossecução dos objetivos definidos no Plano de Comunicação e que em muito contribuíram para os bons níveis de notoriedade de que o Programa usufrui.

Em 2011, a Gestora do ProDeR interveio em cerca de 20 sessões.

Figura 23: Intervenções da Gestora do ProDeR



Campanhas publicitárias: imprensa nacional, regional e do segmento

A publicidade continua a ser obrigatória para a divulgação de abertura de candidaturas e um meio complementar a outras ferramentas de comunicação utilizadas, promovendo o acesso eficaz a informação sobre o Programa.

Foram publicadas durante o ano de 2011, 16 inserções publicitárias, distribuídas pelos seguintes meios:

- Público
- Diário de Notícias
- Jornal i
- Revista do Agricultor
- Revista Espaço Rural

- Revista Jovens Agricultores
- Revista Ovelha
- Revista Gazeta Rural

Até 31 de dezembro de 2011: 98 inserções publicitárias e 2 spots de rádio.

Figura 24: Campanhas publicitárias – Exemplo de anúncio ProDeR



Material de comunicação

Quadro 511: Material de comunicação – Publicações/merchandising distribuídos (no ano)

Publicações/merchandising distribuídos - 2011		
Desdobrável ProDeR		800
Folhetos	Jovens agricultores	3400
	Investimentos de Pequena Dimensão	4.400
	Florestas	4500
	Dinamização das zonas rurais	2.500
	Publicitação	4100
Merchandising	Calendários 2011	500
	Agendas 2011	500
	Blocos de Notas	450
TOTAL		21.150

No que respeita ao material de comunicação produzido, criou-se a brochura “Jovens Agricultores”, uma publicação essencial para compreender as novas regras para este apoio, implementadas em 2011. Para além de ter sido distribuída nas 2 principais feiras nacionais, OVIJEJA e FNA, em Santarém, decidiu-se alargar a comunicação destes apoios a outros meios do setor e assim nasceram os encartes publicados na “Revista do Agricultor”, “Espaço Rural” e “Jovens Agricultores”.

Figura 25: Material de comunicação – Brochura Jovens Agricultores



As restantes publicações continuaram a ser distribuídas ao longo do ano, não só pela AG como também pelos seus parceiros.

Boas práticas de publicitação ProDeR

Exemplo do trabalho efetuado pelos beneficiários ProDeR na sensibilização do público em geral para a adequada aplicação do FEADER:

Figura 26: Boas práticas – «3 Projetos LEADER», brochura publicada pela Federação Minha Terra

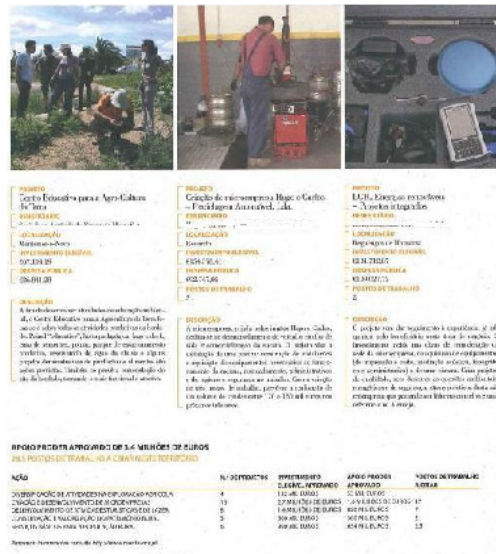


Figura 27: Boas práticas – SP1 Medida inovação e desenvolvimento empresarial: Painel explicativo do olival superintensivo com rega gota-a-gota



Figura 28: Boas práticas – SP3 Medida diversificação da economia e criação de emprego: Placa descritiva permanente



Figura 29: Boas práticas – SP3 Medida diversificação da economia e criação de emprego: Placa explicativa



5.6.2 Grupos de Ação Local

O Plano de aquisição de competências e animação (PACA) é o instrumento de programação dos GAL que garante que o Subprograma 3 é objeto de publicitação nos territórios rurais. Este Plano define os dispositivos de informação da população local e de abrangência territorial das ações, visando o conjunto da população, assim como os membros da parceria local, as instituições e os promotores de projeto potenciais, promovendo o apelo a projetos e disseminação de resultados enquanto matérias de uma ampla difusão pública.

As atividades propostas nos Planos prendem-se com publicitação das aberturas de períodos de apresentação de candidaturas, quer na imprensa escrita, quer em rádios locais, sessões de informação e divulgação a nível concelhio ou ao nível da freguesia promovendo a proximidade à população local e abrangência de todo o território de intervenção.

Acresce referir a este respeito que no âmbito da abertura dos concursos para apresentação de pedidos de apoio, os GAL efetuaram a respetiva publicitação em jornais regionais, com 10 dias de antecedência relativamente à data de abertura. Da informação recolhida junto dos 37 GAL que abriram concursos em 2011, foi possível apurar 52 anúncios de publicitação em jornais locais e rádios.

Para além deste veículo de divulgação, os GAL utilizaram ainda os próprios *sites* para disponibilizarem informação sobre a Estratégia Local de Desenvolvimento, calendário de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio, formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento.

Esta informação é potenciada pelo site do PRODER, onde os GAL e as medidas deste Programa geridas por estas entidades têm um espaço exclusivo – o *micro-site* Dinamização das Zonas Rurais.

Dedicado à comunicação dos resultados de execução alcançados por cada GAL, promoção de atividades em cada um dos seus territórios de intervenção, publicação de datas de abertura de candidaturas e respetivos

avisos/anúncios, bem como com links de acesso aos sites de cada um dos GAL, este *micro-site* constitui uma plataforma de comunicação fundamental para a publicitação das medidas no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER e um complemento importante à divulgação desenvolvida por cada uma destas entidades gestoras.

Outro dos meios utilizados pelos GAL para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção tem sido a organização e/ou participação em eventos, na sua maioria feiras locais na quais se apresentam com *stands* próprios e onde contactam os potenciais investidores, organização e/ou participação em seminários e workshops temáticos, nos quais apresentam as suas Estratégias Locais de Desenvolvimento e as Medidas mais importantes para a concretização dos objetivos definidos. A este nível tem sido concebida informação, na forma de brochuras, cartazes ou outras, que permita a divulgação dos apoios disponíveis, havendo ainda uma utilização das rádios locais, através de *spots*, como veículo promocional, quer da atividade dos GAL, quer dos eventos por eles organizados.

Ao nível da publicitação dos apoios, e uma vez que a maioria dos Pedidos de Apoio ainda estão em execução, não existe ainda publicitação definitiva ao ProDeR e ao LEADER, mas essa obrigatoriedade encontra-se bem enraizada nos gestores da Abordagem LEADER e também nos promotores que, mesmo não sendo obrigatória, fazem muitas vezes questão de colocar a publicitação.

Em relação às Medidas do Subprograma 3 e face aos montantes envolvidos por PA, foi definido que todas as infraestruturas de valor superior a 150.000€ teriam de ter placas descritivas permanentes, sendo que nas instalações dos GAL terá de existir uma placa informativa de que se trata da sede de um organismo intermédio de gestão do ProDeR.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2011, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

6.1 Cumprimento das regras relativas à concorrência

As medidas previstas no âmbito do ProDeR encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) n.º1698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

A nível de auxílios de Estado, a AG do ProDeR assegura que as operações cofinanciadas de iniciativa privada respeitam as normas e procedimentos comunitários aplicáveis. Estes normativos encontram-se previstos na regulamentação nacional. O IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, assegura o cumprimento dos auxílios *de minimis*, em articulação com a AG.

O controlo administrativo a que são submetidas as candidaturas passa pela verificação do cumprimento das regras de concorrência, através da exibição da documentação necessária por parte dos promotores, documentação essa que fica anexa aos projetos.

6.2 Cumprimento das regras relativas à contratação pública

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

6.3 Cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente

O ProDeR tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente. Para além disso, a maioria das medidas do Eixo 2, servem para integrar esses objetivos e os beneficiários destas ações comprometem-se a respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista no Regulamento (CE) nº 1782/2003, de 29 de setembro, expressos pelos requisitos legais de gestão, e pelas boas condições agrícolas e ambientais e requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos.

6.4 Cumprimento das regras relativas à igualdade entre os géneros e à não discriminação

O ProDeR incorpora as disposições do Artigo 8º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do ProDeR a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspetos:

- Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;

-
- Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do género;
 - No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir;
 - Salvaguarda da participação equitativa no Comité de Acompanhamento do ProDeR.

7. REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005

O Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (Disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os Estados-Membros devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do ProDeR, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Neste contexto, no decorrer do ano de 2011, o OP executou recuperações de montantes efetuadas através de um sistema de recuperação de verbas por compensação com outros pagamentos, i.e., os fundos comunitários a recuperar são anulados e essas verbas são reutilizadas através de novos pagamentos no âmbito da mesma ação.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas ações / operações do Programa.

ANEXO I

MEDIDAS AGRO E SILVO-AMBIENTAIS - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Em Euros

Cod.COM	Cod.PDR	Medida	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013 Rev. Março 2010		VALORES PA APROVADOS (estimativa até 2015)		DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
			Contribuição FEADER (3)	Despesa Pública (4)	Contribuição FEADER (5)	Despesa Pública (6)	Contribuição FEADER (7)=(3)-(5)	Despesa Pública (8)=(4)-(6)
214		Pagamentos Agro-ambientais	396.988.760	487.617.142	431.722.427	503.054.848	-34.733.667	-15.437.706
	2.2.1	Alteração de modos de produção	155.698.000	191.242.225	235.489.346	289.617.333	-79.791.346	-98.375.108
	2.2.2	Protecção da biodiversidade doméstica	24.000.000	29.478.949	22.698.535	27.493.270	1.301.465	1.985.679
	2.2.4	Conservação do Solo	5.200.000	6.387.106	3.346.173	4.182.716	1.853.827	2.204.390
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	129.732.850	159.349.503	49.243.943	60.407.218	80.488.907	98.942.285
		MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS (RURIS)	82.357.910	101.159.359	120.944.430	121.354.312	-38.586.520	-20.194.953
225		Pagamentos Silvo-Ambientais	15.500.000	19.038.488	3.470.018	4.308.428	12.029.982	14.730.060
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	15.500.000	19.038.488	3.470.018	4.308.428	12.029.982	14.730.060

Em Euros

ANO DO COMPROMISSO / ACÇÃO	ANO DO PEDIDO DE PAGAMENTO									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Candidaturas 2007 - PES		33.428.569	29.773.462	28.623.475	26.078.487	26.078.487	0	0	0	143.982.480
221 - Alteração de modos de produção		23.306.735	20.812.110	20.045.666	18.056.215	18.056.215				100.276.941
222 - Protecção da biodiversidade doméstica		3.854.838	3.548.618	3.638.187	3.285.449	3.285.449				17.612.540
224 - Conservação do solo										0
24 - Intervenções Territoriais Integradas		5.974.996	5.200.787	4.726.759	4.536.018	4.536.018				24.974.579
24 - Intervenções Territoriais Integradas		292.000	211.947	212.863	200.805	200.805				1.118.420
Candidaturas 2008 - PAS 2009		21.665.244	18.038.030	17.188.880	17.188.880	17.188.880	17.188.880	0	0	91.269.914
221 - Alteração de modos de produção		17.861.561	14.538.813	14.006.737	14.006.737	14.006.737	14.006.737			74.420.586
222 - Protecção da biodiversidade doméstica		1.227.982	1.305.261	1.173.577	1.173.577	1.173.577	1.173.577			6.053.973
224 - Conservação do solo			43.401							43.401
24 - Intervenções Territoriais Integradas		2.526.702	2.106.293	1.976.863	1.976.863	1.976.863	1.976.863			10.563.585
24 - Intervenções Territoriais Integradas		48.999	44.262	31.703	31.703	31.703	31.703			188.370
Candidaturas 2009 - PAS 2010			13.649.082	13.419.349	13.419.349	13.419.349	13.419.349	13.419.349	0	67.326.478
221 - Alteração de modos de produção			10.942.160	10.967.726	10.967.726	10.967.726	10.967.726	10.967.726		54.813.064
222 - Protecção da biodiversidade doméstica			567.473	501.136	501.136	501.136	501.136	501.136		2.572.017
224 - Conservação do solo			700.654	622.588	622.588	622.588	622.588	622.588		3.191.006
24 - Intervenções Territoriais Integradas			1.266.653	1.206.966	1.206.966	1.206.966	1.206.966	1.206.966		6.094.517
24 - Intervenções Territoriais Integradas			172.142	120.933	120.933	120.933	120.933	120.933		655.874
Candidaturas 2010 - PAS 2011				16.686.018	16.686.018	16.686.018	16.686.018	16.686.018	16.686.018	83.430.092
221 - Alteração de modos de produção				12.021.348	12.021.348	12.021.348	12.021.348	12.021.348	12.021.348	60.106.742
222 - Protecção da biodiversidade doméstica				250.948	250.948	250.948	250.948	250.948	250.948	1.254.740
224 - Conservação do solo				189.662	189.662	189.662	189.662	189.662	189.662	948.309
24 - Intervenções Territoriais Integradas				3.754.907	3.754.907	3.754.907	3.754.907	3.754.907	3.754.907	18.774.537
24 - Intervenções Territoriais Integradas				469.153	469.153	469.153	469.153	469.153	469.153	2.345.764
TRANSITADOS		82.497.859	38.856.453							121.354.312
TOTAL		82.497.859	72.285.022	51.438.706	60.310.587	73.372.734	73.372.734	47.294.248	30.105.367	16.686.018